

Casa de Oswaldo Cruz
Fundação Oswaldo Cruz
Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde

RÔMULO DE PAULA ANDRADE

A AMAZÔNIA VAI RESSURGIR!
SAÚDE E SANEAMENTO NA AMAZÔNIA
NO PRIMEIRO GOVERNO VARGAS (1930-1945)

Rio de Janeiro
2007

RÔMULO DE PAULA ANDRADE

A AMAZÔNIA VAI RESSURGIR!

**SAÚDE E SANEAMENTO NA AMAZÔNIA
NO PRIMEIRO GOVERNO VARGAS (1930-1945)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, da Casa de Oswaldo Cruz, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências

Orientador: Prof. Dr. GILBERTO HOCHMAN.

Rio de Janeiro
2007

A553

Andrade, Rômulo de Paula

A Amazônia vai ressurgir! Saúde e saneamento na
Amazônia no Primeiro Governo Vargas (1930-1945)./
Rômulo de Paula Andrade. – Rio de Janeiro: [s.n.], 2007.
180f. ; 30cm.

Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da
Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, 2007.
Bibliografia: f.169-180.

1. Saúde pública. 2. Saneamento. 3. História.
4. Amazônia. 5. Política de Saneamento. 6. Brasil. I.

Título.

CDD614.811

RÔMULO DE PAULA ANDRADE

A AMAZÔNIA VAI RESSURGIR!

**SAÚDE E SANEAMENTO NA AMAZÔNIA
NO PRIMEIRO GOVERNO VARGAS (1930-1945)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, da Casa de Oswaldo Cruz, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências

Orientador: Prof. Dr. GILBERTO HOCHMAN.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Gilberto Hochman (Orientador)
Casa de Oswaldo Cruz/ Fundação Oswaldo Cruz

Prof. Dr. André Luiz Vieira de Campos
Departamento de História/Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Fernando Sérgio Dumas dos Santos
Casa de Oswaldo Cruz/ Fundação Oswaldo Cruz

Suplentes:

Marcos Chor Maio
Casa de Oswaldo Cruz/ Fundação Oswaldo Cruz

Rio de Janeiro
2007

RESUMO

A dissertação trata das ações de saúde e saneamento na Amazônia durante o Primeiro Governo Vargas (1930-1945) e tem como foco compreender de que forma a região se localiza nos discursos da época sobre a integração nacional. No período, ocorreu a criação de instituições científicas que tinham como foco a saúde e saneamento da região amazônica, como o Instituto de Patologia Experimental (IPEN), e o Serviço de Estudo das Grandes Endemias (SEGE), capitaneados por Evandro Chagas, cuja trajetória foi interrompida por um acidente. As duas instituições se envolveram na formulação de um plano de saneamento para a Amazônia, mas o contexto internacional interferiu, culminando na implantação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), em 1942, fruto do acordo bi-lateral entre Estados Unidos da América e Brasil. Além de Evandro Chagas, destacados quadros da saúde pública da época, como Fred Soper, dirigente da International Health Division (IHD) e João de Barros Barreto, diretor do Departamento Nacional de Saúde (DNS) se envolveram, de diferentes maneiras, no plano de saneamento da Amazônia. Por fim, o escopo do trabalho será a saúde da região, relacionando-a ao discurso construído sobre a Amazônia no governo Vargas, em especial, a partir da instauração de Estado Novo (1937).

ABSTRACT

The dissertation deals with health and sanitation actions in the Amazon region during the first Vargas government (1930-1945), in an attempt to understand how the region was approached by national integration discourses of that time. Scientific institutions were created in that period, aiming at the health and sanitation of the region, such as the Instituto de Patologia Experimental (IPEN), and the Serviço de Estudo das Grandes Endemias (SEGE), headed by Evandro Chagas, whose life has been interrupted by an accident. The two institutions were engaged in the formulation of a sanitation plan for the region, but the interference of the international context led to the implementation of the Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), in 1942, as a result of the bilateral agreement between United States of America and Brazil. Besides Evandro Chagas, distinguished public health professionals, such as Fred Soper, head of the International Health Division (IHD) and João de Barros Barreto, director of the Departamento Nacional de Saúde (DNS) were involved, in different ways, in the elaboration of a sanitation plan for the Amazon region. The scope of the work is, therefore, the health in the region, relating it to the discourse produced on the Amazon region during the Vargas government, especially after the establishment of the Estado Novo (1937).

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento que tornou possível realizar o presente trabalho.

A Gilberto Hochman, pela orientação presente e reuniões, que resultaram em correções e sugestões que enriqueceram de forma significativa, contribuindo no direcionamento da análise.

Aos pesquisadores e professores da Casa de Oswaldo Cruz, que sempre se mostraram dispostos a esclarecer dúvidas e contribuir com a pesquisa. Em especial, destaco as aulas de Luiz Antônio Teixeira, Nísia Trindade Lima, Dominichi Miranda de Sá, Robert Wegner e Ângela Porto. As valiosas contribuições da banca de qualificação, formada pelos profs. Drs. Marcos Chor Maio e Fernando Sérgio Dumas dos Santos e as sugestões de pesquisa de Simone Kropf. Por fim, agradeço ao Departamento de Arquivo e Documentação que gentilmente me deu acesso aos documentos de Evandro Chagas, que se encontram atualmente em fase de tratamento.

Ao Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil (CPDOC), pela cessão das imagens utilizadas na dissertação.

À minha família, importante suporte para os momentos difíceis que percorreram esses dois anos de incessantes leituras e pesquisas: minha mãe, Marísia Maria Adão de Andrade, que contribuiu nas correções ortográficas da dissertação; meu pai, Rômulo Garcia de Andrade, pelas sugestões de leitura; meu irmão, Francisco Adão de Paula Andrade, que sempre foi solícito em explicar que seu irmão estava ocupado, “escrevendo cartas pro Getúlio Vargas”; minha irmã, Luciana Adão de Paula Andrade Richards, pelo carinho e Margarida Rosa Martins, pelos cafés feitos em horários nada

convencionais e pela compreensão pelos textos, páginas e livros espalhados pelo quarto, além do constante carinho.

À Caroline Cantanhede Lopes e seus pais, Sinval de Almeida Lopes e Clélia Cantanhede Lopes, pela boa companhia e pelas prazerosas conversas. Carol, companheira nas horas boas e difíceis, obrigado pela paciência e constante amor.

Aos amigos que estão juntos desde antes do ingresso no curso de História, até os que conheci posteriormente, na Pós Graduação. Aos colegas da turma de 2005, desejo sorte nesta profissão que escolhemos, cheia de percalços, porém extremamente enriquecedora e gratificante.

Índice

Siglas	1
INTRODUÇÃO	2
1 – Apresentação	2
2 - História da Saúde Pública: História e Historiografia	4
3 – História da Institucionalização da Saúde Pública no Brasil	5
4 –Estudos de Saúde internacional: o caso do Serviço Especial de Saúde Pública	9
5 - Uma bela adormecida à margem da História: Visões da Amazônia no Primeiro Governo Vargas	12
6 – Apresentação das Fontes e estrutura da dissertação	17
CAPÍTULO I: LOCALIDADES EM QUE SE NASCE, SE MORRE, MAS NÃO SE VIVE: IDÉIAS DE SAÚDE E SANEAMENTO PARA A AMAZÔNIA (1930-1941)	20
1.1 – Da Plataforma da Aliança Liberal à viagem de 1933: Vargas e as promessas para a Amazônia	22
1.2 – “Um Sinistro Carnaval” e a “Ameça Vermelha”: Álvaro Maia Discursa na constituinte	32
1.3 – A saúde do amazônida sob cuidado das missões religiosas	35
1.4 - Reforma Capanema e as endemias da Amazônia	39
1.5 - O Estado Novo e a Amazônia	43
1.5.1 – Antecedentes da viagem presidencial: reclamações de um cidadão amazonense	45
1.6 - A segunda viagem de Vargas à Amazônia e o “Discurso do Rio Amazonas”	47

1.7 - A história da Amazônia reescrita por intelectuais nas páginas da <i>Cultura Política</i> (1940-1941)	55
CAPÍTULO II : EVANDRO CHAGAS E AS INSTITUIÇÕES CIENTÍFICAS DE SAÚDE E SANEAMENTO DA AMAZÔNIA (1934-1942)	66
2.1 - Evandro Chagas e o Serviço de Estudo das Grandes Endemias (1935-1940)	67
2.2 - O Instituto de Patologia Experimental do Norte: primeiros passos para o saneamento da Amazônia	72
2.3 – Projetos de Evandro Chagas: da Amazônia para o Brasil	78
2.4 – Reformas na Saúde Pública (1941-1942)	83
2.4.1 - O futuro do SEGE e do IPEN pós-reformas de 1941	88
2.5 - O Plano de Saneamento da Amazônia (1941-1942)	91
CAPÍTULO III : FRED L. SOPER, JOÃO DE BARROS BARRETO E O SERVIÇO ESPECIAL DE SAÚDE PÚBLICA: CONTEXTOS EM MOVIMENTO (1942-1945)	100
3.1 - Contextos nacionais e internacionais: mudanças em curso	101
3.2 - Fred L. Soper: novos planos para o Serviço de Malária do Nordeste	103
3.3 - João de Barros Barreto e os “Acordos de Washington”	110
3.4 – A Amazônia e os Acordos de Washington	121
3.5 – O Serviço Especial Saúde Pública (1942-1945)	124
3.6 – “Um dos mais felizes capítulos da história do Amazonas” ou a Batalha da Borracha	134
CONSIDERAÇÕES FINAIS	148

ANEXO I – CADERNO DE IMAGENS: MEMÓRIA ICONOGRÁFICA DA SAÚDE NA AMAZÔNIA (1930-1945)	154
I – Instituições	155
II – Personagens	158
III – Fotos de Alan Fisher na Amazônia	160
ANEXO II – “O Discurso do Rio Amazonas”	164
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	169
1 – Fontes	170
2 – Bibliografia	173

Siglas

ACA – Associação Comercial do Amazonas

CAETA – Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia

DEIP – Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda

DEE – Divisão de Estudo de Endemias

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

DNS – Departamento Nacional de Saúde

IAN – Instituto Agrônômico do Norte

IHD – International Health Division

IOC – Instituto Oswaldo Cruz

IPEEC – Instituto de Patologia Experimental Evandro Chagas

IPEN – Instituto de Patologia Experimental do Norte

MES – Ministério da Educação e Saúde

MESP – Ministério da Educação e Saúde Pública

RDC – Rubber Development Company

RRC – Rubber Reserve Company

SAVA – Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico

SEGE – Serviço de Estudo das Grandes Endemias

SEMTA – Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia

SES – Serviço de Educação Sanitária

SESP – Serviço Especial de Saúde Pública

SFA – Serviço de Febre Amarela

SMNE – Serviço de Malária do Nordeste

SNES – Serviço Nacional de Educação Sanitária

SNL – Serviço Nacional de Lepre

UCN – União Cívica Nacional

Introdução

1 – Apresentação:

*“Homem que nasceste à beira do Amazonas
e do Rio Mar não tens a grandeza
tão apegado e tão raquítico que és;
Homem que detesta o mais belo sol do mundo
porque o sol te queima doudamente;
ao te ver,
homem que te perdes em seringais
e que pareces inferior ao inseto pernilongo
que patina sobre as águas paradas,
ao te ver
comovo-me até as lágrimas....
É que tu representas o Amazonas!
- tu sabes que o Amazonas
é uns dos braços que embalam a criança da Pátria?
Mas tu lá sabes o que é pátria?
(se outros mais civilizados não o sabem)
Tu só conhece e amas a terra
Que é mais ou menos a mesma cousa!
Vendo-me, sem que eu o faça,
Tu me dizes “adeus”!
Um adeus de quem tem a certeza
de que quando eu voltar
já não te encontrarei mais
pois o rio, sem dúvida,
já te engoliu
ou a terra já te devorou!”¹*

O poema de Lúcio Marianni retrata a imagem que intelectuais do sudeste imprimiam à região amazônica: um lugar onde o homem era devorado pela natureza, o ambiente regia a vida humana e, de certa forma, a escravizava a esta condição. No curso dos anos 30 e, especialmente no limiar dos anos 40, ocorrem mudanças nesta visão, que devido a interesses governamentais passa a valorizar o homem por trás da selva: o

¹ Marianni, Lúcio. *Poemas Amazônicos nº1*. Rio de Janeiro, Flamma – Pensamento Crítica – combate, ano I nº4, 16 de julho e 1931, Acervo Paschoal Carlos Magno, Documento 7.0.20, p.5. Este acervo encontra-se sob guarda do Centro de Documentação a Funarte (CEDOC/FUNARTE).

caboclo. A resposta para a redenção dos amazônidas estaria na combinação entre colonização racional e prévio saneamento. Desta forma, o objetivo da dissertação é analisar as políticas de saúde e saneamento para a Amazônia no Primeiro Governo Vargas (1930-1945), tomando como ponto de partida a “Plataforma da Aliança Liberal” e como ponto final, os primeiros anos de atuação do Serviço Especial de Saúde Pública na Amazônia (1942-1945).² Como veremos adiante, o programa de governo derrotado nas eleições de 1930 e vitorioso através do movimento revolucionário de outubro do mesmo ano tinha como uma de suas promessas a colonização da região.

No curso dos anos 30, e em especial a partir do Estado Novo, o governo, através do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), construiu uma retórica sobre a região, com o objetivo de reconfigurar a relação discursiva com a Amazônia. A saúde pública foi uma das esferas deste discurso. A criação de instituições científicas voltadas para a saúde e saneamento, como o Instituto de Patologia Experimental do Norte (IPEN) e o Serviço de Estudo das Grandes Endemias (SEGE) representaram, mesmo sem resultados substanciais, a presença do poder público na região. As diferentes conjunturas internas e externas do recorte temporal intervíram na formulação de um plano de saneamento para a Amazônia. O resultado foi a interferência nas ações e manobras políticas de dois destacados profissionais dos quadros de saúde pública da época: João de Barros Barreto, diretor do Departamento Nacional de Saúde (DNS) e Fred Soper, principal interlocutor da International Health Division (IHD) no Brasil. A implantação do SESP na Amazônia alterou os planos originais para a região, mas foi incorporada pelo discurso varguista, como iremos demonstrar.

Fundamentalmente aqui se trata de uma história da Amazônia entrecruzando-se a uma história institucional de saúde pública. Para tal, uma revisão bibliográfica de estudos sobre a história da saúde pública, o Primeiro Governo Vargas e por fim, sobre a Amazônia serão importantes para realizar essa integração.

² A “Plataforma da Aliança Liberal” foi publicada em 1929 e lida publicamente em 2/1/1930

2 –História da Saúde Pública: História e Historiografia

A História da Saúde Pública passou a questionar paradigmas teóricos que a marcaram até fins dos anos 80, em especial as perspectivas “heróicas” e “anti-heróicas” de, respectivamente, George Rosen e Michel Foucault.³ De acordo com Porter, a primeira veria as políticas de saúde pública como consequência inevitável dos estados democráticos, enquanto a segunda consistiria em associar a temática da medicina e da implementação de políticas de saúde coletiva no país à configuração de um poder disciplinador da sociedade.⁴ Dorothy Porter chama atenção para o período que estas perspectivas foram criadas. *History of Public Health*, de George Rosen, publicado em 1958, foi escrito em uma época que a saúde pública aparentemente se revelava triunfante frente às endemias, atingindo grandes índices de redução da mortalidade no ocidente.⁵ Os trabalhos influenciados pelas obras de Michel Foucault, que deram origem à perspectiva “anti-heróica” foram formulados nas últimas décadas do século XX, em meio a debates que questionavam as ambigüidades do iluminismo, a ascensão da burocracia estatal e as bases normativas da racionalidade científica e sua lógica de dominação.⁶ Segundo a autora, ambas as perspectivas (“heróica” e “anti-heróica”) adotaram um modelo monolítico de poder dos conhecimentos científicos e tecnológicos que tem limites quando postos à prova através de análises comparativas em diferentes épocas e lugares:

Heroic accounts of the triumphant emancipation of modern society from the primitive bondage of ignorance can no longer be sustained in a world which many voices contribute to identify within it. **History writing is no longer dominated by one ideological vantage point even within Western societies where a new multicultural mix ensures that a huge variety of historical perspectives has been able to gain legitimate authority** (grifo meu).⁷

³ Porter, Dorothy (org.). *The History of Public Health and the Modern State*. Clio Medica/ The Wellcome Institute Series In the History of Medicine, 1994, pp. 1-5.

⁴ Ver Porter, op.cit., 1994; Campos, André Luiz Vieira. *Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas - O Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2006 e Lima, Nísia Verônica Trindade e Maria Alice Rezende de Carvalho. “O Argumento histórico nas análises de Saúde Coletiva”. Fleury, Sonia (org.) *Saúde: Coletiva? Questionando a onipotência do social*. Rio de Janeiro, 1992.

⁵ Porter, op.cit., pp.1-5.

⁶ Idem.

⁷ Porter, Dorothy. “The History of Public Health: Current themes and approaches”. *Hygiea International – An interdisciplinary journal for the History of Public health*, Volume 1, Nº1, 1999, p.13.

Porter aponta que a história da saúde, medicina e das doenças refletiu as diferentes direções intelectuais e historiográficas entre os anos 1960-1990, período que cresceu de forma significativa publicações sobre o tema.⁸ Com a crescente inserção de historiadores no campo de estudo das políticas de saúde pública e sua história, tem ocorrido um esforço em explorar as múltiplas variáveis que esse campo oferece. Hochman e Armus mapearam estudos históricos sobre saúde e doenças oriundos de críticas à tradicional história da medicina, centrada nos grandes médicos, grandes idéias e grandes descobertas.⁹ Os autores organizaram estes trabalhos em três estilos narrativos.¹⁰ Em primeiro lugar, uma história biomédica que se propõe a compreender as tensões entre a história natural da doença e algumas dimensões de seu impacto social, além de focar atores, agendas e problemas esquecidos, desqualificados e derrotados, que ficaram à margem da tradicional história da medicina. Um segundo estilo diz respeito a uma história da saúde pública, que tem como foco o poder, o Estado, as políticas, as instituições e os profissionais de saúde, além das instituições de saúde e estruturas econômicas, sociais e políticas. Segundo os autores, o mais recente é o estilo centrado em uma história sociocultural das doenças, que investiga os processos de profissionalização e burocratização, as dimensões culturais e sociais da doença em um sentido amplo, suas representações e metáforas sociais, as condições de vida e seus efeitos na morbidade e mortalidade e as respostas estatais e sociais às endemias.¹¹

3 – História da institucionalização da Saúde Pública no Brasil

Concordando com trabalhos recentes, compreendo a institucionalização da saúde pública no Brasil como um processo macro-histórico que se iniciou na Primeira República.¹² Nas primeiras décadas do século XX, disseminaram-se, concomitante a questões sanitárias, idéias em torno da construção de uma identidade nacional para o Brasil. Um dos impedimentos para esta nacionalidade seria a má situação de saúde em

⁸ Idem

⁹ Outro importante panorama dos estudos de história da saúde está em Armus, Diego. “Disease in the historiography of Modern latin America”. Armus, Diego (org.) *Disease in the History of Latin America: From Malaria to Aids*, Duke University Press, 2003, pp1-24.

¹⁰ Os autores encampam mais estudos, mas escolhemos destacar os pontos que se relacionam à temática que será desenvolvida no trabalho.

¹¹ Hochman e Armus, op.cit., pp.13-15.

¹² Ver Hochman, Gilberto. “Cambio político y reformas de la salud pública en Brasil. El primer gobierno Vargas (1930-1945)”. *Dynamis* 2005, nº25, pp.199-226; Fonseca, Cristina. *Local e Nacional: Dualidades da Institucionalização da Saúde Pública no Brasil (1930-1945)*. IUPERJ, Rio de Janeiro, 2005 e Campos, André Luiz Vieira. *Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas - O Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2006.

que se encontrava grande parte da população e, em especial, a do sertão. A criação de um movimento em prol do saneamento foi um reflexo dessa visão e se manifestou no combate às epidemias de febre amarela, peste e varíola, além da realização de expedições científicas ao interior do Brasil para o combate a endemias rurais, como a malária e a doença de Chagas. Com Euclides da Cunha em *Os Sertões*, começou a haver um resgate dos sertões e do sertanejo, que se impunha como tarefa de construção da nação, ao contrário de correntes ideológicas da época, que viam nesta população rural um impedimento a essa nacionalidade.¹³

A partir da década de 20, ocorreu um aprofundamento do ideário sanitaria através de políticas intervencionistas. Segundo Castro Santos, a relevância política do movimento sanitaria residia justamente em seu aspecto ideológico e não em suas realizações práticas, que não resultaram na erradicação das endemias rurais.¹⁴ A saúde pública do período subsequente manteve continuidades e rupturas destas idéias. Mas a apropriação ocorreu através de adaptações frente à nova realidade política, que procurou ver os anos anteriores como uma época de retrocesso para o país.

Segundo Luiz Werneck Vianna, a Revolução de 30 refunda a República brasileira, impondo o predomínio da União sobre a federação, das corporações sobre o indivíduo e a precedência do Estado sobre a sociedade civil.¹⁵ Getúlio Vargas e as forças tenentistas, segundo o autor foram os principais responsáveis pela reestruturação no papel do Estado, pois passaram a entendê-lo como condutor da modernização, em dissídio com o liberalismo que predominara na Primeira República. Durante o Governo Provisório (1930-34), houve investimentos significativos na área social.¹⁶ Em novembro de 1930 foram criados o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e o Ministério da Educação e Saúde Pública. No curso deste período, ocorreram diversos conflitos entre forças decaídas do governo, que tinham o intuito de recuperar o federalismo contra as forças revolucionárias, que buscavam seguir o plano de centralização. As incertezas dos primeiros anos de Vargas no poder interferiram neste contexto. Como exemplo

¹³ Ver Castro Santos, Luiz Antônio de. “O Pensamento Sanitaria na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade”. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v.28, n.2, pp.193-210; Lima, Nísia Trindade. *Um Sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Revan, IUPERJ-UCAM, 1999.

¹⁴ Castro Santos, op.cit., p.209.

¹⁵ Vianna, Luiz Werneck. “O Estado Novo e a ‘ampliação autoritária’ da República.”, Carvalho, Maria Alice Rezende de (org.). *República no Catete*, Rio de Janeiro, Museu da República, 2001, p.114.

¹⁶ Pandolfi, Dulce. “Os anos 30: Incertezas do regime”, Delgado, Lucília; Ferreira, Jorge. *O Brasil Republicano – 2 o Tempo de nacional-estatismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, p.19.

podemos apontar para os tumultuados debates sobre o modelo institucional para o MESP entre 1936 e 1937.¹⁷

Segundo Hochman, um esboço de política nacional de saúde pública só foi possível a partir do encontro das elites com seus interesses, e suas bases foram estabelecidas a partir de uma negociação entre os estados e o poder central.¹⁸ Este encontro foi promovido pelo movimento sanitarista brasileiro que buscou redefinir, entre 1919 e 1920, as fronteiras entre os sertões e o litoral, entre o Brasil rural e urbano em função do que considerava o principal problema nacional: a saúde pública.¹⁹ Para o autor, o período que se iniciou em 1930 herdou o processo de criação do poder público que se vinha forjando nas décadas anteriores. O foco das políticas sanitárias continuaria sendo, mesmo que em menor importância, as grandes endemias rurais e atenção às populações incorporadas ao mundo do trabalho regulado pelo Estado.

O principal argumento de autores que trabalharam o tema é a ênfase no papel das políticas sanitárias como indicadores do fortalecimento do poder público, através da expansão da autoridade estatal nas diversas localidades.²⁰ Este processo teve como impulso os investimentos do Estado no saneamento dos sertões na Primeira República. Desta forma, estariam lançadas as bases de uma concentração e centralização de poder e de um ativismo estatal não previsto pelas elites no momento do cálculo e da decisão de transferir atividades para o poder central.²¹ A bandeira do saneamento, presente na Primeira República, fora incorporada ao projeto político do governo Vargas, atendendo o interesse do Estado em garantir presença no interior do país.²²

Estes trabalhos demonstram que ocorre no período um intenso processo de profissionalização dos sanitaristas, com cursos oferecidos pelo Instituto Oswaldo Cruz em todo o Brasil, assim como a criação de Centros de Saúde em diversas regiões. Nesse período não vemos figuras simbólicas como Belisário Penna e Carlos Chagas, mas sim diversos sanitaristas incorporados à burocracia estatal, vista como um lócus necessário para a formulação de políticas de saúde e saneamento. As reformas de 1937 e 1941

¹⁷ Ver Fonseca, op.cit., Capítulo 1.

¹⁸ Ver Hochman, Gilberto, *A Era do Saneamento – As bases da política de saúde pública no Brasil*. Editora HUCITEC – ANPOCS, São Paulo, 1998, p.16.

¹⁹ Hochman, 1998, p.236.

²⁰ Ver Campos, op.cit., 25

²¹ Hochman, 1998, p.242.

²² Fonseca, Cristina. *Local e Nacional: Dualidades da Institucionalização da Saúde Pública no Brasil (1930-1945)*. IUPERJ, Rio de Janeiro, 2005, p.20.

demonstram a intenção do poder central em atuar nas diversas regiões do país. Podemos citar como exemplo Evandro Chagas, que através de acordos com autoridades estaduais e particulares, criou instituições que colaboraram com o projeto de constituição do poder público na região amazônica, como o Instituto de Patologia Experimental do Norte, no Pará, e o Serviço de Estudos das Grandes Endemias, mesmo que tal processo não ocorresse de forma mecânica e consciente. Diante da formação de um Estado burocrático, com poder normativo e interventor, a outra questão para o governo Vargas, em especial após o golpe o Estado Novo, era como transformar a sociedade brasileira em uma nação integrada aos interesses do poder central. A proposição de Elias é esclarecedora neste sentido:

As sociedades se fazem nações quando a interdependência funcional entre suas regiões e seus estratos sociais, bem como entre seus níveis hierárquicos de autoridade e subordinação, torna-se suficientemente grande e recíproca para que nenhum desses grupos possa desconsiderar completamente o que os outros pensam, sentem ou desejam (...) a adoção de ideologias elaboradas para convencer a massa da população de que se pretende a melhoria das suas condições e o avanço do bem-estar da nação são sinais da pronunciada mudança [de Estados dinásticos a Estados-nação] no equilíbrio de poder entre governantes e governados.²³

Getúlio Vargas, após o golpe do Estado Novo, justificou a promulgação da nova Constituição com o argumento de que o país necessitava de uma identidade entre o Estado e a nação, que seria construída a partir de uma organização político-social baseada na representação profissional. Estado e sociedade, articulados em conjunto, realizariam uma unidade sob o imperativo da vontade nacional.²⁴ Para o governo Vargas, os planos de construção de uma unidade nacional passariam pela integração econômica e política do território brasileiro. Segundo Pádua, a situação de abandono das fronteiras geográficas do Centro-Oeste e da Amazônia transformou-se em um “espectro geopolítico” que rondou o Estado brasileiro ao longo do século XX, especialmente após

²³ Elias, *Processos de formação de Estados e construção de nações*. In: *Escritos & Ensaios 1 – Estado, Processo, Opinião Pública*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 2006, p.164.

²⁴ Vianna, *op.cit.*, p.117

a Revolução de 30.²⁵ De acordo com Cabreira, a questão da integração nacional no governo Vargas perpassa vários pontos, como a preocupação política no que se refere aos problemas com regionalismos encontrados quando assumiu o governo.²⁶ A política migratória Marcha para o Oeste é um exemplo dessa discussão, pois nos discursos de lançamento, Vargas acentuou constantemente a necessidade de preencher o vazio existente na federação nacional, fruto da má distribuição demográfica. A Amazônia passou a ser alvo de ações do governo federal. De acordo com Cabreira, a incorporação da Amazônia ao território nacional expressava a intenção de tentar recuperar o tempo perdido.²⁷ Para a autora, no discurso de Vargas, a conquista da Amazônia seria uma dura crítica aos antigos homens de Estado ou intelectuais brasileiros que tinham os olhos voltados somente para o litoral.²⁸ Outra política migratória foi a dos “soldados da borracha”, que se relacionava diretamente ao contexto internacional da época.

4 - Estudos de saúde internacional: o caso do Serviço Especial de Saúde Pública

Nos últimos anos, o campo da saúde internacional tornou-se sujeito e objeto de um renascimento acadêmico, atraindo a atenção para o tema de modo muito mais abrangente do que acontecia anteriormente. Eles apontam a centralidade do campo de estudos para relações internacionais atuais e passadas, para a compreensão das condições de saúde em nível local e nacional, e para as políticas públicas. Estudos recentes apontam que no decorrer do século XX, atores locais, autoridades nacionais, pesquisadores e especialistas em políticas públicas, profissionais transnacionais e agências internacionais interagem, modelam-se e remodelam-se uns aos outros. Como apontam Hochman e Birn:

As experiências da América Latina com a saúde internacional abrangem desde o antigo relacionamento entre América Central e Estados Unidos através da ajuda, intervenção e absorção de modelos de saúde pública desse país, até as ligações mais estreitas do sul do

²⁵ O autor insere neste referencial a construção de Brasília, na década de 60, da rodovia Belém-Brasília, nos anos 70, além da reforma das instituições de desenvolvimento regional, com a criação da Superintendência de desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), do banco da Amazônia e da Superintendência da Zona Franca de Manaus. Contudo, foi a partir do Programa de Integração Nacional de 1970, que a ocupação massiva, a qualquer preço, da Amazônia, começaria a ser deslançada. Ver Pádua, José Augusto. “Biosfera, história e conjuntura na análise da questão amazônica”. *História, Ciências, Saúde, Manguinhos*, vol. VI (suplemento), setembro, 2000, p.803.

²⁶ Cabreira, Márcia Maria. *Vargas e o rearranjo espacial do Brasil: a Amazônia Brasileira – Um estudo de caso*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, Programa de Pós Graduação em Geografia Humana da USP, 1996, p.23

²⁷ Cabreira, op.cit., p.34.

²⁸ Ide.

continente com abordagens e tradições da França, passando pelos cenários mais amplos do México e do Brasil, com variadas influências internacionais e domésticas se entrelaçando ou chocando. Muitos países da região não apenas adaptaram criativamente os programas internacionais às necessidades locais, como ofereceram inovações ao sistema de saúde internacional. Entretanto, até o presente conhecemos muito pouco sobre essas interações e, especialmente, sobre como a saúde internacional foi configurada por esforços locais.²⁹

Segundo os autores, o papel da América Latina na saúde internacional tem sido, por vezes, central e, por vezes, marginal aos esforços globais, porém permanece sempre engajado com tópicos, ideologias e principais atores do campo. Esta interação e adaptação entre agências internacionais e a realidade local ocorreu durante o período de atuação do Serviço Especial de Saúde Pública na Amazônia, que será exposto a seguir.

Entre 1939 e 1942, a política externa do governo Vargas caracterizou-se por uma política de aproximações alternadas e simultâneas com os Estados Unidos e Alemanha.³⁰ Com esta política de barganha, o governo conseguiu a promessa de financiamento para a construção, em 1940, da primeira usina siderúrgica nacional, Volta Redonda. Mas como aponta Pinheiro, cada vitória alcançada pelo Brasil representava na prática, um elemento a menos na barganha com os Estados Unidos.³¹ A partir da entrada dos norte-americanos na II Guerra Mundial, em 1941, a equidistância pragmática que tinha guiado os negócios exteriores brasileiros até aquele ano foi completamente abandonada, devido a fatores externos e pressões internas.³² Um dos acontecimentos mais importantes para a mudança do paradigma pragmático que guiava a política externa brasileira até então foi a assinatura de acordos econômicos e militares com o governo norte-americano, chamados *Acordos de Washington*. Entre as cláusulas, existia uma que previa o combate às doenças que grassavam na região amazônica, que neste contexto de guerra tornara-se estratégica para a produção de borracha para a fabricação de manufaturados. Desta forma, o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) foi criado. Os pormenores deste contexto serão aprofundados posteriormente. Por ora, nos

²⁹ Hochman, Gilberto; Birn, Anne Emanuelle. “Carta dos Editores convidados”, *Hist. cienc. saude-Manguinhos* vol.13 no.3 Rio de Janeiro, julho/setembro 2006.

³⁰ Nas palavras de Gerson Moura, este período caracterizou-se por uma *equidistância pragmática*. Ver Moura, Gerson. *Autonomia na dependência – A política Externa Brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro, editora Nova Fronteira, 1980

³¹ Pinheiro, Leticia de Abreu. *Política Externa Brasileira, 1889-2002*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 2004, p.24.

³² Moura, op.cit., p.8.

interessa expor as proposições de Campos para direcionarmos a análise desta conjuntura.

O argumento do autor é que as políticas de saúde realizadas pelo SESP estavam plenamente integradas à agenda sanitária do Primeiro Governo Vargas, em especial durante a gestão de Gustavo Capanema frente ao Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), entre 1934-1945.³³ Dessa forma, também serviram ao projeto de expansão da autoridade central sobre o território brasileiro.³⁴ Segundo Campos, o estudo das origens do SESP e de sua história fornece auxílio para compreender como as políticas internacionais de saúde do século XX interagiram com as políticas nacionais e fomentaram instituições que balizaram as ações de saúde no século passado.³⁵

Estudos como o de Campos demonstram os conflitos existentes entre os profissionais de saúde do Brasil e Estados Unidos.³⁶ Como veremos, os embates em sua maioria situavam-se no campo político, mas existiam muitos pontos em comum entre os ‘modelos’ de administração sanitárias. Como demonstra Fonseca, as conferências internacionais dos anos 30 pautaram as diretrizes dos Estados latino-americanos no campo da saúde pública e, no Brasil em especial, observa-se uma comunhão entre os indicativos dos fóruns internacionais e as prioridades políticas definidas para as instituições do Ministério da Educação e Saúde, particularmente a partir de 1936.³⁷ Segundo a autora, outro fator para a convergência entre a política implementada no país e as diretrizes internacionais foi a crescente participação de instituições norte-americanas no combate a doenças e na formação profissional em saúde.³⁸ Um exemplo é a Fundação Rockefeller, que desde o início do século atuava no país.³⁹ Campos afirma que apesar do caráter internacional e do modelo de administração sanitária inspirada em padrões norte-americanos, as políticas do SESP no Brasil nunca constituíram uma via de mão única, mas foram marcadas por conflitos, negociações e adaptações.

³³ Campos, op.cit., p.27

³⁴ Ide.

³⁵ Ibide.

³⁶ Campos, op.cit., p.26

³⁷ Fonseca, op.cit., p.190.

³⁸ Idem.

³⁹ Há diversos estudos que demonstram a importância da Fundação Rockefeller para as intenções de Vargas em atuar nas localidades mais distantes do país. Ver: Löwy, Ilana. *Vírus, mosquitos e modernidade – a febre amarela no Brasil entre a ciência e a política*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2006; Faria, Lina Rodrigues e Luiz Antônio de Castro Santos. *A Reforma Sanitária no Brasil: Ecos da Primeira República*. Bragança Paulista, EDUSF, 2003.

A região amazônica, foco do trabalho do SESP, não passou despercebida às mudanças conjunturais no Primeiro Governo Vargas. A questão do saneamento da região é um desdobramento da preocupação em ocupar os grandes “espaços vazios” da selva. No curso dos anos 30, mas em especial a partir do Estado Novo, ocorre uma maior atenção à localidade, a partir da visita presidencial à região e com artigos de intelectuais que tinham a preocupação em empreender uma nova análise da formação histórica e social da Amazônia. Nosso argumento é que houve uma reescrita da história da região, ação feita com o apoio do Estado e se fundamentava em estudos anteriores que trouxeram à luz dois “heróis” na luta contra a selva: o amazônida e o imigrante nordestino. Neste ponto, uma revisão bibliográfica é necessária, para que possamos empreender uma análise de como a região será estudada.

5 - Uma bela adormecida à margem da História: Visões da Amazônia no Primeiro Governo Vargas

Os ensaios amazônicos de Euclides da Cunha datam do início do século XX e influenciaram a criação de um imaginário social sobre a região durante o Primeiro Governo Vargas. Ao longo do trabalho, interessa-nos compreender a adaptação de seus escritos dentro de um contexto específico, a fim de entender as políticas de saúde e saneamento para a região. As referências aos escritos de Euclides da Cunha são várias, tanto para exaltá-los, quanto para questioná-los. Ainda que de forma breve, sua análise é importante para que possamos entender os discursos dos anos 30 e 40 sobre a região.

Há duas chaves interpretativas para os escritos de Euclides sobre a Amazônia: uma seria a “redentora”, que vê inovações e rupturas na maneira pela qual o escritor retratou a região; e outra “determinista”, que analisa os escritos como reprodução das leituras prévias do autor. Primeiro, vamos expor a visão que condenaria Euclides da Cunha.

Segundo esta linha de estudos, quando Euclides da Cunha chegou à Amazônia, estava carregado de expectativas criadas por suas leituras. Para Lourival Holanda, o autor inventa uma Amazônia há muito tempo prefigurada. Assim, na obra há uma oscilação entre a admiração prévia e um desapontamento. Neste trecho, o autor expõe suas leituras:

De Humboldt a Emilio Goeldi – do alvorecer do século passado aos nossos dias, perquirem-na, ansiosos, todos os eleitos. Pois bem, lê-de-os. Vereis que nenhum deixou a calha principal do grande vale; e que ali mesmo cada um se acolheu, deslumbrado, no recanto de uma especialidade. Wallace, Mawe, W. Edwards, d'Orbigny, Martius, Bates, Agassiz, para citar os que me acodem na primeira linha, reduziram-se a geniais escrevedores de monografias.⁴⁰

Elas teriam dado ao autor uma visão prévia da Amazônia e no momento em que ele se confronta com a realidade, ocorre um misto de temor e desencantamento. Quando Euclides ressalta o fato de a Amazônia não ter história e viver à margem dela, haveria a convicção de que aquela seria a região mais nova do mundo. Devido às condições naturais, o homem, ao invés de senhorear a terra, escravizava-se ao rio. Segundo esta visão “determinista” as concepções de Euclides da Cunha sobre a Amazônia refletiram, em grande parte, os trabalhos de cientistas e viajantes que percorreram o local previamente, e por mais que o autor dirija críticas aos escritos anteriores, as descrições preliminares destes se encaixaram perfeitamente com seu trabalho. Assim, o autor criou a metáfora do brasileiro que é estrangeiro em sua própria terra e cujo processo histórico corre à margem da história nacional. Um lugar virgem, novo, com um rio “enjeitado”, o Purus, que necessitaria ser integrado ao Brasil para que, enfim, lá tivesse história.

Mas há uma corrente que traça um panorama diferente dos escritos de Euclides da Cunha. Enxerga neles uma superação da imagem de Amazônia impressa pelos viajantes do século XIX. A inovação estaria na inclusão do homem, mas não da maneira eurocêntrica que era feita até então, mas sim de forma propositiva. As críticas eram formuladas em prol da inserção deste homem – o caboclo – na sociedade nacional. Além do caboclo, Euclides também veria no nordestino uma alma redentora, como demonstra no texto *Judas-Ashverus*, onde descreve o ritual de malhação de Judas num sábado de Aleluia, entre alguns seringueiros:

No sábado de Aleluia os seringueiros do Alto Purus desforram-se de seus dias tristes. (...) os seringueiros vingam-se, ruidosamente, dos seus dias tristes. Não tiveram missas solenes, nem procissões luxuosas, nem lava-pés tocantes, nem prédicas comovidas. Toda a semana santa correu-lhes na mesmice torturante daquela existência imóvel, feita de idênticos dias de penúrias, de meios-jejuns permanentes, de tristezas e de pesares,

⁴⁰ Cunha, Euclides da. *Paraíso Perdido – Reunião de Ensaios Amazônicos*. Coleção Brasil 500 anos. Brasília, Editora do Senado Federal, 2000, p.117.

que lhes parecem uma interminável sexta-feira da Paixão, a estirar-se, angustiosamente, indefinida, pelo ano todo afora. (...) o redentor universal não os redimiui; esqueceu-os para sempre, ou não os viu talvez, tão relegados se acham à borda do rio solitário, que no próprio volver das suas águas é o primeiro a fugir, eternamente, àqueles tristes e desfreqüentados rincões. Mas não se rebelam, ou blasfemam. **O seringueiro rude, ao revés do italiano artista, não abusa da bondade de seu deus desmandando-se em convícios. É mais forte; é mais digno. Resignou-se à desdita. Não murmura. Não reza.** (...) Repentinamente o bronco estatuário tem um gesto mais comovedor do que o *parla!* ansiosíssimo, de Miguel Ângelo; arranca o seu próprio sombreiro; atira-o à cabeça de Judas; e os filhinhos todos recuam, num grito, vendo retratar-se na figura desengonçada e sinistra do seu próprio pai. É um doloroso triunfo. O sertanejo esculpiu o maldito à sua imagem. Vingasse de si mesmo: pune-se, afinal, da ambição maldita que o levou àquela terra (...) (grifo meu).⁴¹

No trecho destacado, haveria a reafirmação do seringueiro, contribuindo assim, para uma visão mais positiva, tanto do nordestino quanto do caboclo: dois elementos que poderiam perfeitamente se integrar à nação, mas para isso, o poder público deveria chegar até eles.⁴² Um entusiasta de Euclides da Cunha foi Leandro Tocantins, que afirmou que o autor teria sido o primeiro a despertar um sentimento de “brasileirismo-amazônico”:

É na Amazônia que Euclides da Cunha viu um novo Brasil: um Brasil em que a mestiçagem étnica afirmava a presença do homem na terra e sua vitória sobre o meio. Que, afinal, o meio não se sobreponha ao homem.⁴³

Arthur Cézar Ferreira Reis também foi admirador de Euclides da Cunha em sua viagem à região amazônica, como demonstrado no prefácio ao livro de Leandro Tocantins:

[este livro] revela um Euclides da Cunha que se completa como homem de ação política na hinterlândia amazônica, a enfrentar não apenas a natureza em formação (...) mas com um sentido de pátria admirável (...)⁴⁴

⁴¹ Cunha, op. cit., pp. 164-166

⁴² Bueno, Magali Franco. *O imaginário brasileiro sobre a Amazônia: uma leitura por meio dos discursos dos viajantes, do Estado, dos livros didáticos e da mídia impressa*. Dissertação de Mestrado. USP, São Paulo, 2002, p.56.

⁴³ Tocantins, Leandro. *Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido*. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978, p.17

Estudiosos da expedição do autor à Amazônia, como José Carlos Santana e Franklin de Oliveira acham possível que os ensaios de Euclides da Cunha sobre a região tivessem a mesma ambição do diário da expedição feita em Canudos, ou seja, realizar um segundo “livro vingador”, que nunca foi cumprida devido ao seu falecimento.⁴⁵ Para estes autores, assim como em *Os Sertões*, o traçado das condições físicas precederia o quadro antropológico e cultural. Ratificando ou retificando a impressão de viajantes anteriores, as idéias de Euclides da Cunha influenciaram a visão de intelectuais dos anos 30 e 40 sobre a região. Tanto a visão “determinista” quanto a visão “redentora” foram utilizadas nas concepções de políticos e intelectuais daquele período, sobre a Amazônia. Longe de haver um consenso, a obra de Euclides da Cunha sobre a região é até hoje ponto de discussão devido às contradições de seus escritos.

Mas em um detalhe as duas “correntes” concordam: a leitura de viajantes do século XIX influenciou de forma decisiva os escritos de Euclides. Segundo Santos o deslumbramento presente nos relatos que de viagens científicas passadas contribuíram para a construção de uma visão naturalista da Amazônia, que se misturou com as diversas tentativas de desvendamento dos processos históricos ocorridos na região. Essa visão naturalista foi ratificada ao longo dos anos por autores que trabalharam tanto a história regional quanto por estudos sobre Euclides da Cunha, como o supracitado livro de Leandro Tocantins.⁴⁶ Sugiro que este imaginário construído ao longo dos séculos influenciou diretamente nas políticas governamentais para a região amazônica, mas se amalgamou com as idéias sanitárias em voga à época, resultando numa política que procurava, antes de ocupar a “terra virgem”, saneá-la, para recuperar a vocação extrativa da Amazônia e recolocá-la na ponta da produção mundial de borracha.

A historiadora Barbara Weinstein afirma que uma de suas maiores dificuldades em estudar a Amazônia era o fato de o local ser tratado como uma região ‘sem história’, tanto pela historiografia estrangeira, quanto pela brasileira: uma bela adormecida em quem a história deixava apenas pálidos traços.⁴⁷ Assim a tendência dos poucos estudos

⁴⁴ Tocantins, op.cit., p.13

⁴⁵ Santana, José Carlos Barreto. “Euclides da Cunha e Amazônia: visão mediada pela ciência.”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol.VI (suplemento), setembro 2000, p.915.

⁴⁶ Ver Santos, Fernando Sérgio Dumas. *Os caboclos das águas pretas: Saúde, ambiente e trabalho no Século XX*. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2003, pp. 18-21

⁴⁷ Weinstein, Bárbara. “Experiência de pesquisa em uma região periférica: a Amazônia”. *História, Ciências, Saúde, Manguinhos*, vol.9 (2), 261-272, mai-ago.2002, p.262.

a que a autora recorreu era tratar o ciclo da borracha como uma anomalia dentro do processo histórico local. Segundo Weinstein, “a bela adormecida fora brevemente acordada pelo beijo do capital estrangeiro, só para voltar a dormir”, e “logo que o príncipe achou outro lugar mais lindo e lucrativo para fazer seus investimentos, foi embora”.⁴⁸

Sendo o objetivo desta dissertação analisar políticas de saúde e saneamento em uma região tida como periférica, cabe a inclusão de determinado modelo, ou “arcabouço” teórico? Podemos tomar as proposições de Elias a respeito de nomenclaturas classificatórias para regiões ditas “atrasadas”:

Expressões como “países subdesenvolvidos” ou “em desenvolvimento”(…) apontam para uma peculiaridade da perspectiva dos representantes da parcela mais rica e mais desenvolvida do mundo (…). Seu uso implica que as sociedades mais industrializadas não estão no curso de um processo: o patamar no qual se encontram é percebido como um etapa sem futuro, um estágio final.⁴⁹

Pensando a Amazônia dos anos 30 e sua relação com o *nation-building*, não podemos tratar a região como uma espécie de anomalia dentro de um sistema que, no curso da narrativa, se integraria ao Estado de uma maneira gradual até a incorporação definitiva à nação, quase como uma teleologia. As discontinuidades deste processo e as particularidades expostas terão destaque na dissertação. Desta forma, analisarei o processo vivido pela Amazônia localizando-o de modo específico, mas sem aliená-lo da conjuntura política vigente. Assim, buscarei integrá-lo ao processo histórico nacional, tendo em vista os fatos relevantes, tanto para a história política do período, quanto para a estruturação da saúde pública no país.

6 – Apresentação das fontes e estrutura da dissertação

O levantamento documental atendeu a questionamentos prévios: primeiro, compreender como a Amazônia se inseria nos discursos do Primeiro Governo Vargas; segundo, entender de que forma o governo tentou levar a cabo a integração da localidade ao território brasileiro, e, por fim, quais ações foram feitas para a saúde e

⁴⁸ Weinstein, 2002, p.263.

⁴⁹ Elias, Norbert. “Processos de formação de Estados e construção de nações”. *Escritos & Ensaios 1 – Estado, Processo, Opinião Pública*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 2006, p.154.

saneamento da população, quem, realizou e quais objetivos estavam de acordo com a conjuntura política da época. No trabalho de levantamento de fontes, recorri às referentes à institucionalização de saúde pública do Primeiro Governo Vargas e àquelas que inseriam a Amazônia no rol de preocupações do governo federal.

No trabalho, há fontes oriundas dos acervos Gabinete Civil da Presidência da República (GCPR) e do Ministério a Educação e Saúde Pública (MESP), ambos localizados no Arquivo Nacional. Percorrendo o recorte temporal proposto, utilizei o periódico do Departamento Nacional de Saúde chamado *Arquivos de Higiene* que conta com dados e estudos importantes sobre a saúde pública da região amazônica e do resto do país no período, localizado na biblioteca da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP). No Centro de Documentação e História Contemporânea do Brasil (CPDOC) foram pesquisados os discursos de Getúlio Vargas, localizados no Arquivo Getúlio Vargas (AGV), além de documentos do Arquivo Gustavo Capanema (AGC), utilizados para compreender o funcionamento do Ministério da Educação e Saúde na época e sua relação com a região amazônica. Na Biblioteca Mário Henrique Simonsen, localizada na Fundação Getúlio Vargas, levantei artigos do periódico *Cultura Política*, que através de escritos de intelectuais ligados ou não ao governo Vargas, dedicou seções aos problemas e soluções da região amazônica.

Pesquisamos também no setor de Periódicos da Biblioteca Nacional, que tem sob guarda os boletins dos Departamentos Estaduais de Propaganda (DEIP) e os boletins da Associação Comercial do Amazonas, além de jornais da época, como o *Correio da Manhã* e o *Diário e Notícias*. Pesquisamos nos seguintes acervos da Casa de Oswaldo Cruz: Fundo Leônidas Deane (LD), Coleção Fundação Rockefeller (CFR) e no Fundo Família Chagas (Documentos de Evandro Chagas). Na mesma instituição, pesquisamos dois acervos que se encontram em fase de organização, mas cujo acesso nos foi permitido gentilmente pelo Departamento de Arquivo e Documentação (DAD): Arquivo Histórico Fundação Serviços de Saúde Pública I e II (AHFSSP) e em estágio preliminar de arranjo, os novos documentos referentes à atuação de Evandro Chagas no Instituto de Patologia Experimental do Norte (IPEN) e no Serviço de Estudo das Grandes Endemias (SEGE).⁵⁰ Por fim, utilizamos documentos do Rockefeller Archive

⁵⁰ Os documentos de Evandro Chagas que estão em tratamento foram identificados da seguinte forma: Fundo Família Chagas, Documentos de Evandro Chagas (em tratamento), doravante FFC/DEC (em tratamento). Assim que o novo acervo for catalogado, farei uma revisão da localização destas fontes.

Center (RAC), cedidos gentilmente por Gilberto Hochman. O pesquisador que tem como objeto de estudo a Amazônia esbarra em várias dificuldades: notações erradas, desorganização das fontes e dispersão os documentos. Mas ao mesmo tempo, estes fatores revelam a riqueza do acervo documental do Rio de Janeiro. Acredito que um mapeamento destas “fontes amazônicas” de forma completa poderá ampliar as possibilidades de pesquisadores que têm como tema o estudo da região.

A dissertação está dividida em três capítulos. O escopo temporal proposto (1930-1945) não seguirá uma ordem cronológica sucessiva no curso dos capítulos. A linha narrativa seguirá primeiro as idéias que orientaram as ações de saúde e saneamento. O conjunto documental abrange discursos, relatórios e artigos que buscavam apontar caminhos para a recuperação da Amazônia, assim como sinalizar contextos catastróficos. Nos capítulos seguintes, a análise se aprofundará sobre instituições, personagens e políticas que interviram na saúde da região, as alterações nas conjunturas nacionais e internacionais, como o período de guerra (1939-1945), que alteraram planejamentos abortados em virtude de diversas variáveis que serão contempladas ao longo do trabalho.

No primeiro, busco compreender como se desenrolaram ações de saúde pública em uma região onde o poder constituído não se fazia presente e dependia da atuação de organizações privadas. Discursos da época que delineavam um quadro desesperador serão expostos, a fim de acompanhar a construção de idéias que refletiam a visão governamental sobre a Amazônia, que exerceu influência sobre as formulações de políticas de saúde e saneamento para a região. Outro aspecto não menos importante é a construção de uma retórica do governo varguista sobre a região, que no limiar dos anos 40, reorganizou a relação de Getúlio Vargas com a Amazônia, tendo em vista os projetos de integração nacional que procuravam recuperar a vocação extrativista dos estados amazônicos.

No segundo capítulo, acompanho o desenvolvimento gradual de instituições voltadas para a pesquisa científica e o combate a endemias. Outro objetivo importante neste capítulo é compreender o envolvimento de Evandro Chagas com a região amazônica, assim como as instituições criadas a partir de acordos deste com poderes públicos estaduais. Também abordarei a formulação do “Plano de Saneamento da Amazônia”, que não foi adiante, mas é um importante ponto de partida para

compreendermos a ação do poder central sobre a região. Promessa de Getúlio Vargas durante sua viagem à região amazônica em 1940, o plano de saneamento para a região mobilizou profissionais e instituições, buscando atender, assim, uma das promessas feitas pelo presidente, que era a melhoria das condições locais de saúde. A elaboração desse plano envolveu os principais quadros da saúde pública da época, como Evandro Chagas, diretor do Serviço de Estudos das Grandes Endemias (SEGE) e João de Barros Barreto, diretor do Departamento Nacional de Saúde (DNS), principal órgão formulador e executor das políticas de saúde e saneamento da época.

No terceiro capítulo, será analisado o impacto da criação do Serviço Especial de Saúde Pública para dois profissionais que se envolveram, mesmo que de maneiras diferentes, com o “Plano de Saneamento da Amazônia”: João de Barros Barreto, diretor do Departamento Nacional de Saúde (DNS) e Fred L. Soper, dirigente da International Health Division (IHD) no Brasil. Um importante fator que interviu de forma decisiva nos acontecimentos foi o contexto internacional, que sob um período de guerra, viu aumentar as pressões sobre o Brasil, culminando na assinatura de acordos econômicos com os Estados Unidos da América. Por fim, vamos contemplar os primeiros anos de atuação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) no Brasil (1942-1945), discutindo a conjuntura de sua implantação e, por conseguinte, suas ações.

CAPÍTULO I:
LOCALIDADES EM QUE SE NASCE, SE MORRE,
MAS NÃO SE VIVE: IDÉIAS DE SAÚDE E SANEAMENTO PARA A
AMAZÔNIA (1930-1941)

Introdução

Quantas maravilhas, Aiúna, vão por esta terra, prodigamente fecunda, mas – em razão de nossa incúria – crimosamente inexplorada! Diante desta milionária, permanecemos como usuários desprezíveis, sem o ânimo de usufruí-la (...) Entretanto, com um pouco de iniciativa, talvez não invejássemos a incontável riqueza de outros países, em cujos domínios, para maior vexame nosso, não há, sequer, uma nesga de terra semelhante a essa que desprezamos. Propícia a todas as culturas e capaz de alimentar continentes inteiros, a Amazônia é certamente, a única região do mundo onde os povos empreendedores poderiam melhormente estabelecer a mais proveitosa conjugação do braço com o capital (...) Pela nossa ruína respondem também passadas administrações, recidivas pecadoras pela imprevidência dos seus programas, e delas, mui especialmente, as do poder central, cujo desamor a esta região faz pensar que ela é ainda uma terra estrangeira na consciência nacional. O extremo norte nunca existiu, Aiuva, e, quem sabe? Jamais existirá, talvez, para os estadistas do sul.¹

Arianda e seu interlocutor Aiúna conversam sobre a situação de abandono da Amazônia. Os dois são personagens do romance *Terra Imatura*, de Alfredo Ladislau, e consideravam a região como estrangeira dentro de seu próprio país. O autor provavelmente teve influência dos escritos incompletos de Euclides da Cunha, que por sua vez, enxergava o habitante da região como um “estrangeiro em sua própria terra”.² O romance de Alfredo Ladislau foi escolhido como ponto de partida para o capítulo

¹ Ladislau, Alfredo. *Terra imatura*. Coleção Literatura Paraense, Série “Inglês de Sousa”. Belém, Conselho Estadual de Cultura, 1971, p.14.

² Cunha, Euclides da. “Paraíso Perdido – Reunião de Ensaio Amazônicos”. Coleção Brasil 500 anos. Brasília, Editora do Senado Federal, 2000, p.113.

devido ao contraponto posterior feito à obra pelos intelectuais do Estado Novo. Segundo o escritor paraense Raymundo Pinheiro, o governo Getúlio Vargas refutou a personagem Arianda, à medida que o Norte teria passado a existir para os estadistas do sul.³ Para ele, esta atenção maior à região teria ocorrido pelas sucessivas ações de colonização e saneamento no curso dos anos 30 e início os 40, e representaria assim a integração definitiva da região amazônica ao território brasileiro.⁴

O objetivo deste capítulo é descrever as primeiras intervenções governamentais e privadas na saúde pública da Amazônia durante a primeira década do governo Vargas. Vamos tomar como ponto inicial a “Plataforma da Aliança Liberal”, programa de governo no qual Vargas acenava com promessas à região. Carente de serviços de saúde pública, organizações particulares atuaram na região. Concomitante a estas ações, os diferentes contextos nacionais do período serão contemplados, tendo em vista dois fatos relevantes à história política da Amazônia: as viagens de Getúlio Vargas à região em 1933 e em 1940. A especificidade de cada uma das excursões será um importante aspecto a ser analisado.⁵ Entre 30-37, os estados do norte ocuparam um papel importante no apoio ao governo, fato que influenciou diretamente na viagem do presidente à região. Em 1940, ano-chave para nossa análise, foi proferido o *Discurso do Rio Amazonas*, que obteve considerável repercussão na imprensa dos estados do sudeste.

Um segundo objetivo é analisar como o governo Vargas se relacionou com uma certa visão constituída da Amazônia: um lugar onde havia uma eterna luta entre homem e natureza, e, principalmente, como a propaganda política do Estado buscou reescrever a história da região a partir de críticas ao período anterior. A política migratória Marcha para o Oeste (1938) e suas consequências fornecerão dados analíticos para a compreensão deste contexto. Esta reescrita ocorreu nos anos 1940 e 1941, quando artigos sobre problemas que a Amazônia enfrentava foram publicados na *Cultura Política*, periódico oficial do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Os autores destes escritos eram intelectuais ligados ou não ao Estado Novo, mas comprometidos com o projeto de lançar um novo olhar sobre a história da região.

³ Pinheiro, Raymundo. “A Margem do Discurso do Rio Amazonas”. *Cultura Política – revista de estudos brasileiros*, v.1, nº9, 1941, p.162

⁴ Idem

⁵ O termo “excursão” é utilizado pelo próprio presidente e pela mídia impressa da época para definir essas viagens.

1.1 – Da Plataforma da Aliança Liberal à viagem de 1933: Vargas e as promessas para a Amazônia

Então candidato pela Aliança Liberal, Getúlio Vargas lançou a “Plataforma da Aliança Liberal”, lida publicamente na Esplanada do Castelo em dois de janeiro de 1930. Entre tópicos relativos ao funcionalismo público, desenvolvimento econômico e financeiro estava o de instrução, povoamento e saneamento onde a principal meta seria alcançar zonas do interior do país. As conseqüências seriam as obras contra as secas no nordeste e a colonização da Amazônia, buscando recuperar, acima de tudo os frutos que a borracha já dera anteriormente ao Brasil. Segundo Vargas,

[a recuperação econômica da Amazônia] é um dos mais graves e complexos problemas da atualidade. Da sua solução efetiva dependerá a reconquista da nossa posição, que tão relevante foi nos mercados mundiais. Só as crescentes vantagens que esse produto assegura, no globo todo, justificariam a execução do projeto de saneamento da vasta e exuberante região amazônica(...) É necessário (além da exportação), a industrialização do produto dentro do país. Uma das muitas dificuldades que tropeçamos, agora na Amazônia, é a escassez de braços. Urge encaminhar para ali correntes imigratórias. Mas isso afinal será um crime (...) se não procedermos ao saneamento da região, se esta não for convenientemente preparada para receber o elemento alienígena.⁶

A partir de 1930 passaram a ser vistas como competência do Estado a integração econômica do país, com o intuito de sedimentar um mercado interno ativo, respeitando a vocação econômica de cada região.⁷ A Amazônia, desta forma, teria uma vocação extrativista, contribuindo em conjunto, com as outras regiões para a construção da nação brasileira.⁸ Em 1931, Álvaro Maia, interventor federal do Amazonas, enviou ao governo federal um relatório sobre a situação do estado. O interventor expôs o quadro local após o último ciclo da borracha, onde tornou-se evidente um estado falido. O discurso de Maia e de outros políticos e médicos deste período trazem imagens perturbadoras do quadro nosológico da região. O grau de precisão dos dados apresentados é duvidoso, pois artigos de cunho científico feito por médicos do Departamento Nacional de Saúde

⁶ Vargas, Getúlio. “A Plataforma da Aliança Liberal”, *A Nova Política do Brasil, Vol.I*, Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, 1938, p.43.

⁷ Cabreira, Márcia Maria. *Vargas e o rearranjo espacial do Brasil: a Amazônia Brasileira – Um estudo de caso*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, Programa de Pós Graduação em Geografia Humana da USP, 1996, pp.19-20

⁸ Idem.

neste período (1930-1937) apontam à precariedade dos dados. Estes discursos “desesperados” que se reproduziram nestes anos, tinham mais a função de despertar a atenção das autoridades do sudeste para uma região até 1930 tinha pouca capacidade de barganha com o poder central.

...os seringais dos altos rios, atingi-o-eis na quadra invernososa, devido ás cachoeiras, são os maiores produtores. Habitam-nos milhares de homens. Cada um dos extratores representa um soldado, um desbravador, um propulsor do progresso nacional. O inverno prolonga-se até maio, e o comércio aviador não poderá enviar mercadorias para os pontos habitados. Ficarão aqueles homens no isolamento das florestas, á borda de igapós e barrancos, sem alimento, sem remédio e sem roupa. Dar-se-á, fatalmente, a fuga em canoas, em balsas, em jangadas, correnteza abaixo. Teremos o despovoamento dos seringais, o abandono das fronteiras, a acumulação dos sem trabalho nos povoados e nas cidades, e, apesar da índole ordeira, pacífica de nosso povo, o saque em vários lugares. Apenas os habitantes dos baixos rios, onde a produção é menor, poderão resistir, apoiados a rudimentar agricultura.... Os comandantes dos vapores, que trafegam o Juruá e outros rios, afirmaram-me ter visto, aqui e ali, canoas tripuladas, ao léu da correnteza. São os primeiros fugitivos, os vedetes das legiões que se arremessarão depois. Vêm magros, doentes, quase nus, os anos sucessivos de crise enfraqueceram e despiram a população. É mister alimentá-la e vesti-la pela vagabundagem no homem válido. Enquanto descem isolados, infundem piedades. E se apelarem para o saque, como, em situações menos graves, há sucedido no Amazonas? Em janeiro deste ano, tivemos um arremedo de invasão na Labrea, felizmente subjugado em tempo,... trata-se de um estado falido e de uma população profundamente atingida pela necessidade.⁹

O relatório retrata um quadro de pauperização da população local, sem perspectivas e decepcionada com a queda de produção e desilusão na corrida para a borracha. Recuando um pouco no tempo, após o fim da I Guerra Mundial, os países do extremo oriente superaram a produção brasileira. A superprodução mundial após os anos de guerra decresceu gradualmente a extração do látex brasileiro, caindo a produção de 30.790 toneladas em 1920 para 17.137 em 1930, culminando com 8.681 toneladas em 1932.¹⁰ Mas antes de qualquer conclusão preliminar, é importante ressaltar que o discurso de Álvaro Maia refletia a insatisfação da elite amazonense frente à derrocada

⁹ Gabinete Civil da Presidência da República, doravante GCPR, Lata 14, caixa 27481. Este arquivo encontra-se sob guarda do Arquivo Nacional.

¹⁰ Ver Carone, Edgard. *O Estado Novo*, S.Paulo, Difel, 1976, p.46.

da atividade comercial da borracha.¹¹ Como afirma Weinstein, o colapso em si do comércio da borracha não é o principal questionamento para uma análise do período, mas sim porque a expansão do comércio da *hévea brasiliensis* não conseguiu provocar o aparecimento de setores econômicos alternativos que pudessem amenizar o impacto da crise. E, segundo a autora, isso se deveu a pouca atenção dada pelos seringalistas e aviadores à realidade local, mas também foi fruto da resistência dos seringueiros, que quando enganados, tinham meios de negligenciar o trabalho.¹² Weinstein aponta que devido à redução no nível e ritmo comercial da Amazônia ocorreu uma diversificação na economia local, produzindo uma maior flexibilidade nas relações econômicas e sociais.¹³

Desta forma, para muitos habitantes rurais os efeitos da derrocada do comércio da borracha foi salutar, pois passaram a desfrutar de maior liberdade de movimento e um acesso mais fácil aos meios de subsistência.¹⁴ Ao mesmo tempo, os remanescentes da elite regional voltaram-se para cargos burocráticos, empreendimentos urbanos, ou passaram a negociar castanha-do-pará. Para Weinstein, a elite amazônica falhou, nos piores momentos da crise, em apoiar programas que visavam combater as altas variações do preço da borracha.¹⁵ Esta omissão, segundo Weinstein, se deveu a pouca expressão política no âmbito nacional que essas elites possuíam.¹⁶ Como consequência, todos os apelos por ajuda de emergência logo após o colapso econômico foram sumariamente ignorados pelo governo federal.¹⁷ Com os novos contextos e atores que

¹¹ Flávio Heinz admite que não exista consenso sobre o que se entende por elites, sobre quem são e sobre o que as caracteriza, mas indica um ponto de partida para a definição do termo, dada por Giovanni Busino, cujo entendimento faz referência à palavra “elite” como “minoría que dispõe, em uma sociedade determinada, em um dado momento, de privilégios decorrentes de qualidades naturais valorizadas socialmente (por exemplo, a raça, o sangue, etc.) ou de qualidades adquiridas (culturas, méritos, aptidões, etc.). O termo pode designar tanto o conjunto ou o meio onde se origina a elite (...), quanto os indivíduos que a compõem, ou ainda a área que ela manifesta sua preeminência. No plural, a palavra ‘elites’ qualifica todos aqueles que compõem o grupo minoritário que ocupa a parte superior da hierarquia social e que se arrogam, em virtude da sua origem, de seus méritos, de sua cultura ou de sua riqueza, o direito de dirigir e negociar as questões de interesse da coletividade”. Busino, Giovanni. *Elites e élitisme*. Paris: Presses Universitaires de France, 1992, p.4, *Apud* Heinz, Flávio M. (org.) *Por outra História das Elites*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006, p.7.

¹² Weinstein, Barbara. *A Borracha na Amazônia: Expansão e decadência*. HUCITEC, São Paulo, 1993, p.296. Uma inovação desta pesquisa está no tratamento dado à questão dos seringueiros, vistos pela autora não mais como seres semi-escravizados, e sim como trabalhadores que, mesmo sob um duro regime de esforço, estabeleceram estratégias de resistência frente à exploração de seringalistas e aviadores.

¹³

¹⁴ Weinstein, op.cit., p.300.

¹⁵ *Idem*.

¹⁶ *Ibidem*.

¹⁷ Weinstein, op.cit., p.299.

surgiram na Revolução de 30, o Amazonas, em conjunto com outros estados do Norte, viu a possibilidade de aumentar seu poder de barganha junto ao governo federal. Este é o assunto que iremos abordar a seguir.

Os anos 1930-37 foram de grande instabilidade e imprevisibilidade política, mas ao mesmo tempo, de diversidade de projetos e interesses envolvidos nos conflitos entre determinados setores sociais.¹⁸ Camargo identifica um conflito como o elemento ordenador da lógica e sucessão que percorrem esses anos: o confronto entre as tendências regionais e as tendências centralizadoras.¹⁹ Mais que um embate fechado entre as duas vertentes, há no período a busca pragmática de um equilíbrio. Tal busca pela equivalência de forças antagônicas ecoou um esforço conciliador frente aos imperativos da modernidade, que impôs ao país um Estado centralizado para confrontar uma ordem internacional em crise e com a função de conduzir o processo de industrialização.²⁰

Neste período também ocorreu grande parte do processo de discussão sobre a definição do formato institucional no campo de saúde pública, a partir da criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP) em 1930. Apesar de uma série de atos legislativos normativos para a criação e extinção de órgãos, o momento de instabilidade política do país refletiu no MESP, que em menos de quatro anos, teve três titulares : Francisco Campos, Belisário Penna e Washington Pires.²¹

Ainda em 1930, o médico Vicente Licínio Cardoso apontou que os dados e censos realizados na Amazônia para doenças e saneamento básico nos estados eram imprecisos, sem cobrir a região de forma uniforme, evidenciado a dificuldade do poder central em tomar conhecimento sobre as condições de vida local. Os serviços de

¹⁸ Gomes, Ângela de Castro. “Introdução”, Gomes, Ângela de Castro et alii (coord.), *Regionalismo e centralização política: partidos e constituintes nos anos 30*, Gomes, Ângela de Castro et alii (coord.), Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980, p.25

¹⁹ Camargo, Aspásia. “Prefácio à 1ª edição”, Gomes, Ângela de Castro et alii (coord.), *Regionalismo e centralização política: partidos e constituintes nos anos 30*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980, p.16.

²⁰ Idem. Entre os fatores que contribuíram para a crise na ordem internacional, podemos citar o *crack* da Bolsa de Valores de Nova York (1929), que afetou economias do mundo inteiro, incluindo o Brasil. Ver Arruda, José Jobson de Andrade. “A crise do capitalismo liberal”. Filho, Daniel Aarão Reis; Jorge Ferreira e Celeste Zenha (orgs.). *O Século XX – O tempo das crises – Revoluções, Fascismos e guerras*. Civilização Brasileira, 2000, pp.11-34.

²¹ Fonseca, Cristina. *Local e Nacional: Dualidades da Institucionalização da Saúde Pública no Brasil (1930-1945)*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, IUPERJ, 2005, p.109

bioestatística estavam precários para a região, assim como os recenseamentos.²² Afora a questão sanitária, a conjuntura política dos estados do Norte também era efervescente e dinâmica, frente a posição assumida por grande parte dos políticos da região no apoio a Revolução de 30 e ao governo provisório.

Retornando de forma concisa no tempo, a Primeira República viu o poder de barganha dos estados do Norte diminuir, principalmente a partir da “política dos governadores”, instituída no governo Campos Sales (1889-1902). Esta fórmula política, ao representar um compromisso de manutenção do poder político estadual, exigia em contrapartida a lealdade ao poder central. Tal fidelidade se manifestaria principalmente através do voto, assim, nessa troca de favores, os estados do Norte tinham reduzida margem de barganha frente ao poder central e conseqüentemente, as classes dominantes desta região ficaram subordinadas às do Sul.²³ A crise e situação de dependência em que estes estados se encontravam criaram um terreno fértil para o fortalecimento das oposições e para a boa recepção que a Revolução de 30 teve nestes lugares.²⁴ Para o Norte, a nova conjuntura política que resultou dos acontecimentos de 1930 poderia possibilitar uma participação mais expressiva em âmbito nacional.²⁵ Assim, uma atuação conjunta dos estados marcaria, neste contexto, a história política da região. O apoio dos políticos nortistas ao projeto de centralização proposto pelos revolucionários de 30 e críticas ao federalismo da Primeira República transformaram estes estados em importantes aliados do governo.

Segundo Pandolfi, a região era aliada natural do governo, pois, comparando ao restante do país, foi nela que o movimento revolucionário obteve maior apoio, inclusive com manifestações populares.²⁶ Medidas que beneficiavam os estados nortistas foram tomadas, como a criação da Delegacia do Norte em 12 de dezembro de 1930. A Delegacia tinha o objetivo de construir um elo entre as interventorias nortistas e o chefe

²² Cardoso, Vicente Licínio. “O Estado actual do problema das águas de esgoto nos centros de população do Brasil”, *Archivos de Hygiene*, v.4, nº1, 1930.

²³ Pandolfi, Dulce Chaves. “A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político”, *Regionalismo e centralização política: partidos e constituintes nos anos 30*, Gomes, Ângela de Castro et alii (coord.), Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980, p.341.

²⁴ Idem.

²⁵ Importante assinalar que na época, as citações referentes aos “estados do Norte”, compreendiam na verdade, a totalidade dos estados do Norte e Nordeste. Dessa forma, a análise se prenderá na medida do possível aos estados que constituíam a Amazônia (Amazonas, Pará e Território do Acre).

²⁶ Pandolfi, op.cit., p.345

do Governo Provisório.²⁷ Segundo a autora, tal atitude significava uma medida intervencionista e centralizadora, mas que poderia representar uma maior autonomia e projeção à região.²⁸ Devido a crises nas interventorias, a Delegacia foi extinta em fevereiro de 1931, mas, segundo Pandolfi cumpriu seu principal objetivo: consolidar “ideais centralizadores” na região. Dentro da perspectiva de reunir forças até então dispersas para conquistar um espaço maior junto ao Governo Provisório, foi constituído o Bloco do Norte, no início de 1931. Diferente da Delegacia do Norte, que foi um instrumento político criado pelo próprio Vargas, o Bloco do Norte foi articulado pelos próprios políticos nortistas, com vista a defender os interesses da região frente ao poder central.²⁹ Segundo Pandolfi, estava implícita na criação do bloco a oposição Norte-Sul: “Essa oposição, objeto de discursos tanto antes como após 30, acentuava as diferenças regionais, cujas causas eram fruto do próprio desenvolvimento econômico da sociedade brasileira.”³⁰ Entre as tarefas políticas dos articuladores do bloco, estava a oposição à convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, que, segundo eles, traria o país e principalmente o Norte de volta ao regime político anterior.

Concomitante às idéias formuladas pelo Bloco, uma agitação política ganhava força no Sudeste e até mesmo no Norte: o movimento constitucionalista de 1932, que de certa forma, ofuscou as ações do Bloco do Norte à medida que ações do movimento sulista começaram a se expandir pelo país. Em pouco tempo, já haviam em todo o território nacional diversos núcleos constitucionalistas, principalmente em Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo. No Pará, uma conspiração fora abortada em Belém, resultando na morte de um estudante. Em Óbidos, no mesmo estado, os constitucionalistas venceram algumas batalhas, chegando inclusive a ocupar a prefeitura da cidade e do município de Parintins, mas foram vencidos pelas tropas do governo

²⁷ A criação da Delegacia do Norte foi recebido pela imprensa do sul como um reconhecimento ao poder do movimento tenentista, um dos articuladores do projeto de centralização federal. O novo órgão foi chamado por jornalistas e políticos do sul de “Vice-Reinado do Norte” e o Delegado, Juarez Távora, seu “vice-rei”. Ver s/autor, “Vice-Reinado do Norte”, Abreu, Alzira Aves de et alii. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, 2000, versão CD-ROM.

²⁸ Pandolfi, op.cit., p.347.

²⁹ Pandolfi, op.cit., p.349.

³⁰ Pandolfi, op.cit., p.349.

quando estavam prestes a invadir o município de Itacoatiara.³¹ À medida que se acentuava o constitucionalismo no país, os estados do Norte realizavam manifestações públicas de apoio ao Governo Provisório, com a participação de todos os estados da região. Em 1932, durante uma passeata popular em Pernambuco que contou com apoio de todos os interventores nortistas, foi criado o Comitê Revolucionário, dando início a “Campanha Cívica Pró-Revolução e Contra os inimigos da República”. Estes esforços tinham o objetivo de fortalecer o Governo Provisório frente ao avanço dos constitucionalistas, chegando ao ponto de no dia 1º de julho do mesmo ano serem enviadas a São Paulo brigadas nortistas para lutar contra a Revolução Constitucionalista que tomava conta do estado.³²

Estas mobilizações em defesa do governo de Vargas ocorreram exclusivamente nos estados do Norte e com a participação de setores significativos da população.³³ Mesmo derrotados militarmente em São Paulo, os constitucionalistas conseguiram acelerar o processo de convocação da Assembléia Constituinte, principal objetivo do movimento. Mais uma vez os nortistas saíram derrotados politicamente, mas continuaram vendo no apoio ao presidente uma possibilidade de ascensão no âmbito federal.³⁴ Os três primeiros anos do Governo Provisório (1930-1933) representaram a consolidação dos estados Norte como importantes suportes políticos de Getúlio Vargas. O contexto nacional mudara novamente.³⁵ De apoio à manutenção do sistema provisório, os nortistas passaram a defender posições favoráveis ao governo na Assembléia Constituinte.³⁶

Através da criação da União Cívica Nacional (UCN), estes estados estavam coesos para, em conjunto com o presidente, enfrentar a oposição na Assembléia Nacional. O objetivo da coligação naquele momento era garantir a adoção de suas idéias em um possível “pacto fundamental pela ordem”.³⁷ No dia 3 de maio de 1933, as

³¹ Ver Coimbra, Creso. *A Revolução de 30 no Pará: Análise, crítica e interpretação da história*. Conselho Estadual de Cultura, Belém, 198, pp.321-329. Segundo o autor, a Revolução Constitucionalista do Pará teria relação com as críticas de trabalhadores liberais e estudantes à interventoria de Magalhães Barata, que sofria forte oposição destes setores. Para Coimbra, “A Revolução de 32 é um marco, um divisor de águas, que veio definir o relacionamento do interventor com a sociedade civil e o corpo político do Estado, além de ser um momento afirmativo da consciência democrática dos paraenses” (p.329).

³² Pandolfi, op.cit., p.356.

³³ Pandolfi, op.cit., p.357.

³⁴ Idem.

³⁵ Ibidem

³⁶ Idem.

³⁷ Ver s/autor, “União Cívica Nacional”, Abreu, op.cit.

eleições se processaram em todo o país, opondo os interventores filiados à UCN e os partidos de oposição. Os partidos da situação colocaram a serviço de seus candidatos toda a máquina político-administrativa dos estados. Consequentemente a oposição sofreu uma grande derrota no pleito daquele ano.³⁸ Sob este instável e dinâmico contexto político, ocorreu a primeira viagem de Getúlio Vargas às federações nortistas, aguardada pelos líderes locais e prometida pelo presidente desde ano anterior.³⁹

Para Getúlio Vargas, a questão principal que enfrentaria na Assembléia Nacional Constituinte era a escolha do futuro presidente da República. Tal situação colocava em cheque sua continuidade no poder. Para prosseguir no cargo, o apoio das federações do Norte mais uma vez seriam de suma importância. Em 1933, o presidente viajou para todos os estados do Norte do país, e discursou em Belém.⁴⁰ Vargas, ao tratar das condições de vida dos amazônidas, reafirmou a idéia de uma eterna luta entre o homem e a natureza.

O grandioso na natureza, inicialmente, assombra amesquinhado o homem. Depois vem a reação. Faz-se a análise retrospectiva do que representa a civilização como vitória da humanidade contra as forças brutais da natureza e adquire a consciência de que o homem vencerá a Amazônia, terra virgem a emergir do caos primitivo, único pedaço do planeta cuja conformação final ainda se processa..⁴¹

A visão constituída da Amazônia como um ambiente selvagem aponta para possíveis influências da vasta literatura anterior de viajantes como Humboldt e Agassiz e leituras de contemporâneos. O deslumbramento presente nos relatos que se originaram das viagens científicas de séculos anteriores contribuiu para a construção de uma visão

³⁸ Posteriormente, a UCN defendeu na Assembléia Nacional Constituinte medidas como a eleição indireta para presidente da República, a representação classista e a formação de um conselho supremo da República. No entanto, em lugar de tornar-se um partido nacional, a UCN desarticulou-se gradativamente, desaparecendo algum tempo depois da instalação da Constituinte. Ver s/autor, "União Cívica Nacional", Abreu, op.cit.

³⁹ A viagem de Vargas ao Norte do país estava prometida desde 1932, ano que Juarez Távora, importante liderança nortista, esteve na região a mando do presidente e foi recebido com grande aceitação popular por significativa parcela da população. Ver Pandolfi, op.cit., p.356.

⁴⁰ A viagem de Getúlio Vargas em 1933 teve considerável importância no contexto do Governo Provisório. Desta forma, discordamos da análise de Cabreira, que estabelece uma comparação entre as viagens de 1933 e 1940, concluindo que "a segunda [viagem] teve um alcance bem maior que a primeira" (p.2). Este "alcance maior" se deve principalmente à conjuntura específica do Estado Novo: propaganda e divulgação massivas patrocinadas pelo governo. Mas estabelecer uma simples comparação entre as duas viagens é perigoso, pois são dois contextos distintos. O primeiro, um governo provisório tentando obter apoio (1933) o segundo, uma ditadura já consolidada, em busca de legitimação (1940).

⁴¹ Vargas, Getúlio. "A Borracha e o aproveitamento das riquezas naturais da Amazônia", *A Nova Política do Brasil*, Vol.II. Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, 1938, p.177.

naturalista, que se misturou com as diversas tentativas de desvendamento dos processos históricos ocorridos na região.⁴²

Em sua pesquisa, Weinstein afirma que o cenário físico não determinou a estrutura do negócio da borracha, mas colocou certos limites à ação do homem:

A complexidade e a vastidão do ambiente natural da Amazônia não apenas atuou no sentido de frustrar os esforços de inovação técnica e de racionalização da produção, como ainda agiu profundamente sobre as atitudes da população da região em relação à exploração dos recursos materiais. Não se sugere, com isso, que o cenário físico tenha determinado a estrutura do negócio da borracha; contudo, de fato colocou certos limites ao empreendimento humano.⁴³

No discurso, Vargas também externou os projetos do governo em relação à Amazônia, além de culpar o nomadismo aventureiro que teria caracterizado a ação do homem na vida amazônica resultando na semelhante ação do poder público:

Se o indivíduo, ofuscado pela ambição de enriquecer, veloz e facilmente, se atirava, sôfrego e imprevidente, em um mundo que lhe era desconhecido (...) o Estado, por sua vez, imitava-o, envolvendo-se no mesmo surto de desacertos e imprevidências.⁴⁴

Prometendo novos tempos para a população local, Vargas discorre sobre os principais problemas da Amazônia:

O problema capital da Amazônia consiste em transformar a exploração nômade em exploração sedentária. Para isso, é preciso povoá-la, colonizando-a, fixando o homem ao solo. Mas o solo da Amazônia, exuberante em flora e fauna, com a sua fertilidade impetuosa e hostil à atividade humana, é conquista, certamente, rude e difícil. Em verdade, o problema é mais complexo do que em qualquer outra região do país, visto exigir saneamento prévio das zonas mais favoráveis ao trabalho do homem. Além de facilitarmos o encaminhamento de correntes imigratórias economicamente aparelhadas e produtivas, devemos começar localizando os elementos nacionais dispersos, mediante

⁴² Santos, Fernando Sérgio Dumas. *Os caboclos das águas pretas: Saúde, ambiente e trabalho no Século XX*. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2003, p.18.

⁴³ Weinstein, op.cit, p.17.

⁴⁴ Vargas, Getúlio. "A Borracha e o aproveitamento das riquezas naturais da Amazônia", *A Nova Política do Brasil*, Vol.II. Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, 1938, p.178.

auxílio eficiente e assistência sanitária, em condições de aproveitar as suas energias e espírito de sacrifício.⁴⁵

Vargas sinalizou para os métodos colonizadores que pretendia seguir, através dos resultados obtidos pela empresa Ford no Tapajós e de núcleos japoneses localizados no estado do Pará.⁴⁶ Os americanos, devido aos amplos recursos financeiros que possuíam, se fixaram à margem das grandes vias fluviais, sistematizando a exploração da borracha.⁴⁷ Construíram colônias de trabalho racional e progressivo, com aparelhagens completas de defesa sanitária e de meios de adaptação econômica, transformando “a floresta inóspita em centro promissor de riqueza agrícola e industrial”.⁴⁸ De forma diferente, os japoneses centraram-se no esforço individual, constituindo agrupamentos sob vigilância higiênica e técnica.⁴⁹ Dessa forma, para Vargas, a região estaria em condições ideais para sua recuperação.⁵⁰

O discurso de Getúlio Vargas explicita a preocupação do governo em relação à região: a colonização destas localidades, seguindo métodos que foram adotados anteriormente por colônias estrangeiras. Porém o governo ainda não tinha autonomia suficiente para levar à prática suas reformas. Em junho de 1934, Vargas pronunciou um discurso à nação na Assembléia Nacional Constituinte apontando três metas para o progresso do país: sanear, educar e povoar. Afirmou também que uma das maiores diretrizes das “evidentes aspirações nacionais” seria o estudo metódico da colonização da Amazônia.⁵¹ Este também foi o período em que a Constituição foi promulgada, e, a despeito dos desejos do presidente, propôs um modelo de Estado mais liberal e menos centralizador.⁵² Em 17 de julho de 1934, a Constituinte elegeu Getúlio presidente.

⁴⁵ Vargas, op.cit., p.179.

⁴⁶ Idem

⁴⁷ Ibidem.

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ Ibidem

⁵⁰ Idem.

⁵¹ Vargas, Getúlio. “O Brasil em 1930 e as realizações do Governo Provisório”, *A Nova Política do Brasil*, Vol. III, Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 1938, p.245.

⁵² Pandolfi, Dulce Chaves. “Os anos 1930: as incertezas do regime”, Delgado, Lucília e Jorge Ferreira. *O Brasil Republicano- o tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, p.29

1.2 – “Um sinistro carnaval” e a “ameaça vermelha”: Álvaro Maia discursa na Constituinte.

No mesmo ano, Álvaro Maia, então deputado federal, proferiu na Assembléia Constituinte um discurso contundente sobre a situação de seu estado.⁵³ De início, Álvaro Maia saudou a Revolução de 30, que

acendera um estopim em cada trabalhador brasileiro, tem propiciado reais favores aos que se agitam nos grandes centros urbanos, porém, pelo espaço curto de três anos, ou pela intensidade territorial em que vivemos, não foi possível irradiar benefícios aos obreiros sitiados nas florestas, sendo no Amazonas mais de 200.00.⁵⁴

O deputado traçou um panorama dos trabalhadores locais, comparando-os com os trabalhadores estrangeiros, que Vargas mencionara em seu discurso no Pará:

O operário estrangeiro daquelas regiões, subordinado a horas certas de atividade, nutre-se bem, defende-se melhor, e opera em casas abrigadas. O seringueiro, o balateiro, o castanheiro, sustentando-se irregularmente, passam dias e noites expostos às intempéries, com sentidos alertas ante as ameaças que os rondam, comuns a natureza inviolada. Obedece o estrangeiro à mortabilidade de labor em que se especializou: o nacional violentando selvas sem caminhos, confundindo-se com as próprias águas, enfrenta obstáculos inesperados, vários num só dia, e improvisa e domina todas as profissões. **Pode ser indomesticado, rebelde até à barbaria, mas nunca indolente e fraco esse homem que se considera abandonado pela sua pátria, mas é o maior defensor dessa mesma pátria. Não blasona, não bravateia, não quixoteia: age na oportunidade, feroz e indomável. Limpa, destoca a vereda por onde os mais felizes avançaram depois.** Walcott, cientista norte-americano, que dirigia o hospital Candelária, em Porto-Velho, combateu essa apregoada fraqueza. Verifique-se o inverso - o organismo mais atlético, mais hematosado, sob a sucção dos ancilóstomos, sob a dança dos hematozórios, sob os cintos de aço das polinevrites, e veja-se o molambo que daí sairá, incapaz do menor esforço. E o falecido presidente Teodoro Roosevelt, ao

⁵³ Álvaro Maia foi interventor federal do Amazonas no período de 1930-33, deputado federal em 1933-35, governador do Amazonas entre 1935-37 e por fim, interventor federal entre 1937-45. Em conjunto com a política, Maia desenvolveu carreira na Literatura. Fundou a poltrona número 7 da Academia Amazonense de Letras, sendo reconhecido escritor e poeta. Publicou diversas obras. Ver s/autor, “Álvaro Maia”, Abreu, op.cit.

⁵⁴ Maia, Álvaro. *Panorama real do Amazonas*. Manaus : Tipografia Phenix, 1934, p.1

observar a tenacidade dos canoeiros na passagem do rio das Dúvidas não se conteve falou: e dizem que os brasileiros são indolentes... Um país que possui filhos como estes (...) está destinado a ir muito longe (grifo meu).⁵⁵

A explanação traz visões comuns à época, que posteriormente serão sujeitas a uma análise mais ampla. Por ora, é suficiente indicar algumas impressões que o discurso traz acerca do habitante do Amazonas. Partindo desta construção proposta, a alcunha de “indomada” não se aplicava apenas à natureza, mas também aos trabalhadores retratados. Neste trabalho de “domesticação”, o saneamento ocuparia um espaço se não principal, importante, pois estaria provado que os cuidados médicos significariam a redenção destes habitantes, que sadios, trariam benefícios ao desenvolvimento da região. O contexto político é diferente, mas é impossível não apontar certas semelhanças com a “descoberta” dos sertões promovidas por médicos e intelectuais durante a Primeira República.⁵⁶ Outro aspecto importante é a crença na medicina “oficial” e a ausência de citação às terapêuticas populares desenvolvidas por estes habitantes nos cursos dos séculos. Em um momento de afirmação da profissão médica, muitas destas práticas seriam consideradas falsas e charlatãs.⁵⁷ Álvaro Maia ressaltou também que o Amazonas viveu relegado ao abandono pelos governos centrais, incluindo o abandono social, porque

em certas regiões fronteiriças, as crianças brasileiras atravessam o território pátrio, para ir freqüentar as escolas dos países vizinhos, aprendendo uma língua diferente da dos seus país!.⁵⁸

Mostrou-se preocupado também com a “influência vermelha” nesses povos flagelados, pois

⁵⁵ Maia, op.cit, p.12

⁵⁶ Diversos trabalhos têm se dedicado a este tema. Nesta linha de estudos podemos destacar dois: Lima, Nísia Trindade. *Um Sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Revan, IUPERJ-UCAM, 1999 e Lima, Nísia Trindade e Hochman, Gilberto. “Pouca Saúde e Muita Saúva: sanitarismo, interpretações do país e ciências sociais”. Hochman, Gilberto e Diego Armus (Orgs.). *Cuidar, Controlar, Curar: ensaios histórico sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004, pp. 493-532.

⁵⁷ Sobre o uso de terapêutica popular por parte das populações da Amazônia, ver Santos, Fernando Sérgio Dumas dos. “Tradições populares de uso de plantas medicinais na Amazônia”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol.VI (suplemento), setembro 2000, pp.919-939 e também Santos, op.cit., 2003.

⁵⁸ Maia, op.cit., p.13

o abandono possibilitará a essa gente, cujo desespero transborda pela amargura, cujas intenções apream a outros rumos, sob a influência das doutrinas vermelhas que subvertem até sociedades antigas e conservadoras.⁵⁹

Chamou a atenção para o abandono histórico do Amazonas, que teria possibilitado o surgimento de propaganda comunista, através de folhetos e cartazes.⁶⁰ Expôs também a situação em que se encontrava o estado:

Ora, em face a essa propaganda, que me abstenho de comentar, com tantos homens desempregados por falta de trabalho ou especialização técnica, não digo de terra, porque esta, pela imensidade inexplorada, inexplica o chômage. Com famílias inúmeras sem assistência hospitalar e medicamentosa, ninguém pode impedir a influência daquelas doutrinas, que prometem desescravizar o homem rural. Em mais de um ponto do Brasil, as tangas substituem o vestuário mais rudimentar; crianças, em bandos errantes, sem escola, perdem-se pelas estradas; hansenianos, doentes de Chagas, verminóticos, paludados formam um sinistro carnaval.⁶¹ A mortalidade infantil, resultante da falta de educação, enche os quadros estatísticos, 50%, 60%! Assombroso num país que suplica por braços de todas as cores, todas as raças! E, por falta de assistência, há localidades, (...) em que se nasce, se morre, mas não se vive.⁶²

O discurso teve repercussão nos periódicos da época: *O Jornal do Brasil* chamou atenção ao “sadio patriotismo” de Maia e desejava que “a palavra de Álvaro Maia, recebida pela imprensa com os mais entusiásticos louvores, reflita na consciência dos guieiros do Brasil.” *O Jornal* abordou o discurso pelo prisma das leis sociais, que estariam sendo cumpridas somente nos grandes centros, e que até o momento não teriam penetrado nos sertões. *O Diário Carioca* tinha como título para o discurso de Maia “Uma oração brilhante” e afirmou que “A situação no Amazonas, no plano de nossas realidades, e as suas possibilidades infinitas, ouviram ao bosquejo de um quadro que o Sr. Álvaro Maia soube traçar modelarmente”.⁶³

Álvaro Maia elogiou a atuação das missões católicas atuantes no estado, chamando atenção especial aos missionários salesianos, que foram responsáveis por

⁵⁹ Maia, op.cit., p.14.

⁶⁰ Maia, op.cit., p.14.

⁶¹ Paludados – termo referente aos doentes de malária, também chamada na época de impaludismo, paludismo ou febre palúdica.

⁶² Maia, op.cit., p.14.

⁶³ As notícias foram publicadas em Maia, op.cit., pp 3-5

milhares de índios catequizados, alguns até especializados em profissões técnicas. Segundo o deputado, organizações particulares como estas preenchem uma lacuna deixada pela ausência do Estado nos cuidados à população, além de realizarem um trabalho importante com a demarcação de fronteiras.⁶⁴ A seguir, vamos analisar as ações destas organizações particulares na década de 30, enfocando a atuação das missões salesianas, e também as alterações na estrutura da saúde pública a partir da atuação de Gustavo Capanema frente ao ministério.

1.3 – A saúde do amazônida sob cuidado de Missões Religiosas

Com o advento da República, o Brasil tornou-se um país laico e ao assegurar a liberdade de culto, sinalizou também à independência para o trabalho missionário, que se expandiu pelo país.⁶⁵ As missões chegadas ao Brasil no início do século XX estabeleceram práticas de atuação que tinham como base as sedes municipais, inicialmente através da instalação das prefeituras apostólicas, posteriormente transformadas em dioceses e prelazias. As ações missionárias se desenvolveram nas cidades e tinham como principais objetivos a catequese indígena, a evangelização e a educação para o trabalho, através de seminários de ensino de artes e ofícios voltados para o universo masculino e educação feminina. Como visto anteriormente, Álvaro Maia atribuía as Missões Salesianas papel de extrema importância para a catequização dos índios, vista como “redentora”. No “sinistro carnaval” prefigurado pelo interventor, os cuidados com as doenças se tornariam de vital importância para estes missionários. Um dado relevante é que os Salesianos foram os únicos a construir hospitais em suas área de atuação.⁶⁶

Os Salesianos viam a população camponesa do Amazonas como “perdida” e sem rumo. Pedro Massa, chefe da prelazia do rio Negro, definiu que sua função principal era arrancar os “pobres caboclos” de sua vida errante pela borracha e fixá-los ao solo e, assim procurar livrar os índios da “quase escravidão” dos contratos onerosos.⁶⁷ Massa culpava as doenças, como a malária, que seria a “entidade mórbida de índice endêmico

⁶⁴ Maia, op.cit., p.15.

⁶⁵ Pires Menezes, M.L. “Trabalho e Território: as missões católicas no interior do estado do Amazonas, Brasil”. *Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona*, vol. VI, nº 119 (11), 2002, p.2. Disponível no sítio <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-11.htm>, último acesso: 22/02/2007, 3:30

⁶⁶ Pires Menezes, op.cit., p.3.

⁶⁷ Massa, Monsenhor Pedro. *Pelo Rio Mar: As Missões Salesianas no Amazonas*. Rio de Janeiro, Estabelecimento de Artes Gráficas C. Mendes Junior, 1933, p.26.

mais elevado, podendo-se dizer sem exagero serem infectados quase todos os habitantes do rio negro” e a ancilostomose pela “morbidez total de seus habitantes e essa indolência e esse aspecto de profunda decadência”.⁶⁸ Pode-se afirmar que os missionários seguiam orientação parecida com os médicos do governo ao se deparar com o quadro local: uma região que não teria nada, cujos medicamentos se resumiam à “feitiçarias”.⁶⁹ Para os missionários, não haveria espaço para a terapêutica popular e hábitos que não eram reconhecidos como usuais. A resistência à imposição de outros hábitos era igualmente mal vista. Um exemplo foi a aplicação de quinino, medicação utilizada no combate à malária, que fora recebido com desconfiança pela população local. Segundo Pedro Massa, os habitantes preferiam curar-se através de “curandeirismos”:⁷⁰

Custou muito vencer esse ambiente de repugnância e de abandono, vendo no começo maldados completamente seus esforços na distribuição de remédios, que eram recusados, ou aceitos, às vezes, para serem, logo atirados ao rio, num gesto de desconfiança e desprezo. Os primeiros dois quilos de quinina duraram mais de um ano e em geral os outros remédios iam se estragando lamentavelmente no longo abandono das prateleiras. Mas também essa dificuldade foi cedendo à lenta e vitoriosa ação penetradora: funcionam agora vários dispensários e farmácias, para as quais o ilustre e generoso americano dr. Hamilton Rice ofereceu completos laboratórios bacteriológicos; tem sido intensa e constante nestes últimos anos a distribuição de remédios.⁷¹ (...) Na realização lenta, mas perseverante de uma tarefa, cuja benemerência social e cujo alcance higiênico não se podem diminuir, principalmente depois que os trabalhos de Miguel Pereira e Belisário Penna expuseram o quadro sinistro da miséria fisiológica das populações sertanejas do Brasil.⁷²

No curso dos anos 30, Pedro Massa, o chefe desta prelação, solicitou ajuda financeira através de missivas diretamente ao presidente ou aos ministros, como podemos ver na correspondência abaixo, datada de 1933.

⁶⁸ Massa, op.cit., p.27.

⁶⁹ Massa, op.cit., p.29

⁷⁰ Idem.

⁷¹ Hamilton Rice: médico e explorador norte-americano que empreendeu entre 1924-25 uma expedição à Amazônia brasileira. Tinha o objetivo de pesquisar a oncocercose, doença causada por verme parasita que pode levar à cegueira. Realizou levantamentos geográficos e médicos na bacia do rio Branco até a nascente de seu afluente Uraricoera, na serra Parima. Ver Sá, Magali Romero e Maia-Herzog, Marilza. “Doença de além-mar: estudos comparativos da oncocercose na América Latina e África”, *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 2003, vol. 10, no. 1, pp. 251-258.

⁷² Massa, op.cit., p.35

(...) Venho, por meio desta, agradecer em primeiro lugar a concessão bondosamente feita para V. Excia o quinino para combate aos surtos epidêmicos do Rio Negro e Madeira (...) o fim principal porém pelo qual havia solicitado nova audiência (...) diz respeito ao desdobramento da subvenção já bondosamente concedido às duas prelasias do Rio Negro e Porto Velho, responsáveis separadamente pelas obras de assistência fundadas e mantidas pelas Missões Salesianas no Amazonas. É um assunto da maior relevância para nós, pois, conforme tive a honra de conversar pessoalmente com V. Excia, estancaram-se neste ano, as fontes de receita extraordinária com que contei até fins de 1932. (...) V. Excia, conhecendo as condições a que ficamos reduzidos neste ano, se digne determinar os auxílios, que nos permitam continuar aquelas obras, (...).⁷³

Durante o governo Vargas, todas as correspondências enviadas ao presidente passavam pela Secretaria da República. A Secretaria foi instituída no início dos anos 1930 e tinha o objetivo de funcionar como canal de comunicação entre o governo central e as diversas camadas da sociedade. Sua função, de caráter predominantemente administrativo, caracterizava-se, todavia, por intensa atividade política. Segundo Ferreira, a Secretaria possuía um certo grau de autonomia administrativa, atuando e trocando informações com diversas instituições estatais, desde grandes ministérios até pequenas prefeituras, além de ser responsável por toda a correspondência endereçada ao presidente, tanto a de um chefe de estado estrangeiro quanto a de outros setores da sociedade.⁷⁴ Ao receber essas correspondências, a secretaria as transformava em processos administrativos e, de acordo com o assunto, enviava-os a órgãos estatais que pudessem dar um parecer a uma possível resposta.⁷⁵

As correspondências de Pedro Massa a Getúlio Vargas eram constantes e com certo padrão: agradecia as boas ações do governo federal para a Missão, porém, ao longo da missiva, evidenciava os problemas enfrentados pela prelasia. No fim, terminava agradecendo ao governo, como veremos a seguir nesta correspondência datada de 1935.

Como V. Excia conhece, estas missões são consideradas obras de assistência pública, não somente pelo número de institutos assistenciais que mantém (...) como também (...) na defesa indireta de fronteiras, com ensino da língua nacional, história pátria,

⁷³ Fundo Ministério da Educação e Saúde Pública, doravante MESP, Lata 33, Pacote 4. Este acervo encontra-se sob guarda do Arquivo Nacional.

⁷⁴ Ferreira, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: O imaginário popular*. Rio de Janeiro, FGV, 1997, p.149.

⁷⁵ Ferreira, op.cit., p.150.

alfabetização dos índios, sua fixação ao solo, sua defesa sanitária e ensino agrícola e profissional, incorporando-os assim à vida civilizada do País: nestes últimos anos tem-se gasto perto de 1.000\$000 anualmente e, no ano passado, pelos balancetes que , junto, pode V. Excia constatar a despesa realizada 956:813\$540 na prelazia do Rio Negro (...) Do outro lado, as despesas das missões estão em contínuo aumento, dado o encarecimento de vida, o número elevadíssimo de alunos e de doentes, que devemos sustentar, a pobreza extrema de milhares de caboclos que vivem abandonados, quase nus e flagelados pelas febres, juntando-se a tudo isto os novos trabalhos de assistência a se iniciarem nas tribos indígenas, que, pelos novos limites com a Colômbia, passaram a pertencer ao Brasil, e as quais devemos também assistência e proteção, afim de que permaneçam em território nacional (...) Recorri á Rockefeller Foundation de New York, que me havia dado relevante auxílio, tendo-me porém comunicado ultimamente que lhe não ser mais possível atender ao meu apelo. O congresso nacional votou em 2ª discussão a subvenção de 200:000\$000 para as povoações indígenas do Rio negro. (...) Esses auxílios porém dependem da nossa lei de Subvenções, em discussão no congresso nacional, e, da alta aprovação de vossa excelência, motiva este de fundada esperança para mim, pois V. Excia se tem dignado olhar sempre com particular simpatia e carinho para essas obras assistenciais do Amazonas, o que de coração penhoradíssimo, agradeço. Dados porém as circunstâncias acima expostas, a diminuição sensível de socorros particulares, a falta de auxílio por parte do estado do Amazonas – a se debater em pavorosa crise – (...) insuficientes as subvenções que nos são concedidas, pelo que ousou dirigir a v. Excia – que tem tido conosco repetidos gestos de proteção e amparo, que penhoram imenso minha gratidão- solicitando de sua benevolência queira conservar as subvenções votadas(...)”⁷⁶

Como exposto na missiva, a prelazia já havia recebido apoio financeiro da Fundação Rockefeller, que atuava na região desde 1923. Este dado mostra a rede de relações que a missão procurava estabelecer.⁷⁷ Cueto assinala que a Fundação estabeleceu suas atividades de forma independente a qualquer outro serviço de saúde pública brasileiro, pois faltaria confiança com as instituições locais.⁷⁸ Esta missiva é um exemplo de como as relações entre as agências de saúde internacionais não

⁷⁶ GCPR, Lata 121, Pacote 2.

⁷⁷ A Fundação Rockefeller ficou responsável em 1923, pela administração do Serviço de Febre Amarela no norte do país. Um posto foi instalado em Manaus para o combate à endemia, que em 1925, teve sua incidência demonstrado considerável queda em 1925. Ver Cueto, Marcos. “Los ciclos de Irradicación: la Fundación Rockefeller y la salud pública latinoamericana, 1918-1940”. Cueto, Marcos. *Salud, Cultura y Sociedad en America Latina*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos/Organización Panamericana de la Salud, 1996, p.191.

⁷⁸ Cueto, op.cit., p.191.

funcionavam de forma tão monolítica. A necessidade de estabelecer vínculos de confiança resultou em processos de adaptação destas agências às localidades onde realizaram atividades médicas.⁷⁹

O canal aberto pela Secretaria da Presidência da República promovia uma nova relação com o poder, devido à confiança de que as cartas chegariam ao presidente, assim como a certeza de uma resposta. Como aponta Ferreira, esse mecanismo foi amplamente usado e explorado.⁸⁰ O trabalho destes missionários desempenhou importante papel na afirmação da soberania territorial estatal, na nacionalização da população e no processo de urbanização nas bordas fronteiriças.⁸¹

1.4 – Reforma Capanema e as endemias da Amazônia.

Mesmo com a boa receptividade do discurso de Álvaro Maia, o Departamento Nacional de Saúde (DNS) ainda não tinha um plano formado para o combate à malária. O médico Genserico de Souza Pinto, em artigo publicado nos *Arquivos de Higiene*, publicação oficial do DNS, mencionou a pouca atenção recebida pela doença:

Das doenças que assolam as vastas regiões dos campos, é a malária a única que causa prejuízos muitas vezes em massas, pelo abandono forçado do trabalho, pela interrupção integral das atividades(...) Mas esse quadro só impressiona a uma pequena classe: aos sanitaristas, aos epidemiologistas, aos tropicalistas (...) porque o impaludismo não é doença de mortalidade elevada, como o cólera, a varíola, a peste e o vômito negro.⁸²

Em 26 de julho de 1934, Gustavo Capanema assumiu a direção do MESP, que, a partir daquele momento, começou a ter sua estrutura consolidada gradualmente.⁸³ Um ano e meio após sua posse, o ministro encaminhou a Vargas uma proposta de reformulação estrutural e institucional do ministério.⁸⁴ Segundo Capanema, a reorganização era de caráter urgente, pois o MESP passara por diversas reformas

⁷⁹ Um autor que trabalha sob esta perspectiva é Steven Palmer, que analisou as adaptações que a Fundação Rockefeller teve de passar na Costa Rica. Ver Palmer, Steven. “Saúde Imperial e Educação Popular: a Fundação Rockefeller na Costa Rica em uma perspectiva centro-americana”. Hochman, Gilberto e Diego Armus (Orgs.). *Cuidar, Controlar, Curar: ensaios histórico sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004, pp. 217-248.

⁸⁰ Ferreira, op.cit., p.151.

⁸¹ Pires Menezes, op.cit., p.20.

⁸² Pinto, Genserico de Souza, “Como encarar o problema da Malária”. *Arquivos de Higiene*, v.5, nº2, 1936, p.35.

⁸³ Fonseca, op.cit., p.137.

⁸⁴ Ide.

parcias que não tinham resultaram em uma estrutura sólida.⁸⁵ Em dezembro de 1936, o ministro apresentou à câmara legislativa o plano de reestruturação do ministério. Uma das principais orientação da reforma seria a expansão dos serviços públicos de saúde para diferente regiões do país.⁸⁶ Segundo Capanema, isso possibilitaria o aumento da presença do MESP nas federações, mas o projeto não foi aprovado por falta de quórum.⁸⁷ O processo de votação foi transferido para a legislatura seguinte e, em janeiro de 1937 o projeto foi sancionado, através da lei nº378.⁸⁸ Segundo Fonseca, a lei tinha de forma implícita estratégias que tornassem possíveis ações coordenadas e centralizadas, com o objetivo de ampliar a abrangência do poder público em todo o território nacional.⁸⁹ A lei afetou o ministério, que teve seu nome mudado para Ministério da Educação e Saúde (MES). Para efeitos administrativos, o território nacional foi dividido em oito regiões, contando cada uma delas com uma Delegacia Federal de Saúde. As delegacias tinham como função supervisionar as atividades necessárias realizando uma ponte entre a União e os serviços locais de saúde pública e assistência médico-social, além da inspeção dos serviços federais.⁹⁰ De acordo com Fonseca, as delegacias federais de saúde representaram o primeiro passo para a sistematização, organização e expansão do poder público federal para outras regiões, funcionando como importantes órgãos intermediários entre o governo federal e os estados.⁹¹

Mesmo se efetivando antes da instauração do Estado Novo, a reforma estava alinhada às orientações centralizadoras do Governo, estabelecendo hierarquias de comando e iniciando um intenso processo de normatização na saúde pública. Mas atos administrativos não representam mudanças imediatas nas condições de saúde das localidades mais afastadas. Doenças como lepra e malária continuavam atingindo a Amazônia. Médicos do período interpretavam estas endemias como estorvo ao desenvolvimento do país. A lepra, por exemplo, era vista como a “doença que nos avilta aos olhos do mundo civilizado e que incapacita para o trabalho milhares de

⁸⁵ *Ibide*.

⁸⁶ Fonseca, *op.cit.*, p.138.

⁸⁷ Fonseca, *op.cit.*, p.140

⁸⁸ Lei nº 378 de 13/01/1937. Disponível para consulta em Visa Legis (Legislação em Vigilância Sanitária) <http://e-legis.bvs.br/leisref/public/showAct.php?id=19560&word=> último acesso:12/03/2007, 17:37.

⁸⁹ Fonseca, *op.cit.*, p.152.

⁹⁰ Lei nº378 de 13/01/1937. No próximo capítulo, uma análise mais detida sobre a distribuição das Delegacias Federais de Saúde será feita.

⁹¹ Fonseca, *op.cit.*, p.163.

brasileiros”.⁹² A orientação à profilaxia moderna da doença necessitaria se impor, através do fim do isolamento e a inevitável criação de dispensários, vista como urgente, adequando o país às avançadas medicinas ocidentais.⁹³ Mesmo reconhecendo a imprecisão dos dados estatísticos, o DNS divulgou dados preliminares:⁹⁴

1) No Território do Acre o cálculo seria de 234 casos, admitindo-se 400. E havia apenas um leprosário, cuja capacidade de atendimento era de 55 pacientes.

2) No Amazonas, as estatísticas preliminares apontavam 1250 casos, sendo que 30% (375) destes portariam a manifestação contagiante da lepra. O estado contava com o leprosário em Paricatuba, cuja capacidade era de 300 pacientes.

3) O Pará teria cerca de 4.000 doentes de lepra. Destes, apenas 555 estariam isolados. Para acrescentar mais um dado alarmante, 50% destes portariam a forma contagiante da doença.⁹⁵

A malária também era vista como obstáculo ao crescimento de populações distantes. O diagnóstico da doença apresentado para a região amazônica era igualmente alarmante. O médico Genserico de Souza Pinto descreveu a incidência de malária na Amazônia, expondo a especificidade da endemia em cada federação. De maneira geral, o médico conclui que a vida naquelas localidades seria sombria, pois a malária “a serviço da morte, parece ter assentado seu reino”.⁹⁶ A seguir, suas considerações sobre cada estado da região Amazônica:

1 – Pará:

O estado do Pará é intensamente invadido pelo impaludismo e, praticamente, nada escapa de seu vasto território, desde Bragança a Belém, de Iguape-Mirim a Cametá, de

⁹² “Ante-projeto do Regulamento Sanitário – Elaborado pela Seção Técnica de Saúde Pública da Diretoria Nacional de Saúde e Assistência, com a cooperação de comissões de especialistas, dentro do prazo fixado no artigo 15 do decreto 24.814, de 14/7/1934, e entregue ao exmo. Sr. Ministro da Educação e Saúde.”, *Arquivos de Higiene*, vol.5, nº 2, 1935, pp.137-141.

⁹³ *Idem*.

⁹⁴ Neste período, a Amazônia era considerada como a união do Território do Acre, Amazonas e Pará. Apenas em 1943, quando os territórios do Guaporé, Amapá e Rio Branco foram criados através do decreto lei nº5812 que novos estados se incorporaram à extensão territorial total da região.

⁹⁵ “Ante-Projeto do Regulamento Sanitário – Elaborado pela Seção Técnica de Saúde Pública da Diretoria Nacional de Saúde e Assistência, com a cooperação de comissões de especialistas, dentro do prazo fixado no artigo 15 do decreto 24.814, de 14/7/1934, e entregue ao exmo. Sr. Ministro da Educação e Saúde.”, *Arquivos de Higiene*, vol.5, nº 2, 1935, p.120

⁹⁶ Pinto, *op.cit.*, p.41.

Macajuba e Bicão a Alcobaça, até aos pontos extremos do estado. Na Ilha de Marajó, devem ser apontados Claves, Afuá, Ananaz, Saue. Os vales do Tocantins, do Oiapoque, do Tapajós, (...) merecem especial menção.⁹⁷

2 – Território do Acre: “O Acre oferece o mesmo quadro desolados, onde as margens do Xapury, do Abunã, do Acre e outros são fontes de doenças e morte”.⁹⁸

3 – Amazonas:

Na zona periférica de Manaus notam-se efeitos da endemia que está por todos os lados, em São Raimundo, Girão, Cachoeirinha, Vila municipal. Longa e exaustiva seria a enumeração dos pontos do estado do Amazonas onde a fertilidade e a exuberância do solo correm parilhas com os calafrios, a anemia e a morte (...) Do Madeira, a parte alta é horrivelmente castigada (...) Na parte alta, está situada a famosa estrada de ferro de tétrica memória, onde ainda as febres devoram os homens. No Baixo Amazonas, há localidades onde o índice epidêmico não é elevado (...) é-o, porém, nas regiões dos Solimões e do Javari, do Juruá e do rio Negro, do Purus e Mamoré.⁹⁹

Retomando um argumento inicial, estes discursos não se apoiavam em dados precisos. Dessa forma, as falas teriam o intuito de chamar a atenção do governo federal às condições destas localidades. Como visto, esta estratégia discursiva encontrou ressonância em políticos e médicos.

Em 1936, Manuel Monteiro, interventor interino do Amazonas, pediu a Gustavo Capanema ajuda devido a um surto de malária que afetou diversos municípios do estado:

Irrrompendo surto palúdico Parintins, Barreirinha a Maués caráter calamidade pública, índice mortandade elevado, onde médicos Departamento Saúde Estado só pequena zona primeiro dos referidos municípios prestaram assistência médica, medicamentos a dois mil oitocentos doentes. Esgotados recursos inclusive verbas extraordinárias votadas assembléia legislativa exclusivamente este fim, apelo elevado espírito patriotismo vossencia sentido, providenciar união. Conceda este fim Estado, urgente socorro

⁹⁷ Pinto, op.cit., p.41

⁹⁸ Pinto, op.cit., p.41

⁹⁹ Pinto, op.cit., p.41

áquelas populações baixo Amazonas que se encontram situação aflitiva. Certo apoio: ilustre presidente apresento-lhe agradecimentos e atenciosas saudações.”¹⁰⁰

O Amazonas, neste período constitui um caso a parte, pois os dirigentes locais alegavam em repostas aos inquéritos promovidos pelo MESP, extrema dificuldade em abranger todos os habitantes, espalhados pela grande extensão territorial.¹⁰¹ Os poucos hospitais que o estado possuía se fixavam na capital e não eram do poder público. Para atender a população mais pobre, estes hospitais recebiam subvenções estaduais e federais. A alegação dos dirigentes era a falta de verba para estas obras. Assim, desde o início do século, organizações particulares ocupavam o papel que seria concernente ao Estado: prestar assistência às populações rurais.

Em discurso de 1936 avaliando os primeiros anos de governo, Vargas discutiu as soluções dos problemas brasileiros. Um detalhe importante é que, em relação à Amazônia, não falou mais de sua recuperação econômica e sanitária. Este é o quadro que podemos traçar de políticas de saúde e saneamento para a Amazônia nos primeiros anos de governo Vargas. Podemos destacar a instabilidade política do período como uma das causas, onde após a promulgação da constituição de 1934, o caráter centralizador do regime perdeu força. No plano local, vimos que a ausência do Estado em relação à assistência às populações da região amazônica resultou na ação de missões religiosas e organizações particulares. O Estado Novo, instaurado em 1937, propiciou o aumento de possibilidades da intervenção estatal em algumas áreas, como a saúde pública. O tema do saneamento da Amazônia retornará com mais força no curso do regime ditatorial.

1.5 - O Estado Novo e a Amazônia

Em 10 de novembro de 1937, Vargas inaugurava o Estado Novo e um período ditatorial de 8 anos. Com o poder centralizado, ações de caráter nacional na área de saúde pública tornar-se-iam potencialmente mais viáveis. Com a criação das Delegacias Federais de Saúde, em 1937, e fazendo da região delimitada pelo território do Acre,

¹⁰⁰ GCPR, Lata 121, Pacote 2.

¹⁰¹ Este inquéritos contendo as respostas dos estados estão no Arquivo Gustavo Capanema, doravante AGC. Este arquivo encontra-se sob guarda do Centro de Documentação em História Contemporânea do Brasil, doravante CPDOC.

Notação dos documentos: AGC, 1938.00.00/1 i e AGC, 1940.10.13 i.

Amazonas e Pará a 2ª Delegacia ocorre a normatização do que seriam os Centros de Saúde:

vem de unidade sanitária que tiver, no mínimo, além de pequeno laboratório e serviço de visitadoras as seguintes atividades: Tuberculose (tisiólogos), higiene da criança (pediatra), pré-natal (parteiro), doenças transmissíveis agudas (epidemiologista, médico sanitaria), saneamento e polícia sanitária (médico sanitaria ou engenheiro sanitário), higiene do trabalho e da alimentação (médico sanitaria).¹⁰²

E dentro desses preceitos derivados da experiência norte-americana, João de Barros Barreto apontava que na 2ª Delegacia Federal de Saúde havia apenas um, localizado em Manaus e outro ainda em construção, em Belém. No relatório, Barros Barreto afirmava que era “regra quase geral um descaso grande pelas sortes da população do interior na maioria dos estados, bastante deficientes no aparelhamento”.¹⁰³ No discurso intitulado “No limiar do ano de 1938”, no Rio de Janeiro, Vargas lançou a Marcha para o Oeste. Segundo o presidente, seria através desta marcha que o Brasil buscaria nos “vales férteis e vastos” e da terra o metal que iria forjar os instrumentos de defesa e o progresso industrial brasileiro.¹⁰⁴

A idéia inicial da Marcha para o Oeste tinha identificação clara com uma corrida ao ouro, onde os elementos importantes para a indústria enriqueceriam o país. Mas o discurso ampliaria seu foco poucos meses depois, quando Vargas definiu o que seria “O imperialismo brasileiro”, em que as propostas de integração econômica, características do Estado Novo, ganhariam contorno definitivo. Este imperialismo seria uma expansão demográfica e econômica dentro do próprio território brasileiro, fazendo a “conquista de si mesmo” e integrando estas áreas ao Estado, tornando-o de dimensões tão vastas quanto o país.¹⁰⁵ Segundo Vargas, apesar do grande território, o país havia prosperado somente na região litoral, enquanto a maior parte da nação continuava estagnada e esquecida no interior.¹⁰⁶ Os únicos inimigos temíveis para a integração do país seriam o

¹⁰² Barreto, João Barros. “Saúde Pública no Brasil”. *Arquivos de Higiene*, v.8, nº1, 1938, p.159

¹⁰³ Barreto, João Barros. “Saúde Pública no Brasil”. *Arquivos de Higiene*, v.8, nº1, 1938, p.160.

¹⁰⁴ Vargas, Getúlio. “No limiar do ano de 1938”, *A Nova Política do Brasil*, Vol. V, 1938, p.124.

¹⁰⁵ Vargas, Getúlio. “No limiar do ano de 1938”, *A Nova Política do Brasil*, Vol. V, 1938, p.124.

¹⁰⁶ Vargas, Getúlio. “Problemas e realizações do Estado Novo”, *A Nova Política do Brasil*, Vol. V, 1938, pp.163-164.

sertão, o isolamento e a falta de contato. As incertezas viriam da existência de “dois Brasis – um político e o outro econômico, que não coincidiam”.¹⁰⁷

Ao invés de simplesmente lançar o programa, Vargas buscou legitimá-lo através de viagens a diversas regiões do país. Em 1938, ao voltar de uma excursão realizada em Minas Gerais e São Paulo, o presidente declarou a importância de suas viagens:

As excursões, como a que acabo de efetuar e da qual regresso encantado, representam felizes oportunidades de comunicação entre o governo e o povo. **Um chefe de Estado não pode ser uma abstração na paisagem da nação; necessita desses contatos freqüentes com o sentimento público, através de todas as classes sociais** (grifo meu).¹⁰⁸

É neste contexto político que se insere a segunda viagem de Vargas ao norte do país. Há um aspecto alegórico nesta excursão, haja vista periódicos de diversas regiões, cujas notícias afirmavam que, após a viagem do presidente, a Amazônia estaria definitivamente incorporada à Marcha para o Oeste.¹⁰⁹ Veremos a seguir que idéias inseridas na viagem de 1933 estavam nesta segunda excursão ao norte, porém o contexto político era completamente diverso. Em 1933, buscava apoio político em meio a contestações e, em 1940, viajava com plenos poderes e sem limites para seu mandato.

1.5.1 - Antecedentes da viagem presidencial: reclamações de um cidadão amazonense

Um pouco antes da viagem à Amazônia, Vargas recebeu uma carta de um cidadão de Maués, município do Amazonas, em que traça um quadro das condições locais:

¹⁰⁷ Vargas, Getúlio. “Problemas e realizações do Estado Novo”. *A nova política do Brasil*, 1938, p.163

¹⁰⁸ “Estado de São Paulo”, 15/10/1940. Ver *A visita do Presidente Vargas e as esperanças de ressurgimento do Amazonas*, Imprensa Pública – Manaus, 1940. Obs: todas as notícias citadas a partir desta nota até o fim deste capítulo estão nesta revista comemorativa à viagem de Vargas à Manaus, daí a falta de informações mais precisas sobre a seção do jornal e página que as notícias estariam inseridas.

¹⁰⁹ A recepção da visita de Vargas nos jornais está em duas publicações dos Departamentos Estaduais de Propaganda do Amazonas e do Pará:

1) *A Amazônia vai ressurgir – a visita do presidente Getúlio Vargas à Amazônia, da qual resultou um vasto plano de saneamento e de empreendimentos gerais no setentrão brasileiro*. Serviço de Publicidade e Propaganda da prefeitura municipal de Belém, 1940.

2) *A visita do Presidente Vargas e as esperanças de ressurgimento do Amazonas*, Imprensa Pública – Manaus, 1940

Em passados regimes, que tanto entorpeceram e debilitaram a nacionalidade, eram quase impossíveis gestos como o meu. Não havia crença, confiança. O povo vivia divorciado do governo, isolado dos administradores. Hoje, porém, graças á providência, todos os brasileiros sabem que os seus reclamos, as suas queixas e as suas sugestões, quando razoáveis e justas, têm acolhida favorável da parte de V. Ex^a. Senhor Presidente. Sou amazonense e há quatro meses estou em São Paulo. Fui obrigado a deixar a minha cidade natal, Maués, para fugir da morte certa. Aquela cidade e o município de mesmo nome, tão salubres e prósperos até há pouco tempo, tornaram-se agora verdadeira terra de maldição. Grassam ali, em caráter alarmante, febres arrasadoras. Tudo se despovoa e desaparece: povoados, vilas, sítios, lavouras e comércio. Julgam alguns tratar-se da febre amarela; outros acreditam ser o paludismo africano. Certo é, eminente Doutor Getúlio Vargas, que dela não escapam nem os cães. Os municípios vizinhos ao meu também sofrem as conseqüências do surto pestoso. Tudo está ameaçado. As providências que as autoridades estaduais do Amazonas têm tomado são insuficientes e até agora não deram qualquer resultado. Por esse motivo, senhor Presidente, dirijo o meu apelo a V. Excelência, convicto de que serão tomadas sem demora as providências reclamadas pelo grandíssimo caso.¹¹⁰

A carta data de 26 de agosto de 1940, dois meses antes da viagem de Vargas à região amazônica. As queixas de João Valente Doce, autor da carta, são comuns também aos políticos a região. Mas esta missiva oferece um outro ponto de análise. Segundo Ferreira, o ato de escrever ao presidente foi estimulado pelo Getúlio Vargas, em 1938, afirmou que não existiriam intermediários entre o governo e o povo. Ao se referir a essa supressão de intermediários, Vargas procurava legitimar seu regime, o fechamento das instâncias políticas representativas da sociedade, assim como também o objetivo político de se firmar perante os trabalhadores.¹¹¹ Em grande parte destas correspondências, os missivistas, logo após o começo otimista, iniciavam um relato da situação precária que se encontravam.¹¹² Essa intimidade foi incentivada por Vargas, abrindo este canal amplo de comunicação com as pessoas oriundas dos mais diversos estratos sociais. Porém os apelos de João Valente Doce não surtiram efeito. A resposta foi emitida pelo DNS:

Grassa realmente o paludismo na região de Maués, como, aliás, todos os anos durante este período de vasante dos rios, em toda região Amazônica. O surto deste ano, por

¹¹⁰ GCPR, lata 194, pacote 1.

¹¹¹ Ferreira, op.cit., p.153

¹¹² Ferreira, op.cit., p.154.

motivos ainda desconhecidos, será mais grave que a dos outros anos talvez. Exatamente para conhecer esses motivos, a Delegacia Federal de Saúde se dispôs a realização de um inquérito sobre malária em 50 cidades do Vale, virando um trabalho de saneamento em 1941. Quanto a auxiliar a população de Maués, a DFS não poderá fazê-lo, pois para isso não dispõe de verba.¹¹³

Concomitante aos preparativos para a excursão presidencial, estava sendo elaborado um inquérito sobre as condições de saúde da Amazônia com um objetivo: a formulação de um plano de saneamento para a região amazônica. Não à toa, o projeto viria a ser divulgado por Vargas durante sua viagem à localidade. Analisaremos a seguir dois aspectos relevantes para uma análise preliminar da Amazônia no Estado Novo: primeiro, a viagem do presidente à região, em busca de legitimação do regime ditatorial frente às populações de localidades mais distantes e segundo, a visão de Amazônia que intelectuais ligados ao Estado Novo imprimiram à região, através de artigos no periódico oficial do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), a *Cultura Política*.

1.6 – A segunda viagem de Vargas à Amazônia e o “Discurso do Rio Amazonas”

Entre os dias 6 e 14 de outubro de 1940 Vargas excursionou no Pará e no Amazonas, com a estratégia de legitimar seu regime junto às populações e elites locais. Em anos anteriores, havia visitado diversos estados, dos mais distantes, além de vizinhos regionais, como a Argentina e Uruguai. O trajeto consistiu na ida à cidade de Belém, depois Belterra (concessão da empresa Ford), Manaus e Porto Velho. Cada aspecto e efemérides da viagem foram amplamente divulgados pelas imprensas locais e do resto do Brasil.

Depois de sete anos, Vargas retornava ao Pará, repetindo o argumento de que era necessário ordenar a exploração da borracha e afirmando que toda a Amazônia não conseguiu adaptar os seus métodos de trabalho a uma renovação dos processos de aproveitamento dos recursos naturais.¹¹⁴ Propôs também, neste discurso, a criação do Instituto Agrônomo do Norte, que sistematizaria o plantio de espécies naturais e que, mais uma vez, tomaria o trabalho da empresa Ford como exemplo de trabalho

¹¹³ GCPR, lata 194, pacote 1.

¹¹⁴ A Amazônia vai ressurgir – a visita do presidente Getúlio Vargas à Amazônia, da qual resultou um vasto plano de saneamento e de empreendimentos gerais no setentrão brasileiro. Serviço de Publicidade e Propaganda da Prefeitura Municipal de Belém, 1940, p.4

sistemático.¹¹⁵ Em Belém, o prefeito Abelardo Candurú, discursou agradecendo primeiramente a ajuda que o governo federal tinha dado à região. O prefeito, porém, alertou sobre a necessidade de saneamento.¹¹⁶ Segundo Carandirú, para a realização completa do Pará, faltaria apenas acudir ao homem caboclo humilde que estava sendo corroído pelas endemias.¹¹⁷ Após a visita à prefeitura, Vargas compareceu a uma cerimônia no 8º destacamento militar de Belém, onde Edgard Facó, comandante da região, repetiu a necessidade de saneamento quando falou sobre um batalhão recém-construído que estava tendo dificuldades de ocupar:

Esse quartel não poderá ser ocupado pela tropa, sem que previamente se proceda o saneamento do bairro em que foi edificado. Nele grassa o impaludismo com o elevado coeficiente de 65%, de caráter maligno (...) Hoje, devo apresentar ao ilustre chefe da nação sobre as principais necessidades da região militar (...) O problema principal é a falta de saneamento.¹¹⁸

A introdução da revista comemorativa explicita o caráter simbólico da visita de Vargas:

A visita do presidente à Amazônia vem dar a “Marcha para o Oeste” o caráter definitivo de sua exequibilidade, mediante a fixação dos aspectos essenciais do início da investida, nova bandeira do Brasil do século XX, que há de transformar a Amazônia lendária dos guerreiros de Orellana num capítulo da história da civilização. [Getúlio Vargas] tem a certeza de que a “Marcha para o Oeste” representa e significa ânsia de nacionalidade, determinação histórica desta idade de crescimento do Brasil como potência civilizadora, que se expande dentro do seu próprio território.¹¹⁹

Após Belém, Vargas visitou as terras da Ford, concessão de nome “Belterra”, a convite de Henry Ford, dono da empresa. Como visto, o presidente se utilizou da concessão como o melhor exemplo de racionalização da cultura a ser seguido. Em

¹¹⁵ A Amazônia vai ressurgir – a visita do presidente Getúlio Vargas à Amazônia, da qual resultou um vasto plano de saneamento e de empreendimentos gerais no setentrão brasileiro. Serviço de Publicidade e Propaganda da Prefeitura Municipal de Belém, 1940, p.7.

¹¹⁶ A Amazônia vai ressurgir – a visita do presidente Getúlio Vargas à Amazônia, da qual resultou um vasto plano de saneamento e de empreendimentos gerais no setentrão brasileiro. Serviço de Publicidade e Propaganda da Prefeitura Municipal de Belém, 1940, p.5.

¹¹⁷ Idem

¹¹⁸ A Amazônia vai ressurgir – a visita do presidente Getúlio Vargas à Amazônia, da qual resultou um vasto plano de saneamento e de empreendimentos gerais no setentrão brasileiro. Serviço de Publicidade e Propaganda da Prefeitura Municipal de Belém, 1940, p.6

¹¹⁹ A Amazônia..., p.3

Belterra viviam 2.500 trabalhadores, cujo objetivo era a plantação e extração racional da borracha para a produção dos produtos da empresa. Com hospitais, grupos escolares, cinemas e luz própria, a concessão seria a maior inspiração de Vargas para o plano de ocupação, saneamento e a implantação de uma cultura racional. Em despedida, o presidente afirmou que “Um dos problemas que mais preocupam o governo já está sendo resolvido em Belterra: o saneamento”.¹²⁰ Na seqüência da viagem, Vargas esteve em uma colônia japonesa, já citada por ele como um bom exemplo de racionalização da cultura, na primeira visita ao Pará, em 1933. A colônia, fundada em 1930 na cidade de Parintins produzia cerca de mil toneladas de juta. Conheceu o chefe da colônia e elogiou o trabalho de agricultura racional empreendido.¹²¹ Alguns fatos ocorridos durante a viagem ao Pará foram divulgados pela imprensa do sudeste.¹²²

Ampliando brevemente o escopo da análise e estabelecendo um panorama geral das preocupações do governo, foi neste período que se realizaria efetivamente a primeira tentativa de dar um sentido mítico ao Estado, a partir da figura do chefe. Este passaria a encarnar o destino nacional porque traduziria os verdadeiros anseios de toda a coletividade. Segundo Velloso, o mito em torno de Vargas se construiria à base de “um múltiplo jogo de imagens que o mostram ora como homem comum, identificado com o povo, ora como político eficiente, realizador de inúmeras reformas na ordem social, ora como verdadeiro líder, investido de dotes especiais.”¹²³

A propaganda do governo estava inteiramente voltada para este culto à imagem de Vargas, assim como parte da imprensa, pois editores de jornais da época, por exemplo, eram ligados ao Estado, tanto em cargos de confiança, quanto em termos ideológicos.

¹²⁰ “A Noite”, 10/10/1940

¹²¹ “O Globo”, 10/10/1940

¹²² Em passeata por Belém, Vargas recebeu Maria Perpétua, que havia lhe enviado uma correspondência com o objetivo de conseguir auxílio financeiro para se matricular no curso Normal, pois sonhava em ser professora. Teve seu pedido atendido e foi ao encontro do presidente para agradecer-lhe a dádiva concedida, estendendo-lhe a mão. Assim, nas palavras do periódico *A Tarde*, “povo e governo dão-se as mãos, unem-se para confiar mutuamente”. Na celebração feita por trabalhadores onde Vargas discursou em primeira mão sobre o plano de saneamento, o operário que realizou o discurso, Hemetério Cabrinha, teve a oportunidade de tomar champanhe com o presidente durante uma manifestação popular em Belém. Em Belterra, um menino pediu uma arma a Vargas para poder caçar e foi prontamente atendido pelo presidente. Ver: A visita do presidente Vargas e as esperanças de ressurgimento do Amazonas, Imprensa Pública, Manaus, 1940, p.5.

¹²³ Velloso, Mônica Pimenta. “Cultura e Poder Político: Uma configuração do campo intelectual”, Gomes, Ângela Castro; Oliveira, Lúcia Lippi e Velloso, Mônica Pimenta. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editora, 1982, p.95.

Em 10 de dezembro, Vargas chegou à Manaus, com muita comemoração dos populares, além de manifestações dos estudantes. A introdução do encarte comemorativo à sua visita à cidade expõe o uso político da viagem presidencial, pois Vargas passou a ser visto como o “moderno descobridor do Amazonas”:

Haverá, talvez aqui e ali, algum exagero, quando, por exemplo, se quer dar por descoberto agora o Amazonas com a excursão presidencial, ou quando vêm a exame os palpitantes problemas do vale (...) Se houvesse em verdadeiro um moderno descobridor do Amazonas (...) seria, no caso, Getúlio Vargas, não agora (...) mas em 1930, quando em sua plataforma, apontou decisivamente as nossas necessidades, pondo-as no quadro de preocupações que deveriam tornar-se nacionais.¹²⁴

A idéia que o encarte buscava divulgar era que Vargas, já enquanto candidato, candidato a presidência estava comprometido com a região amazônica. Porém, só após o “golpe refundador”, poderia dar conta de suas promessas. A estratégia de divulgação era clara: a reconstituição da relação do presidente com a região amazônica, passando pelo programa de governo de 1930 e a viagem do Pará de 1933. Mas, na prática, podemos demarcar três marcos neste percurso: em 1930, entre as promessas da “Plataforma” estava o reaproveitamento econômico da região; em 1933, viajou para o Pará em busca de apoio político para as eleições. Mas, em 1936, Vargas já não fazia menção à recuperação econômica da Amazônia. A estratégia de divulgação foi encadear as idéias contidas na “Plataforma da Aliança Liberal” com a visita de 1933 e desta forma, estabelecer uma relação de Vargas com a região, de forma que o presidente sempre teve como uma de suas metas o ressurgimento da Amazônia. Na visita à Manaus, Vargas pronunciou um discurso de grande impacto, que ficou conhecido posteriormente como o “Discurso do Rio Amazonas”.¹²⁵

O discurso foi distribuído pelo DIP.¹²⁶ Entre 1941 e 1945, comemorou-se o aniversário da palestra com festas e explanações de líderes locais.¹²⁷ Na oração, Vargas apontou novamente que o grande inimigo do progresso amazonense era o espaço imenso e despovoado, que seria o grande entrave da integração da economia amazônica

¹²⁴ A visita do presidente Vargas e as esperanças de Ressurgimento do Amazonas, Imprensa Pública, Manaus, 1940, p.9.

¹²⁵ Para transcrição completa do “Discurso do Rio Amazonas”, Ver Anexo II, p.154.

¹²⁶ Na seção de Periódicos da Biblioteca Nacional e no Arquivo Getúlio Vargas (AGV), encontram-se algumas cópias de divulgação do “Discurso”. Este acervo encontra-se sob guarda do CPDOC.

¹²⁷ Não foram encontrados registros de comemorações ao “Discurso do Rio Amazonas” posteriores a 1945.

à economia nacional. As alegorias faziam referência ao futuro que estaria reservado à região, tendo como um novo marco histórico o dia 10 de novembro de 1940. Segundo Vargas, a partir daquele momento o país inteiro teria os olhos voltados para a Amazônia:

O empolgante movimento de reconstrução nacional consubstanciado no advento do regime de 10 de novembro não podia esquecer-vos, porque sois a terra do futuro, o vale da promessa na vida do Brasil de amanhã. O vosso ingresso definitivo no corpo econômico da nação, como fator de prosperidade e de energia criadora, vai ser feito sem demora. Vim para ver e observar, de perto, as condições de realização do plano de reerguimento da Amazônia. Todo o Brasil tem os olhos voltados para o Norte, com o desejo patriótico de auxiliar o surto de seu desenvolvimento. E não somente os brasileiros; também estrangeiros, técnicos e homens de negócio, virão colaborar nessa obra, aplicando-lhe a sua experiência e os seus capitais, com o objetivo de aumentar o comércio e as indústrias e não, como acontecia antes, visando formar latifúndios e absorver a posse da terra, que legitimamente pertence ao caboclo brasileiro.¹²⁸

O povoamento da região, nas palavras de Vargas, fazia-se extremamente necessário e naquele momento que encontraria as condições naturais de fazê-lo. Para o presidente, os tipos que constituíam a população amazônida (o nordestino, seringueiro e os ribeirinhos) deveriam encontrar suas redenção na racionalização de culturas e pelo saneamento das localidades:

É tempo de cuidarmos, com sentido permanente, do povoamento amazônico. Nos aspectos atuais o seu quadro ainda é o da dispersão. O nordestino, com o seu instinto de pioneiro, embrenhou-se pela floresta, abrindo trilhas de penetração e talhando a seringueira silvestre para deslocar-se logo, segundo as exigências da própria atividade nômade. E ao seu lado, em contato apenas superficial com esse gênero de vida, permaneceram os naturais à margem dos rios, com a sua atividade limitada à caça, à pesca e à lavoura de vazante para consumo doméstico. Já não podem constituir esses homens de resistência indobrável e de serena coragem, como nos tempos heróicos da nossa integração territorial, sob o comando de Plácido de Castro e a proteção diplomática de Rio Branco, os elementos capitais do progresso da terra, numa hora em que o esforço humano, para ser socialmente útil, precisa concentrar-se técnica e disciplinadamente. O nomadismo do seringueiro e a instabilidade econômica dos

¹²⁸ Vargas, Getúlio. “O Discurso do Rio Amazonas”, *Cultura Política – revista de estudos brasileiros*, vol.1, nº8, 1941, pp.228-229.

povoadores ribeirinhos devem dar lugar a núcleos de cultura agrária, onde o colono nacional, recebendo gratuitamente a terra desbravada, saneada e lotada, se fixe e estabeleça a família com saúde e conforto.¹²⁹

Alguns conceitos e visões da região amazônica nesta explanação são de certa forma semelhantes ao discurso realizado em 1933 no Pará. Porém a diferença fundamental entre as duas orações reside no contexto político desta visita, agora sob a égide de um regime centralizado e ditatorial.

Como visto, a Marcha para o Oeste continha aspectos simbólicos importantes, pois nenhum presidente havia feito o mesmo trajeto de Vargas pelas regiões mais remotas do país. O primeiro movimento de ocupação e legitimação de áreas mais afastadas estava sendo feita pelo próprio líder da nação. Ao andar nas regiões mais afastadas do Brasil, o presidente estaria dando o primeiro passo para a ocupação destes territórios. A questão da imigração e colonização no governo Vargas tinha muita importância, basta ver o espaço dedicado no periódico *Cultura Política* a esta questão, com uma série de dez artigos de Arthur Neiva sobre o histórico da ocupação no Brasil. Segundo Velho, a Marcha para o Oeste serviu para evitar a reforma estrutural do coronelismo nas áreas rurais brasileiras.¹³⁰ Para o autor, não parece que Vargas imaginasse Marcha para o Oeste como um movimento de massa que ocuparia e desenvolveria metade do país em curto espaço de tempo.¹³¹ Complementando, Velho afirma que:

Quando falava em termos concretos, Vargas parecia ter em mente, em termos de política governamental, sobretudo as “medidas elementares”, tais como saneamento, educação e transportes, que constituiriam os pré-requisitos e o suporte para a ocupação. Os recursos que os Estado Brasileiro tinha a seu dispor na época eram relativamente poucos e a dificuldade para a análise está em que (...) de certa maneira a retórica por vezes não refletia a política estatal, mas ela era mesma parte desta política, como um substituto de medidas concretas.¹³²

Autores como Cabreira assinalam que a Marcha para o Oeste desempenhou um importante papel no Estado Novo, o de construção da nação. A imigração, segundo a

¹²⁹ Idem, p.229

¹³⁰ Velho, Otávio. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo, Difel, 1976, p.148

¹³¹ Velho, op.cit., p.150.

¹³² Velho, op.cit., pp.150-151.

autora, provocaria um desenraizamento do homem, servindo para acalmar quaisquer tentativas de conflitos sociais internos, indo assim de encontro com o ideal de harmonia social amplamente difundida pelo governo central.¹³³ No tocante à questão sanitária, Castro Santos afirma que o oeste da ideologia varguista simbolizava a fronteira política em expansão e nas áreas de antiga dominação coronelista, Vargas praticou uma política de acomodação, concessões e barganhas.¹³⁴ Conseqüentemente, essa ação teria impedido o avanço de médicos sanitaristas nas terras sob domínio oligárquico.¹³⁵

Essas conclusões concordam que o programa teve um forte caráter simbólico e, embora no sentido prático não resultasse em grandes ocupações, serviu para o governo se fazer presente nestas regiões, pois como afirmou o editorial do jornal *A Vanguarda*, “Os seus habitantes conheciam mais de perto as coisas dos países limítrofes e próximos do que os nossos”.¹³⁶

Como dito anteriormente, houve uma expressiva divulgação pela imprensa de grande parte do país da excursão do presidente.¹³⁷ Um dos principais meios de divulgação foi através da mídia impressa. Durante o mês de novembro, diversos editoriais foram escritos em jornais dos mais importantes, como *O Estado de São Paulo*, *Correio da Manhã*, *O Globo*, além de reportagens relatando as efemérides da visita. Jornais nordestinos também convocaram trabalhadores cearenses para povoar a Amazônia.¹³⁸

¹³³ Cabreira, Márcia Maria. *Vargas e o rearranjo espacial do Brasil: a Amazônia Brasileira – Um estudo de caso*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, Programa de Pós Graduação em Geografia Humana da USP, 1996, p. 32.

¹³⁴ Castro Santos, Luiz Antônio de. “O Pensamento Sanitarista na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade”, Santos, Luiz Antônio de. *O Pensamento Social no Brasil*, Campinas, Edicamp, 2003, pp.247-248.

¹³⁵ Idem. Críticas ao argumento de Castro Santos têm sido formuladas por pesquisas recentes que trabalharam o período, como a tese de Fonseca:

“A política de saúde pública implementada no decorrer do governo Vargas constituiu também instrumento do processo de construção do Estado e sua capacidade administrativa, além de não ter ocorrido o deslocamento proferido por Castro Santos. A bandeira do saneamento foi incorporada e reelaborada no projeto político-ideológico do governo e, independentemente da existência ou não de mobilização social, atendeu o governo federal em seu interesse de garantir presença no interior do país. Não houve rompimento com o que vinha sendo realizado na área de saúde pública, mas sim a incorporação tanto das suas instituições como de seus atores/agentes ao novo processo de *state building* definido para o país, empreendido por meio da normatização, centralização, formação e especialização profissional.” Fonseca, op.cit., p.20.

¹³⁶ “A Vanguarda”, 15/10/40, Rio de Janeiro.

¹³⁷ lembrando que o termo “excursão” é usado pelo próprio presidente quando se refere à viagem.

¹³⁸ “A República”, 1/10/40

Uma palavra de ordem nos editoriais era a superação da “Amazônia ilusória” e do “Inferno Verde”, como o editorial intitulado “Ação, não poesias!”, que afirmava que a região nada tinha sido até o momento, apenas um lugar lendário, desprezado pela civilização.¹³⁹ Os periódicos comemorativos também revelam uma estratégia de legitimação dos estados amazônicos em relação ao país. Aparentemente, o “termômetro” desta crescente importância que os estados teriam passavam pela divulgação de notícias em periódicos do Sudeste. Esse conjunto de fatores demonstra que a Marcha para o Oeste atendeu aos objetivos iniciais do governo, de construir em cada região, mesmo nas mais afastadas do país, cultos ao presidente. Em Porto Velho, Vargas afirmou que tinha a intenção de convocar uma “conferência das nações amazônicas” para firmar um acordo pan-americano de valorização da região, além de ter dado mais detalhes sobre o plano anunciado aos operários em Belém:

O plano compreende duas partes: saneamento e colonização. O saneamento será feito com uma organização técnica de execução progressiva, até conseguirmos extinguir o impudismo. A política povoadora será iniciada com grupos de nacionais que se fixem e prosperem.¹⁴⁰

Em recepção a Vargas, Álvaro Maia discursou sobre a “íntima relação” que o presidente teria com a região, pois aos vinte anos, acampou com o exército na região do Mato Grosso, em Corumbá, onde refletiu sobre a questão do Acre. Ou seja, a Amazônia e o Amazonas estariam nos pensamentos de Vargas desde infante. Álvaro Maia deu o primeiro passo em seu discurso para a construção de um conceito Estado-novista sobre a Amazônia:

No ciclo dos seringueiros e castanheiros, sucedendo ao dos sertanistas e bandeirantes, queremos produzir racionalmente, sadiamente. **Éramos apenas a lenda florestal. Hoje, ao impulso das novas gerações, apresentamos o início de uma racionalização produtiva, que necessita de amparo compensador** (grifo meu).¹⁴¹

No período seguinte, o Estado Novo procurou reescrever a história regional do país a partir de um novo descobridor: o próprio presidente, que, através de suas visitas,

¹³⁹ “Diário da Manhã”, 16/10/40, Ribeirão Preto.

¹⁴⁰ A visita do presidente Vargas e as esperanças de ressurgimento do Amazonas, Imprensa Pública, Manaus, 1940, p.88.

¹⁴¹ A visita do presidente Vargas e as esperanças de ressurgimento do Amazonas, Imprensa Pública, Manaus, 1940, p.21

expandiu e se fez presente em todo o país, em especial para os estados ditos abandonados, como Amazonas, Pará, território do Acre, Goiás e Mato Grosso. E em cada um destes lugares os Departamentos de Propaganda, através de jornais e folhetos buscaram valorizar os elementos regionais. A questão amazônica era o caboclo, que de inpotente frente à natureza para vencer a natureza, passou a ser o responsável pela existência da região. A partir do periódico *Cultura Política* e dos intelectuais que escreviam na revista, podemos perceber o esforço integrado em ressaltar o papel refundador do governo.

1.7 – A História da Amazônia reescrita por intelectuais nas páginas da *Cultura Política* (1940-1941)

Segundo Capelato, o Estado Novo se caracterizou por significativas mudanças promovidas pelo governo.¹⁴² Elas ocorreram em vários níveis: reorganização do Estado, reordenamento da economia, novo direcionamento das esferas públicas e privada, nova relação do Estado com a sociedade, do poder com a cultura, das classes sociais com o poder, do líder com as massas. Porém necessitava expandir-se para outros segmentos, como a produção cultural, uma vez que se entendia que “o progresso social de um povo era material, mas também era de ‘civilização’”.¹⁴³ Assim, foi elaborada nesse período a montagem de uma propaganda do governo Vargas destinada a difundir e popularizar a ideologia do regime junto às diferentes camadas sociais. Com a intenção de materializar esse empreendimento foi criado um órgão ligado diretamente ao executivo: o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

O Departamento construiu uma ideologia que atingiu amplos aspectos da vida cultural e política do país, podendo-se, inclusive, afirmar que nenhum governo anterior teve tanto empenho em se legitimar nem recorreu a aparatos de propaganda tão sofisticados como fez o Estado Novo.¹⁴⁴ O DIP possuía órgãos afiliados, os Departamentos estaduais de Imprensa e Propaganda (DEIPS), que eram subordinados ao Rio de Janeiro. Um exemplo da ação de divulgação dos DEIPS foi a divulgação da

¹⁴² Capelato, Maria Helena. “O Estado Novo: o que trouxe de novo?”, Delgado, Lucília e Jorge Ferreira. *O Brasil Republicano- o tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, p.113.

¹⁴³ Gomes, Ângela de Castro. *História e historiadores*, Rio de Janeiro, Editora FGV, p.137.

¹⁴⁴ Velloso, Mônica Pimenta. “Os intelectuais e a política cultural do Estado novo”, Delgado, Lucília e Jorge Ferreira. *O Brasil Republicano- o tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, p. 146.

viagem de Vargas ao Pará e ao Amazonas, por parte dos órgãos nos respectivos estados, logo após a visita do presidente.¹⁴⁵

Interessa-nos destacar como se constituiu um discurso sobre a Amazônia neste período que, como vimos se ampliou de forma significativa após a excursão de Getúlio Vargas ao local. No âmbito ideológico, o periódico *Cultura Política* difundiu o pensamento político do Estado Novo, com ampla participação de intelectuais, que, além de contribuírem para os artigos da revista, também ocupavam cargos no poder, como Almir da Andrade, diretor da publicação e Cassiano Ricardo, diretor do Departamento estadual de Imprensa e Propaganda de São Paulo, diretor do Departamento Cultural da Rádio Nacional e do jornal *A Manhã*.

Importante ressaltar que a abordagem que se segue tem por objetivo compreender e localizar a Amazônia nas páginas do periódico, contextualizando-a e inserindo-a no projeto nacional. Um aspecto específico na revista será destacado: a importância da Amazônia como parte do projeto ideológico do Estado Novo, através de temas como a redenção do caboclo, saneamento e colonização da região, sem pretender uma análise ampla sobre a publicação, mas se apoiando na literatura sobre o tema.¹⁴⁶ Os artigos específicos sobre a questão da Amazônia para o Estado Novo procuravam produzir um discurso integrado, sempre partindo dos conceitos inseridos no “Discurso do Rio Amazonas”, em especial a superação do passado da região, onde as elites políticas anteriores, ao não conseguirem dar o tratamento adequado às questões como o povoamento e saneamento da região, deram margem aos conflitos *natureza versus homem*, tão caros à história da Amazônia.

Nestes artigos, o passado sempre aparece como um fantasma a ser enfrentado, mas também visto como fonte de inspiração, pois se tratava de interpretar a história para

¹⁴⁵ As publicações datam de novembro de 1940, ou seja, menos de um mês depois das visitas de Vargas à região.

¹⁴⁶ Ver Velloso, Mônica Pimenta. “Os intelectuais e a política cultural do Estado novo”, Delgado, Lucília e Jorge Ferreira. *O Brasil Republicano- o tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, pp.145-180; Gomes, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo – 3ª edição*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 2005; Gomes, Ângela de Castro. *História e historiadores – a política cultural do Estado Novo*, Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996; Gomes, Ângela de Castro; Oliveira, Lúcia Lippi; Velloso, Mônica Pimenta. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editora, 1982

encontrar nela um novo sentido, distante da utopia, fatalismo ou imobilismo.¹⁴⁷ A proposição de Gomes fornece argumentos para a análise deste período:

Se o presente permanece ancorado no passado como tradição, durante os anos do Estado Novo faz-se um esforço consciente e avultado para redescobrir o passado histórico enquanto realidade antecedente e passível de compreensão. Um passado histórico que não podia, como tradição, coexistir com o presente, mas que era fonte de explicação para o novo.¹⁴⁸

Nas seções dedicadas a temáticas regionais, os artigos eram escritos geralmente, por intelectuais locais, ou que ocupavam cargos importantes no Estado. As escritas sobre a problemática da Amazônia eram de políticos locais ou romancistas que se dedicaram à região. Os artigos explicitam alguns pontos, como a valorização e o ressurgimento do caboclo, assim como uma reação à literatura da época, a qual chamava mais atenção à natureza que ao homem. Mas a operação histórica nos artigos que tinham como base o “Discurso do Rio Amazonas” era outra: uma reescrita da história da Amazônia a partir da valorização do elemento que sempre ficava em segundo plano: o caboclo. Gomes afirma que

O povo que estava hibernando deveria ser acordado e, acima de tudo, o Estado tinha os meios e as soluções para esta revalorização e redescoberta do Brasil e de suas regiões no ideário Estado-novista. Tinha-se também uma certa alteração nas relações dialéticas entre passado, presente e futuro. Uma linha de continuidade na história do povo, os vínculos com um passado de tradições, permaneceriam inalterados.¹⁴⁹

Dessa forma, a história da Amazônia não seria mais a da natureza e dos rios bravios, mas sim uma história de superação das doenças, principalmente a malária. Por fim, uma história de sobrevivência heróica. Mas o pensamento “anti-naturalista” do Estado Novo caía em uma armadilha: por mais que tentasse fugir de uma visão naturalista, a culpa acabava recaindo sobre a natureza. As condições naturais (clima, natureza, etc.) continuariam sendo culpadas pelo subdesenvolvimento amazônico. Sugiro que a partir desta ótica as políticas foram formuladas. Mesmo tentando fugir desse paradigma, característico dos trabalhos de intelectuais da região, os escritores

¹⁴⁷ Gomes, op.cit., 1996, p.144

¹⁴⁸ Gomes, op.cit., 1996, p.145

¹⁴⁹ Gomes, op.cit., 1996, p.152

acabaram ratificando a idéia de que o ambiente e a natureza foram os grandes impedimentos a uma ocupação racional da região, como veremos adiante.¹⁵⁰

O passado vivo, ou seja, as imagens comuns aos colaboradores da revista, era o homem em constante guerra contra a natureza e não mais um indolente que não conseguia resistir às agruras da vida na selva. Este homem caboclo não era mais o culpado do subdesenvolvimento do local, mas sim as elites ausentes que durante vários séculos não deram a devida atenção à região. A valorização do habitante rural é uma característica comum aos artigos que, claro, sem perder as especificidades de cada autor, dão o crédito pela sobrevivência da região justamente ao habitante local, que fora esquecido durante tanto tempo. Cabe ressaltar um último aspecto relevante à análise que ronda a *Cultura Política*: o aspecto refundador do Estado Novo. A partir de um marco zero, a Revolução de 30, e da plenitude desse processo, em 37, estaria retomando a vocação histórica do Brasil e a continuação da construção desta nacionalidade que fora interrompida especialmente na Primeira República e seu liberalismo, como um momento de verdadeira decomposição do país.¹⁵¹ Na ideologia do Estado Novo, o período liberal no poder da república tornou-se um dos principais fatores que levou a Amazônia a virar um sorvedouro de vidas, pois tratavam a região como um país de lendas.

Francisco Galvão, ex-deputado estadual do Amazonas, jornalista, escritor e romancista, publicou no primeiro número do periódico um artigo sobre os problemas da região e sobre a redenção amazônica que o governo Vargas viria proporcionar, soterrando de vez a vitória dos rios bravios sobre a ocupação humana, além da valorização do elemento regional, agora um herói por ter anexado o Acre ao território brasileiro no início do século:

Muito tempo perdemos como o messianismo fagueiro do espanto humboldtiano, quando nos admirávamos com a visão apocalíptica das águas barrentas de envolta com a maravilha da paisagem fascinante da Canaan que ainda espera seu povo (...) mostramos

¹⁵⁰ O aspecto heróico destes artigos encontra eco em estudos históricos sobre a região, que viam nesta superação, a esperança de que um dia a natureza seria vencida. Para mais observações sobre a “historiografia amazônica” ver Santos, Fernando Sérgio Dumas. *Os caboclos das águas pretas: Saúde, ambiente e trabalho no Século XX*. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2003, pp. 18-21.

¹⁵¹ Gomes, op.cit., 2005, p.190

aos homens o grave erro em que incorríamos, tecendo louvaminhas à paisagem dramática que assombrava nossos sentidos, sem ver a tragédia tristíssima do homem. (nossa obra) ‘Terra de Ninguém’ trouxe ao país a afirmação desnorteadora de que, no centro palúdicos dos seringais amazônicos, o trabalhador nacional perdido na selva era ainda escravizado, lutando bravamente contra a inclemência dos elementos sem resultados compensadores, de vez que a indústria nativa abandonada, desprotegida, o arrastava insensivelmente para a miséria. A ‘Jungle’ o encarcerava entre as mais temíveis surpresas, ao redor de todos os perigos, arriscando a existência numa indústria que lhe exigia mais que a própria vida – a renúncia de si mesmo. E ele, estóico, branco, obscuro, realizaria o milagre da anexação do Acre ao território brasileiro, com as balas de sua winchester.¹⁵²

Mas, para Francisco Galvão, as lembranças não serviriam apenas para apontar as mazelas locais, e sim meios para o ressurgimento da Amazônia, que, como o autor aponta, “ressurgirá de si mesma”, pois o governo, a partir de estudos cuidadosos, já teria noção do coeficiente de suas necessidades. O primeiro passo já teria sido dado, com a chegada das leis sociais aos seringais, “alforriando o seringueiro”.¹⁵³

A redenção da Amazônia, segundo Galvão, se daria principalmente, pela “fome de hévea” e, como afirmou Vargas a partir da racionalização da agricultura, tendo como principal inspiração a Fordlândia, pois passaria de um período rudimentar de cultura para a cultura intensiva. E, óbvio, tece comentários sobre a viagem de Vargas:

A viagem do presidente Getúlio Vargas à região amazônica, embrenhando-se pelo hinterland à cata de analisar os rebanhos humanos, deu-nos a certeza de que estão sendo estudados todos esses problemas ao lado da imprescindível proteção ao seringueiro. O saneamento da região, a criação de campos experimentais de plantio, a fundação de escolas especializadas, a preparação de técnicos, a redução dos impostos tirarão os resultados da incógnita econômica do complexo amazônico, sem o perigo das improvisações desnorteadoras. A borracha amazônica deixou de ser um problema regional para ser um problema nacional. Todos o sabem.¹⁵⁴

Partindo do pressuposto que a região encontraria por si só a saída dos problemas, Galvão afirma que não havia a necessidade de braços estrangeiros, mostrando-se

¹⁵² Galvão, Francisco. “O sentido social da Amazônia”, In: Cultura Política – revista de estudos brasileiros, vol.1, nº1, 1941, p.150.

¹⁵³ Galvão, op.cit, p.153

¹⁵⁴ Galvão, op.cit., p.154

afinado com o discurso varguista, que controlava a imigração de forma severa. O próprio amazônida seria capaz de povoar o grande deserto, e, segundo Francisco Galvão, para explorar “brasileiramente” a região, bastava sanear os rios, drenar os paranás e educar agricolamente o lavrador daquela região para o milagre ser operado, pois os rios amazônicos continham em suas margens palustres uma história “estrangulante” de grandes heroísmos.¹⁵⁵

Em outro artigo, Galvão empreendeu um estudo para entender o porquê do despovoamento da região, já que na primeira metade do século XX, o sul aumentou o coeficiente populacional de 48 para 56%, enquanto a região amazônica aumentou de 3,3 para 4,4%.¹⁵⁶ O autor chama o problema de “desnatalidade”, e dois fatores para o acontecimento seriam a negligência sexual dos índios e o pouco apego à terra natal, já que, segundo Galvão, grande parte dos índios e caboclos emigravam para os grandes centros, abandonando suas terras.¹⁵⁷ Uma discussão importante no artigo é sobre a “indolência cabocla”, lembrando um tema caro aos intelectuais do primeiro triênio do século XX. Para o autor, a redenção do homem do interior se daria no país como um todo, ampliando a alcunha de “sertanejo” ao habitante da Amazônia:

A decantada ociosidade do caboclo, perfeitamente analisada de perto pela inteligência clara do Presidente Getúlio Vargas, revela-se puramente mórbida, por ser ele um espoliado dos parasitas que infestam as populações rurais. Verifica-se a redução do seu equilíbrio hemático, em admirável acordo com o empobrecimento natural do sangue corroído pela malária. Daí precisamente o seu retardamento, aquela sua lassidão, o atrofiamento lento e perceptível do seu potencial econômico, ajudado pela insuficiência alimentar (...) Alimenta-se ele pouco porque não tem o que comer além do chibé, produto escasso de vitaminas, ou do pacu arpoado ligeiramente no lago fronteiro à barraca de palha em que vive.¹⁵⁸

Relembrando Monteiro Lobato, o caboclo não era assim, estava assim. Mas mesmo combatido, o caboclo em conjunto com o índio e o nordestino venceriam a

¹⁵⁵ Galvão, op.cit., p.155.

¹⁵⁶ Dados apresentados pelo autor.

¹⁵⁷ Galvão, Francisco. “O homem e o deserto amazônico”. *Cultura Política – revista de estudos brasileiros*, 1941, vol.1, nº4, p.43

¹⁵⁸ Galvão, Francisco. “O homem e o deserto amazônico”. *Cultura Política – revista de estudos brasileiros*, 1941, vol.1, nº4, p.45

natureza. Bastaria o Estado Novo ajudá-lo que, assim, ele conseguiria cumprir seu destino redentor. Galvão aponta outras razões para a indolência cabocla:

A existência fácil na selva, onde se revela um operário útil e trabalhador, paradoxalmente, desassocia-o e isola-o. Não se anima a produzir mais que a sua subsistência. Nada aspira e deseja senão o que a terra, a água e as árvores lhe fornece com invejável prodigalidade. Essa é a sua doce filosofia nativa, perfeitamente ao revés da que vence o mundo moderno onde o egoísmo ergueu as suas altíssimas ameias. Do exame insignificante feito aqui sobre a tenacidade do homem que povoa a planície (...), surgiu o milagre verde da Amazônia a desmentir o receio euclidiano de que o elemento humano seria fatalmente esmagado pela natureza. Ele venceu a terra corajosamente, tanto o índio prestes a se civilizar, o caboclo astucioso, tardo de movimentos, como o nordestino afoito e perseverante. Demonstramos neste estudo a vitória absoluta do homem na hiléia.¹⁵⁹

O caboclo, o nordestino e o índio estariam assim, incorporados ao repertório ideológico do governo Vargas. No número seguinte, Azevedo Lima, chefe do distrito médico pedagógico na Secretaria Geral de Educação e Cultura, escreveu um artigo que buscava esclarecer questões sobre o saneamento da Amazônia. O escrito trata da viabilidade de um plano de saneamento para a região. Imagens humboldtianas recorrentes desde o discurso de Vargas, de que a Amazônia poderia ser o celeiro do mundo, são constantes no texto de Azevedo Lima. Ressaltando o argumento aferido no início da sessão, a lógica da narrativa destes artigos é peculiar, pois, ao mesmo tempo em que renegam a alcunha de “Inferno Verde” e as agruras climáticas do local, reforçam a inviabilidade de colonização a partir da natureza, porém, com novos culpados, em especial, as elites políticas anteriores.¹⁶⁰ A idéia compartilhada pelas viagens de Vargas e formulada pelos intelectuais era que a Amazônia continuava sendo uma terra virgem, nas palavras de Euclides da Cunha, “a mais nova do mundo”, e que sendo uma localidade incipiente, se tornou “um dos campos mais ricos de possibilidades para o futuro brasileiro”.¹⁶¹ Neste artigo, Azevedo Lima concentrou na questão sanitária

¹⁵⁹ Galvão, op.cit., p.46.

¹⁶⁰ Este argumento em relação às “elites anteriores” faz referência à negação do passado pré-30. Mas a incongruência nesta fala é que, em muitos casos, não houve alteração nestas elites locais. Assim, estes escritos tendem a chamar de “elites” os regimes políticos anteriores. A meu ver, ocorreu a apropriação de uma retórica proferida nos discursos (negação às classes políticas anteriores) a nível local, pois nenhum membro destas “elites” é citado.

¹⁶¹ Lima, Azevedo. “O Saneamento do Amazonas”, *Cultura Política – revista de estudos brasileiros*, Vol.1, nº3, 1941. p.98.

e buscou apontar os culpados e as providências que seriam tomadas para a região cumprir seu destino. A crítica à literatura ficcional também seria necessária: “Multiplicou-se em literatura de gênero meio afetado, meio bucólico, que cheira a poemas campestres de algum teócrito passadista para desagrar o celeiro do mundo”.¹⁶²

Mas o autor reconhecia que, mesmo entre os apologistas, a “verdade involuntária” despontava, citando inclusive Euclides da Cunha, que, ao cobrar mais atenção das instituições governamentais à região, acabou recaindo no erro de culpar o clima e a natureza.¹⁶³ A superação das imagens euclidianas era necessária, pois o saneamento da região seria a principal missão do Estado Novo. Azevedo Lima cita como exemplo o saneamento promovido na Baixada Fluminense, onde vegetava uma “população de opilados” e que o principal medo dos sanitaristas em relação à região amazônica não seria em relação ao clima, mas à “hostilidade do habitat”, que deveria ser corrigido. Com a intenção de fazer um estudo objetivo da realidade, o autor traçou um quadro das doenças que afligiam a região, assim como o histórico da chegada delas:

O certo é que, no quadro nosológico da antiga província amazônica, não figuram enfermidades autóctones. As infecciosas e transmissíveis são, até, de importação relativamente recente. A febre amarela denunciou-se, pela primeira vez, no Amazonas em 1856, quase sete anos depois da data em que explodiu na capital essa terrível epidemia. (...) a cólera desembarcou, no Amazonas, de bordo do vapor Marajó, em 1855, e fez-lhe nova visita em 1856, procedente do Pará, no bojo do Tapajós. O impaludismo (...) se instalou no Brasil, pela primeira vez, em 1829, na cidade de Macacú, província do Rio de Janeiro, não é por certo originário dos trópicos, nem o conhecia o Amazonas antes que acometesse as ilhas da Guanabara e alcançasse terra firme (...) As leishmanioses amazonenses, ou os vários aspectos clínicos da mesma enfermidade parasitária, reconhecem como agente patogênico um protozoário de procedência oriental. O beri-beri nem é doença tropical, nem é mal infeccioso. Pela perpetuação dele, não responde, também, o clima do extremo norte. Assiste, portanto, aos amazonenses razão para que se rebelem contra os que irrogam ao seu estado natal a pecha de insalubre. Entretanto(...) as cifras de morbidade e obituário, no Amazonas alcançam, proporções assustadoras (...) o fato social é que não corresponde a densidade

¹⁶² Lima, op.cit., p.100.

¹⁶³ Lima, op.cit., p.101.

da população dispersa pelos latifúndios da Amazônia às incalculáveis riquezas em potencial.¹⁶⁴

Como uma região que não tinha um clima que contribuía para a difusão destas doenças se encontrava em estado tão alarmante? Porque a “terra virgem” continuava a ser um “sorvedouro de vidas”? Estas eram as questões de Azevedo Lima. A resposta continha duas linhas-mestras que, segundo o autor, se interligavam: o saneamento da região para sua colonização. Porém, outra pergunta era pertinente: como sanear uma localidade despovoada? A questão estava sendo respondida pelo próprio presidente: as duas caminhariam juntas para educar o homem da selva a cultivar racionalmente.¹⁶⁵ Para Azevedo Lima, após os discursos nos “remotos sertões do oeste”, Vargas, a partir de 10 de Novembro de 1940, estava efetivando a emancipação econômica daquelas regiões “malsinadas” com a proteção sanitária ao caboclo e com o amparo oficial que estava começando a ser realizado pela comissão de sanitaristas, a qual faria uma detalhada pesquisa técnica a fim de compreender os fatores que enfraqueciam os trabalhadores.¹⁶⁶ Assim, a primeira parte do plano de saneamento da Amazônia estava sendo realizada. Segundo Lima, a revitalização da região deveria ocorrer em conjunto com a restauração sanitária dos trabalhadores.¹⁶⁷

Azevedo Lima assim conclui, com planos extremamente ambiciosos para as localidades amazônicas:

Durante meio século de administração republicana, a grandeza cósmica do Amazonas nunca figurou nos cálculos dos alquimistas liberais. Sabia-se, vagamente, da existência desse país de lendas fantásticas e depravações republicanas (...) vivia a margem da civilização, sugado o povo pelas ventosas dos hematófagos, roído em suas energias pelos hematozoários de Laveran, esporiado pela praga social dos regatões e atravessadores (...) Concluída essa obra benemérita de patriotismo, **não seria exagero adiantar que a nossa civilização se deslocará para o extremo setentrional do Brasil. O Norte marcará, então, o ritmo do nosso progresso. Oferecerá hospitalidade a cerca de 150.000.000 de homens** (grifo meu).¹⁶⁸

¹⁶⁴ Lima, op.cit, p.102

¹⁶⁵ Lima, op.cit., p.108

¹⁶⁶ Lima, op.cit., p.109

¹⁶⁷ Idem.

¹⁶⁸ Lima, op.cit., p.110.

Considerações finais

No curso do capítulo, percorremos onze anos de discursos e idéias que tinham em vista problemas e possíveis soluções para a região amazônica. Alguns pontos devem ser reconsiderados para o andamento investigativo. O primeiro é a formulação de discursos “desesperados” que não tinham dados analíticos precisos, mas possuíam o objetivo e chamar a atenção do poder público frente à situação das localidades, atingidas por endemias como a lepra e a malária. Devido à ausência do Estado, organizações particulares, como as Missões Salesianas atuaram nos cuidados médicos à população. Mas, como visto, os habitantes rurais resistiram à medicação imposta pelos religiosos, que por sua vez, enxergavam a terapêutica popular desenvolvida pelos amazônidas como “primitiva”. Importante ressaltar a rede de relações construída por estas missões, que na década de 30 tentou obter benefícios estatais a partir do canal de comunicação aberto pela Secretaria da Presidência da República. O segundo ponto a ser levantado é a nova posição dos estados que constituíam a Amazônia (Amazonas, Pará e Território do Acre) na conjuntura política dos anos após a Revolução de 30, que, ao se tornarem bases aliadas dos primeiros anos de Vargas no poder, receberam uma razoável atenção governamental, representada nas viagens do presidente à região.

Estes pontos têm relação direta com o terceiro a ser considerado, que foi a formulação de idéias sobre a Amazônia, com o objetivo de inserir a região na propaganda ideológica do Estado Novo e na Marcha para o Oeste, cujo alcance ocorreu mais no âmbito discursivo do que em práticas voltadas para o desenvolvimento da região. A partir da viagem de 1940, Vargas reconstituiu sua trajetória na região amazônica, sendo que na prática tivemos duas viagens sob diferentes contextos e com diferentes objetivos. Outro ponto importante foram os artigos sobre a história local, que tinham o objetivo de reescrevê-la, trazendo à luz novos protagonistas da formação histórica e social da Amazônia. Os escritos valorizaram os elementos locais. A negação do “passado liberal” serviu de principal mote para o projeto capitaneado e incentivado pelo Estado, que se efetivou nas páginas do principal periódico formulador do Departamento de Imprensa e Propaganda: a Cultura Política.

Prosseguindo com a proposta apresentada, vamos considerar no próximo capítulo a atuação de personagens e instituições do poder público na região, tendo em vista o crescente interesse que a Amazônia despertou para o governo federal e a

proximidade dos anos de guerra, que afetariam de forma decisiva os planos de saúde e saneamento formulados para a localidade.

CAPÍTULO II:

EVANDRO CHAGAS E AS INSTITUIÇÕES CIENTÍFICAS DE SAÚDE E SANEAMENTO NA AMAZÔNIA (1934-1942)

Introdução

Em 3 de Março de 1942 o governo brasileiro firmou os chamados “Acordos de Washington”, acordos militares que, entre suas cláusulas, previam a fixação de preços para a compra de uma série de produtos brasileiros. Interessava aos norte-americanos aumentar a produção de matérias-primas de importância estratégica na situação de guerra vigente. A borracha adquiriu este *status* porque os grandes centros produtores de látex estavam ocupados pelos países que constituíam o chamado “Eixo do Mal” (Itália, Japão e Alemanha).¹ Segundo o acordo, para o aumento de produção da borracha deveria ser feito um prévio saneamento da região a ser explorada, o vale do Amazonas. Assim, o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) foi criado com o objetivo de controlar doenças (principalmente a malária) e dar assistência aos trabalhadores que chegariam à região.

Tal idéia estava longe de constituir uma novidade, pois outras instituições científicas voltadas para saúde e saneamento, como o Instituto de Patologia Experimental do Norte (IPEN), já trabalhavam na região desde os anos 30. Como resultado da viagem de Getúlio Vargas à Amazônia, no período de 7 a 11 de outubro de 1940, houve a mobilização de profissionais e instituições para formular um plano de saneamento com grandes proporções, atendendo assim, uma das promessas feitas pelo presidente, que era a melhoria das condições locais de saúde. A elaboração desse plano envolveu profissionais da saúde pública, como Evandro Chagas, diretor do Serviço de

¹ Hobsbawm, Eric. *Era dos Extremos: O Breve Século XX (1914-1991)*. São Paulo, Cia das Letras, 1995, p.46.

Estudos das Grandes Endemias (SEGE), sessão do Instituto Oswaldo Cruz (IOC) e João de Barros Barreto, diretor do Departamento Nacional de Saúde (DNS), principal órgão formulador e executor das políticas de saúde e saneamento da época no âmbito do Ministério da Educação Saúde. Evandro, como veremos, tinha o intuito de primeiro realizar o plano de saneamento para a região, para depois formar um plano de combate à endemia em caráter nacional.

O objetivo deste capítulo é analisar a formulação do “Plano de Saneamento da Amazônia”, contemplando a atuação dos órgãos e os principais personagens envolvidos na sua elaboração. Seguindo as sugestões de Fonseca, busco compreender as medidas adotadas para a saúde pública durante o primeiro governo Vargas como iniciativas governamentais, formuladas em um processo de decisão política, que envolveriam mais diretamente a negociação entre os interesses dos representantes do governo central e aqueles identificados com os grupos locais de poder.² Antes de um estudo aprofundado sobre o plano arquitetado pelo DNS para a Amazônia, é necessário entender como ocorreu o envolvimento do principal articulador do plano, Evandro Chagas, com a região amazônica.

2.1 - Evandro Chagas e o Serviço de Estudo das Grandes Endemias (1935-1940)

Evandro Chagas desenvolveu sua carreira científica no Instituto Oswaldo Cruz (IOC), onde realizou investigações epidemiológicas sobre a Doença de Chagas.³ Em 1935, então diretor do Hospital Oswaldo Cruz, colaborou na criação do Serviço de Estudo das Grandes Endemias (SEGE). O SEGE foi criado em 1934, durante a gestão de Carlos Chagas no Instituto Oswaldo Cruz (IOC) com o objetivo de estudar a possibilidade de ocorrência da leishmaniose visceral americana no Brasil.⁴ Em

² Ver Fonseca, Cristina. *Local e Nacional: Dualidades da Institucionalização da Saúde Pública no Brasil (1930-1945)*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, IUPERJ, 2005, p.190.

³ As referências biográficas foram retiradas dos seguintes documentos: Silva Júnior, Marcelo. “Evandro Chagas (Esboço Biográfico)”, 1940. Fundo Família Chagas/Documento Evandro Chagas, doravante FFC(DEC), Série Produção Intelectual/Trabalho de Terceiros, 19402040; Romaña, Cecílio. “Vida e Obra de Evandro Chagas”, 10 de novembro de 1940. FFC(DEC), Série Trajetória Profissional/Trabalho de Terceiros, 19401110. Este arquivo encontra-se sob guarda da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Para mais informações de Evandro Chagas, família Chagas e o SEGE ver também Kropf, Simone Petraglia. *Doença de Chagas, doença do Brasil: ciência, saúde e nação*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2006.

⁴ Doença transmitida pelo inseto *Lutzomyia longipalpis*, que afeta animais e homens. Atinge vísceras, como o fígado e o baço, podendo ocasionar aumento de volume abdominal. Informação do sítio do Ministério da Saúde: http://portal.saude.gov.br/portal/svs/visualizar_texto.cfm?idtxt=22141, último acesso: 21/10/2006, às 01:09

decorrência da morte de Carlos Chagas, as investigações se efetivaram somente no final de 1935.⁵ Chefiadas por Evandro Chagas, foram realizadas várias viagens ao norte e nordeste do país e no exterior. Dessa forma, Evandro estabeleceu uma ampla cooperação para estudar a leishmaniose em outros estados do país e também na Argentina, possibilitando assim ampliar o foco de seu programa de pesquisas ao incorporar o estudo de outras doenças como malária e esquistossomose.

Em 1937, Cardoso Fontes (diretor do IOC) enviou uma correspondência a Chagas, que estava no Amazonas, pedindo que continuasse “o bom trabalho”, sugerindo que ordenasse os trabalhos em conjunto com o governo amazonense e as organizações particulares.⁶ Na correspondência, Cardoso Fontes revelava que Getúlio Vargas havia comentado sobre a possível elaboração de um plano de saneamento para a Amazônia, aproveitando o trabalho que estava sendo feito pelos sanitaristas do SEGE. A colaboração com os grupos locais vinha ao encontro da estratégia do governo federal para se impor nas mais diversas regiões do país.⁷

A configuração de uma política de saúde pública que abrangesse os mais diversos territórios do país passava necessariamente por uma centralização administrativa, por parte do governo federal, e uma descentralização executiva, por parte dos departamentos estaduais. Tais medidas foram tomadas devido à falta de orientação dos dirigentes estaduais e à carência de recursos financeiros.⁸ A conformação desta política ocorreria através de uma negociação entre governo central e instâncias políticas estaduais, como os interventores e as organizações particulares.

Segundo Kropf, o SEGE possuía uma clara filiação ao ideário de Carlos Chagas e dos sanitaristas da Primeira República, pois as muitas viagens empreendidas pelo órgão reeditavam, em certa medida, as expedições científicas do IOC na década de 1910.⁹ Segundo Kropf, a apresentação do SEGE como uma continuidade à tradição de Oswaldo Cruz e Carlos Chagas tornou-se uma constante nos pronunciamentos de Evandro Chagas.¹⁰ Além da pesquisa, outro objetivo do serviço era a realização de

⁵ Kropf, op. cit., p.263

⁶ Correspondência de Evandro Chagas a Cardoso Fontes, 1937, FFC(DEC), Série Correspondência, 19361202, carta 116.

⁷ Idem.

⁸ Fonseca, op.cit., p.190

⁹ Kropf, op.cit., p.263.

¹⁰ Kropf, op.cit., p.264.

cursos de especialização em doenças tropicais e infecciosas, para treinar quem pretendesse direcionar seus conhecimentos científicos nesse campo. ¹¹

Em 1940, Djalma Batista, reconhecido médico local, presidia a *Liga Amazonense Anti – Tuberculose* e solicitou auxílio financeiro do governo, através da Secretaria da Presidência da República, em uma missiva contundente:

(...) entre os problemas sanitários que mais nos inquietam, avulta o da peste branca, mais sério talvez nestes confins. Na cidade de Manaus, há corporações como a Polícia Militar em que a incidência de tuberculose é de 30%. A mortalidade é assustadora : o obituário registra números aproximados para a fimatose e o paludismo, e é, proporcionalmente mais elevado , - quanto á primeira, que o do Rio, - constatando-se, em média, a morte de um tuberculoso por dia. Isso na capital. No interior, empobrecido e desvalido de assistência médica, é forçosamente larga a seara da doença de koch, nas suas associações á Malária, à Lepra, e às verminoses. Para enfrentar situações de tamanha angústia, existe, em Manaus, o hospital São Sebastião, que a Santa Casa misericordiosamente custeia – insuficiente, desprovido de material indispensável, mal localizado, - mais um recolhimento de incuráveis que organização hospitalar. (...) A Liga contra a Tuberculose, fundada em 1932, se propôs a contribuir para o solucionamento da questão sanitária de tal monta, empregando, para isto, todos os recursos científicos a seu alcance, no intuito de amparar, assistir e tratar os pectários desfavorecidos. (...) Temos, desde 30 de Julho de 39, um dispensário, com o nome de nosso sábio Cardoso Fontes, instalados á Rua Barroso, 121, dispondo de consultórios médicos, aparelhos de raio x, sala de ambulatório, aparelho de pneumotórax e laboratório de análises clínicas. (...) **O mais pobre, o mais triste, o mais idealista dos brasileiros é o amazônida. Ele se vê algemado pela selva, vencido pelo sistema arcaico e economia regional, atazanado pela instabilidade desconcertante da produção e das transações, assaltado impiedosamente pelos germes de Koch,**

¹¹ Kropf, op. cit., p.264.

Laveran, Eberth e Hansen.¹² **Mas no meio de tantas agruras espera, confiante, a hora da redenção** (grifo meu).¹³

Ao longo de sua carreira, Djalma Batista escreveu diversos estudos sobre a história da região, daí pode-se compreender o caráter “heróico” da correspondência.¹⁴ Em resposta à missiva, a Secretaria da Presidência da República divulgou que nada poderia fazer, mas as boas relações de Evandro Chagas com Getúlio Vargas e Gustavo Capanema propiciaram a continuação dos estudos na região.¹⁵

Em 1938, o governo federal concedeu ao SEGE dotação orçamentária extraordinária, possibilitando a ampliação do leque de doenças estudadas.¹⁶ Até os anos 40, Evandro Chagas, com o apoio de profissionais recém-formados, como Felipe Nery Guimarães e Leônidas Deane realizou viagens de investigação e de inspeção em municípios do Pará, como Igarapé-Mirim e Urubupuata. Evandro procurou administrar o SEGE como um órgão autônomo dentro da estrutura do IOC. Para compreender este fato, é necessário apontar a grave crise financeira que a instituição atravessou nos anos 30, em especial, durante a administração de Cardoso Fontes (1934-1941). Nesta época, Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde, incorporou a renda do IOC à receita

¹² Identificaram os seguintes agentes patogênicos:

- a) R.Koch – Identificou o germe patogênico da tuberculose (Alemanha/1882).
- b) Laveran – Identificou o germe patogênico da malária (França/1880).
- c) Eberth – Identificou o germe patogênico da febre tifóide (Alemanha/1880).
- d) Hansen – Identificou o agente causador da lepra. (Noruega/1873).

Fonte: Kiple, Frederik (Editor). *The Cambridge World History of Human Disease*. Cambridge, Cambridge University Press, 1999.

¹³ GCPR, lata 276, pacote 1.

¹⁴ Djalma da Cunha Batista nasceu em Tarauacá, no Estado do Acre, no dia 20 de fevereiro de 1916. Filho de Gualter Marques Batista e D. Francisca Acioli da Cunha Batista, fez o curso primário no Grupo Escolar João Ribeiro e Colégio São José em Tarauacá, e o secundário em Manaus, no Colégio Dom Bosco. Formou-se em Medicina na Faculdade de Medicina da Bahia, em 1935. Voltou a Manaus em 1939, abrindo, no ano seguinte seu consultório de patologia clínica. Foi médico assistente da Santa Casa de Misericórdia, analista da Casa Dr. Fajardo, fisiólogo do Dispensário Cardoso Fontes, da Liga Amazonense contra a Tuberculose, médico da Escola Técnica de Manaus, capitão comissionado da Polícia Militar do Amazonas. Foi também diretor do Sanatório Adriano Jorge; do Departamento de Educação e Cultura do Amazonas, e do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). Foi eleito em 18 de janeiro de 1942 para a Academia Amazonense de Letras, cadeira 11, de José Veríssimo, vaga de Coriolano Durand, tendo sido empossado somente em 1948, sendo recebido na Academia pelo imortal André Araújo. Presidiu a Academia três vezes, a última no período de 1972 a 1973. Publicou os seguintes livros: *O Complexo da Amazônia*, *Paludismo na Amazônia*, *Codajás – Comunidade Amazônica*, *Letras da Amazônia*, *Da Habitabilidade da Amazônia*. Faleceu em Manaus, no dia 20 de agosto de 1979.

Fonte: Fundação Djalma Batista:

<http://www.manausnet.com.br/fdb/patrono.asp>. Último acesso: 27/10/2006 20:56

¹⁵ Para relação Entre Evandro Chagas e Getúlio Vargas, ver Romaña, op. cit., p.3; para relação entre Evandro Chagas e Gustavo Capanema ver Paraense, Wladimir Lobato. (*depoimentos, 1987, 1988, 1989*). Rio de Janeiro, Fiocruz/COC, Programa de História Oral, 1991; Chagas Filho, Carlos. *Depoimento* Rio de Janeiro, Fiocruz/COC Programa de História Oral, 1991.

¹⁶ Kropf, op.cit., p.270.

geral da União, passando todos os seus serviços a serem custeados por dotações do orçamento do ministério.¹⁷ Diante da situação, Evandro Chagas, para levar a cabo o SEGE, teve de formular um grande sistema de parcerias que envolviam tanto a iniciativa privada quanto os governos dos Estados e da União.¹⁸ A própria dinâmica do trabalho de Evandro e sua equipe exigiram esta configuração. Outro fator não menos importante era a “Verba Guinle”, generosa doação de Guilherme Guinle, que mantinha boas relações com toda a família Chagas.¹⁹ Esta doação era usada em sua maioria para a contratação de pessoal, permitindo ao SEGE grande liberdade de ação, além de uma boa margem de independência relativamente à burocracia da administração do IOC.

Em 1940, Evandro Chagas solicitou a Gustavo Capanema que o SEGE se desligasse formalmente do IOC.²⁰ A partir da ampliação de suas instalações, recursos, quadros de pessoal e de escopo, o Serviço deveria se transformar em Instituto Nacional de Doenças Tropicais, subordinado diretamente ao Ministério da Educação e Saúde. Segundo Kropf, mesmo com a proposta não se concretizando, a perspectiva de rearticular pesquisa biomédica e saúde pública configurou-se como um projeto de Evandro Chagas e não como uma diretriz institucional do IOC.²¹ De acordo com a autora, os esforços de Evandro Chagas em vincular o SEGE diretamente ao Ministério da Educação e Saúde (MES) estavam ligados a um contexto internacional em que se intensificavam os interesses em vencer a luta contra as doenças endêmicas, vistas como ameaça não só ao desenvolvimento econômico e social das nações, mas também à possibilidade de se combater o nazi-fascismo, que, então, tentava estender mundialmente seus tentáculos.²² Na próxima sessão, iremos analisar outra instituição

¹⁷ Benchimol, Jaime Larry. “Origens e evolução do Instituto Oswaldo Cruz no período 1889-1937”, Benchimol, Jaime Larry (org.) *Manguinhos do sonho à vida: a ciência na Belle Époque*. Rio de Janeiro: Fiocruz. Casa de Oswaldo Cruz, 1990, p.57

¹⁸ Sanglard, Gisele Porto. *Entre os salões e o laboratório: mecenato e práticas científicas – Rio de Janeiro, 1920-1940*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, 2005, p.241

¹⁹ Guilherme Guinle possuía boas relações com Carlos Chagas e suas doações foram decisivas tanto para o sustento do SEGE, chefiado por Evandro, quanto para o funcionamento do Instituto de Biofísica, chefiado por Carlos Chagas Filho. Ver Sanglard, op.cit, p.243.

²⁰ Kropf, op.cit., p.279

²¹ Kropf, op.cit., p.280

²² Idem. Em março de 1939, começou a II Guerra Mundial, quando a Alemanha invadiu a Tchecoslováquia e Polônia e no início de 1940, a França e o norte da África também foram ocupados. Ver Gonçalves, Williams da Silva. “A Segunda Guerra Mundial”. Filho, Daniel Aarão Reis; Ferreira, Jorge; Zenha, Celeste (orgs.). *O Século XX – O tempo das crises – Revoluções, Fascismos e guerras*. Civilização Brasileira, 2000, p.172

voltada para a saúde e saneamento da região, o Instituto de Patologia Experimental do Norte (IPEN).

2.2 – O Instituto de Patologia Experimental do Norte: primeiros passos para o saneamento da Amazônia

O Instituto Oswaldo Cruz tem a seu cargo o estudo dos principais problemas da nosologia rural. Este trabalho que está sendo concretizado no S.E.G.E, antiga Seção de Doenças Tropicais do instituto, tem investigado numerosas doenças do interior do país, tais como a Leishmaniose visceral norte-americana e a tripanosomíase americana, schistossomose, a filariose, a malária, a anemia helmíntica, etc. Com o fim de facilitar a tarefa do Serviço de Estudo das Grandes Endemias, foi criado em 1936 o IPEN, em Belém, Pará, e mais recentemente em outras unidades.²³

Em 1936, Evandro visitou as regiões norte e nordeste com o intuito de investigar os processos patogênicos e a epidemiologia da leishmaniose. Para estudar melhor a doença, tentou junto às autoridades do Ceará - com grande incidência de malária à época - incentivos para a montagem de uma base de operações, porém só obteve apoio do governo do Pará.²⁴ No mesmo ano, através da lei nº59 de 10/11/1936, foi criado o Instituto de Patologia Experimental do Norte (IPEN), cujo objetivo era estudar os problemas médico-rurais da região e orientar a profilaxia e a assistência médica, em conjunto com os serviços sanitários estaduais e federais. Como o trecho transcrito acima afirma, o IPEN auxiliava o SEGE na tarefa de interiorizar as pesquisas científicas. Segundo os depoimentos de Wladimir Lobato Paraense e Carlos Chagas Filho, a intenção de Evandro era formar uma rede de “IPENs” em cada canto do país.

²³ “Meio – Dia”, Pará, 10/8/1938, FFC (DEC - em tratamento), caixa 02, p.3

²⁴ Löwy, Ilana. *Vírus, mosquitos e modernidade – a febre amarela no Brasil entre a ciência e a política*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2006, p.272.

Em 4/09/1937, Bichat de Almeida Rodrigues, assistente técnico do IPEN, redigiu o “Estatuto do IPEN”, que revelava as preocupações dos profissionais envolvidos em torno da atuação do instituto e suas limitações frente à realidade local:²⁵

Tivemos a preocupação de torná-lo independente de influências políticas, sentimentais e de estrabismos administrativos de futuros governantes. (...) A admissão de assistentes efetivos, por exemplo, dependerá do Instituto Oswaldo Cruz, onde se procederá o concurso.²⁶

Desta forma, os dirigentes buscavam profissionalizar o Instituto através da burocratização, como medida preventiva de preservação de independência frente às realidades que os profissionais enfrentariam nas regiões. Almeida Rodrigues complementou que

O Instituto tem por finalidade o estudo da patologia regional e dos problemas médicos rurais por meio de pesquisas e investigações para orientar a profilaxia e assistência médica de acordo com os interesses dos serviços sanitários municipais, estaduais e federais.²⁷

No estatuto, o IPEN também se comprometia a obedecer obrigatoriamente à orientação técnica do Instituto Oswaldo Cruz, que por sua vez, forneceria ao estado os técnicos necessários à instrução do pessoal e à realização dos trabalhos. Entre novembro e dezembro de 1936, o instituto organizou duas excursões ao interior, escolhendo para 1ª sede e estudos rurais o município de Abaeté, no Pará, devido à alta incidência de leishmaniose visceral diagnosticada pelo serviço de Viscerotomia da Fundação

²⁵ Bichat de Almeida Rodrigues nasceu em 7 de agosto de 1912, em Teresina (PI). formou-se em 1936 pela Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil. Seu primeiro trabalho depois de formado foi como médico da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites do Setor Oeste, de 1937 a 1939. Neste ano foi convidado por Evandro Chagas para trabalhar no Instituto Oswaldo Cruz (IOC), no Serviço de Estudos das Grandes Endemias (SEGE). Em 1940 passou a ser assistente técnico do Instituto de Patologia Experimental do Norte (IPEN), situado em Belém (PA). Foi ainda médico da Delegacia Federal de Saúde da 3ª Região, que reunia Pará e Maranhão em 1941-1942. ver: Fonseca, Cristina. “Trabalhando em saúde pública pelo interior do Brasil: lembranças de uma geração de sanitaristas (1930-1970)”. *Ciência e Saúde Coletiva*, 5(2): p.404, 2000.

²⁶ “Estatuto do IPEN – Leis e Regulamentos do IPEN”, 04/09/1937 FFC (DEC - em tratamento, caixa 4.

²⁷ Idem

Rockefeller.²⁸ Através de excursões feitas aos rios Castanhal, Itauassú, Caruperê, entre outros, foram realizados exames nas populações ribeirinhas, contabilizando um total e 412 doentes.²⁹ Nos trabalhos com estes habitantes foram diagnosticadas diversas doenças como malária, helmintose, disenteria amebiana, tuberculose, lepra, câncer, sífilis, tracoma e úlcera fuso-espiralar. Também foi diagnosticado o segundo caso humano de leishmaniose visceral. Estas excursões foram úteis às pesquisas de Evandro Chagas, pois ajudaram-no a confirmar constatações relativas à epidemiologia da doença, assim como novas conclusões sobre a incidência de anemia em populações rurais, que teria forte relação com a alimentação. Desta forma, novas metodologias de políticas de saúde pública puderam ser testadas no atendimento a essas populações. O IPEN também desenvolveu pesquisas sobre a incidência do “mal das cadeiras”, doença que atinge os equinos, causando transtornos à economia da região.³⁰ A preocupação dos profissionais do Instituto transcendiam a questão sanitária, como visto na ênfase dada nos relatórios enviados à Evandro sobre a enfermidade de equinos, grande preocupação dos políticos do Pará.³¹

Em 1937, a precária situação financeira do Pará interferiu diretamente no funcionamento do IPEN, obrigando Evandro Chagas a pedir ajuda a Gustavo Capanema, para que este intercedesse contra a redução de orçamento do instituto.³² Em telegrama a Leoberto Cardoso, membro da direção do IOC, Evandro reclamou da falta de verbas para a compra de material, além de denunciar as dificuldades do Instituto com as lideranças locais:

Leoberto,

A respeito da aquisição de novo material no momento, há o seguinte: a situação do estado é financeiramente precária; muitos elementos do próprio governo não

²⁸ Processo que consiste na remoção de pedaços de fígado dos cadáveres, por intermédio de um instrumento chamado viscerótomo. Começou a ser usado no Brasil pela Fundação Rockefeller, no Serviço de Febre Amarela. “Instruções para Representantes do Serviço de Febre Amarela em postos de Viscerotomia”, Ministério da Educação e Saúde, Serviço de Febre Amarela. Disponível no sítio da National Library of Medicine – Profiles in Science, http://profiles.nlm.nih.gov/VV/B/B/K/Q/_/vvbbkq.pdf, último acesso, 18/02/2007, 3:45.

²⁹ Relatório de atividades desenvolvidas pelo Instituto de Patologia Experimental do Norte em 1936, s/d, FFC (DEC-em tratamento, caixa 2)

³⁰ Tripanossomíase, conhecida popularmente como “mal das cadeiras”. Causada pelo *Trypanosoma evansi*. Os sintomas mais conhecidos são: anemia, inchaço das partes ventrais do corpo e paralisia dos membros posteriores.

³¹ Relatórios do IPEN à Evandro Chagas (1936-1940), CCF(DEC – em tratamento), caixas 1-8

³² CCF/ Documentos Evandro Chagas (em tratamento), caixa 2

conseguiram ainda penetrar as vantagens da existência do Instituto de pesquisas, mesmo aqueles que, inicialmente ou não, se opuseram à criação ou para ela contribuíram, julgavam-se a fazer um instituto para o fabrico de vacinas e soros, ou uma repartição para tratamento e profilaxia de doenças regionais; e os mais otimistas, achavam mesmo que seria mais um elemento para a colocação de amigos e correligionários. Todos os que pensavam desse jeito estão evidentemente decepcionados e afirmam não haver vantagem em gastar tanto dinheiro para tirar sangue, furar barriga de cachorro e pegar mosquito. Há sérias ameaças de redução de verbas, principalmente nos cem contos da verba material.³³

Mesmo com dificuldades, os trabalhos do IPEN prosseguiram nos anos seguintes. No primeiro semestre de 1940, Evandro Chagas recebeu instruções do Ministério da Educação e Saúde para auxiliar na verificação do problema de malária nos estados do Amazonas e Pará.³⁴ Se tudo corresse bem, haveria a possibilidade de o trabalho receber dotação orçamentária própria. Evandro pretendia iniciar os trabalhos no decorrer do ano, fazendo um estudo geral da incidência de malária através de inquéritos que deveriam ser realizados nas cidades situadas às margens do rio Amazonas e seus principais afluentes. As equipes seriam compostas, de modo geral, por três membros: 1 médico, 1 microscopista e 2 guardas sanitários.³⁵ Antes de iniciar os trabalhos, foi assinado um acordo entre a 2ª Delegacia Federal de Saúde e o IPEN (representado no acordo pela Diretoria Geral de Saúde Pública do Estado do Pará) que previa a cessão dos empregados do instituto para os inquéritos de malária na Amazônia.³⁶ O termo firmado entre as duas partes previa uma constante fiscalização:

8) A chefia dos trabalhos de rotina da execução desse plano fica entregue à Delegacia Federal de Saúde da 2ª Região, obrigando-se a esta o fornecimento de um boletim mensal com o resumo dos trabalhos realizados à Diretoria Geral de Saúde.

9) os médicos pertencentes ao quadro da Diretoria Geral não poderão ser afastados do serviço de combate à malária sem consentimento do Diretor Geral de Saúde Pública do

³³ Correspondência de Evandro Chagas a Leoberto Cardoso, Belém, 22/11/1937, FFC (DEC – em tratamento), caixa 4

³⁴ Não há uma data precisa para a convocação de Evandro Chagas à Comissão de Saneamento da Amazônia. O documento com a data mais adiantada é um relatório entregue ao IOC pelo médico Francisco Cerqueira, datado de 6/6/1940, em que este avisa ao Instituto da convocação de Evandro à Comissão. FFC(DEC - em tratamento), caixa 8

³⁵ FFC (DEC - em tratamento), caixa 8

³⁶ “Bases do Acordo que entre si firmam a Diretoria Geral de Saúde Pública do Estado do Pará, a Delegacia Federal de Saúde da 2ª Região e o Instituto de Patologia Experimental do Norte, para o fim expresso e uma ação conjunta para o combate à Malária”. FFC(DEC - em tratamento), caixa 2.

Estado do Pará, mediante informação circunstanciada da chefia do serviço propondo esse afastamento, assim o Diretor Geral de Saúde Pública não poderá retirá-los do serviço sem prévio aviso à Delegacia Federal de Saúde.³⁷

Valério Konder, delegado federal de saúde da 2ª região, também foi convocado para as averiguações.³⁸ Escreveu correspondência para Evandro em nove de julho propondo uma colaboração com o ministério da guerra e anexou cópia da carta que enviou ao general Lobato, do Pará. Era interesse de Konder conseguir apoio do exército devido às más condições de saneamento de áreas onde seriam instalados batalhões militares:

Caro Lobato

Quero pedir-lhe, para orientação melhor dos serviços sanitários que a mim são atribuídos por força do cargo que ocupo, sua opinião sobre a impressão que teria causado no Ministério da guerra a descrição feita das condições onde se encontram os futuros quartéis do 24º e do 26º batalhão do ponto de vista sanitário (...) É que estamos dispostos agora a iniciar um largo inquérito preliminar sobre a malária na Amazônia, abrangendo quarenta e cinco cidades, a fim de apresentarmos, para 1941, o plano de saneamento dessas localidades, o que representará, (...) usando um pensamento seu, a “conquista”, feita por nós, brasileiros, dessa região. Assim sendo, teríamos o mais vigoroso estímulo para este trabalho no fato de sabermos que, desde já, a sua realização interessaria a classe que representa o maior fator de unidade nacional: o exército. Se houver uma ação conjunta do Ministério da Guerra e da Saúde, então essa ação conjunta prolongar-se-ia, sem dúvida, no decurso dos trabalhos de saneamento que iremos

³⁷ “Bases do Acordo que entre si firmam a Diretoria Geral de Saúde Pública o Estado do Pará, a Delegacia Federal de Saúde da 2ª Região e o Instituto de Patologia Experimental do Norte, para o fim exposto e uma ação conjunta para o combate à Malária”. FFC (DEC - em tratamento), caixa 2, p.1

³⁸ Valério Régis Konder nasceu em Itajaí (SC) em 28/02/1911. Seu pai foi prefeito de Itajaí e seus tios, Vítor e Arno foram deputados federais por Santa Catarina. Valério fez os estudos primário e secundário em sua cidade natal, transferindo-se depois para o Rio de Janeiro, onde concluiu a Faculdade Nacional de Medicina em 1931. Em 1934 ingressou no PCB e filiou-se à Aliança Nacional Libertadora. Foi um dos oradores da assembléia realizada pelo Clube da Cultura Moderna, em cinco de julho de 1935, em apoio à ANL, que resultou numa tentativa frustrada da deposição de Getúlio Vargas. Foi preso no mesmo ano e permaneceu na prisão durante um ano e meio, onde conviveu com Graciliano Ramos, tornando-se um dos personagens de seu romance *As Memórias do Cárcere*. Absolvido em julho de 1937 pelo Tribunal de Segurança Nacional, trabalhou de 1938 a 1944 como médico sanitário do Ministério da Educação e Saúde nas regiões norte e nordeste, onde realizou pesquisas sobre o mosquito *Anopheles Gambiae* e sobre o combate à malária. Em 1945, trabalhou na África para o governo brasileiro, fazendo controle das condições sanitárias os aviões militares norte-americanos que vinham para o nordeste do Brasil. Depois de ocupar cargos administrativos em entidades vinculadas à Organização das Nações Unidas, voltou ao Brasil, tornando-se membro consultivo do Centro de Estudos e Defesa do petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN). Ver s/autor. “Valério Konder”. Abreu, op.cit.

planejar. Devo esclarecer que incluímos nessa lista aquelas cidades de territórios de fronteira que tenham características e postos estratégicos (...) baseando-se exatamente naqueles conceitos que o General Lobato nos deu a honra de referir, sobre “saneamento e defesa do território nacional”.³⁹

Em correspondências posteriores, Valério Konder não citou mais a possível colaboração com exército local.⁴⁰ As notícias já corriam entre as instituições do norte e nordeste. Em 23 de julho, o Delegado Federal de Saúde da 4ª região, Alfredo Bica, enviou telegrama a Evandro Chagas, averiguando a possibilidade de inclusão do Recife no inquérito sobre malária, mas recebeu resposta negativa.⁴¹

O planejamento para os inquéritos continuou. Em 30 de agosto, Evandro enviou telegrama ao interventor federal do Amazonas, Álvaro Maia, marcando para o quinto dia do próximo mês o início os trabalhos de cooperação de malária.⁴² No estágio de preparação para os inquéritos, houve rugas entre os profissionais convocados para o serviço. Evandro Chagas e Bichat de Almeida Rodrigues chamavam Valério Konder de “messias”, pois ele estaria capitaneando para si a responsabilidade do plano:

O “Messias” continua em grande atividade. O nosso amigo continua com altos planos e projetos e diz que vai levar todo o programa de saneamento ao presidente esta semana. Entretanto, estive com [Carlos] Drumond [de Andrade] sexta-feira, e este me disse que está ciente das atividades do Konder e não haverá nenhuma possibilidade e qualquer trabalho ser feito, sem que sobre o assunto sejam ouvidos o ministro e o departamento.⁴³

Esta correspondência de 4 de outubro reportava-se à tentativa de Konder para se associar a profissionais de outros ministérios (Guerra e Educação) sem consultar os demais integrantes do projeto. As declarações e entrevistas de Konder a jornais continuaram repercutindo mal entre Bichat Rodrigues e Evandro Chagas, basta ler a carta do primeiro ao segundo, em 14 de outubro:

³⁹ CCF/ Documentos Evandro Chagas (em tratamento), caixa 6

⁴⁰ Nos documentos averiguados, não foi detectada menção a respeito desse assunto.

⁴¹ Correspondência de Evandro Chagas para Alfredo Bica, 23/07/1940, FFC (DEC – em tratamento), caixa 3

⁴² Correspondência de Evandro Chagas para Álvaro Maia, 30/08/1940, FFC (DEC - em tratamento), caixa 2

⁴³ Correspondência de Evandro Chagas para Bichat de Almeida Rodrigues, 4/10/1940, FFC (DEC - em tratamento), caixa 6

Novamente como tem acontecido ultimamente, os jornais continuam na propaganda do Konder, chegando a coisa cada vez mais ao cabotinismo. Em todos os locais onde se encontra, não perde ele oportunidade de fazer-se “o messias” (...) Nós do instituto continuamos a manter com ele a mesma atitude de cortesia que foi mantida aqui pelo senhor. Não deixo porém de achar muito desagradável a situação atual, principalmente porque podem surgir comentários em roda que freqüentamos e isto tornaria a situação precária. (...) Acho mesmo que só será contraproducente uma questão pública neste assunto de chamar a si a idéia e execução do plano.⁴⁴

Causava mal estar entre os profissionais envolvidos no planejamento do inquérito o fato de Valério Konder chamar para si toda a autoria intelectual do trabalho. Passados mais de 60 anos, as referências biográficas lhe atribuem todos os créditos da elaboração de um certo “plano de saneamento da Amazônia”.⁴⁵ Em 5 de novembro foi oficialmente divulgada aquela que seria a “Comissão de Saneamento da Amazônia”, da qual fariam parte Felipe Nery Guimarães, Evandro Chagas, Ernani Agrícola, João de Barros Barreto e Valério Konder.⁴⁶ Evandro Chagas apenas aceitou Valério Konder na comissão devido a pressões de João de Barros Barreto, como ele informou a Bichat de Almeida Rodrigues.⁴⁷

2.3 – Projetos de Evandro Chagas: da Amazônia para o Brasil

João de Barros Barreto convocou diversos profissionais do SEGE para empreender os inquéritos epidemiológicos na região amazônica. Entre os envolvidos podemos destacar Felipe Nery Guimarães, Alberto Carreira da Silva e o próprio Evandro Chagas, para liderar a comissão. Evandro, inclusive, viajaria à Amazônia acompanhando a visita presidencial, mas a data mudou e não pôde ir (a viagem seria 26

⁴⁴ Correspondência de Bichat Rodrigues para Evandro Chagas, 14/10/1940, FFC (DEC - em tratamento), caixa 1.

⁴⁵Embora tendo se passados mais de 60 anos, as referências biográficas lhe atribuem todos os créditos da elaboração de um certo “plano de saneamento da Amazônia”:

“Como delegado na 2ª região, Valério Konder elaborou um plano de saneamento da Amazônia, e em 1943 apresentou ao presidente Getúlio Vargas. Getúlio gostou do plano, mas disse que não poderia executá-lo porque o Brasil entrara na guerra”. Ver Escorel, Sarah. *Saúde Pública: Utopia do Brasil*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2000, pp.68-69

“[Valério Konder] trabalhou de 1938 a 1944 como médico sanitário do MES nas regiões norte e nordeste (...) nessa época, elaborou um plano de saneamento para mais de 50 cidades do Pará, cuja execução foi suspensa devido à entrada do Brasil na II Guerra Mundial em 1942.” Ver s/autor. “Valério Konder”. Abreu, op.cit.

⁴⁶ FFC (DEC), Série Correspondências, 1940092/nº49

⁴⁷ FFC (DEC - em tratamento), caixa 4

setembro, mas foi transferida para 7 de outubro). As viagens de inspeção antecederam a ida de Vargas e se estenderam por cerca de três meses após a visita.

O roteiro para as viagens foi feito da seguinte forma: Felipe Nery Guimarães ficou responsável pelas regiões próximas ao Acre, contando com o apoio do interventor no território, Epaminondas Martins; a Alberto Carreira da Silva destinaram-se as regiões do Rio Madeira, Rio Negro e Rio Solimões. Outros profissionais do SEGE e do IPEN também foram mobilizados, como Bichat de Almeida Rodrigues, Wladimir Lobato Paraense e Eurico Vilela para realizar o inquérito. O levantamento epidemiológico tinha o objetivo de apontar os casos de malária na região, considerada pelos profissionais de saúde e intelectuais da época o principal entrave ao ressurgimento da Amazônia, em especial depois da viagem do presidente à região. Em poucos meses, o inquérito reproduziu 20.000 fichas de doentes, envolvendo 48 cidades do vale amazônico.

Tendo como base esses inquéritos, foram levantadas informações sobre as condições de ocorrência da doença, incluindo características dos domicílios, características ambientais da área domiciliar, existência de focos de transmissão e, por fim, um mapeamento de áreas endêmicas. Os médicos se correspondiam através de telegramas para conseguirem mais equipamentos ou dar conta de possíveis problemas.⁴⁸ Durante sua viagem à Amazônia em 1940, Getúlio Vargas visitou o IPEN e declarou apoio ao projeto de saneamento da Amazônia do Ministério da Educação e Saúde em conjunto com os profissionais ligados ao IOC.⁴⁹ Segundo relatos da época, Getúlio Vargas se interessava muito pelo projeto chefiado pelo superintendente do SEGE.⁵⁰ O presidente escutava atentamente as palavras sobre o principal objetivo de Chagas: o saneamento palúdico do Amazonas, para dar continuidade à obra de seu pai, Carlos

⁴⁸ Felipe Nery Guimarães, por exemplo, esperava um material que viria por lancha, mas se extraviou e Alberto Carreira Rodrigues ficou preso em Itacoatiara (Amazonas), pois a verba para a passagem de avião não havia sido liberada. FFC (DEC), Série Produção Intelectual/Trabalho de Terceiros

⁴⁹ Correspondência de Cardoso Fontes a Evandro Chagas, 10/10/1940. FFC(DEC – em tratamento), caixa 8.

⁵⁰ Romaña, Cecílio. “Vida e Obra de Evandro Chagas”, 10 de novembro de 1940. FFC(DEC), Série Trajetória Profissional/Trabalho de Terceiros, 19401110, p.3

Chagas, que já estudara a região no início do século XX.⁵¹ Em palestras e congressos, Evandro apontava o inquérito na Amazônia como continuidade da obra de seu pai que realizara, em 1913, trabalho similar na região.⁵² Em entrevista ao *Correio da Manhã*, Evandro deu maiores detalhes sobre a função de cada órgão envolvido na empreitada:

A maior atividade do S.E.G.E. está sendo dirigida no momento para a malária, que continua a ser o fator primordial de degradação física do homem e o maior empecilho ao desenvolvimento econômico do Vale (...) Ficará o D.N.S. por intermédio da 2ª D.F.S. encarregado da execução de todas as medidas de profilaxia e assistência. Ao SEGE caberá também a organização e a divisão de uma Escola de malariologia, onde serão formados especialistas de diversos padrões.⁵³

O cargo ocupado por Evandro permitia-lhe viajar e estabelecer contatos com médicos de diversas nacionalidades. Em 29 de outubro de 1940, apresentando-se como dirigente principal do SEGE, enviou correspondência a L.L. Williams Jr, médico do National Institute of Health, em Maryland, na qual abordava o trabalho de campo que ele e sua equipe desenvolviam. O conteúdo da missiva revela que todo esse processo prospectivo englobava duas metas, uma regional e outra mais ampla: de imediato, estabelecer um plano de combate à malária na Amazônia para, no futuro, criar um serviço nacional dedicado à doença.

Dear Dr. Williams,

(...) It is the intention of our government to create a national service against malaria and we have been requested to draw up the general program for this service.

⁵¹ O primeiro “Plano de Saneamento da Amazônia” foi feito por Carlos Chagas, em 1913. Comissionado pela Superintendência de Defesa da Borracha, Chagas propôs um plano de profilaxia para a região, a partir de dados obtidos durante a verificação de saúde dos seringueiros. Durante cinco meses, Chagas e os pesquisadores Pacheco Leão e João Pedroso percorreram cidades, vilas e seringais, procurando uma saída para a queda de produtividade da borracha através da melhoria das condições de saúde dos seringueiros. Para Chagas, a malária era considerada o principal inimigo desta atividade, e se conseguisse acabar ou pelo menos controlá-la, a produção cresceria de novo e reocuparia a ponta do mercado mundial. As condições de saúde das populações visitadas eram determinadas pelas enfermidades que existiam, pela inexistência de assistência médica, pelo tipo de trabalho que executavam e pela alimentação. Seu “Plano geral da campanha Sanitária a se empreender no Vale do Amazonas” nunca foi posto em prática. Ver Chagas, Carlos; Oswaldo Cruz e Afrânio Peixoto. *Relatório sobre as condições médico-sanitárias do vale do Amazonas*. In: *Sobre o Saneamento da Amazônia*. Manaus: P.Daou, 1972

⁵² Kropf, op.cit., p.264

⁵³ *Correio da Manhã*, 16.10.1940, p.3. Este documento se encontra sob guarda da seção de periódicos da Biblioteca Nacional.

Our opinion was that nothing of permanent value could be done while we did not know the real condition of malaria in Brazil. We, therefore, told our minister of Public Health that no executive service should be established before a preliminary investigation of two years carried out.

We have already since last year been working in two of our field stations and two months ago, reconnaissance work has begun. **We think that before the end of next year, a fairly efficient program can be made for our northern states, and in two years, we shall probably have the plans outlined for the whole country** (grifo meu).⁵⁴

O cronograma de trabalho do sanitarista estava pronto: no final de 1941, implementar-se-iam as ações de saúde e saneamento nos estados do norte, para, em 1942, iniciar um plano de combate à malária que cobrisse o território nacional inteiro. Como veremos adiante, o Ministério da Educação e Saúde passava por um processo de reforma para a criação dos Serviços Nacionais, dedicados às doenças específicas. O que Evandro revela na missiva é que provavelmente ele próprio seria o responsável pela direção do Serviço Nacional de Malária. Em 8 de novembro de 1940, porém, a trajetória do diretor do SEGE foi tragicamente interrompida por um desastre aéreo que resultou em sua morte, que gerou graves preocupações aos seus colegas. Bichat de Almeida Rodrigues enviou a Souza Castro, então médico do IPEN, correspondência sobre o assunto:

Peço que mantenha o maior sigilo sobre tudo o que vamos referir nesta carta. (...) Neste meio tempo, ferve Manguinhos. A situação ainda é bastante nebulosa. Fomos a princípio encarregados pelo dr. Leocádio, do Hospital. Logo no dia imediato soubemos porém que o Dr. Eurico Vilela aceitaria a diretoria interina do serviço, designação esta feita aqui diretamente por Manguinhos e à revelia do ministro.(...) Esteve no hospital o dr. Vilela, dizendo-nos que prosseguíssemos todas as atividades do SEGE como se a situação atual não passasse de uma viagem mais demorada do dr. Evandro. Disse que mantivéssemos todos os trabalhos em andamento, com a mesma orientação que vinham tendo (...) Há agora uma questão desagradável que procurarei solucionar se estiver dentro das minhas possibilidades: peço que o senhor comunique aos assistentes que no momento de incerteza que atravessamos, deverão ficar suspensas as gratificações que

⁵⁴ Correspondência de Evandro Chagas para L.L. Williams, 29/10/1940, CCF (DEC - em tratamento), caixa 7.

eram fornecidas pela verba “especial”. Farei o possível para manter, mas no momento, deverão ser consideradas cortadas.⁵⁵

Preocupado com a situação, Bichat Rodrigues entrou em contato com Carlos Chagas Filho no intuito de convencê-lo a assumir o cargo de superintendente do SEGE, pois em conversa com Leocádio Chaves, da diretoria do IOC, foi-lhe revelada a intenção de diminuir progressivamente as atividades do serviço, sob o argumento de que Evandro teria extrapolado demasiadamente suas atribuições.⁵⁶ No mesmo dia, Bichat, Ruy Pondé e Chagas Filho se reuniram com Gustavo Capanema que demonstrou simpatia pela continuidade do SEGE.⁵⁷ Assim, Carlos Chagas Filho foi levado a Getúlio Vargas que o nomeou superintendente do Serviço de Estudo das Grandes Endemias. Em depoimento à Casa de Oswaldo Cruz, Chagas Filho narrou o encontro:

Quando ele [Evandro] morreu, o Leocádio [Chaves] disse: “A única pessoa que pode ocupar o cargo do Evandro é você.” E me levaram ao Getúlio e o Getúlio me nomeou. (...) E o serviço passou a ter uma verba que não tinha. Porque até o Evandro morrer, todo o tostão que o serviço de Endemias tinha era dado pelo Guinle. Que no último ano estava dando 400 contos por ano.⁵⁸

De acordo com o depoimento de Wladimir Lobato Paraense, na época médico do Serviço, o SEGE existia exclusivamente devido à liderança de Evandro Chagas:

A equipe do Evandro acabou quando ele morreu, não é? Porque ficou o Jansen, ficou o Nery Guimarães e eu, que já estava aqui... Quem mais? Ah! O Mangabeira que também trabalhava assim... mas avulso, ele acabou... ficou no grupo. Mas ficou por pouco tempo, Otávio Mangabeira Filho que era um bom entomologista.⁵⁹

Carlos Chagas Filho assumiu o cargo de direção do SEGE e, a partir de um acordo entre o Instituto de Patologia Evandro Chagas e a 2ª Delegacia Federal de Saúde, pôde-se concretizar os inquéritos sobre a incidência de malária no Vale do Amazonas. Desta forma, os funcionários retomaram os trabalhos, pois na época o SEGE estava

⁵⁵ Correspondência de Bichat Rodrigues para Sousa Castro, 14/11/1940, CCF (DEC - em tratamento), caixa 4.

⁵⁶ Na época, Carlos Chagas Filho era o responsável pelo Instituto de Biofísica da UFRJ. FFC (DEC - em tratamento), caixa 4

⁵⁷ FFC (DEC - em tratamento), caixa 4

⁵⁸ *Carlos Chagas Filho*. Rio de Janeiro, Fiocruz/COC Programa de História Oral, 1991, Fita 7, Lado A.

⁵⁹ *Wladimir Lobato Paraense (depoimento, 1987, 1988, 1989)*. Rio de Janeiro, Fiocruz/COC, Programa de História Oral, 1991, Fita 14, Lado A.

totalmente envolvido nas atividades de campo e inquéritos epidemiológicos. Além da Amazônia, atuava também no Ceará e Minas Gerais. Todos os resultados eram processados no IPEN (na época mudou o nome para Instituto de Patologia Experimental Evandro Chagas) e no Hospital Evandro Chagas.⁶⁰ Segundo Chagas Filho, o inquérito no Vale Amazônico terminou quase dentro do tempo previsto. Para sua apuração foram examinadas mais de 22.000 lâminas, além de “incontáveis” fichas individuais.⁶¹ Em 4/1/1941 o SEGE enviou à Comissão de Saneamento da Amazônia os dados preliminares do inquérito epidemiológico.⁶² Em 1941, João de Barros Barreto recebeu os reconhecimentos preliminares feitos em Capanema, Vigia, Santarém, Borba, Maués, Parintins, Porto Velho e Guarajá-Mirim para avaliar os dados que embasariam o “Plano de Saneamento da Amazônia”. Houve, à época, uma reformulação no Departamento Nacional de Saúde, que indica o aumento de importância da região amazônica para o órgão. Antes do plano em si, vamos expor que mudanças foram essas.

2.4 – Reformas na Saúde Pública (1941-1942)

Em abril de 1941 foi aprovada a reorganização do Departamento Nacional de Saúde. Segundo Fonseca, a nova estrutura fortaleceu os organismos que desenvolviam atividades de controle e supervisão das ações a serem desenvolvidas em todos os estados brasileiros.⁶³ O objetivo político era controlar a execução das políticas de saúde em todo o país. Sete meses depois, realizou-se a 1ª Conferência Nacional de Saúde, importante fórum de discussão que resultou em ações que fortaleceram a organização e supervisão do Departamento Nacional de Saúde (DNS).

A I Conferência Nacional de Saúde durou seis dias e foi composta por representações estaduais, mais Distrito Federal e Acre, totalizando vinte e dois delegados com direito a voto, além de vinte e sete técnicos de saúde convidados. A expectativa de Capanema era realizar uma discussão entre os técnicos e representantes dos estados e do governo federal com o objetivo de estabelecer diretrizes nacionais para

⁶⁰ Relatório de Carlos Chagas Filho ao Ministro da Educação e Saúde, 27/08/1942, FFC (DEC - em tratamento), caixa 8, p.3.

⁶¹ Relatório de Carlos Chagas Filho ao Ministro da Educação e Saúde, 27/08/1942, FFC (DEC - em tratamento), caixa 8, p.4.

⁶² Correspondência ao MÊS, 04/01/1941, FFC (DEC – em tratamento), caixa 8.

⁶³ Fonseca, op.cit., p.197

a política de saúde e assistência médica com um viés centralizador.⁶⁴ O ministro também pretendia organizar os serviços nacionais, em especial os da tuberculose e lepra.⁶⁵

Como preparativo da Conferência o governo federal enviara aos governos estaduais, no ano anterior, um questionário com cento e seis perguntas divididas em temas amplos. Segundo Hochman e Fonseca, mesmo sob o autoritarismo do Estado Novo, a I CNS foi um fórum de discussões técnicas e políticas razoavelmente livres entre representantes dos estados e do governo federal e especialistas.⁶⁶ Essa estratégia foi fundamental para Gustavo Capanema obter adesão às suas reformulações e pactuar com os dirigentes estaduais os rumos da política de saúde.⁶⁷

Algumas propostas aprovadas na conferência revelam a combinação do esquema de acordo dos sanitaristas da Primeira República com as características do governo Vargas. Por um lado, reafirmavam a necessidade de normatização legal e administrativa das ações de saúde pública. Por outro, mantinham a possibilidade de ajustes entre estados e governo federal para que as ações se desenvolvessem diretamente e, sobretudo, no ataque às endemias rurais. Tendo como base um forte apelo ideológico, havia um projeto de construção nacional através da centralização política, e a melhoria destes serviços acentuava a intenção do Ministério de estender seus limites de atuação no país.

A reforma de 1941 alterou a estrutura definida em 1937, modificando a distribuição espacial e fortalecendo a presença do governo federal nas regiões norte e nordeste, como mostram os mapas nas páginas subseqüentes:⁶⁸

⁶⁴ Hochman, Gilberto e Cristina Fonseca. “A I conferência Nacional de Saúde: reformas políticas e saúde pública em debate no Estado Novo”, *Capanema: o ministro e seu ministério*. Gomes, Ângela Castro (org.). Editora FGV 1ª Edição – 2000, p.182

⁶⁵ CPDOC/AGC, GC 1936.05.26 f, rolo fot. 491 ao rolo 21 fot.436.

⁶⁶ Hochman e Fonseca, op.cit., p.187.

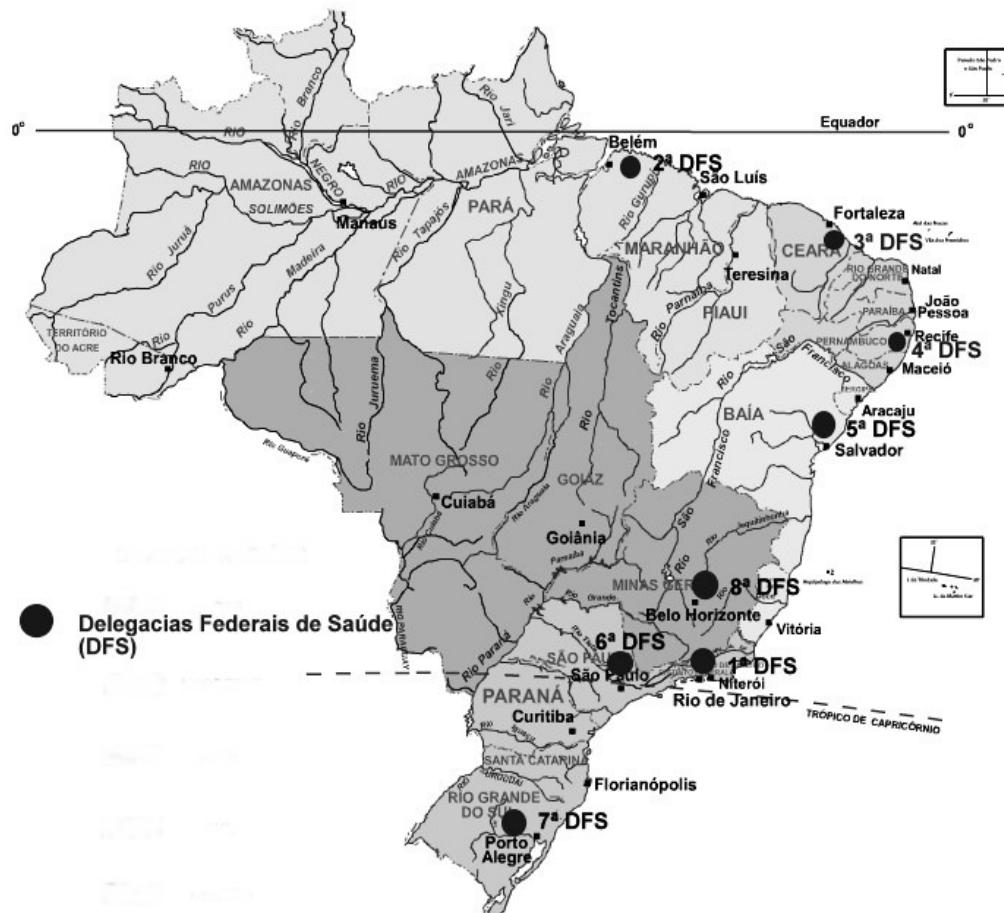
⁶⁷ Hochman e Fonseca, op. cit., p.185

⁶⁸ As leis que alteraram a estrutura pré-definida de organização da saúde pública nacional são as seguintes:

1) lei nº378 de 13/01/1937, Disponível para consulta em Visa Legis (Legislação em Vigilância Sanitária) http://e-legis.bvs.br/leisref/public/showAct.php?id=19650&mode=PRINT_VERSION último acesso: 10/01/2007, 12:20

2) Lei N. 3.171 de 2/04/1941, Disponível para consulta em Visa Legis (Legislação em Vigilância Sanitária) <http://e-legis.bvs.br/leisref/public/showAct.php?id=19560&word=> último acesso: 10/01/2007, 12:20;

Mapa 1 - Distribuição das Delegacias Federais de Saúde em 1937



Fonte: adaptado do mapa de evolução política e administrativa das divisões regionais do Brasil, disponível no sítio do IBGE: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartogramas/evolucao.html>, último acesso: 12/01/2007, 14:00 h.

Área abrangida:

1ª DFS: Distrito Federal e Rio de Janeiro

Sede: Rio de Janeiro

2ª DFS: Território do Acre, Amazonas e Pará

Sede: Belém

3ª DFS: Maranhão, Piauí e Ceará

Sede: Fortaleza

4ª DFS: Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas

Sede: Recife

5ª DFS: Sergipe, Bahia e Espírito Santo

Sede: Salvador

6ª DFS: São Paulo e Mato Grosso

Sede: São Paulo

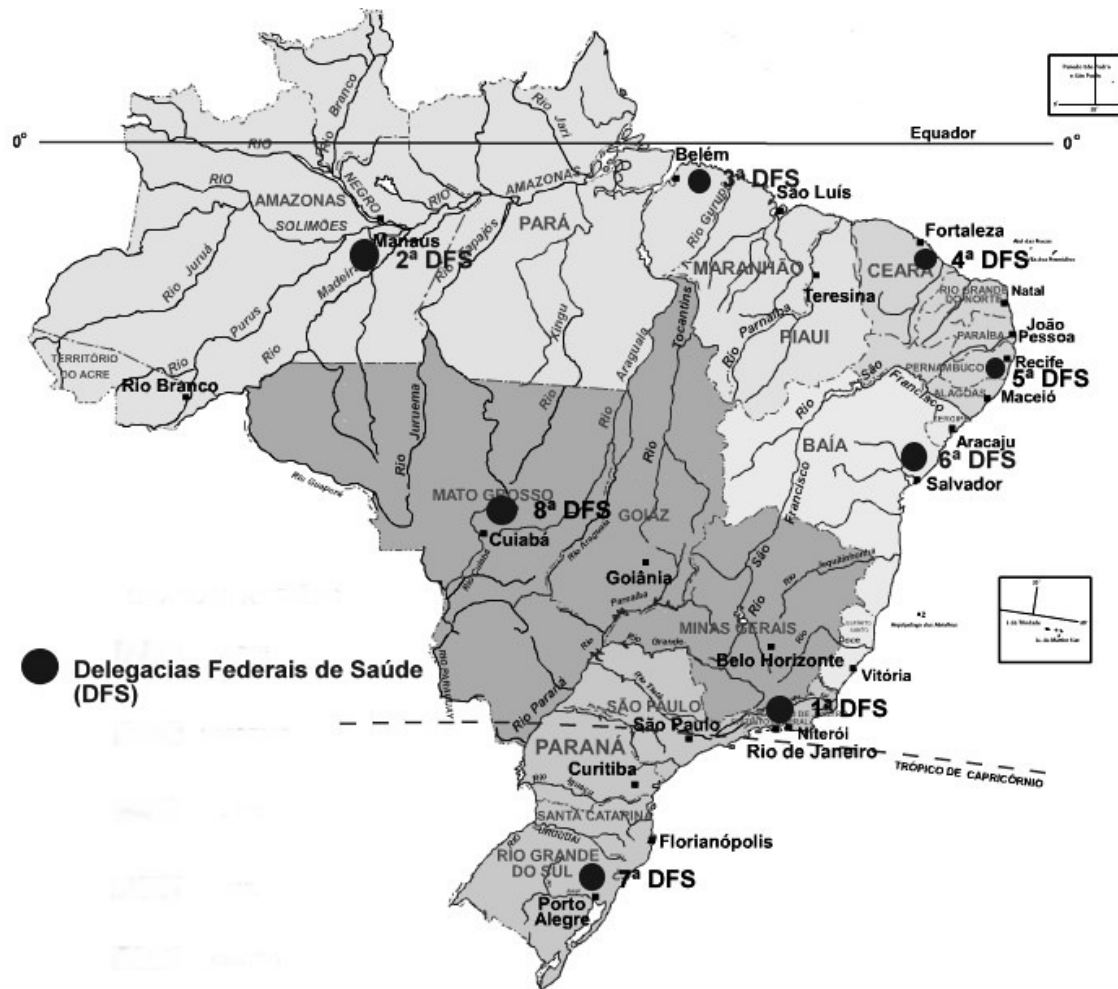
7ª DFS: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul

Sede: Porto Alegre

8ª DFS: Minas Gerais e Goiás

Sede: Belo Horizonte

Mapa 2 - Distribuição das Delegacias Federais de Saúde em 1941



Fonte: adaptado do mapa de evolução política e administrativa das divisões regionais do Brasil, disponível no sítio do IBGE: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartogramas/evolucao.html> , último acesso: 12/01/2007, 14:00 h.

Área abrangida:

1ª DFS: Distrito Federal, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo

Sede: Rio de Janeiro

2ª DFS: Território do Acre e Amazonas

Sede: Manaus

3ª DFS: Pará e Maranhão

Sede: Belém

4ª DFS: Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte

Sede: Fortaleza

5ª DFS: Paraíba, Pernambuco e Alagoas

Sede: Recife

6ª DFS: Sergipe, Bahia e Espírito Santo

Sede: Salvador

7ª DFS: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul

Sede: Porto Alegre

8ª DFS: Minas Gerais e Mato Grosso; Sede: Cuiabá

Como demonstram os mapas 1 e 2, ocorreu uma redistribuição espacial que poder ser interpretada como um indício de que o governo federal procurava fortalecer sua presença junto às regiões norte e nordeste. O agrupamento de determinados estados e o desmembramento de algumas delegacias federais (em especial a 2ª e a 3ª) indicam que a nova estrutura da reforma promovida pelo ministério procurava agraciar os estados “abandonados” como o Amazonas e o Pará. A redivisão das DFS foi acompanhada de normas mais rígidas para a nomeação dos responsáveis (os delegados federais). Determinou-se no novo regimento de 1942 que os delegados seriam escolhidos entre funcionários que compunham o quadro de médicos sanitaristas e que estes não poderiam ficar na mesma região durante dois anos. A medida pretendia dificultar a consolidação de vínculos com a população local, impedindo possíveis interferências políticas regionais na execução dos serviços.⁶⁹

Assim como a redistribuição das DFS, a criação dos serviços nacionais de saúde fez parte das medidas implantadas com o objetivo de centralizar a organização do sistema público de saúde. Com os serviços, o combate a diversas doenças passou a ser desenvolvido por estruturas específicas e nacionais. Os serviços criados foram: Serviço Nacional de Peste, Serviço Nacional de Tuberculose, Serviço Nacional de Febre Amarela, Serviço Nacional de Câncer, Serviço Nacional de Lepra, Serviço Nacional de Malária, Serviço Nacional de Doenças Mentais, Serviço Nacional de Educação Sanitária, Serviço Nacional de Fiscalização de Medicina, Serviço Nacional de Saúde dos portos, Serviço Federal de Bioestatística e Serviço Federal de Águas e Esgotos.⁷⁰

O Serviço de Febre Amarela já existia, através de contratos entre o governo federal e a Fundação Rockefeller. A organização e o modelo de funcionamento desse serviço e de outros, como o Serviço de Malária do Nordeste, influenciou as estratégias de centralização administrativa do Departamento Nacional de Saúde. Por ora, cabe ressaltar a importância dessa reformas para os acontecimentos a seguir. Dessa forma, as bases foram lançadas para possíveis planos de combate a determinadas doenças em qualquer local do país. Esses planos poderiam ser organizados de forma centralizada pelo DNS através do controle dos médicos indicados para delegados federais de saúde.

⁶⁹ Fonseca, Cristina. *Local e Nacional: Dualidades da Institucionalização da Saúde Pública no Brasil (1930-1945)*. IUPERJ, Rio de Janeiro, 2005, p.197

⁷⁰ Criados pela lei nº 3.171 de 2/04/1941.

Disponível para consulta em Visa Legis (Legislação em Vigilância Sanitária) <http://e-legis.bvs.br/leisref/public/showAct.php?id=19560&word=> último acesso: 10/01/2007, 12:20;

Dentro do desenho institucional moldado por João de Barros Barreto, um serviço fora da alçada do DNS certamente o desagradaria, como de fato ocorreu. As alterações organizacionais também afetaram a estrutura do SEGE, dando origem a Divisão de Estudo de Endemias.

2.4.1 – O futuro do SEGE e do IPEN pós-reformas de 1941

Em 28/8/1942, Carlos Chagas Filho enviou a Gustavo Capanema o relatório de atividades do SEGE durante sua gestão. O superintendente traçou um quadro difícil da administração do órgão:

Administrativamente era precária a situação do Serviço de Estudo de Grandes Endemias já que nenhum dispositivo legal autorizava a sua existência e parte do seu pessoal era mantido graças à benemerência de Guilherme Guinle. Procurei desde logo resolver esta dupla situação, do mesmo tempo que mantinha em plena atividade os trabalhos em andamento. (...) Quanto à estabilidade do SEGE, foi ela assegurada com a criação da Divisão do Estudo de Endemias do Instituto Oswaldo Cruz, constante do regimento assinado por V.Excia.⁷¹

A maior preocupação de Carlos Chagas Filho quando assumiu o serviço era dar-lhe autonomia financeira, sem depender de verbas complementares. Os contextos eram diferentes: Quando Evandro Chagas criou o serviço, fez questão de mantê-lo fora da hierarquia funcional do Instituto Oswaldo Cruz. A crise financeira da Instituição durante os anos de Antônio Cardoso Fontes à frente levou o médico a formular um sistema de parcerias extra-oficiais que sustentassem o serviço. Chagas Filho e João de Barros Barreto, ao contrário de Evandro, sugeriram a Capanema que o SEGE fizesse parte do Instituto Oswaldo Cruz.⁷² Dessa forma, o serviço integrar-se-ia ao orçamento da união. Assim, com base no decreto nº10.252 de 14/08/1942 foi criada a Divisão de Estudos de Endemias (DEE), composta pelo Hospital Evandro Chagas, pela Seção de Estatística e Epidemiologia e pela seção de Inquéritos e Trabalhos de Campo. As funções da DEE seriam

⁷¹ Relatório de Carlos Chagas Filho ao Ministro da Educação e Saúde, 27/08/1942, FFC (DEC - em tratamento), caixa 8, p.1

⁷² Relatório de Carlos Chagas Filho ao Ministro da Educação e Saúde, 27/08/1942, FFC (DEC - em tratamento), caixa 8, p.2

- a) Realizar estudos sobre doenças endêmicas e endemo-epidêmicas que grassam no país, para esclarecimento de problemas de etiopatologias, da profilaxia e do tratamento respectivo;
- b) Organizar e manter, por si ou com a colaboração de outros órgãos técnicos-científicos, em particular do DNS, centros regionais de pesquisas, neles realizando os necessários reconhecimentos, inquéritos e investigações;
- c) Colaborar na confecção do mapa nosográfico brasileiro, na parte referente às endemias que grassam no país.⁷³

Em consequência desta mudança organizacional, o SEGE deixaria de ser um serviço autônomo e se transformaria em uma divisão oficial do IOC. Mesmo sendo um dos articuladores da mudança de *status* do serviço, Carlos Chagas Filho ressaltou a importância da autonomia científica para a recém-criada divisão:

Antes de terminar, desejo fazer algumas ponderações sobre a vida futura do SEGE, agora transformado em Divisão de Estudos de Endemias do IOC. É de meu alvitre que o mesmo deverá seguir sempre dentro das normas com que Evandro dirigiu o SEGE, isto é: máxima autonomia científica, administrativa e financeira. Com isto só poderá lucrar o IOC porque a DEE se tornará assim o melhor elemento de sua integração no estudo dos principais problemas sanitários do país, e poderá a mesma realizar plenamente as suas finalidade, porque terá a sua ação facilitada.⁷⁴

Os inquéritos epidemiológicos no vale amazônico também alteraram a vida do IPEN, que após a morte de Evandro Chagas, passou a se chamar Instituto de Patologia Experimental Evandro Chagas (IPEEC). Como veremos na próxima sessão, os “convênios amazônicos”, contratos firmados entre os governos do Pará e Amazonas com o MES, forçaram o instituto a se aparelhar para que pudesse cumprir o trabalho a ele destinado: auxílio aos serviços de saneamento a Amazônia. Desde 1938 o Instituto promovia cursos regulares de malariologia, como programa oficial de extensão universitária. Em 1941, o curso foi interrompido pelo DNS que passou a ministrar uma cadeira intensiva, com o intuito de formar técnicos para o serviço de saneamento da

⁷³ Decreto nº10.252 de 14/08/1942. Disponível para consulta em Visa Legis (Legislação em Vigilância Sanitária) <http://e-legis.bvs.br/leisref/public/showAct.php?id=19560&word=> último acesso: 25/01/2007, 2:35

⁷⁴ Relatório de Carlos Chagas Filho ao Ministro da Educação e Saúde, 27/08/1942, p.8 CCF/ Documentos Evandro Chagas (em tratamento), caixa 8

Amazônia.⁷⁵ Sousa Castro, diretor do Instituto, reclamou melhores condições para que o IPEEC pudesse abarcar a execução do saneamento da Amazônia, pois as instalações estariam muito precárias.⁷⁶ Segundo Castro, duas causas motivaram a alteração do ritmo de trabalho do IPEEC em 1941:

Uma – a fatalidade da morte, por desastre, do dr. Evandro Chagas, determinando, de pronto, a quase paralisação destas atividades, que ele com tanto brilho dirigia;

Outra – a utilização integral do IPEEC pelo Departamento Nacional de Saúde, em virtude do “Convênio” estabelecido entre o estado e o governo federal, para o saneamento da Amazônia.⁷⁷

Segundo o diretor do Instituto, a morte de Evandro Chagas deu origem a uma série de “embarcações burocráticas” que teriam adiado a retomada da execução dos serviços do IPEEC, que só veio a receber a verba destinada no segundo semestre de 1941. E mesmo assim, os trabalhos não prosseguiram da melhor maneira possível, pois todos os esforços e verbas do Instituto estiveram voltados para os inquéritos no vale amazônico.⁷⁸

O IPEN e o SEGE foram criados a partir de contatos estabelecidos por Evandro Chagas, com intenções explícitas de se tornarem órgãos autônomos, não subordinados ao IOC. Desta forma, é importante destacar que a atribuição original dos dois “braços” de Evandro passou por um processo de resignificação junto aos médicos dos órgãos federais, que os modificaram para que servissem aos planos de saúde e saneamento para a região amazônica.

2.5 - O Plano de Saneamento da Amazônia (1941-1942)

Como visto anteriormente, diversas excursões estavam sendo feitas por profissionais ligados ao SEGE e aos departamentos estaduais de saúde, como Aquiles

⁷⁵ Relatório a Carlos Chagas Filho sobre as atividades do Instituto de Patologia Experimental Evandro Chagas em 1941, do diretor Sousa Castro, 9/02/1942, FFC (DEC - em tratamento), caixa 7, pp.1-3

⁷⁶ Relatório a Carlos Chagas Filho sobre as atividades do Instituto de Patologia Experimental Evandro Chagas em 1941, do diretor Sousa Castro, 9/02/1942, FFC (DEC - em tratamento), caixa 7, p.4

⁷⁷ Relatório à Carlos Chagas Filho sobre as atividades do Instituto de Patologia Experimental Evandro Chagas em 1941, do diretor Sousa Castro, 9/02/1942, FFC (DEC - em tratamento), caixa 7, p.5

⁷⁸ Idem.

Scorzelli Júnior. Este escreveu um relatório que expõe a preocupação com a malária nos locais, que era considerada o grande entrave para a recuperação econômica e social da Amazônia:

O aproveitamento econômico de tão rica região exigirá primordialmente que se disponha de braços suficientes, tornando-se fundamentalmente, uma questão demográfica e a base mais importante dessa questão vem a ser dada pela presença da malária. Esta é extremamente difundida pelo imenso território, constituindo a mais freqüente causa do óbito ao mesmo tempo que invalidando periodicamente (março a julho), considerável número de braços de impaludosos.⁷⁹

A fase inicial dessa recuperação consistiria em realizar os processos de hidrografia sanitária nos maiores núcleos populacionais que já apresentavam condições econômicas razoáveis para essas obras. Caso necessário, far-se-ia a integração da atividade do serviço anti-malária com os organismos técnicos de produção nos lugares de maior destaque econômico. Nos núcleos menores deveria ser feita apenas a medicação, para se conseguir uma imediata redução da morbidade.⁸⁰ Devido à gravidade da situação, Scorzelli recomendou a transferência da 2ªsede da Delegacia Federal de Saúde para o Amazonas, ocorrendo assim a divisão do estado em setores, tendo fixado em Manaus a sede dos estudos. Para o médico, era importante também a cooperação econômica da União, pois o estado não conseguira romper o “círculo vicioso que acorrenta sua economia à malária, em função dos recursos estaduais insuficientes”.⁸¹

Mas o quadro nosológico não se limitava apenas ao impaludismo, reconhecidamente o maior problema da região. Lepra, tuberculose e sífilis também estavam na agenda de preocupações. As maiores dificuldades encontradas pelos médicos que percorriam a região eram os precários serviços de bioestatística, que impediam uma maior compreensão da incidência destas doenças.

Após a morte de Evandro Chagas, a Comissão de Saneamento da Amazônia foi reformulada, passando a ser composta por João de Barros Barreto, Ernani Agrícola, Manuel J. Ferreira e Valério Konder. O posto ocupado por cada membro da equipe é um

⁷⁹ Júnior, Aquiles Scorzelli. “A Saúde Pública do Amazonas”, *Arquivos de Higiene*, V.10, n.1, 1940, p.98

⁸⁰ Scorzelli não especificou o tipo de medicação que seria utilizado, mas provavelmente se referia ao tratamento a base de quinina.

⁸¹ Júnior, Aquiles Scorzelli. “A Saúde Pública do Amazonas”, *Arquivos de Higiene*, V.10, n.1, 1940, p.98

fator importante: João de Barros Barreto era o diretor do principal órgão formulador de saúde pública o país, o DNS; Ernani Agrícola foi nomeado em 1941 o diretor do Serviço Nacional de Lepra; Manuel José Ferreira era médico com especialidade em malariologia e Valério Konder era o responsável pela 2ª Delegacia Federal de Saúde. Dessa forma, cada membro escolhido para a comissão contribuiria com a sua posição na hierarquia do poder público (Barros Barreto), com o estudo e conhecimento em enfermidades que grassavam na região (Ernani Agrícola e Manuel Ferreira), assim como o conhecimento sobre a região que seria estudada (Valério Konder).

A primeira exposição do Plano de Saneamento da Amazônia foi publicada em dezembro de 1941, no periódico *Arquivos de Higiene*. Segundo o relatório, a recomendação federal à comissão foi a de criar um plano especialmente ligado à questão da malária. Porém, João de Barros Barreto, relator da comissão, afirmou que

O entrelaçamento e a interdependência dos vários problemas de saúde e de assistência nesse vasto território e alguns dos quais se focalizam na presente exposição, decorrem da finalidade una de todos eles.⁸²

O conceito de “Saneamento” por parte de João de Barros Barreto também é um ponto importante para a compreensão dos esforços que seriam empreendidos e da própria configuração do plano:

Pela expressão “Saneamento” compreendeu a comissão o conjunto de atividades destinadas a melhorar as condições de vida e de saúde dos habitantes da Amazônia. Essas atividades podem ser resumidas em:

- 1) medidas visando o beneficiamento do meio, e atinentes em especial a serviços de abastecimento de água e remoção de dejetos (tarefa de saneamento propriamente dito) e
- 2) medidas de proteção de vida e da saúde a serem empreendidas por organizações sanitárias e de assistência médica (higiene, medicina preventiva, cuidado com os doentes).⁸³

Ao contrário de Aquiles Scorzelli, que concentrou a questão da saúde pública da Amazônia nos problemas decorrentes da malária, Barros Barreto e a comissão

⁸² Barreto, João de Barros. “Saneamento da Amazônia”. *Arquivos de Higiene*.V.11, nº1, 1941, p.192

⁸³ Barreto, João de Barros. “Saneamento da Amazônia”. *Arquivos de Higiene*.V.11, nº1, 1941, p.193

entendiam a questão de forma mais ampla, cujos laços de interdependência entre os problemas excluiriam uma ação delimitada a apenas uma endemia ou a algum aspecto estrutural da região. Barros Barreto complementou que visar exclusivamente o combate à malária seria fazer uma obra incompleta de saneamento e apontou outros problemas de saúde que grassavam na região. O chefe da comissão também ressaltou a necessidade de melhorar os serviços de bioestatística, tidos como imprecisos, assim como promover a instalação de uma rede efetiva de Centros de Saúde e Postos de Higiene, já ineficientes na capital, sem contar o interior.⁸⁴

Para Barreto, o DNS precisaria ser dotado de meios e poderes plenos, devido à amplitude do raio de ação. A carência de técnicos também foi discutida e, para este propósito, uma saída seria a formação de quadros técnicos através de cursos de malariologia, que seguiriam o padrão do D.N.S. No primeiro relatório da comissão há preocupações principalmente em torno do saneamento básico dos lares, considerados bastante precários pelos sanitaristas:

Precisam ser sem demora atendidos serviços básicos de saneamento, sem os quais não é possível qualquer obra completa de saúde pública; primordialmente os de águas e esgotos ao menos para os núcleos de 2.000 habitantes.⁸⁵

Em relação à malária, a comissão afirmou:

Afastada a idéia de se atender de logo o problema com igual intensidades em todo o vale do Amazonas, impôs-se a diretriz de pensar num saneamento ganglionar específico, conduzido diretamente pelo governo federal, ou seja, cuidar da redução e quiçá da erradicação da malária por zonas, escolhendo nelas um certo número de cidades ou mesmo núcleos menores, com valor econômico atual, significação estratégica ou perspectivas de progresso. As condições de muitos desses centros poderão ser bastante melhoradas; **far-se-á, mesmo, uma verdadeira conquista sanitária de territórios agora praticamente inabitáveis, ou que com grande esforços estão sendo impulsionados ‘apesar da malária’, pagando a esta endemia um tributo injustificável** (grifo meu).⁸⁶

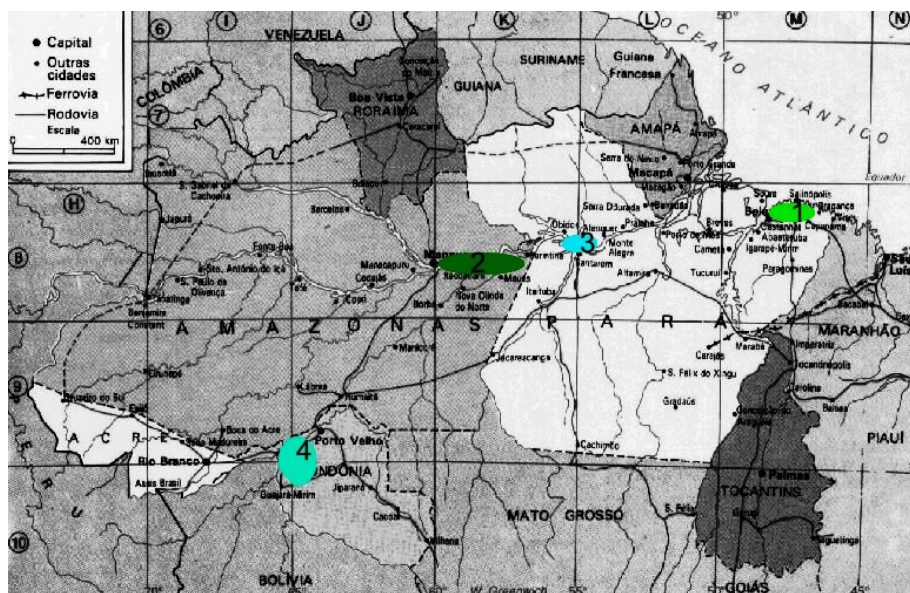
⁸⁴ Idem

⁸⁵ Barreto, João de Barros. “Saneamento da Amazônia”. *Arquivos de Higiene*.V.11, n°1, 1941, p.194

⁸⁶ Barreto, João de Barros. “Saneamento da Amazônia”. *Arquivos de Higiene*.V.11, n°1, 1941, p.196

O relatório se mostra alinhado à concepção do Estado Novo sobre a região: uma área inabitada e, além disso, inabitável, justamente por causa da malária. A conquista, além de física, deveria ser sanitária. Segundo essa premissa, os povos amazônicos enfim encontrariam a redenção após afastar esses problemas. De início a comissão planejava implantar quatro setores regionais, abrangendo 12 cidades ao todo: Núcleo Belém (Belém, Capanema, Vigia, Soure-Salvaterra), Núcleo Manaus (Manaus, Maués e Parintins), Núcleo Santarém (Santarém, Óbidos e Alenquer) e Núcleo Porto Velho (Porto Velho e Guarajá-Mirim). A partir do Mapa 3, podemos perceber a abrangência destes núcleos, mas que mesmo assim ainda cobriria de forma tímida a região amazônica.

Mapa 3 – Distribuição dos núcleos propostos pelo Plano de Saneamento da Amazônia



Fonte: adaptado do mapa de Evolução política e administrativa das divisões regionais do Brasil, disponível no site do IBGE: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartogramas/evolucao.html> , último acesso: 12/01/2007, 14:00 h.

Área abrangida

- 1 – Núcleo Belém (Belém, Capanema, Vigia, Salvaterra)
- 2 – Núcleo Manaus (Manaus, Maués e Parintins)
- 3 – Núcleo Santarém (Santarém, Óbidos e Alenquer)
- 4 – Núcleo Porto Velho (Porto Velho e Guarajá-Mirim)

Saneamento básico e rede de esgotos também foram detectados como carências estruturais da região. Posto à parte, Gustavo Capanema assinou em 19 de novembro de 1941, com os interventores do Pará e do Amazonas, respectivamente, José Carneiro da Gama Malcher e Álvaro Maia, os “convênios amazônicos” que previam os seguintes termos:

- 1) O plano de saneamento da Amazônia seria executado pelos respectivos departamentos estaduais de saúde, sob direção e fiscalização das DFS da 2ª e 3ª regiões;
- 2) Os Departamentos de saúde dos estados do Amazonas e Pará passariam a ter os postos de direção e chefia a critério do direto do DNS;
- 3) O pagamento do plano de convênio ficaria a cargo dos Departamentos estaduais de saúde, que a partir do plano nacional formulado pelo DNS, poderia reestruturar seus serviços de saúde;
- 4) os convênios amazônicos terão a duração mínima de dois anos.⁸⁷

A segunda exposição da Comissão de Saneamento da Amazônia foi publicada em abril de 1942. Ao conhecer o plano que estava sendo desenvolvido, Getúlio Vargas fez críticas às propostas de saneamento para a região. Barros Barreto publicou as críticas feitas pelo presidente à comissão:

O plano de que dá conta este relatório, embora bem lançado, não obedeceu exatamente ao que pretendo fazer pelo Saneamento da Amazônia. Não convém criar larga aparelhagem federal para isso, com numeroso pessoal e as conseqüentes obrigações, quando findo o trabalho. Será melhor ordenar a matéria, partindo dos serviços estaduais de saúde, que temporariamente passavam a ser, nesse particular, dirigidos por especialistas dos quadros federais e pelo governo federal subvencionados. Naturalmente, esse plano deve ser estudado em conjunto com os governos amazônicos e estabelecido, em forma de convênios de cooperação.⁸⁸

⁸⁷ Barreto, João de Barros. “O Saneamento da Amazônia”. Arquivos de higiene, v.12, nº1, 1942, p.56

Obs: Os “convênios amazônicos”, mesmo tendo sido assinados em novembro de 1941, foram publicados apenas posteriormente, no relatório de 1942. Mas este dado nos fornece subsídios para compreender o tempo de publicação dos artigos da Comissão de Saneamento da Amazônia. Se tomarmos a publicação dos “convênios amazônicos” (abril/1942) e subtrairmos a data da assinatura (19/11/1941) como base, teremos em média 4 meses entre a escrita do artigo e sua publicação.

⁸⁸ Barreto, op.cit., p.39.

A partir das observações do presidente, a comissão apressou em firmar os convênios com os interventores federais dos estados amazônicos, propiciando uma maior participação dos departamentos estaduais de saúde na execução do plano. As ações para seu prosseguimento foram efetuadas, convocando para a Amazônia 584 antigos guardas sanitários do Serviço de Malária do Nordeste (SMNE).⁸⁹

Foi instituído em Belém um curso de malariologia e outro para visitadoras. O primeiro aprovou 31 dos 43 médicos matriculados e o segundo aprovou 32 das 57 candidatas a cargo de visitadoras. Ademais, promoveram-se expedições para avaliar as condições de saúde dos habitantes. Os esforços foram todos direcionados para a profilaxia da malária, não sendo citadas mais outras morbidades locais.⁹⁰ Profissionais como Ayroza Galvão e Alberto Carreira da Silva, responsáveis por relatórios na região de Manaus e Belém, a pedido de João de Barros Barreto, conquistaram cargos de coordenação nos respectivos departamentos estaduais de saúde.⁹¹

Em abril de 1943, foi publicado mais um relatório da Comissão de Saneamento da Amazônia, dizendo, que desde o início de 1942, o plano sofreu um hiato, devido à falta de recursos que permitissem prosseguir o programa traçado. Se estipularmos uma média de quatro meses entre escrita e publicação dos relatórios, podemos delimitar a escrita desta exposição em dezembro de 1942.⁹² Ou seja, entre a segunda e terceira publicação da comissão transcorreu cerca de um ano, bastante diferente do intervalo entre o primeiro e o segundo (dezembro 1941/abril 1942). A escrita em dezembro de 1942 denota a preocupação em publicar as atividades de toda a Comissão de Saneamento no ano, pois a escassez de verbas praticamente paralisara suas ações. O contexto internacional onde o plano foi elaborado é de suma importância, pois este foi o ano que o Brasil declarou guerra e rompeu relações com os países do Eixo, fato que influenciou nos planos para a Amazônia, como veremos no capítulo seguinte. A falta de recursos afetou também trabalhos como o de Ayroza Galvão, do Instituto de Patologia

⁸⁹ Barreto, João de Barros. “O Saneamento da Amazônia”. *Arquivos de Higiene*, v.12, nº1, 1942, p.40

⁹⁰ Barreto, João de Barros. “O Saneamento da Amazônia”. *Arquivos de Higiene*, v.12, nº1, 1942, p.41

⁹¹ Os relatórios são:

1) Silva, Alberto Careira da. *Inspecção realizada em Borba*, 1938. Disponível em “Biblioteca Virtual do Amazonas”, www.bv.am.gov.br, último acesso, 31/11/2006, 14:25

2) Galvão, A.L. Ayroza. “Relatório das pesquisas entomológicas realizadas na Amazônia, apresentado ao Ilmo. Sr. Prof. Dr. João de Barros Barreto, Diretor do Departamento Nacional de Saúde”. *Arquivos de Higiene*, v,12, nº12, 1942.

⁹² Tendo como base o tempo entre a assinatura dos “convênios amazônicos” e de sua publicação.

Experimental Evandro Chagas (IPEEC).⁹³ O IPEEC, durante o ano de 1941, ainda não havia sido integrado diretamente no plano de saneamento, mas estava pronto para realizar os trabalhos. Com a assinatura do convênio entre a União e os governos do Pará, Amazonas e Acre, o prédio do IPEEC foi reformado a fim de atender as pesquisas entomológicas necessárias à captura dos anofelinos. Devido a dificuldades financeiras oriundas do atraso de verba do saneamento e denúncias ao convênio firmado entre o Governo Federal os Estados Amazônicos, o trabalho teve de ser interrompido em 1942.⁹⁴

O Plano de Saneamento da Amazônia mobilizou diversos profissionais ligados aos departamentos estaduais de saúde da Amazônia e a institutos de pesquisas, porém, não foi adiante. A execução do saneamento da Amazônia foi entregue ao Serviço Especial de Saúde Pública, órgão criado a partir dos “Acordos de Washington” em 3 de março de 1942. Como Barreto afirmou, o “Plano de Saneamento da Amazônia” sofreu corte de verbas no início do mesmo ano.⁹⁵ E este foi exatamente o período das negociações entre o embaixador brasileiro nos Estados Unidos, Sousa Costa e o subsecretário de Estado norte-americano, Sumner Welles. Uma análise preliminar poderia concluir que houve simplesmente a entrega da execução de uma instituição nacional a outra bilateral. No próximo capítulo vamos aprofundar essa discussão, focalizando a Amazônia e as intenções norte americanas de acordo com o contexto de guerra que o mundo vivia à época e sua influência sobre as ações de saúde e saneamento na região.

⁹³Antigo Instituto de Patologia Experimental do Norte, renomeado em homenagem ao fundador, e atualmente, Instituto Evandro Chagas.

⁹⁴Ayroza Galvão não especificou que denúncia foi essa, mas suas consequências foram graves: segundo ele, o IPEEC foi desligado do Departamento Nacional de Saúde e ficou diretamente ligado ao governo do Pará. Assim, grande parte da verba oriunda do DNS destinada ao Instituto não pôde ser utilizada, interrompendo outras pesquisas. Galvão, A.L. Ayroza. “Relatório das pesquisas entomológicas realizadas na Amazônia, apresentado ao Ilmo. Sr. Prof. Dr. João de Barros Barreto, Diretor do Departamento Nacional de Saúde”. *Arquivos de Higiene*, v,12, nº12, 1942., p.236

⁹⁵ Barreto, João de Barros. “Saneamento da Amazônia”. *Arquivos de Higiene*, v.13, nº1, abril 1943, p.23

Considerações finais

O capítulo teve o objetivo de estudar as ações de saúde e saneamento implementadas por instituições científicas que atuaram na região amazônica no curso os anos 30 e início dos anos 40, como o IPEN e o SEGE. Mais importante foi compreender como ocorreu o crescente interesse governamental pela Amazônia. No capítulo anterior, vimos idéias sociais da época a respeito da região e como, a partir do início dos anos 40, em especial com a viagem de Vargas, essa porção do território nacional tornou-se estratégica para o governo federal. As ações de saúde e saneamento relacionam-se totalmente com este período, basta vermos os incentivos do poder executivo para a elaboração do plano de saneamento. Personagens notórios da história da saúde pública da época envolveram-se nesta formulação que contou com momentos tensos e reviravoltas, como o falecimento de Evandro Chagas, em novembro de 1940. O fato lançou incertezas sobre o futuro do SEGE e dos inquéritos de reconhecimento de malária. Mas as pesquisas continuaram até a divulgação do Plano de Saneamento da Amazônia, em 1941. A partir de 1942, a Comissão de Saneamento sofreu cortes de verba em função de fatores externos, como as negociações Brasil-EUA para a assinatura dos Acordos de Washington. Interesses do governo brasileiro e pressões norte americanas levaram os dois países a assinarem o tratado bilateral, fatores decisivos para o fim do Plano de Saneamento da Amazônia, que iremos aprofundar no próximo capítulo.

CAPÍTULO III :

FRED L. SOPER, JOÃO DE BARROS BARRETO E O SERVIÇO ESPECIAL DE SAÚDE PÚBLICA: CONTEXTOS EM MOVIMENTO (1942-1945)

Introdução

No capítulo anterior, analisamos personagens e instituições que participaram ativamente na elaboração do plano de saneamento para a região amazônica. E, como o próprio nome diz, foi um plano, não saiu do papel. Porém sua relevância se justifica pelo processo histórico da região amazônica no curso dos anos 30 e 40, que passou a ser vista como um lugar a ser conquistado pelo programa de governo Marcha para o Oeste. Ao longo do trabalho, vimos que intelectuais do período, militantes ou não do governo, ressaltaram a importância do binômio saneamento-colonização como aspectos fundamentais a serem seguidos em qualquer política de povoamento implementada pelo governo. Assim, o plano de saneamento não se relacionava apenas com os médicos e sanitaristas que trabalharam em instituições científicas atuantes na região, como o Serviço de Estudo de Grandes Endemias (SEGE) e o Instituto de Patologia Experimental do Norte (IPEN), mas também com o próprio discurso da época formulado sobre a Amazônia.¹

A construção desse discurso teve a participação de profissionais de diversas áreas, resultando em uma linha de raciocínio semelhante: colonizar a região despovoada. O plano de saneamento para a localidade não foi simplesmente uma ação conseqüente das idéias políticas do período, senão mais uma variável deste contexto de

¹ Neste contexto, a conceituação de Foucault sobre “discurso” é pertinente, pois coloca os indivíduos e grupos diversos integrados em uma mesma especificidade de prática discursiva: “se esses planos [de fala em comum entre os diversos personagens] estão ligados por um sistema de relações, este não é estabelecido pela atividade sintética de uma consciência idêntica a si, muda e anterior a qualquer palavra, **mas pela especificidade de uma prática discursiva** (...) o discurso, assim concebido, é um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos” (grifo meu). Ver Foucault, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 2007, p.61.

reescrita da história e da formação social da Amazônia, capitaneado pelo governo federal a partir de interesses e usos específicos desse processo. O contexto externo interferiu diretamente nesta ação, a partir da situação de guerra e de pressões norte-americanas para a assinatura de acordos econômicos. O resultado foi o abandono do plano de saneamento original devido à criação do Serviço Especial de Saúde Pública, órgão responsável pelas ações de saúde e saneamento no Vale do Amazonas. Mas dar importância ao contexto internacional para esta ruptura não significa que a história da região tem relevância apenas a partir de uma ação externa, mas sim reconhecer estas interferências como elementos que contribuem para o resgate do período. A ideia de uma simples “ruptura” entre o Plano de Saneamento da Amazônia e o SESP é falsa, pois, pesquisas feitas pelo SEGE foram utilizadas como dados preliminares pelo SESP, mostrando que os trabalhos continuaram, só que com outros escopos e dirigentes.

O objetivo do presente capítulo é analisar a atuação de João de Barros Barreto e Fred L. Soper, dois personagens importantes da saúde pública num período de transição entre uma ação governamental, ligada a um ministério específico, e uma ação bilateral, entre dois países com interesses e apropriações distintas do processo. E, por fim, analisar o Serviço Especial de Saúde Pública, tendo como foco principal sua atuação no período de guerra, e reconhecendo-o como mais um órgão frente à multiplicidade de objetivos que os convênios assinados entre Brasil e EUA tinham. Ou seja, para compreender o papel do SESP na época é fundamental realizar uma análise localizando-o no espaço-tempo entre 1942-45: um órgão que servia à situação de guerra. Antes, é necessário realizar a intersecção entre as relações internacionais e contextos nacionais para que possamos ter subsídios analíticos que permitam localizar os objetos de estudo deste capítulo.

3.1 - Contextos nacionais e internacionais: mudanças em curso

Nos anos 30, o governo brasileiro adotou uma política de “equidistância pragmática” relativamente às duas maiores potências (Alemanha e Estados Unidos da América), tanto nas questões comerciais, quanto nas políticas e militares. Essa política conduziu à declaração de neutralidade em julho de 1939, aumentando o poder de barganha do Brasil nos anos seguintes.² Porém, no ano de 1942, a neutralidade perdeu

² Moura, Gerson. *Autonomia na dependência – A política Externa Brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro, editora Nova Fronteira, 1980, p. 64.

força entre seus seguidores. Em um espaço de oito meses a política externa brasileira mudou de posição: meras declarações de solidariedade se transformaram em uma aliança com os EUA.³ Essa mudança resultou de fatores externos, como o bombardeio à base militar norte americana de Pearl Harbor em dezembro de 1941, em conjunto com pressões internas resultantes de acontecimentos capitais, como o bombardeio a navios brasileiros no nordeste.⁴ Um evento decisivo no redirecionamento do processo decisório da política externa foi a Conferência do Rio de Janeiro, em janeiro de 1942, na qual o Brasil rompeu relações com Alemanha, Itália e Japão; na mesma ocasião, o ministro da fazenda Souza Costa foi enviado a Washington, com a missão de assinar acordos militares e econômicos.

Como demonstra Moura, por mais que as negociações ocorressem de forma pacífica, as pressões para a formalização do acordo foram grandes.⁵ Como exemplo podemos citar a assinatura do Serviço Especial de Saúde Pública: em correspondência a Gustavo Capanema, George Dunham, encarregado norte-americano para as negociações com o Brasil, pediu em 13 de maio de 1942, que as atividades do serviço se iniciassem com urgência, mesmo que no momento o presidente não pudesse assinar o acordo.⁶

Além das urgências de uma diplomacia de guerra, outros fatores contribuíram para a criação desta agência de cooperação bi-lateral de saúde pública: a necessidade de borracha, ferro e outras matérias primas brasileiras por parte do exército aliado; os soldados norte americanos precisavam de proteção contra as doenças tropicais e, por fim, os trabalhadores brasileiros que trabalhariam na produção de borracha e minerais estratégicos, que necessitavam de prevenção e cuidados contra a malária e outras doenças infecciosas.⁷ Como demonstra Campos, as guerras reforçaram, na primeira metade do século XX, o interesse pela medicina tropical e pela cooperação sanitária por intermédios de agências internacionais:

A Segunda Guerra Mundial, particularmente, alertou o governo norte-americano para a ameaça das doenças transmissíveis, doravante interpretadas como um problema

³ Moura, op.cit., p.65.

⁴ Moura, Gerson. “O Brasil na Segunda Guerra Mundial (1942-1945)”, Albuquerque, J.A. *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990) - Crescimento, modernização e política externa*. São Paulo, NUPRI-USP/Cultura Editores Associados, 1995, p.22.

⁵ Idem.

⁶ CPDOC/AGC/ AGC 1936.10.21h, fotograma 497.

⁷ Campos, op.cit., p.35

estratégico a ser enfrentado nos campos de batalha, nas suas áreas de influência e mesmo no próprio território, depois do retorno das áreas tropicais.⁸

O acordo de saúde e saneamento com o Brasil fez parte de uma série de convênios assinados com países da América Latina que tinham objetivos diversos.⁹ O Brasil enquadrava-se na criação de campanhas contra doenças específicas, em especial a malária, voltada para países como Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Haiti, Peru, Venezuela e América Central.¹⁰ De acordo com Gerson Moura, a maioria dessas resoluções era coerente com as iniciativas norte-americanas anteriores sobre a definição do papel a ser desempenhado pelas nações latino-americanas na parceria com os EUA.¹¹ Desde 1940, com a criação do *Office of Commercial and Cultural Relations between the American Republics*, posteriormente *Institute of Inter-American Affairs* (IAIA), havia uma crescente aproximação com os povos latino-americanos. A própria região amazônica tinha importância para esta aproximação. Em 1941, Alan Fisher, fotógrafo da divisão de Saúde Pública e Higiene do *Office* foi enviado à Amazônia para registrar imagens positivas da região, como forma de propaganda nacional e internacional. Fisher se concentrou nas instalações médicas e militares da região.¹² Segundo Campos, a assinatura do acordo de saúde e saneamento tinha significados diferentes para as partes envolvidas:

Os Estados Unidos tinham um objetivo militar imediato – a utilização das bases militares no nordeste do Brasil e o acesso á borracha e outras matérias primas para a indústria bélica. Entretanto, para o Brasil, o tratado corroborava com os planos de desenvolvimento e integração econômica e da expansão da autoridade federal sobre o território do país, em pauta no Governo Vargas.¹³

O plano de saneamento da Amazônia ocorreu antes e durante o período das negociações entre o governo brasileiro e o *Institute*, fato que influenciou de forma decisiva na configuração do projeto para o saneamento do vale amazônico. A breve participação de Fred L. Soper, dirigente da Fundação Rockefeller no período, ilustra esse processo.

⁸ Campos, op.cit., p.35.

⁹ Campos, op.cit., p.49

¹⁰ Idem.

¹¹ Moura, op.cit. p.23.

¹² Mauad, Ana Maria. “Genevieve Naylor, fotógrafa: impressões de viagem (Brasil, 1941-1942)”, *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 25, nº 49, 2005. p. 46. Algumas fotos de Alan Fisher estão no Caderno de Imagens desta dissertação. Ver Anexo I – Caderno de Imagens, p.155.

¹³ Campos, op.cit., p.45.

3.2 – Fred L. Soper: novos planos para o Serviço de Malária do Nordeste

Fred L. Soper presidia no Rio de Janeiro a International Health Division (IHD), órgão da Fundação Rockefeller, desde 1927. Atuou em diversas campanhas importantes no país, através do Serviço de Febre Amarela e do Serviço de Malária do Nordeste, onde chefiou uma controversa, mas vitoriosa luta contra o *Anopheles Gambiae*, um dos principais vetores responsáveis pela transmissão de malária.¹⁴ Devido ao longo tempo de estadia no Brasil, conheceu os principais dirigentes de saúde do país, como Evandro Chagas e João de Barros Barreto. Com a aprovação do Plano de Saneamento da Amazônia, Soper, que era o principal representante local da Fundação Rockefeller, manifestou a intenção de colaborar com o Departamento Nacional de Saúde. Em correspondência à Wilbur A. Sawyer, diretor da IHD em Nova York, Soper relata um encontro seu com Samuel Libânio, diretor do Departamento Nacional de Saúde.¹⁵

(...) Doctor Libânio informed us that the government had appointed a committee of five people (now four since the death of Doctor Evandro Chagas) for the purpose of drawing up a plan of sanitating the Amazon Valley with respect particularly to malaria. For this amount, it was estimated that the principal cities of Belém and Manaus would be cleaned, as well as 48 or 50 other widely scattered points in the valley (...) I can say that Doctor Libanio inquired us to the possibility of getting our organization here interested in malaria beyond the *gambiae* program. Doctor Libanio explained that he had no authorization from the minister of the President to sound or the situation and I assured him that I had no authorization to answer his questions.¹⁶

Soper classificou a conversa com Libânio como preliminar, pois nem ele ou Libânio poderiam representar oficialmente suas instituições. Na época, a estratégia planejada por Soper de erradicação dos mosquitos vetores da malária no nordeste estava tendo sucesso. O que a missiva explana é a tentativa do diretor em expandir a atuação

¹⁴ Ver Löwy, Ilana. *Vírus, mosquitos e modernidade – a febre amarela no Brasil entre a ciência e a política*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2006 e Gadelha, Paulo Ernani, Randall Packard. “Uma terra invadida por mosquitos: Fred L. Soper, a Fundação Rockefeller e a invasão do *Anopheles Gambiae* no Brasil”, Gadelha, Paulo Ernani. *História da doenças: Ponto de encontros e dispersões*. Vol.II. Tese de Doutorado apresentada a Escola Nacional de Saúde Pública. Rio de Janeiro, março de 1995.

¹⁵ João de Barros Barreto foi diretor do DNS em duas épocas (1937-39) e (1941-45). Neste ínterim, Samuel Libânio que foi o responsável pelo órgão. Ver Hochman, Gilberto. “João de Barros Barreto”, Bynum Bill; Bynum, Helen (eds.), *Dictionary of medical biography*, Wesport, Greenwood Press, forthcoming, 2006.

¹⁶ Correspondência de Fred L. Soper à Wilbur Sawyer, 1940, November 20, 1940. RAC, RF, Series 305 – I, box 16, folder 140.

da Fundação Rockefeller para outras regiões do país, através de contatos e pequenas colaborações:

[if] the *gambiae* situation continue to improve, we should have sufficient funds and personnel to begin a small control project at some points to be selected for working out methods which might be applicable in the solution of the problem in the Amazon Valley (...) I [also] had received a letter from the director of the Yellow Fever Service in Belém advising me, unofficially, that the state authorities here were planning to urge the Federal Government to attempt to interest the Foundation in handling his proposed project for malaria control in that region. I believe we can expect an invitation from the Government to expand our activities in malaria control.¹⁷

Para isso, Soper pediu à Sawyer maiores investimentos para o projeto *Gambiae*. Assim, ele conseguiria expandir o escopo do projeto anti-malária que chefiava. Consequentemente, a Fundação Rockefeller conseguiria participar mais do desenvolvimento de outras áreas de controle em conjunto com o governo brasileiro.¹⁸ Sawyer recebeu as propostas de Soper com cautela, pois o orçamento do ano seguinte já estava fechado. O diretor apenas concordou com gastos extras caso a verba destinada ao SMNE não fosse inteiramente gasta. Dessa forma, o resto do erário poderia ser investido em outros projetos.¹⁹

Your letter of November 20 suggests that we may find ourselves very far into somewhat doubtful malaria projects unless we proceed with great caution. All I am able to say now is that it seems premature to give definite approval to the expansion of our malaria projects in the direction suggested. We have, however, made no plans for expending outside of Brazil any funds which might be liberated from the *gambiae* project and we shall keep in mind the possibility that you may be recommending a specific and attractive project either in the malaria field or in some other outside it. At the moment, I feel that it would be best not to complicate the present *gambiae* project. (...) As you are probably aware, we have already made provision in our budget estimates for the *gambiae* project and the budget as a whole has been approved by the trustees. We therefore would prefer

¹⁷ Idem.

¹⁸ Ibidem.

¹⁹ Correspondência de Wilbur Sawyer a Fred L. Soper. December 5, 1940. RAC, RF, Series 305 – I, box 6, folder 140.

to go on an already planned and make adjustments after there has been a decision to go into some new project.²⁰

Mais que a possibilidade de expansão das atividades do SMNE, as correspondências ilustram os movimentos de Soper, defendendo seus interesses na região. Isso demonstra que, mesmo fazendo parte de uma instituição, o dirigente possuía liberdade de ação junto aos seus contatos. As ordens que tinha que seguir não anulava possíveis margens de manobra.

Dois anos depois, o dirigente manifestou novamente interesse, em colaborar com o plano de ação que estava sendo formulado pelo DNS. Mas a conjuntura mudara. Desta vez, Soper tinha ressalvas:

The President of Brazil is very much interested in the control of malaria in the Amazon Valley and has been personally responsible for preliminary studies and some initial activity on the problem. **The present plan is to spend federal money under the direction of the Federal Delegates of Health, under contract between the Ministry of Health and the State Governments, whereby the Ministry takes over the administration of the State health services. This sounds rather complicated but is a means of avoiding difficult Federal restrictions on local administrative practices and at the same time avoids the organization of a strictly Federal service with a large budget which might become a permanent drain on the Federal treasury** (grifo meu).²¹

A idéia do dirigente era fazer a mesma operação realizada em anos anteriores: a transferência de mão de obra de um serviço da Fundação Rockefeller para outro. No início do Serviço de Malária do Nordeste (SMNE), Soper transferiu boa parte do pessoal e dos recursos do Serviço de Febre Amarela (SFA) para o então recém-criado serviço, onde organizou um grupo de 4.000 empregados. A correspondência de Soper a Sawyer fornece recursos para a compreensão das intenções do governo federal em criar uma rede de contratos entre os governos estaduais. Assim, a organização do plano ficaria a cargo do ministério da saúde e a execução ficaria por conta dos departamentos estaduais de saúde. E, expandindo o argumento, ilustra também as estratégias do

²⁰ idem

²¹ Correspondência de Fred L. Soper à Wilbur Sawyer, March 7, 1942, COC, Coleção Fundação Rockefeller, doc. 209. Este acervo se encontra sob guarda da Casa de Oswaldo Cruz.

governo federal de assegurar sua presença nas mais diversas áreas do país. Soper propôs uma possível colaboração com o governo brasileiro:

The present war situation justifies a reconsideration at least of our previous attitude on the problem of malaria control in the Amazon Valley. As you know from previous discussions, I have no peace-time ambitions to tackle this problem, but the present situation and the existence of the SMNE which is on the eve of dissolution obliges us, I believe, to consider the possibility of collaboration on this problem during the coming critical years. **I have not discussed the situation with any of the Brazilian authorities but in considering the possibility it has occurred to me that the Foundation might act as government representative and pool its resources with the coordinator's office regarding the ratio of Coordinator's contribution to a combined government and Foundation budget, the whole to be administered by the Foundation operating as a government service as in the past.** I am assuming that there would be no difficulty in using the unexpected portions of the SMNE budget for the first six months in 1942, the government's 2.400 contos allocated to the SMNE for the second six months of 1942, and a good chunk of the \$50,000 unofficially requested from the Foundation for possible collaboration in the Federal District (grifo meu).²²

Soper sugeriu a criação de um Serviço especial nos moldes do Serviço de Malária do Nordeste, que se configurava como uma parceria entre o governo brasileiro e a Fundação Rockefeller. Também assinalou que a situação de guerra justificava essa ação, mas reconhecia que esta empreitada daria tanto ao governo brasileiro quanto ao *Coordinator's Sanitary Section* uma considerável dor de cabeça e anteciparia sua morte em pelo menos dez anos, como diz seu próprio texto: “would probably put me in my grave some ten years before my time”.²³

A correspondência de Soper é de 7 de março, poucos dias depois da assinatura dos “Acordos de Washington”. Mesmo assim, seu pedido repercutiu na Fundação: uma correspondência interna, chamada de “Inter-office correspondence”, reconhecia que o grandioso esforço de guerra requeria expressiva ajuda técnica do corpo médico da International Health Division (IHD), mas também implicava substancial aporte financeiro. Sugeriu, então, que o IHD colaborasse apenas na administração e direção da

²² Idem.

²³ Ibidem.

empreitada, pois assim a ajuda financeira se daria um escala muito menor.²⁴ Em anexo a esta correspondência havia uma reportagem do New York Times, divulgando o acordo realizado entre os governos brasileiro e americano, dando conta do Plano de Saneamento do Vale do Amazonas, que seria chefiado por G.M. Saunders, da Divisão de Saúde Pública do *Institute*. Por fim, Wilbur Sawyer enviou o veredito final a Soper. Mesmo sendo grande, é necessária a transcrição da missva pois revela - além da posição do IHD sobre a questão - a preocupação da Fundação Rockefeller em ser independente, não se identificando com o governo dos EUA:

Dr. Soper's suggestion about malaria control in the Amazon Valley raises several questions:

1 – The question of the policy of our staff in foreign countries not becoming identified with U.S government. - The established policy of remaining aloof has been very wise and successful. Can we render a greater service now by continuing this policy or by modifying it due to the war? (...) I am of the opinion that if we once modify it we will increase our difficulties of administration. It will also bem more difficult to resis pressure from other official and semi-official organizations.

2 – The question of developing another expensive and extensive special service, highly centralized in the Federal government. - Probably Dr. Soper has in mind some scheme that would leave behind some sort of permanent local organizations.

3 – It is my impression that the Office of the Coordinator of Inter-American Affairs has a transitory program and interest, with indefinite resources. If this is correct, we and the Brazilian government might be left with a very expensive “bag to hold”. At the moment they have plenty of money to spend and I see no reason why we should contirubute financially. This would be a safeguard to some extent against any moral obligation on our part to step into the breach in case the Coordinator of Inter-American Affairs should for any reason fail.

²⁴As duas correspondências do “Inter-office correspondence” não tinham remetente, apenas siglas. Esta se designava da seguinte forma: From: GKS To: WAS. WAS provavelmente se refere às iniciais de Wilbur A. Sawyer, diretor da International Health Division da Fundação Rockefeller e GKS, George King Strode, diretor associado do IHD. Dessa forma, a notação será : Correspondência de George King Strode a Wilbur Sawyer, march 18, 1942, COC, Coleção Fundação Rockefeller, doc.210

4 – The question of administrative authority will arise but could be more easily disposed of than the other three questions.²⁵

A correspondência ilustra também que a criação do Serviço Especial de Saúde Pública passou por cima do Plano de Saneamento da Amazônia, pois a primeira correspondência de Soper se referia obviamente ao “Plano” do DNS, enquanto a missiva final tinha como base a criação do SESP, pois afirmava que o *Office* e o governo brasileiro estavam com “muito dinheiro” para gastar. A independência em relação ao governo americano que a Fundação Rockefeller buscava ter seria comprometida por uma possível associação com o *Office* e o governo brasileiro.

Até 8 de maio de 1942, Fred Soper ainda não havia recebido resposta de sua missiva anterior e, em 5 e 8 do mesmo mês, enviou mais duas correspondências à Fundação Rockefeller: a primeira, a George K. Strode, e a segunda a Wilbur Sawyer. Nesta primeira correspondência, o médico propôs que todo o montante do material médico do SMNE fosse colocado à disposição do *Cooperative Health and Sanitation Service* que estava sendo organizado pelo *Office* em conjunto com o Ministério da Educação e Saúde.²⁶ Mas três dias depois, Soper mudou de opinião, como demonstra o trecho a seguir:

I have not yet received any answer to my letter of march 7th in which I outlined possibilities for continuation of R.F. activities in the general field of malaria in Brazil. However, with the organization of the Cooperative Health and Sanitation Service in which the Ministry of Education and Health and the Institute of Inter-American Affairs are collaborating, the whole aspect of the situation has changed and any suggestions I may have made in my letter are now without effect. Doctors Saunders and Sérvulo Lima are already up in north on a reconnaissance trip and General Dunham is very active in Rio.²⁷

Soper conseguiu que Wilbur Sawyer colocasse no orçamento para 1942 uma verba de US\$50.000, para uma possível participação da Rockefeller, novamente nos

²⁵From WAS to FLS. Correspondência de Wilbur Sawyer à Fred Soper, March 20, 1942, COC, Coleção Fundação Rockefeller, doc.211.

²⁶ Correspondência de Fred Soper a George King Strode, May 5, 1942. RAC, RF, Series 305 – I, box 16, folder 142.

²⁷ Correspondência de Fred Soper a Wilbur Sawyer, May 8, 1942. RAC, RF, Series 305 – I, box 16, folder 142.

moldes do SMNE, só que desta vez no distrito federal.²⁸ Mesmo a área de atuação do possível novo “Serviço” não atingindo a Amazônia, Soper preferiu não levá-lo adiante. Talvez também por orientação da diretoria da IHD, o médico, em conversa com Gustavo Capanema, desistiu da criação de um serviço anti-malária no Distrito Federal:

I had an opportunity on June 17th to discuss the malaria situation in the Federal District with the Ministry of Education and Health and I took the initiative to suggest that since the malaria problem of the Amazon Valley had been turned over to the Institute of Inter-American affairs it may not be politic to turn the malaria problem of the Federal District over the Rockefeller Foundation at this time, and that I am willing to consider this possible collaboration as terminated (...) therefore, I wish to release the \$50,000 earmarked by the Foundation for this project in the 1942 budgets for use in the other fields.²⁹

No Brasil, a Fundação Rockefeller teve papel decisivo na criação de bases para uma política de saúde pública, através de campanhas para doenças específicas, englobando tanto os governos da Primeira República quanto o governo Vargas.³⁰ O balanço de sua atuação no governo Vargas apresenta resultados positivos, como a eliminação do *Aedes Aegypti* em grande parte do território brasileiro, a eliminação do *Anopheles Gambiae* no nordeste e a produção e distribuição maciça de uma vacina contra a febre amarela. A intenção de Soper era continuar o trabalho no Brasil, desta vez transferindo-se do nordeste para a Amazônia, e, posteriormente, para o distrito federal. Como visto, seus projetos não foram adiante. Durante a II Guerra Mundial, Fred Soper esforçou-se em dois projetos de eliminação dos vetores de doenças: a introdução do DDT na luta contra a malária e na prevenção contra o tifo. Após a guerra, Soper ocupou cargos importantes em organizações internacionais: foi diretor da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS, 1947-1959) e, depois, quando da integração da OPAS à Organização Mundial de Saúde (OMS, 1949), foi nomeado diretor regional da Organização Mundial de Saúde para as Américas, cargo que exerceu até se aposentar,

²⁸ Como afirma a missiva: “(...) an item of \$50.000 was included in the 1942 estimates to provide for possible participation of malaria control techniques in the Federal District of Brazil.”

Correspondência de Fred Soper a Wilbur Sawyer, May 8, 1942. RAC, RF, Series 305 – I, box 16, folder 142

²⁹ Correspondência de Fred Soper a Wilbur Sawyer, June 23, 1942. RAC, RF, Series 305 – I, box 16, folder 142.

³⁰ Faria, Lina Rodrigues e Luiz Antônio de Castro Santos. *A Reforma Sanitária no Brasil: Ecos da Primeira República*. Bragança Paulista, EDUSF, 2003, p.99.

em 1949.³¹ Após o encerramento do SMNE, a Fundação se retirou das obras contra a malária no Brasil, deixando o programa de controle da doença aos dirigentes brasileiros e ao SESP.

3.3 - João de Barros Barreto e os “Acordos de Washington”

O acordo assinado em 1942 assemelhava-se aos anteriormente firmados pelos Estados Unidos com outros países produtores de borracha no ocidente. O Brasil deveria exportar sua borracha exclusivamente para os Estados Unidos durante o período de cinco anos, a um preço mínimo fixado em 39 centavos de dólar a libra-peso para entregas acima de 10.000 toneladas. Os brasileiros só remeteriam o que excedesse as suas necessidades e receberiam assistência financeira e material para proporcionar a infra-estrutura necessária à expansão do comércio.

Os contratos e a exploração da borracha tiveram recepção variada na imprensa, como mostram artigos nos periódicos da época. O *Diário de Notícias*, em editorial de 3 de março, afirmou que “temos fé, a maior fé na valorização econômica da Amazônia!”.³² O *Correio da Manhã* se aprofundou na questão.³³ No período de negociação entre Souza Costas e governo americano, o periódico expôs questões e problemas sobre o acordo. Francisco Chermont de Miranda, articulista do jornal, afirmou que as expectativas estavam muito elevadas, pois alguns jornalistas cogitavam a possibilidade de 600 mil toneladas de borracha serem produzidas. Tinha opinião contrária ao uso de técnicos estrangeiros no Brasil, afirmando que “não precisamos de técnicos estrangeiros, sem nenhum conhecimento prático dos nossos processos de corte dos seringueiros, nem do regime local” e sugerindo que, para ter efeito prático, deveria ser feito um plano de saneamento que seria uma verdadeira “obra de Sísifo”.³⁴ Na seção “Tópicos e Notícias” foram escritos dois artigos anônimos que tratavam da questão: em 6 de março de 1942, o articulista chamou atenção às mudanças nos “Acordos”, pois antes da assinatura, as negociações davam a entender que a garantia do preço tabelado

³¹ Löwy, op.cit, pp.303 – 306.

³²“Diário de Notícias”. 03/03/1942, p. 5. Este acervo encontra-se sob guarda da Biblioteca Nacional, na seção de periódicos.

³³O “Correio da Manhã” sofreu forte censura durante o governo Vargas. Em especial, devido à sua postura opositora, ao denunciar o golpe de 1937 ver Sodré, Nelson werneck . *História da Imprensa no Brasil*. Editora Mauad, Rio de Janeiro, 1999, pp.383-384.

³⁴Correio da Manhã. 26/02/1942, p.3. A data do artigo é de antes da assinatura dos “Acordos”, mas demonstra como o tema estava em pauta na imprensa. Este acervo encontra-se sob guarda da Biblioteca Nacional, na seção de periódicos.

da borracha seria de cinco anos após o fim do conflito. Mas depois de firmado o contrato, a garantia passou a ser de cinco anos após a assinatura dos convênios.

Em 13 de março do mesmo ano, dez dias depois da divulgação dos “Acordos”, um artigo anônimo de título “Convém Distinguir” foi publicado no *Correio da Manhã*. De início, o texto informa que, na reunião de consulta dos chanceleres americanos ocorrida no início do ano, ficou decidido que um grande número de médicos especialistas seriam envolvidos em uma ação ampla de saneamento para as regiões produtoras de borracha que, óbvio, estariam localizadas na Amazônia. E complementou:

É pois o Brasil para saneá-los que se dirige os técnicos do Sr. Rockefeller. **Para nós, que sempre sustentamos as vantagens da colaboração, não o coordenador dos negócios inter-americanos, mas da Fundação Rockefeller no saneamento do Brasil, a anunciada resolução só pode causar satisfação.** Mas convém entrar no íntimo da questão (...) O telégrafo nos anuncia a vinda de homens para planejar e dirigir. **Que quer isso dizer senão que os nossos conhecedores do problema sanitário da Amazônia terão que se eclipsar, reduzidos talvez a colaboradores desses dirigentes. Ora, quem conhece o valor dos nossos técnicos e sabe que eles, no vasto cenário nacional já tem dado sobejas provas de sua competência, fica realmente apreensivo quanto ao papel de subordinação que lhes ficaria reservado** (grifos meus).³⁵

O autor atentou para a qualificação dos técnicos brasileiros, discordando da presença de outros especialistas norte-americanos, considerando tal fato um desperdício de força, já que os especialistas estrangeiros poderiam ser aproveitados pelos próprios Estados Unidos, que também teriam necessidades. Questionou também a autoridade que os americanos teriam, pois não eram especialistas em doenças tropicais. Para justificar a excelência brasileira no assunto, traçou um histórico da malária no Brasil e do pouco conhecimento estrangeiro sobre o assunto:

O Brasil sempre foi um país onde os estudos de medicina tropical tiveram grande desenvolvimento. E será fácil compreendê-lo. Desde que a imigração africana trouxe para a Bahia as enfermidades tropicais reinantes no continente negro, a atenção dos médicos baianos se voltou para o problema. (...) O paludismo, doença tropical por excelência e que extensa a quase totalidade do problema amazônico possui inúmeros

³⁵ *Correio da Manhã*, 13/3/1942, p.13. Este acervo encontra-se sob guarda da Biblioteca Nacional, na seção de periódicos.

conhecedores (...) que tem sido objeto de pesquisa e de campanhas profiláticas coroadas de êxito. Havendo nenhuma dela no [rio] madeira em que um técnico brasileiro foi quem salvou do naufrágio importante empreendimento que estava sendo sacrificado pela má orientação de um médico inglês.³⁶ **Com tudo isso, parece que a vinda de homens para “planejar e dirigir” o saneamento zonas de cultura e de borracha representa pelo menos, na mais otimista das hipóteses e interpretações, uma dispersão de valores, num momento em que a capacidade individual pode ser fator decisivo para o êxito na guerra (grifo meu).**³⁷

Segundo Campos, os americanos descobriram ter sido João de Barros Barreto o autor do artigo.³⁸ De acordo com o autor, tratava-se mais de uma disputa de poder dentro do Ministério da Educação e Saúde do que uma diferença em relação a concepções de sanitarismo. Barros Barreto fazia parte do grupo de “jovens turcos”: funcionários da área de saúde pública que foram bolsistas da Johns Hopkins School of Public Health, da Fundação Rockefeller, sendo consideravelmente influenciados pelo modelo de gestão de saúde e saneamento dos norte americanos.³⁹ Lá, foram treinados no planejamento e na implementação de campanhas de saúde pública. E, claro, a convivência com profissionais estrangeiros da Fundação influenciou o modelo de políticas públicas implementado pelo governo Vargas. Segundo Fonseca, as políticas de saúde pública no Brasil se desenvolveram concomitante às regulações e debates internacionais em fóruns especializados, como as Conferências Sanitárias Panamericanas.⁴⁰ Barros Barretos já tinha demonstrado insatisfação em outros casos anteriores, afastando-se, inclusive, do Ministério da Educação e Saúde. A seguir, faremos um breve histórico dos desentendimentos e reclames, a fim de entender como seu projeto de construção de políticas de saúde pública passou por momentos conturbados.

³⁶ Provavelmente a referência é à construção da Ferrovia Madeira-Mamoré., na Primeira República.

³⁷ Correio da Manhã, 13/3/1942, p.13. Este acervo encontra-se sob guarda da Biblioteca Nacional, na seção de periódicos.

³⁸ Campos, André Luiz Vieira. *Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas - O Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2006, p. 57

³⁹ Gadelha e Packard, op.cit., p.10

⁴⁰ Fonseca, op.cit., p.177

Em 1938, pediu afastamento da Comissão de Eficiência do Ministério da Educação e Saúde (MES).⁴¹ Já havia solicitado anteriormente, mas dessa vez, a razão era “mais viva”: que se colocasse na comissão alguém que pudesse “mais compreensiva e eficientemente” se adaptar às intransigências do Conselho Federal. Segundo Barreto, o conselho requeria os melhores funcionários, o que acarretava enorme prejuízo aos serviços de saúde. Mas, principalmente, segundo o dirigente, suas sugestões não eram sequer ouvidas, muito menos atendidas. Entre os pontos de desentendimento estava a fusão do quadro dos médicos sanitaristas, grande equívoco do ponto de vista da administração sanitária, segundo Barreto.⁴² Em 1939 se demitiu, desta vez da direção do DNS, devido à assinatura de um acordo que passou para a prefeitura do distrito federal os serviços de saúde pública da localidade:

(...) Lamento deixar em meio a obra verdadeiramente nacional de Saúde Pública, que vem se realizando, em grande parte, pela atuação direta do DNS junto às organizações estaduais, obra que vim dedicando todo o meu esforço e o meu entusiasmo e em que não é possível prosseguir, ante a decisão do governo, que priva o Departamento de elementos indispensáveis à execução, não só daquela tarefa, como de outras.⁴³

No mesmo ano, Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde pede a João de Barros Barreto que volte à direção do DNS. Para que voltasse, Barreto faz uma série de exigências:

- 1) Que ele nomeasse os diretores estaduais dos departamentos de saúde
- 2) Que se reabrisse o curso de Saúde Pública, para que se obtivesse um número maior de sanitaristas formados.
- 3) Que ficassem, na dependência do DNS, todos os serviços de saúde, criados ou por criar
- 4) Que aumentasse o número de Delegacias Federais de Saúde e que todas estivessem subordinadas ao DNS
- 5) A criação de um laboratório nacional de Saúde Pública

⁴¹A lei n.º 284, de 20 de outubro de 1936, criou o Conselho Federal do Serviço Público Civil (CFSPC), embrião do futuro Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). A mesma Lei n.º 284/1936, que criou o CFSPC, instituiu também as Comissões de Eficiência. Cada ministério de Estado teria a sua Comissão de Eficiência e uma de suas competências seria justamente apresentar propostas que ajudassem na racionalização dos seus serviços.

⁴²Uma das principais bandeiras levantadas por João de Barros Barreto foi a profissionalização e aprimoramento da carreira dos médicos sanitaristas. Fonseca, op.cit., p.163

⁴³CPDOC/AGC, GC, Barreto, J. b, rolo 2, fotograma 47

- 6) A criação de um Centro de Saúde modelo
- 7) Que se decidisse de vez a relação do ministério com as prefeituras, sobre a cessão de prédios e de pessoal, para que o DNS soubesse com quem iria trabalhar
- 8) Que o serviço de saúde não se fragmentasse
- 9) Que não houvesse mais obstáculos para a publicação dos “Arquivos de Higiene”.⁴⁴

Barros Barreto estava nos Estados Unidos quando enviou esta missiva e, se Capanema não o atendesse em todas as exigências, sua única alternativa seria retornar ao Brasil e ao Instituto Oswaldo Cruz, onde trabalhava. No fim da carta, fez críticas à gestão de saúde do governo:

Procurarei esclarecer a sua excelência sobre a absoluta coerência da minha atitude e a triste situação a que o Brasil, **preocupado principalmente com construções, está chegando em matéria de saúde** (grifo meu): é o que estou vendo aqui em Washington.⁴⁵

Nas exigências de Barreto, ficam claras suas pretensões ao retornar para o comando do DNS. Barreto voltou, mas, em 1940, durante a X Conferência da Repartição Sanitária Panamericana, relatou sua insatisfação com o Serviço de Malária do Nordeste, criado em 1939 e comandado pela Fundação Rockefeller, fora da alçada de poder do DNS:

Tenho a lamentar – e só faço porque é a nota que alude a este ponto- que fosse meu amigo o Dr. Fred Soper, olhando apenas unilateralmente o problema de Saúde Pública no Brasil, quem tenha tido a iniciativa de induzir o governo à criação de um serviço autônomo de saúde pública, independente do Departamento Nacional de Saúde, abrindo assim, um precedente de conseqüências imprevisíveis.⁴⁶

Após a XI Conferência Sanitária Panamericana, Manoel de Abreu enviou uma correspondência a Gustavo Capanema reclamando da ausência, no discurso de João de Barros Barreto, do recenseamento torácico feito naquele ano, que teria causado mal

⁴⁴ Publicação do Departamento Nacional de Saúde. Os “Arquivos de Higiene” começaram a ser publicados antes de 1930 e continuaram sendo publicados posteriormente ao governo de Getúlio Vargas.

⁴⁵ CPDOC/AGC, GC, Barreto, J. b, rolo 2, fotograma 48

⁴⁶ Barreto, João de Barros. “Saúde Pública no Brasil”. *Arquivos de Higiene*, v.8, nº1, 1938, p.183

estar nos membros da delegação brasileira e sul-americana.⁴⁷ Segundo Abreu, o responsável pelo DNS omitiu de propósito.⁴⁸ O discurso de Barros Barreto também não agradou a um anônimo que enviou a Capanema um telegrama que começa com a seguinte frase: “Eis o canalha que vocês sustentam” e tem como título “Herr João de Barros”:

O modo grosseiro e truculento que reserva aos seus subordinados (inclusive os chefes de serviços) só encontra paralelo na maneira servil que mostra aos poderosos (...) o desprezo com que é tratado pelas pessoas dignas é um sinal evidente do próximo fim desse sujeito com insolubilidade moral.⁴⁹

E encerra com um poema:

Adão foi feito de barro

de barro bom e batuta

mas esse João de Barros...

que barro filho da ...

As opiniões acima não são nada favoráveis ao antigo diretor do DNS, porém os sanitaristas que trabalharam com ele emitiam normalmente um parecer favorável. Segundo Celso Arcoverde de Freitas, sanitarista que trabalhou com João de Barros Barreto, o diretor do DNS foi o “grande dínamo para dotar o país de moderno instrumentos de Saúde Pública” e era rigoroso com seus subordinados.⁵⁰

Dr. Barreto era duro em serviço. Chegava a ser áspero quando procurava defender seus pontos de vista. Mesmo com seus mais chegados auxiliares não raro tinha turras homéricas por algum detalhe técnico. Era hábil e de trato ameno quando ia convencer

⁴⁷ Criador da abreugrafia, aparelho mais econômico e tão eficiente quanto os aparelhos normais de Raios X da época, e que podia radiografar em menor espaço de tempo um maior número de indivíduos. Em 1936 foi construído o primeiro aparelho de abreugrafia pelos técnicos da casa Lohner, instalado no Hospital Alemão do Rio de Janeiro em maio do mesmo ano. Em março de 1937, era instalado no um novo aparelho de radiografia idealizado por Manoel de Abreu, sendo este o primeiro posto de cadastro torácico do Rio de Janeiro. Informações retiradas do sítio da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, <http://www.saude.rio.rj.gov.br/servidor/cgi/public/cgilua.exe/web/templates/htm/v2/view.htm?user=reader&infoid=1282&editionsectionid=110>. Último acesso: 28/10/2006, 04:03.

⁴⁸ CPDOC/AGC, GC, Abreu, M. b, rolo 1, fotograma 530

⁴⁹ CPDOC/AGC, GC, Barreto, J. b, rolo 2, fotograma 48

⁵⁰ Freitas, Celso Arcoverde. *Histórias da Peste e de outras Endemias*. Rio de Janeiro, PEC/ENSP, 1988, p.146.

autoridades dos Estados à estrita observância das normas estabelecidas no regulamento do DNS.⁵¹

Mais que expor um personagem polêmico, este histórico teve o objetivo de mostrar de que modo João de Barros Barreto procurou conduzir o projeto de criar uma política de saúde pública verdadeiramente nacional, apoiada em todos os redutos do país, através da centralização administrativa e contando com o apoio das DFS.

Em 1943, no último relatório da Comissão de Saneamento da Amazônia, Barros Barreto afirmou que o plano de saneamento sofreu uma “primeira e única” crítica de Hildebrando de Góis, diretor do Departamento de Obras e Saneamento do Ministério da Viação e Obras Públicas; crítica de que a comissão exorbitara, dando encargos ao DNS fora de sua competência. A seguir, a resposta de João Barros Barreto à crítica de que o DNS queria centralizar o serviço:

Disse a comissão, é fato, que a tarefa do saneamento deve ficar sob o comando deste departamento. Isto foi dito, assim, enfaticamente convem frisar, como justificativa, **em uma época em que várias atividades de saúde escapavam de sua alçada.** Mas apontou, logo abaixo, no seu relatório, a Comissão, que reputava necessária a cooperação de outros órgãos do Governo Federal. Ora, cooperação não implica subordinação; indica, dizem os léxicos, trabalho em conjunto. De fato, não há, em todo o relatório, nem na atuação posterior do D.N.S., uma só palavra, uma única providência que traduzam intromissão na esfera de ação, que sempre traçou o D.N.O.S., o seu diretor. Cuidou, ao contrário, o D.N.S., repetidas vezes, de obter a cooperação desse outro departamento para os trabalhos na Amazônia; e o fez em nome do D.N.S. com a maior insistência em encontros pessoais e por correspondência oficial. Mas sempre em pura perda (grifo meu).⁵²

As críticas de Hildebrando de Góis se referiam aos objetivos da Comissão, que teriam entrado na alçada de outros ministérios ao sugerir uma melhor organização econômica da região e trabalhos de hidrografia sanitária, que estariam a cargo do DNOS. Dentro da lógica de ação construída por Barros Barreto ao longo de sua gestão no DNS, o “Plano” estabeleceu que as medidas executivas ficariam a cargo dos departamentos estaduais de saúde, intermediando através das DFS da região, mas sob a

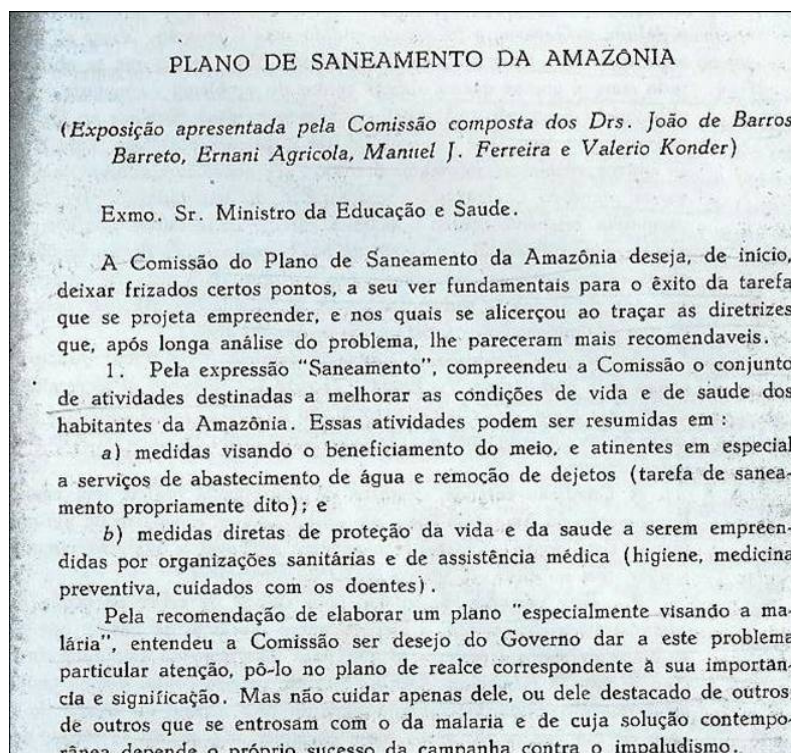
⁵¹ Idem.

⁵² Barreto, João de Barros. “Saneamento da Amazônia”. Arquivos de higiene.V.13, nº1, 1943, p.23

rigorosa supervisão do DNS. Sem mencionar os Acordos de Washington ou o Serviço Especial de Saúde Pública, Barros Barreto criticou a grande recepção do plano feito em convênio com os norte-americanos:

Do exposto resulta não dever ser elaborado um novo plano pelo DNS. Ficou provado que os serviços de saúde projetados estavam dentro das suas próprias atribuições. (...) **O que se sugere, pomposamente como grande novidade, foi o princípio estabelecido pela comissão: realizar trabalho desenvolvido de saúde pública nos núcleos habitados, dar sobretudo assistência ao restante da população** (grifo meu).⁵³

O Plano de Saneamento da Amazônia foi a última tentativa de João Barros Barreto de recuperar o espaço perdido pela atuação estrangeira crescente na região amazônica, assim como pelos trabalhos da Fundação Rockefeller no Nordeste. Porém, mais do que sua rejeição ou substituição pelo SESP, o “Plano” serve como base para demonstrar como ocorreu a expansão dos serviços de saúde e saneamento para outras regiões que não a sudeste.



**Lançamento do Plano de Saneamento da Amazônia
nos Arquivos de Higiene
(Vol.11, nº1, 1941, p.192)**

⁵³ Barreto, João de Barros. “Saneamento da Amazônia”. *Arquivos de Higiene*. V.13, nº1, 1943, p. 29

III – SANEAMENTO DA AMAZÔNIA

A tarefa que fora cometida ao D.N.S., sofreu desde o início de 1942, um hiato, por falta de recursos que permitissem o prosseguimento do programa traçado. E terminou com a entrega da campanha ao Serviço Especial de Saúde Pública, organizado em colaboração com o governo dos Estados Unidos da América do Norte. Mesmo assim, custeadas algumas das despesas pelo Governo do Pará e outras por verbas orçamentárias, prosseguiu o D.N.S., nos primeiros meses do ano, na realização de estudos epidemiológicos complementares, que se faziam necessários para estabelecer em detalhes o plano de combate à malária nos núcleos de população da Amazônia, já escolhidos para início da campanha e nos levantamentos preliminares, indispensáveis à elaboração de projetos de águas e esgotos para 25 cidades daquela região. A primeira tarefa esteve a cargo da equipe chefiada pelo Dr. Ayrosa Galvão, assistente do professor Samuel Pessoa na Faculdade de Medicina de São Paulo; deve-se àquele ilustre pesquisador patricio e a seus colaboradores um trabalho de alto valor técnico, que foi exposto em publicações dos Arquivos de Higiene (Ano 12, n. 2, agosto de 1942), subordinadas aos títulos "Relatório das pesquisas entomológicas realizadas na Amazônia" e "Algumas observações sobre a biologia dos anofelineos de importância epidemiológica de Belem, Pará". A outra tarefa foi cometida a equipes superintendidas pelos engenheiros sanitários Oswaldo Dourado e Barreto Gonçalves, tendo sido enviados os elementos obtidos ao Serviço Federal de Águas e Esgotos. Este elaborou projetos e orçamentos para várias das cidades em apreço.

O último relatório do Plano de Saneamento da Amazônia nos Arquivos de Higiene, dando conta de seu fim.

(V.13, nº1, 1943, p.23)

Em 17 de julho de 1942, o acordo para o saneamento do vale do Amazonas a cargo do SESP foi assinado. O contrato firmado entre o governo brasileiro e americano tinha três linhas mestras:

1. O Saneamento do Vale do Amazonas, especialmente a profilaxia e os estudos da malária no vale do Amazonas e a assistência médico-sanitária aos trabalhadores ligados ao desenvolvimento econômico da região.
2. O preparo de profissionais para trabalhos de saúde pública, compreendendo o aperfeiçoamento de médicos e engenheiros-sanitaristas a formação de enfermeiras de saúde pública e o treinamento de outros técnicos.
3. A colaboração com o Serviço Nacional de Leprosia e, por intermédio deste, com as repartições sanitárias estaduais para o combate a lepra.⁵⁴

⁵⁴CPDOC/AGC, GC 1936.10.21 h, rolo 65, fotograma 505.

Dessa forma, ficaram estipuladas as ações do SESP no vale do Amazonas. Diferente do “Plano de Saneamento da Amazônia”, o Serviço foi criado com uma função específica: dar apoio médico-sanitário aos seringueiros que trabalhariam na região. De acordo com Gustavo Capanema, o trabalho do SESP era efetuado em zonas não abrangidas pelos departamentos estaduais ou territoriais de saúde.

Em relação ao corpo técnico, o SESP recrutou mão de obra brasileira, ao contrário do que os artigos no “Correio da Manhã” temiam, como mostra a tabela abaixo:⁵⁵

TABELA 1

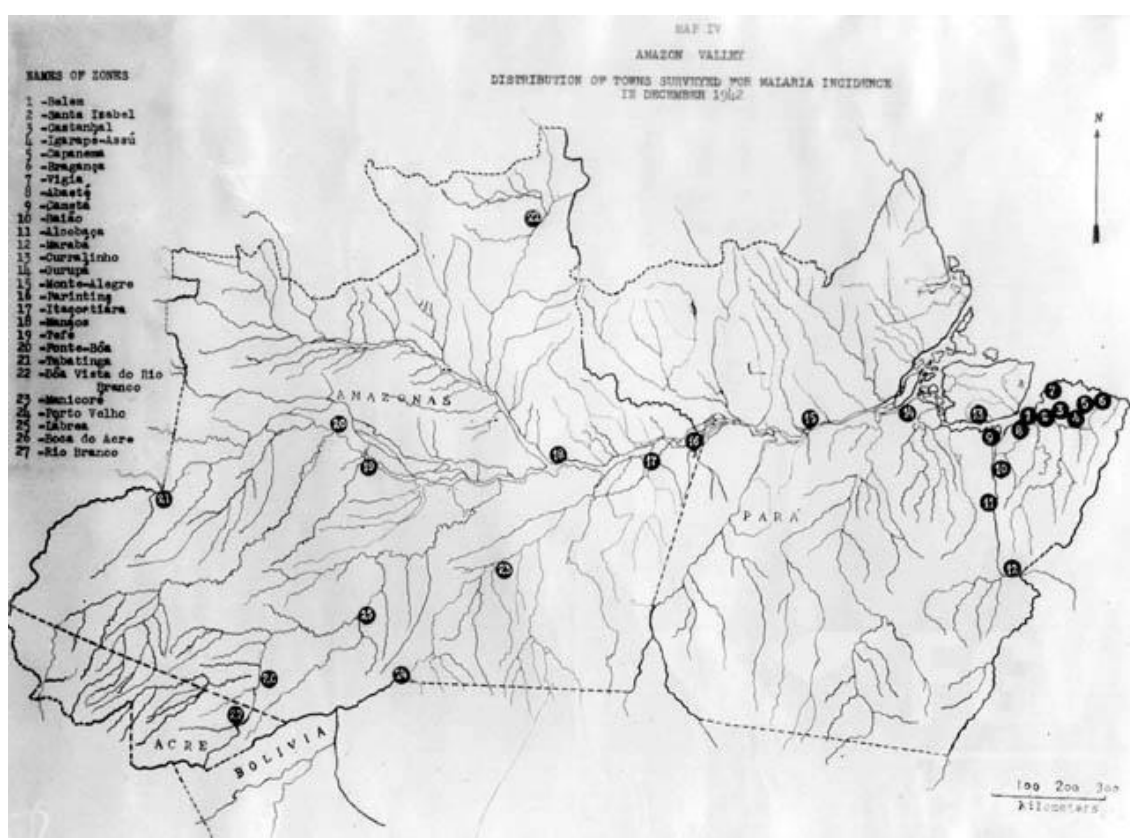
**PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NO SERVIÇO ESPECIAL DE SAÚDE PÚBLICA,
SEGUNDO A NACIONALIDADE, 1943**

Profissão	Brasileiros	Americanos	Total
Médicos	74	9	83
Engenheiros	16	15	31
Arquitetos e desenhistas	8	0	8
Contadores e administradores	5	1	6
Técnicos	49	0	49
Escriturários	453	2	455
Enfermeiras	3	0	3
Guardas e praticantes	747	0	747
Trabalhadores	945	0	945
Total	2300	27	2327

FONTE: CPDOC/AGC, GC 1936.10.21 h, rolo 65, fotograma 599-600, junho de 1943

⁵⁵ As tabelas e quadros foram elaborados com base nas Normas de Apresentação Tabular do IBGE. (IBGE, 1993)

Em setembro de 1942, o responsável pelo SESP no Brasil, coronel George Dunham, reconheceu que teve valioso subsídio às suas finalidades na Amazônia, pois o serviço aproveitou-se dos inquéritos promovidos no ano de 1940 pelo departamento das DFS localizadas na região amazônica. Ou seja, o SESP em seu primeiro momento de atividade, utilizou o levantamento médico promovido pelo SEGE, mas nenhuma palavra sobre o “Plano” foi encontrada. O mapa elaborado pelo SESP sobre os municípios onde havia incidência de malária provavelmente teve como base os inquéritos preliminares feito pelo SEGE, pois foi elaborado em dezembro de 1942, menos de seis meses depois da assinatura do contrato:



Atividades ligadas à pesquisa científica na área de Saúde na região amazônica (1934-45). Manaus (CPDOC/FGV/ Foto 779)⁵⁶

⁵⁶ Devido à má qualidade da imagem, segue a tradução e identificação das cidades: Vale do Amazonas

Distribuição de cidades avaliadas por incidência de malária em dezembro de 1942

1 – Belém; 2 – Santa Isabel; 3 – Castanhal; 4 – Igarapé – Assú; 5 – Capanema; 6 – Bragança; 7 – Vigia; 8 – Abaeté; 9 – Cametá; 10 – Baião; 11 – Aloobaça; 12 – Marabá; 13 – Curralinho; 14 – Jurupá; 15 – Alcobaça; 16 – Parintins; 17 – Itacoatiara; 18 – Manaus; 19 – Tefé; 20 – Fonte Boa; 21 – Tabatinga; 22 – Boa Vista do Rio Branco; 23 – Manicoré; 24 – Porto Velho; 25 – Lábrea; 26 – Boca do Acre; 27 – Rio Branco.

A abrangência e a pretensão do “Plano de Saneamento da Amazônia” superavam os do SESP em alguns pontos, como a organização e aperfeiçoamento de bio-estatística para a região e o fornecimento de serviços básicos de saneamento e esgoto às populações da quase totalidade de municípios da Amazônia. Mas em relação a outros pontos, os programas se assemelhavam. Como dito anteriormente, o Brasil no curso dos anos 30 participava e conhecia as discussões internacionais sobre saúde pública. Junte-se a isso, o fato de João de Barros Barreto e outros sanitaristas terem sido bolsistas da escola de sanitaristas Johns Hopkins. Uma comparação entre a agenda sanitária do SESP e a que o DNS pretendia implementar na região mostra que ambas se alinhavam ao projeto do governo de ampliar sua atuação no interior. O SESP, assim como pretendia o DNS, montou unidades sanitárias, construiu e administrou escolas de enfermagem, hospitais, centros e postos de saúde, normatizou procedimentos através de seus manuais, estabeleceu convênios com estados e municípios, preocupou-se em formar mão de obra qualificada e promoveu a educação sanitária.⁵⁷

A principal diferença entre os dois projetos de saneamento para o vale amazônico era o foco: enquanto o “Plano de Saneamento da Amazônia” buscava estabelecer a presença dos serviços de saúde e saneamento na Amazônia, o SESP tinha uma preocupação mais atrelada à produção de borracha. É óbvio que o aumento da produção de borracha preocupava Getúlio Vargas, pois naquele momento, os postos orientais já tinham sido ocupados pelos países que constituíam o “Eixo”. Deste ponto talvez tenha surgido o descontentamento do presidente, ao receber um plano de grandes proporções que requeria também vultoso empreendimento financeiro. Hipótese mais sustentável é a de que a situação de guerra suplantou o “Plano”, cujos convênios com os estados amazônicos já tinham sido assinados entre Gustavo Capanema e os respectivos interventores. João de Barros Barreto, ao que tudo indica, pretendia integrar o plano de saneamento do Vale Amazônico à área de atuação dos Serviços Nacionais, em especial o de malária, mas segundo Campos, o contexto internacional da época não permitia ao Brasil negar o acordo de saneamento firmado com Washington.⁵⁸ A configuração do projeto implicou a perda de poder de João de Barros Barreto frente ao seu projeto de

⁵⁷ Campos, op.cit., pp. 55-56

⁵⁸ “Com o fechamento dos mercados europeus, o Brasil viu-se obrigado a procurar o mercado norte-americano”. Fonte: Campos, André. “Políticas internacionais de saúde na era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública”, Gomes, Ângela de Castro. (org.) *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro, Editora FGV 1ª Edição, 2000, p.204

forte centralização administrativa, além de ter envolvido também Fred L. Soper e a Fundação Rockefeller. Para o governo brasileiro a participação de mais uma agência internacional no país não trazia constrangimento algum, pois Getúlio Vargas e o Ministério da Educação e Saúde tinham bom relacionamento com a Fundação, que já trabalhava no país desde a Primeira República. Como demonstram Löwy e Campos, o governo brasileiro deste período via as agências internacionais como forma de expandir sua atuação nas mais distantes regiões do país, fortalecendo o projeto de construção e identidade nacional.

3.4 – A Amazônia e os Acordos de Washington

Como dito anteriormente, a criação do Serviço Especial de Saúde Pública estava diretamente relacionada ao contexto econômico e político da época. A deflagração da Segunda Guerra Mundial na Europa, em 1939, trouxe problemas à economia norte-americana, em especial no tocante ao fornecimento de borracha, pois sua produção de borracha sintética não atendia a demanda. Dessa forma, no início da década de 40, o país começou a buscar novas possibilidades de fornecimento e, então, “subitamente” se lembrou dos seringais da Ford no Brasil (Belterra e Fordlândia) que estavam em condições de serem explorados.⁵⁹ Em 28 de junho de 1940 foi criada a Rubber Reserve Company (RRC), destinada à compra de borracha, com um capital de US\$ 140 milhões.⁶⁰ O Instituto Agrônomo do Norte teve grande importância nesse processo, pois, em 1940, Elmer Brandes, funcionário da RRC, assinou com o Ministério da Agricultura um acordo que autorizava a atividade de uma equipe de estudos no Brasil e a plantação de viveiros experimentais (doados pelos seringais da Ford) no Instituto Agrônomo do Norte (IAN), com a colaboração de Felisberto Camargo, diretor do instituto. A atividade foi intensa, pois em 5 de fevereiro de 1941, a empresa levou ao instituto 204.000 sementes e duzentos troncos. Mas começaram a ocorrer distúrbios depois dessa data: autoridades norte-americanas queixavam-se de insubordinações dos brasileiros, pois não trabalhavam direito, além de reclamações do próprio governo Vargas em relação ao trato com seus empregados.

⁵⁹ Dean, Warren. *A Luta pela Borracha no Brasil – um estudo de história ecológica*. São Paulo, Nobel, 1989, p.130.

⁶⁰ Dean, op.cit., p.131.

Segundo Dean

Os brasileiros competentes eram vítimas da indiferença de seu governo e até mesmo da negligência médica, de modo que todos os que acompanharam uma equipe norte-americana contraíram malária e tifo, sendo obrigados a abandoná-la.⁶¹

Com a entrada dos Estados Unidos na guerra em 7 de dezembro de 1941 e os ataques às colônias inglesas, os planos de novas fontes e testes de cultivo foram substituídos pela necessidade imediata de conseguir borracha.⁶² A primeira idéia era conseguir fabricar borracha sintética, mas pelas características frágeis do produto, a busca pela borracha natural foi a única opção.⁶³ A atenção voltou-se para os seringais nativos. Mas antes da assinatura dos Acordos de Washington, a Rubber Development Corporation (antiga RRC) estava receosa do grande investimento que deveria ser feito. Uma equipe de estudos da companhia estimava que o vale do Amazonas tinha potencial para extrair 667.000 toneladas, mas na prática, poderia extrair apenas 100.000 toneladas. De acordo com os cálculos do estudo, cerca de 100.000 seringueiros deveriam ser levados para a região e para que tal fluxo ocorresse, grandes investimentos nos transportes e serviços médicos teriam de ser feitos.⁶⁴

Em 28 de janeiro de 1942, o Brasil rompeu relações com Alemanha, Itália e Japão e depois de negociações, assinou os acordos em 3 de março de 1942. Como visto, o governo Vargas já tinha planos e projetos para a Amazônia e o acordo vinha ao encontro de suas pretensões. Como afirma Campos, mesmo considerando a conjuntura externa e o limitado espaço de manobra, o governo brasileiro se beneficiou do Acordos de Washington – e o ponto que nos interessa, os acordos de saúde e saneamento – para dar continuidade à sua agenda para a região amazônica.⁶⁵ As políticas internacionais do *Office* e a criação do SESP foram concebidas e realizadas em consequência de uma transação entre um movimento internacional conjugado com o interesse local de fortalecer e ampliar a presença do Estado no interior do país. Álvaro Maia, interventor do Amazonas, celebrou a assinatura do contrato:

⁶¹ Dean, op.cit., p.136.

⁶² Dean, op.cit., p.137.

⁶³ Idem.

⁶⁴ Dean, op.cit., p.138.

⁶⁵ Campos, op.cit., p.28.

Da alvorada do “Discurso do Rio Amazonas”, tal como vossa excelência vaticinara, radiou toda essa maravilha de organização técnica e de labor vertiginoso, convergindo para a empresa titânica de nosso renascimento. Graças aos Acordos de Washington, inspirados e baseados nos grandes planos de vossa excelência, aqui se aparelham e projetam o sistema de transporte mais eficientes e adequados á fisionomia da região.⁶⁶

A adequação dos “Acordos” aos planos, tanto na esfera nacional quanto local para a região, torna-se clara. Para estimular a produção de borracha, foram criadas organizações como o Banco de Crédito da Borracha. O banco exerceria um monopólio no financiamento e na operação do comércio e outros organismos governamentais cuidariam do transporte e recrutamento de seringueiros.

Os preparativos para o esforço de guerra aumentavam. Em abril, os seringueiros jovens foram considerados reservistas por decreto-lei nacional.⁶⁷ Segundo Álvaro Maia, “[Há] um exército de trabalhadores na selva, cooperando com o Brasil e a América porque a borracha produzida irá fortificar a aviação e a moto-mecanização”.⁶⁸ Mas mesmo assim, medidas de segurança foram tomadas:

Apesar da medida tomada, há instruções militares, com os chefes de repartição federais, para a máxima preparação da nossa gente e vigilância dos inimigos. Para os municípios de Parintins, onde vivem agricultores japoneses e de Boa vista do Rio Branco, com os seus campos e seus modos de garimpagem, foram nomeados prefeitos militares. No intuito de isolar eixistas perturbadores, a Interventoria destinou a antiga fazenda Nova Hamburgo, ora convertida em fazenda Baependí, no município de Manacapurú, para um campo de concentração. Tornou-se desnecessário, até agora, porque na penitenciária há apenas três alemães. Quanto aos agricultores japoneses, espalhados em Parintins e outros municípios do baixo Amazonas, estão sob vigilância policial. Os italianos, antigos residentes no Amazonas, não oferecem o menor perigo.⁶⁹

As políticas de vigilância aos habitantes oriundos dos países do “Eixo” também se fizeram presentes na Amazônia. O acordo com os Estados Unidos levou ao imediato controle desses habitantes. Podemos citar em especial os japoneses que – visitados por

⁶⁶ Maia, Álvaro. *Exposição da Interventoria Federal no Amazonas/Relatório 05/1942 a 05/1943*, p.4

⁶⁷ Maia, Álvaro. *Exposição da Interventoria Federal no Amazonas/Relatório 05/1942 a 05/1943*, p.98

⁶⁸ Idem.

⁶⁹ Maia, op.cit., p.100.

Vargas em 1940 e citados como modelo de agricultura racional em 1934 - passaram a ser vistos com reservas:

Há uns anos passados, agitou-se a opinião pública nacional e o assunto foi amplamente debatido no Senado, na Câmara e nas Assembléias interessadas. Tratava-se de defender ou negar viabilidade à vultuosas pretensões nipônicas, cujos agentes se propunham a instalar na Amazônia um núcleo de povoamento racional, na base de uma concessão territorial que abrangia uma área imensa. A concessão não foi realizada. Todavia, enquanto a questão era debatida, em Parintins, um grupo de japoneses realizava uma experiência de colonização, que seria ao que parece, **o fundamento matriz de uma penetração imperialista em grande escala** (grifo meu).⁷⁰

Através da leitura das fontes, torna-se evidente o uso dos acordos como mais um meio de se construir o Estado nacional em escala regional. Álvaro Maia, em editorial ao “Boletim do DEIP” reforçou a noção dos acordos enquanto um processo histórico maior que o esforço de guerra. O interventor enxergava uma continuidade que teria como marco zero o “Discurso do Rio Amazonas”, em 1940:

Abriram-se, com o novo regime, as fontes de uma era cíclica para a Amazônia numa linda noite de outubro de 1940. Saneamento, fixação de preços, melhoria de transportes, encaminhamento de trabalhadores, navegação aérea., leis sociais, **tudo em obediência ao plano de exploração intensiva do maior vale tropical do mundo** (grifo meu).⁷¹

Segundo Maia, os americanos, que já gozavam de bom prestígio, passaram a ser vistos como companheiros na retomada do vale do Amazonas:

As relações entre os brasileiros e norte americanos sempre decorreram na maior harmonia: técnicos e simples operários de ambas as nacionalidades fraternizando para o cumprimento da missão que lhes foi atribuída, alicerçam mais fortemente a amizade entre os dois grandes povos. (...) nenhum incidente se verificou até este momento, o que redundava em elogio à índole do nosso povo e do norte-americano.⁷²

Na próxima sessão veremos que as relações entre brasileiros e americanos não se deram de forma tão pacíficas. A dinâmica deste processo serão relevantes para compreendermos de forma clara como se deu a ação do SESP no vale amazônico.

⁷⁰ Boletim do DEIP – Amazonas - 1943, p.14

⁷¹ Boletim do DEIP – Amazonas – 1943, p.37

⁷² Maia, Álvaro. *Exposição da Interventoria Federal no Amazonas/Relatório 05/1942 a 05/1943*, p.99

3.5 – O Serviço Especial de Saúde Pública (1942-1945)

Com as relações entre brasileiros e americanos previamente festejadas pelo interventor, os trabalhos estavam prontos para começar. Uma das primeiras ações pós-assinatura dos acordos foi a incorporação do Instituto Evandro Chagas ao SESP, passando a contar com maiores verbas e mais pessoal qualificado. Em depoimento, o sanitarista Leônidas Deane, que trabalhou no Serviço Especial de Saúde Pública e era egresso do Instituto de Patologia Experimental do Norte, afirmou que a “improvisação que caracterizou os primeiros anos (do IPEN) foi substituída por uma programação cuidadosa, que aumentou a eficiência no trabalho”.⁷³ Entre as cláusulas do acordo de saneamento, estava a colaboração com o Serviço Nacional de Lepra (SNL). Ernani Agrícola, diretor do serviço, assinou, em conjunto com Ernani Braga, diretor de saúde do Pará, o acordo relativo à ajuda do Serviço Especial de Saúde Pública. O SESP doou ao SNL uma lancha, denominada “Uberaba”. O objetivo era auxiliar o transporte de leprosos oriundos do vale do Amazonas até as colônias de leprosos nos Estados do Pará e Amazonas. Segundo o acordo assinado, o transporte de leprosos no interior era dificultado devido à tradição popular de que o doente não podia viajar nas barcas comuns, o que tornava a locomoção muito difícil. Como resultado, grande parte dos leprosos continuava em suas comunidades.⁷⁴ Segundo Maciel, Ernani Agrícola preocupava-se com a região. Considerava a Amazônia uma localidade especial devido ao grande número de enfermos ali existentes e pelo fato de guardar diversas características que a tornavam uma localidade delicada, com a qual se deveria ter atenção redobrada por sua própria geografia diferenciada, além do fato do estado do Amazonas inteiro só ter um leprologista para atender toda sua extensão territorial.⁷⁵

Os primeiros tratados assinados em 1942 foram renovados em 18 de junho de 1943. O novo contrato previa sua duração até 1948 e manteve as bases do primeiro acordo. Uma possível interpretação da tabela abaixo é que com a conjuntura internacional favorável aos aliados e prevendo um possível fim do conflito, o acordo

⁷³ Deane, Leônidas. *A História da evolução do conhecimento sobre a malária* – Depoimento à FioCruz em 1986 –Fundo Leônidas Deane, doravante LD, série Produção Intelectual, subsérie Trajetória Profissional, 19861111. Este acervo encontra-se sob guarda da Casa de Oswaldo Cruz.

⁷⁴ Brazilian Field Party/Serviço Especial de Saúde Pública. *Colaboração com o Serviço nacional de Lepra*. COC/Fundo Serviços de Saúde Pública II, Caixa 8, doc.74

⁷⁵ Maciel, Laurinda Rosa. *‘Em proveito dos sãos, perde o lázaro a liberdade’: uma história das políticas públicas de combate à lepra no Brasil (1941-1962)*, Tese de doutorado, UFF, 2007, p.119.

projetava que, já a partir de 1945, o governo brasileiro seria responsável pela maior parte do investimento no convênio.⁷⁶

TABELA 2

PROJEÇÃO DE GASTOS COM O SERVIÇO ESPECIAL DE SAÚDE PÚBLICA,
1944-1948

Ano	Gastos do governo norte americano (em Cr\$)⁷⁷	Gastos do governo brasileiro (em Cr\$)
1944	24.500.000,00	10.000.000,00
1945	9.800.000,00	20.000.000,00
1946	9.800.000,00	20.000.000,00
1947	9.800.000,00	20.000.000,00
1948	4.900.000,00	30.000.000,00

FONTE: Renovação do contrato do SESP. COC/AHFSSPII – Caixa 6, doc. 53. (em tratamento)

Entre 1942 e 1945 o SESP construiu nove “Postos de Higiene” no Estado do Pará.⁷⁸ A primeira idéia era edificar postos médicos e paulatinamente, transformá-los em Postos de Higiene, mas devido à urgência e necessidade das localidades, essa idéia foi abandonada, partindo-se para a execução direta dos Postos de Higiene, em detrimento dos Postos Médicos.⁷⁹ Segundo o relatório do SESP ao governo brasileiro, os postos de higiene eram para a comunidade o mesmo que as escolas públicas e representavam, na realidade, a descentralização dos serviços de saúde pública, trazendo-os diretamente para a população.⁸⁰ O relatório expõe como o SESP procurou se adaptar ao Brasil, pois em muitas localidades do vale Amazônico, tais postos

⁷⁶ No início de 1943 a conjuntura de guerra se encontrava favorável aos aliados, pois em junho de 1942, os americanos obtiveram importante vitória sobre os japoneses na ilha de Midway no pacífico; Em outubro de 1942, a Inglaterra começou a expulsar as forças do Eixo do norte da África e em fevereiro de 1943 chegou ao fim a batalha de Stalingrado, iniciada três meses antes, com a vitória do exército soviético. Ver Gonçalves, Williams. “A Segunda Guerra Mundial”. Filho, Daniel Aarão Reis; Jorge Ferreira e Celeste Zenha (orgs.). *O Século XX – O tempo das crises – Revoluções, Fascismos e guerras*. Civilização Brasileira, 2000, p.184.

⁷⁷ Foi feita a conversão de dólar para cruzeiro, tendo como base a taxa de câmbio da moeda nacional em 1943, quando 1US\$ = 19,6 Cr\$. (IBGE, 2003).

⁷⁸ “Postos de Higiene construídos pelo SESP no Estado do Pará” – 1942 – 1945/ Relatório do Serviço Especial de Saúde Pública ao MES, Jul- Set. 1945. COC/ AHFSSP II, caixa 9 (em tratamento).

⁷⁹ Idem.

⁸⁰ Ibidem.

constituíam os únicos recursos médicos da região. Dessa forma, foi necessário lhes dar uma função mista de gestão da saúde pública e de assistência às populações.⁸¹

Álvaro Maia considerava o SESP como um dos mais ativos e úteis órgãos criados no desenvolvimento do programa de cooperação. O programa dividiu a região amazônica em vinte distritos e cinco subdistritos sanitários: O estado do Amazonas ficou com doze, o território do Acre com cinco, o território do Guaporé com dois e o território do Rio Branco com um. O SESP, a exemplo do DNS, normatizou como seriam os distritos sanitários. Cada distrito deveria conter:

- a) 1 médico
- b) 1 médico assistente
- c) 1 guarda-chefe
- d) 1 contador-secretário
- e) 1 datilógrafo
- f) Guardas medicadores
- g) Guardas anti-larvários.⁸²

O esforço em normatizar os serviços prestados à população expõe novamente os pontos em comum do projeto do SESP e do DNS, vide a regulamentação dos “Centros de Saúde”. As fontes demonstram que o órgão responsável pela saúde e saneamento na Amazônia durante os anos da Segunda Guerra Mundial teve que, em muitos casos, adaptar-se à realidade local, ao invés de realizar uma ação direta. Havia uma proximidade das políticas nacionais do período com diretrizes e debates internacionais, o que não significa necessariamente uma pronta adoção das normas internacionais de saúde pública. Cada instituição criada pelo país ou por órgãos internacionais passou por adaptações, tendo mesmo que interferir, às vezes, na estrutura local. Um exemplo desta interferência foi a construção da maior obra de engenharia do SESP nos anos 1942-1945: o dique de Belém. Para controlar a transmissão de malária na localidade, os engenheiros do SESP fizeram um estudo para proteger a cidade das marés, além de possibilitar a drenagem de terrenos baixos. Foi feito um extenso programa de engenharia e um complexo sistema de diques, canais e portões para prover o controle de água. Paralelamente às obras de saneamento, o SESP intensificou a distribuição de

⁸¹ Idem.

⁸² Boletim do DEIP – Amazonas – 1944, p.31.

atebrina aos soldados, além da aspersão de larvicidas.⁸³ Belém, um dos principais lugares onde as tropas americanas permaneciam, apresentou, entre julho de 1944 e agosto de 1945, grande queda nos casos de malária.⁸⁴ Campos aponta as dificuldades pelas quais passou a distribuição de atebriana, como o transporte até os seringais e a distribuição à população.⁸⁵ Segundo o autor, entre as dificuldades enfrentadas estava o fato de muitos seringalistas venderem a substância, que era gratuita. A estratégia inicial era a distribuição do medicamento nos centros de saúde do órgão, mas logo se percebeu que a estratégia não atingia os seringueiros das áreas mais remotas. Dessa forma, foi montada uma grande rede de distribuição que envolvia firmas comerciais, seringalistas, padres católicos, pequenos proprietários e mascates, com a expectativa de se atingir os seringais mais distantes.



Construção do Dique de Belém (entre 1934-45). Belém
(CPDOC/AGC/ Foto 823)

A malária era a principal enfermidade a ser combatida. Segundo o médico Leônidas Deane, em 1940, o Brasil possuía cinco a seis milhões de casos de malária, que atingiam aproximadamente 15% da população total (cerca de quarenta a cinquenta

⁸³ Campos, op.cit., p.96

⁸⁴ Campos, op.cit., p.93

⁸⁵ Atebrina foi o medicamento mais usado para o controle de malária no vale do Amazonas. Após a primeira guerra mundial, ocorreram grandes investimentos na pesquisa de uma substância química que pudesse substituir o quinino, dando origem, na década de 20 à atebriana. Ver Campos, 2006, p.119.

milhões de habitantes).⁸⁶ Através, principalmente do advento do uso do DDT, ocorreu a erradicação de malária em quase todas as partes do território, à exceção da Amazônia. As primeiras experiências com o tratamento a base de DDT foram feitas em Breves, município do estado do Pará, em maio e julho de 1945. Mesmo com problemas no transporte e o elevado custo de manutenção dos aspersores (máquinas que espalhavam o DDT), a experiência foi considerada vitoriosa.⁸⁷ As pesquisas científicas empreendidas por Leônidas Deane representaram grande avanço no entendimento de como a malária atingia determinadas localidades. Chefiados por Deane, diversos sanitaristas realizaram um amplo estudo em 35 localidades da Amazônia onde

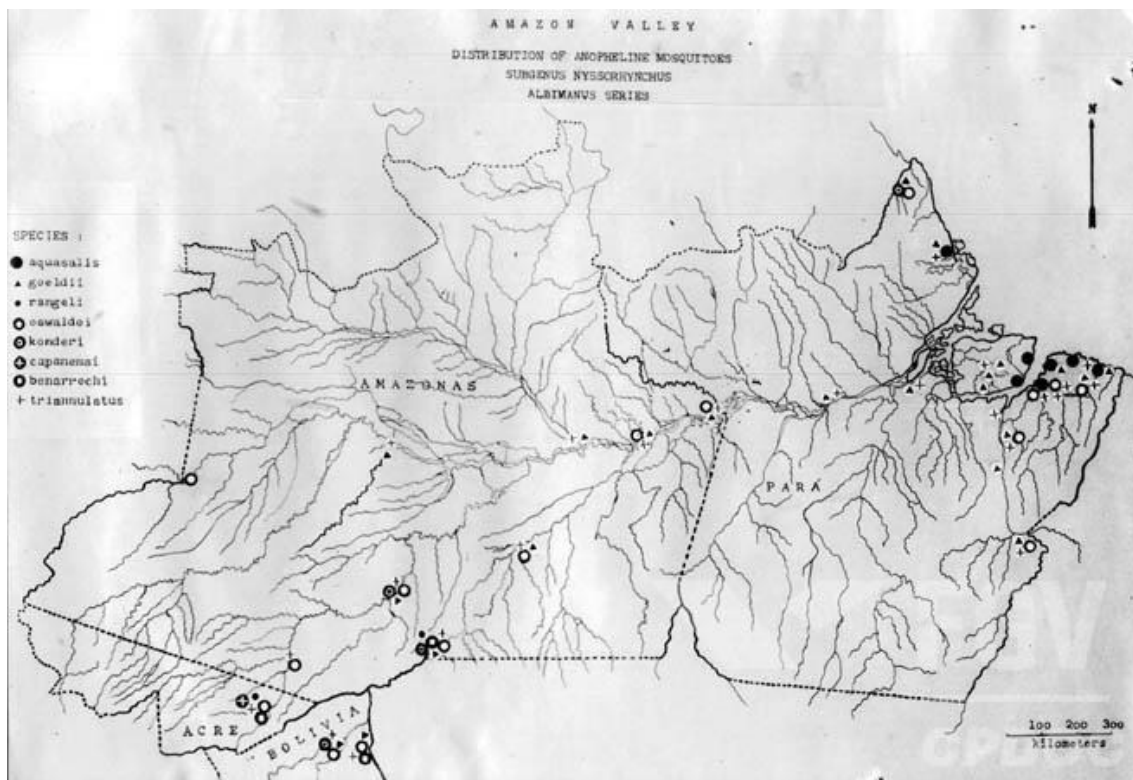
capturou-se mosquitos obtendo desovas que se enviavam juntamente com as fêmeas correspondentes ao laboratório em Belém, onde essas posturas eram criadas individualmente o que permitiu correlacionar ovos, larvas, pupas e adultos machos e fêmeas de cada exemplar, facultando sua correta identificação. Com isso se aprendeu a distribuição geográfica de cada espécie de anofelino e comparativos feitas dentro e fora de casas e diferentes horas e em diferentes iscas, bem como a dissecação sistemática de fêmeas.⁸⁸

Dessa forma, concluiu-se que os espécimes que mais atingiam a região eram o *Anopheles darlingi* (no interior) e o *Anopheles Aquasalis* (no litoral). O principal ponto destas pesquisas foi a demonstração de que a prevalência de malária na Amazônia não era uniforme, pois se concentrava em determinadas áreas, excluindo muitas outras. Assim, pôde-se economizar na aspersão do D.D.T e estabelecer melhor coordenação dos focos da doença. O mapa da página seguinte mostra a distribuição de Anofelinos pelo Vale do Amazonas no período de atuação do SESP na região:

⁸⁶ Deane, Leônidas. *A História da evolução do conhecimento sobre a malária* – Depoimento à FioCruz em 1986 - Fundo Leônidas Deane/ LD/PI/TP/19861111, pp.5-6

⁸⁷ “Experiências com o DDT em Breves”. *Relatório do SESP ao MES – Julho/Agosto/Setembro de 1945*. COC/AHFSSP II/ Caixa 9 (em tratamento)

⁸⁸ Deane, Leônidas. *A História da evolução do conhecimento sobre a malária* – Depoimento à FioCruz em 1986 - Fundo Leônidas Deane/ LD/PI/TP/19861111, p.3.



Atividades ligadas à pesquisa científica na área de Saúde na região amazônica (1934-45). Manaus.
(CPDOC/AGC/ Foto 779)⁸⁹

Outra importante ação do SESP foi a criação, em 1944, do Serviço de Educação Sanitária. Segundo o diretor do Serviço em 1960, ano que o SESP se tornava fundação,

O trabalho desenvolvido pelo SESP no setor de educação sanitária foi, desde o princípio, diferente dos de outros órgãos congêneres das esferas federal ou estadual, onde a única preocupação era concentrar os esforços em trabalho de pura propaganda sanitária, sem qualquer planejamento, de maneira dispersa e sem integração com outras atividades paralelas.⁹⁰

Percebe-se acima uma valorização excessiva do Serviço de Educação Sanitária (SES), pois as atuações do órgão criado pelo SESP e do órgão criado pelo DNS

⁸⁹ Devido a má qualidade da imagem, segue tradução e identificação das espécies de *Anopheles*:

Vale do Amazonas

Distribuição de mosquitos anofelinos :

(de cima para baixo) 1) *Aquasalis*; 2) *Goeldii*; 3) *Rangeli*; 4) *Oswaldoi*; 5) *Konderi*; 6) *Capanemai*; 7) *Benarrechii*; 8) *Triannulatus*

⁹⁰ “Termo de encerramento geral e sumário final do Serviço de Saúde Pública” p. 137. COC/ AHFSSP, Série Administração Sanitária, pasta 55, caixa 6.

(Serviço Nacional de Educação Sanitária) mostram mais semelhanças organizacionais e estruturais do que diferenças, como iremos apontar a seguir.⁹¹

O Serviço Nacional de Educação Sanitária (SNES) criado em 1942 tinha como principal objetivo “vulgarizar preceitos de higiene e saúde pública”, com o intuito de “infundir, informar e desenvolver a consciência sanitária do povo”.⁹² Ações do SNES foram elaboradas com base em um programa de trabalho abrangente, a partir de diferentes tipos de atividades. Com o apoio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), o serviço se dedicou à publicação de folhetos, livros e catálogos, palestras radiofônicas, conferências em colégios, como também à produção e distribuição de discos e filmes.

Recomendações sobre educação sanitária foram veiculadas em jornais e revistas de todo o país. Colaram-se cartazes em restaurantes e bares. As publicações foram distribuídas entre profissionais de saúde pública e de entidades públicas, como serviços de higiene, prefeituras, sindicatos, escolas, bibliotecas e associações científicas. Os conteúdos veiculados em diversos meios de comunicação abordavam temas relacionados a doenças específicas e combate a questões importantes, como o tabagismo. A estrutura e organização das atividades do SNES demonstram uma das vertentes da atuação do governo na saúde pública.⁹³ A política educativa de forte cunho ideológico se alinhava aos princípios do governo Vargas para a área. A educação sanitária buscou alterar aspectos fundamentais como a aquisição de novos hábitos de higiene e melhoria das condições de saúde da população.

O Serviço de Educação Sanitária (SES) do SESP realizou treinamento de seus quadros, enviando-os aos Estados Unidos. A mudança de hábitos higiênicos das populações amazônicas também estava na agenda do SES e, em 1945, o SESP comemorava o fato de as populações começarem a mudar seus hábitos e passarem, como exemplo, a ferver água. O SES criou uma comissão de líderes comunitários no intuito de incentivar os hábitos de saúde pública. A criação de filmes educativos e

⁹¹ Criado pela lei nº 3.171 de 2/04/1941.

Disponível para consulta em Visa Legis (Legislação em Vigilância Sanitária) <http://e-legis.bvs.br/leisref/public/showAct.php?id=19560&word=> último acesso: 10/01/2007, 12:20

⁹² Fonseca, op.cit., p.251.

⁹³ Fonseca, op.cit., pp. 252-253.

programas de rádio também foram importantes meios para alcançar as populações do interior. Cada filme e programa de rádio tinha um objetivo:⁹⁴

Filme (título)	Objetivo
Tuberculose	Prevenção da Tuberculose
Sentinas higiênicas	Conscientização da população para mudanças de hábitos higiênicos
Futura mamãezinha	Cuidados Pré-natal
Fortalezas da saúde	Divulgação dos trabalhos de saúde pública que estavam sendo realizados na Amazônia

Os filmes educativos do SESP foram transmitidos em postos de saúde do distrito federal, em localidades do Programa do Rio Doce, da Amazônia e nos Estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina.⁹⁵ A maior parte dos investimentos foi direcionada para a criação dos programas de rádio, provavelmente, por ser um meio de comunicação mais acessível:

Programa (título)	Objetivo
História do tio João	Prevenção da tuberculose
O drama de uma família	Cuidados com a malária
Uma história no rancho fundo	Cuidados com a opilação
O segredo do João jardineiro	Sobre a importância da vacina contra a varíola
O Sítio da Alegria	Cuidados com o tétano
Doutor Roberto janta conosco	Sobre mortalidade infantil

⁹⁴ “Serviço de Educação Sanitária”. Relatório do Serviço Especial de Saúde Pública ao MÊS, Jul-Set.1945. COC/AHFSSPII, caixa 9, p.244 (em tratamento)

⁹⁵ Com a renovação do contrato do SESP em 1943, o serviço passou a atuar no Vale do Rio Doce, em Minas Gerais, dando origem ao “Programa do Rio Doce”.

O caminho do Seu Lisboa	Cuidados com a água
História da madrinha Celeste	Cuidados com a difteria
A volta do expedicionário	Conhecer os guardas sanitários
A grande amiga	Conscientização sobre o papel das enfermeiras de saúde pública
Doutor, salve o meu netinho!	Cuidados com a lepra

A divulgação dos programas era feita através de anúncios em jornais locais. Além dos programas de rádio e cinema, eram realizadas palestras para grupos organizados - gestantes, mães, adolescentes - nas unidades sanitárias do SESP, por médicos, enfermeiras, visitadoras sanitárias e auxiliares de saneamento. Nas escolas foram criados os Clubes de Saúde, com o objetivo de conscientizar os alunos para a educação sanitária.⁹⁶

A análise do programa de educação sanitária promovido pelo SESP aponta mais semelhança que diferenças do programa do DNS. Ambos estavam relacionados às discussões nos fóruns especializados internacionais que procuravam ver meios de expandir e popularizar a saúde pública nas populações de regiões mais distantes. Empreendendo um estudo sobre as ações do SESP, mesmo em um curto período, mostra-se evidente que suas atividades superaram as previstas no contrato, tornando-o, inclusive, um órgão que sobreviveu depois da guerra e, como aponta Campos, teve participação decisiva na formatação dos serviços de saúde pública nos anos seguintes.⁹⁷ Em 1945, o SESP fez a primeira avaliação do trabalho de controle à malária. Entre as principais dificuldades apontadas pelos profissionais estavam a complexidade do meio ambiente e a baixa densidade populacional da região que, combinadas, acarretavam um custo maior que o resultado obtido.⁹⁸ Insuficiências de estudos, além de problemas de planejamento e coordenação foram as principais razões apontadas para o pouco sucesso do programa.⁹⁹

⁹⁶ “Serviço de Educação Sanitária”. Relatório do Serviço Especial de Saúde Pública ao MÊS, Jul-Set.1945. Fundo Fundação Serviços de Saúde Pública II, caixa 9, p.246.

⁹⁷ Ver Campos, 2006, pp.193-272.

⁹⁸ Campos, 2006, p.128.

⁹⁹ Idem.

Djalma Batista critica duramente o programa do SESP, tendo como base as pesquisas empreendidas por Oswaldo Cruz, Afrânio Peixoto e Evandro Chagas.¹⁰⁰ O médico condenou o abandono do plano formulado pelo DNS em detrimento do acordo com o governo norte-americano.¹⁰¹ Na opinião de Batista, não é possível sanear, nos moldes clássicos, a Amazônia e assim, enumera os erros cometidos em passar para organizações estrangeiras as ações de saneamento no Brasil:

A comissão nomeada pelo Presidente Getúlio Vargas, em 1941, para estudar projeto, definiu a questão: saneamento, na Amazônia, é uma melhoria das condições sanitárias, de modo a permitir a fixação dos novos contingentes migratórios. (...) Certamente não pensaram assim os criadores do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), ao qual foi acometida a empresa, em consequência dos ‘Acordos de Washington’. (O Departamento Nacional de Saúde, que ensaiara os primeiros passos para o ‘Saneamento da Amazônia’, foi mais uma vez posto à margem: sucedeu o mesmo nas grandes campanhas sanitárias da Baixada Fluminense, da erradicação do *Gambiae* no Nordeste e do saneamento do Vale do Rio Doce. O fato não pode passar despercebido: atesta quanto andam malparados os destinos da higiene pública no Brasil).¹⁰²

Para Batista, a descontinuidade nos projetos de saneamento é fatal para o andamento das ações, e cita como exemplo as investigações de Ayroza Galvão, que tiveram de ser interrompidas exatamente no período em que havia o maior desenvolvimento do *Anopheles darlingi* (entre julho e setembro), porque a instituição que Galvão fazia parte (IPEN) passara à direção do Estado do Pará, e só houve recursos, obtidos por meio de empréstimos, até junho de 1942.¹⁰³

O médico reconheceu os méritos do SESP, mas criticou a falta de unidade da direção do serviço, que teriam trazido soluções norte-americanas para problemas regionais:

Sei que o SESP contratou médicos e engenheiros vem treinando enfermeiros e guardas; tem feito, em 30 localidades do vale, inspeções preliminares, luta antilarvária, drenagem dos pântanos, medicação preventiva e curativa (...) construiu centros de saúde em algumas cidades e dois hospitais, em Santarém e Breves; promoveu a educação sanitária

¹⁰⁰ Batista, Djalma. *O Paludismo na Amazônia*. Rio de Janeiro, 1946, p.190.

¹⁰¹ Batista, op.cit., p.191.

¹⁰² Batista, op.cit., pp.191-192.

¹⁰³ Batista, op.citi., p.193.

(...) Julgo, porém, que a tudo tem faltado unidade de pontos de vista na direção (já foram vários os dirigentes dos setores paraense e amazonense). Houve também choques inevitáveis, entre técnicos brasileiros e americanos. A direção-geral, até meados de 1944, entregue a sanitistas americanos (...) não foi feliz: procurou trazer, para problemas especificamente regionais, as soluções obtidas nos Estados Unidos. Ainda hoje é um sério problema esse da cooperação (...) Esses fatos, no seu conjunto, têm entravado grandemente o desenvolvimento das atividades saneadoras na Amazônia (...).¹⁰⁴

Além das ressalvas contundentes de Djalma Batista ao Serviço Especial de Saúde Pública, foram formuladas críticas ao programa da Amazônia, que focalizaram principalmente o fracasso das ações de imigração e das expectativas de produção de borracha.

3.6 – “Um dos mais felizes capítulos da história do Amazonas” ou a Batalha da Borracha



Transporte de trabalhadores para a Amazônia (1934-45)
(CPDOC/ AGC, foto nº7, filme 653)

¹⁰⁴ Batista, op.cit., p.192.

Cerca de 2 mil pessoas – crianças, mulheres, velhos, homens inválidos, longa fila de caminhões. Surgem de improviso, na clareira da mata. (...) Não são tropas de invasão, não são prisioneiros de guerra. São os prisioneiros da fome – nordestinos – libertados do círculo de chamas dos sertões queimados (...) As fisionomias são profundamente abatidas, todas. Roupas sórdidas. Descalços (...) Os velhos chegam taciturnos e sombrios, lembrados da terra sertaneja, que não verão jamais. Os jovens espalham-se pela praça, mulheres gritam e gesticulam à procura de bagagens, com os filhos agarrados ao colo.¹⁰⁵

Carlos Mendonça, repórter da imprensa pública de Manaus, escreveu uma reportagem a respeito do repovoamento do Amazonas que seria feito, segundo ele, basicamente, pelo fluxo de imigrantes nordestinos. Ao contrário do que o trecho transcrito acima aparenta, o repórter fez uma defesa da nova política de imigração através de um recurso comum aos escritores e articulistas ligados ao Estado Novo: a comparação com a Primeira República, para demonstrar como os políticos teriam melhorado nos cuidados à população:

Os dois processos de povoamento do Amazonas demarcam dois períodos fortemente distintos. O primeiro assinala a fase do escravagismo branco, o ganho fácil dos “patrões” e “aviadores”. Assegurava o fortalecimento das fortunas capitalistas (...) destinadas às expansões alegres nos cabarés de Paris, ou na compra de suntuosas “quintas” nas terras de Luzitânia (...) o de agora [1942] verifica-se que melhoraram as condições de transporte, hospedagem, alimentação e locação de trabalho (...) Há 40 ou 50 anos atrás (...) não se levava em conta que esses trabalhadores “moribundos” viriam desempenhar mais tarde uma vultuosa missão civilizadora. Agora, mercê do espírito social dos homens do governo, elas [as populações] vêm assistidas de cuidados administrativos que se articulam nas esferas de poderes – federal e estadual – objetivando o seu bem estar, a sua aclimatação e o posterior encaminhamento a regiões saneadas, continuamente seguidas de perto pelos agentes oficiais que lhe distribuem assistência e conforto (...).¹⁰⁶

Segundo o repórter, a principal diferença dos dois períodos residia no preparo técnico dos órgãos ligado ao governo. Desta forma, os futuros soldados já estariam se

¹⁰⁵ Mendonça, Carlos. *Gente do Nordeste no Amazonas (Reportagem em torno do repovoamento do Amazonas em 1942)*. 1943, Manaus, Imprensa Pública do Amazonas, pp. 5-6.

¹⁰⁶ Mendonça, Carlos. *Gente do Nordeste no Amazonas (Reportagem em torno do repovoamento do Amazonas em 1942)*. 1943, Manaus, Imprensa Pública do Amazonas, pp.15-16

dirigindo a rumos pré-estabelecidos, resultando em uma imigração dirigida. Outras diferenças apontadas são os censos e estatísticas previamente levantados dos boletins climáticos de cada zona a povoar, das possibilidades econômicas de cada seringal, dos transportes e das comunicações. Mas como ocorreram tais transformações? A resposta para Carlos Mendonça estava na presença do poder público na região que depois de relegada ao abandono, teria encontrado em Vargas um novo descobridor:

(...) Fizeram-se leis de proteção e amparo ao trabalho (...) os trabalhadores do Amazonas usufruem as vantagens dessas leis. (...) Assistência ao homem que produz, ao homem enfermo, à mulher, à gestante, à criança. Assistência por igual para todos. O poder público se reveste das roupagens da divindade. A sua autoridade não é somente a do mando; é também da orientação, de sociabilidade, de conselho, de consulta, de partilha (...) **Desta maneira, o deslocamento das massas nordestinas se inscreve como um dos mais felizes capítulos da história do Amazonas** (grifo meu).¹⁰⁷

Desde o “Discurso do Rio Amazonas”, em 1940, jornais e anúncios convocavam nordestinos para trabalhar na Amazônia. Em 1942, Álvaro Maia apontava a “rarefa de imigração nordestina” para a região, mas mesmo assim

Levou-se a efeito o desbravamento do solo em dez lotes, somando 17 hectares à área beneficiada. Desses lotes, apenas dois foram efetivamente ocupados, pois das nove famílias nordestinas que neles chegaram a instalar-se, sete procuraram outros rumos, carregando utensílios para o trabalho.¹⁰⁸

Em abril do mesmo ano, o interventor federal do Ceará, Menezes Pimentel, enviou a Álvaro Maia um telegrama sobre a seca que assolava o Estado, apontando para o fato de todas as plantações e pastagens estarem perdidas devido à ausência de chuvas.¹⁰⁹ Pimentel queria saber se o interventor do Amazonas precisava de trabalhadores e se poderia providenciar passagens. Álvaro Maia nomeou uma comissão para receber e levar as famílias nordestinas aos seringais, a fim de que pudessem participar do “renascimento econômico” da Amazônia.¹¹⁰ Desta forma, percebemos que a aprovação dos “Acordos de Washington” estava em consonância com o interesse das autoridades locais, pois o trabalho pôde ser intensificado.

¹⁰⁷ Mendonça, op.cit., pp. 19-20.

¹⁰⁸ Maia, Álvaro. *Exposição da Interventoria Federal – 05/1941 a 05/1942*, p.67.

¹⁰⁹ Maia, Álvaro. *Exposição da Interventoria Federal – 05/1941 a 05/1942*, p.65.

¹¹⁰ Idem.

Na ocasião, o governo federal e os governos estaduais divulgaram o projeto denominado “Batalha da Borracha”, que – através de decreto-lei nacional - transformou todos os seringueiros que trabalhariam na região em ‘soldados da borracha’. Segundo Campos, a política de transferir grupos familiares para o Amazonas relacionava-se mais à preocupação em providenciar socorro aos retirantes da seca do que prover mão de obra para a “Batalha”.¹¹¹ Em agosto de 1942, após uma reunião no Departamento Nacional de Imigração, ficou tratado a organização do Programa de Migração do SESP, quando a agência internacional e o departamento assinaram um acordo que dividia a responsabilidade no recrutamento e no posterior encaminhamento dos trabalhadores: o DNI recrutaria os imigrantes, enquanto o SESP selecionaria aqueles fisicamente capazes e proveria assistência médica nos postos do DNI.¹¹² Em novembro de 1942, outro acordo foi assinado, desta vez com a Rubber Development Corporation (RDC), que financiou a criação de dois órgãos: o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA), responsável por levar homens, mulheres e crianças para o povoamento da Amazônia e a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA), que receberia os recrutados em Belém e os distribuiria pelas áreas produtoras de borracha do vale.¹¹³ Diferentemente do acordo anterior assinado com o DNI, o SESP não ficaria mais responsável pelas condições de saúde dos recrutados, que desta vez, estaria a cargo de um grupo de médicos do SEMTA.¹¹⁴ Desta forma, o SESP só ficaria responsável pela saúde dos trabalhadores enquanto eles estivessem em trânsito. Segundo Campos, as fronteiras de responsabilidades ficaram mal definidas, pois há documentos em que a avaliação médica de imigrantes aparece compartilhada por uma junta de médicos do SESP e do SEMTA.¹¹⁵

A maior parte dessa leva de imigrantes era nordestina. Na verdade, o fluxo migratório já começara antes mesmo da criação do SEMTA e do SAVA. A emigração para o Norte já havia se iniciado em anos anteriores, sob a coordenação do Conselho de Imigração e Colonização do Brasil em cooperação com a Delegacia Regional do Trabalho.¹¹⁶ Um esquema de transportes foi montado para receber e transladar os

¹¹¹ Campos, 2006, p.140.

¹¹² Idem.

¹¹³ Campos, 2006, p.141.

¹¹⁴ Ibidem.

¹¹⁵ Ibidem.

¹¹⁶ Neves, Frederico de Castro. “Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas”. *Revista Brasileira de História*, vol.21, nº40, São Paulo, 2001, p.119.

retirantes para Belém e Manaus. O Lloyd Brasileiro, empresa de navegação do Amazonas colocou um de seus navios à disposição para fazer a linha de Fortaleza a Belém . Os embarques, porém, foram suspensos após os torpedeamentos dos navios mercantes na Bahia.¹¹⁷

A mobilização dos trabalhadores foi feita principalmente através de propagandas. Em Fortaleza, ocorreram passeatas de ‘soldados da borracha’, além da distribuição de diversos folhetos, cartazes e anúncios em rádios e jornais. A burocracia excessiva e a quantidade de órgãos criados contribuem para a compreensão do posterior fracasso do programa. Pelo acordo, os trabalhadores receberiam uma diária com direito à assistência médica. O contrato de trabalho previa a seguinte divisão nos lucros: 60% destinava-se aos seringueiros, 7% aos donos da terra e 33% aos seringalistas. As principais promessas se referiam à garantia de emprego para as populações atacadas pela seca.



Transporte de trabalhadores para a Amazônia (1934-45)
(CPDOC/ AGC, foto nº7, filme 653)

Foram feitas críticas sobre a falta de unidade de comando, e, em resposta, foi criada a Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (CAETA) em setembro de 1943, com o objetivo de unificar todas as etapas do processo. Mas diversos problemas aconteciam. Trabalhadores solicitaram a presença

¹¹⁷ Idem.

do SESP na viagem realizada ao longo dos rios Sena-Madureira, pelo rio Purus. Segundo o relatório

É impraticável qualquer assistência médica a bordo dos navios que fazem essa linha. Viajam superlotados de cargas e passageiros. O desconforto e a falta de higiene imperam em todas as dependências das embarcações. Os nordestinos, tais como verdadeiros animais, são alojados em condições horripilantes. As crianças viajam em completa promiscuidade. A alimentação de bordo compõe-se de alimentos deteriorados e também de gênero de péssima qualidade. A carne na maioria das vezes provém de animais que sucumbem de cansaço e fome, sangrados à pressa a fim de serem aproveitados para a alimentação. Houve um caso de morte de uma criança causado pelo estado de desidratação que chegou devido à intoxicação alimentar.¹¹⁸

Dean e Campos informam que uma das razões para o fracasso do Programa da Amazônia foi o número de instituições criadas para realizar tarefas distintas. Outro índice preocupante dizia respeito ao número de trabalhadores que voltavam doentes dos seringais, os chamados “retornados”.¹¹⁹

Assustada com o direcionamento total da produção para a borracha, a Associação Comercial do Amazonas lançou a “Campanha da Produção”:

Trabalhadores do Amazonas!

Antes de produzir para vender, é preciso produzir para comer!

A guerra ameaça dificultar as importações de gêneros alimentícios. Devemos estar preparados para esta eventualidade perigos, e esse preparo consiste em produzir para o próprio consumo e produzir para as necessidades coletivas da cidade e do interior!¹²⁰

As condições de vida dos seringueiros na Amazônia já repercutiam no sudeste. João Alberto, coordenador de mobilização econômica, garantia que o governo estava tirando dos seringueiros a condição de escravizados dos proprietários de terra, os seringalistas.¹²¹ Em março de 1943, Reynaldo A. Reis redigiu um relatório tratando da

¹¹⁸ Relatório do Serviço Especial de Saúde Pública ao MES – Jul/Set. 1945, p.17. Fundo Fundação Serviços de Saúde Pública, caixa 9.

¹¹⁹ Termo usado nos relatórios do SESP ao Ministério da Educação e Saúde Pública

¹²⁰ Boletim da Associação Comercial do Amazonas, nº7, fevereiro de 1943, contracapa.

¹²¹ “O combate ao deserto e os trabalho nos seringais da Amazônia”. *Cultura Política*, v.3, nº25, março de 1943.

exploração, comercialização e contrabando da borracha, além de abordar a situação dos seringueiros.¹²² Segundo o relatório, em um período inferior a seis meses, mais de 10.000 homens já tinham se encaminhado aos seringais, porém com uma ressalva: do total, apenas 2.119 tinham sido entregues pelo SEMTA e pelo SAVA. A maioria tinha chegado através de iniciativas particulares, sem controle dos órgãos.¹²³ Reis assinala que excluindo os 715 trabalhadores que foram encaminhados pelo SEMTA, nenhum dos restantes teve firmado contrato de locação de serviços:

Interrogados pessoalmente, vários desses homens, na presença de funcionários do Ministério do Trabalho informaram não saber para onde iam, nem quanto deveriam ganhar. Negaram que suas famílias estivessem sendo auxiliadas na terra natal. Nenhuma noção possuíam do decreto que fixa a porcentagem sobre o preço da borracha. A assistência do M.T. limitava-se a comida e dormida. Isso explica o grande trabalho das polícias locais.¹²⁴

Segundo o relatório, era praticamente impossível saber a quantidade de reservistas mobilizados para a borracha. A falta de contrato de trabalho resultava na incidência de “brabos”, seringueiros que, sem fiscalização, recebiam adiantamento de salário de diversos seringalistas ao mesmo tempo, sem se fixar em nenhum seringal. Para Reis, a falta destes contratos fazia com que tudo retornasse ao anterior e primitivo estado de coisas:

- a) Outros seringueiros, interrogados entre um lote de “brabos” em Porto Velho, revelou [sic] o seguinte:
- b) que não tinham sido contratados senão pelo agenciador, em Belém e Manaus;
- c) que nada lhes foi dito sobre a propriedade de 1 hectare de terra, nem instrumentos agrários lhes haviam sido fornecidos;

Por outro lado, seringalistas interrogados em Porto Velho e Abunã, disseram taxativamente o seguinte:

- 1) que iam pagar a borracha de acordo com eles mesmos

¹²² Não foram encontradas referências biográficas sobre Reynaldo A. Reis, nem a quem se destinava o relatório.

¹²³ Arquivo Getúlio Vargas, doravante AGV, GV 1943.04.24 c, p.5. Este arquivo encontra-se sob guarda do CPDOC.

¹²⁴ CPDOC/AGV, GV 1943.04.24 c, p.6

2) que o armazém do seringal tinha que dar lucro suficiente para cobrir as despesas de exploração do seringal.

3) Que os juros de 7% do empréstimo feito pelo Banco da Borracha tinha de ser computado como “despesa de exploração”.¹²⁵

A desorganização do programa era evidente desde o início. O relatório critica também a distribuição de seringueiros que eram contados “como bois e como bois conduzidos”.¹²⁶

Mas para Reis, o único órgão que prestava bons serviços era o SESP, pois contava com profissionais entusiastas: médicos e auxiliares que percorriam os igarapés e rios, distribuindo preventivos e medicando enfermos. Mas mesmo assim sofria boicote das autoridades locais:

Ressente-se o SESP de hospitais e dispensários, cuja construção, entretanto, já está sendo, de fato, bem encaminhada. Prefeitos e Governos Estaduais deveriam ser instruídos para que não sabotassem, com burocracias perniciosas, esse magnífico serviço. Se o SESP precisa de um terreno, é dá-lo em seguida, sem hesitações. Um médico norte-americano e um engenheiro, também americano, disseram pessoalmente que suas maiores dificuldades eram quatro palavras: “Amanhã” e “Não pode ser”.¹²⁷

O relatório indica tensões entre brasileiros e americanos. Para Reynaldo Reis, a principal culpada pela situação era a RDC que fazia muitas promessas aos dirigentes locais e o não cumprimento estaria levando a “quinta coluna” a inflamar a população contra os americanos.¹²⁸ Para provar seu argumento, Reis transcreveu três depoimentos de moradores a respeito dos americanos:

Autoridades e povo de qualquer cidade estão imaginando que a RDC é assim como santa milagrosa. Isso porque alguns dos seus membros (...) prometeram construir hospitais, estradas e hospedarias. Isso ainda não se verificou e a quinta-coluna (que

¹²⁵ CPDOC/AGV, GV 1943.04.24 c, p. 7

¹²⁶ Idem.

¹²⁷ CPDOC/AGV, GV 1943.04.24 c, p.8

¹²⁸ Durante a Segunda Guerra Mundial, o termo “quinta-coluna” foi utilizado para referir-se àqueles que agiam sub-repticiamente num país em guerra, ou em vias de entrar na guerra, preparando ajuda em caso de invasão ou fazendo espionagem e propaganda em favor do Eixo. Na Europa esses indivíduos também eram chamados de colaboracionistas. Fonte: Glossário do CPDOC, In: http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/glossario/ev_gl_quintacoluna.htm, último acesso: 22/01/2007, 13:15

constitui na região força bastante eficiente) explora imediatamente o assunto, apresentando os norte-americanos como exploradores e aproveitadores:

“Os americanos são como doutor em casa de pobre: só pela honra da visita come todas as galinhas” (palavras do major Aluísio Ferreira)

“Tomaram as nossas casas e nelas se instalaram e não pensam em sair” (palavras do engenheiro Araújo Lima, da E.F. Madeira Mamoré)

“Pensam que são donos disto e vamos ter trabalho para tirá-los depois daqui” (palavras do engenheiro Camará, da E.F. Madeira Mamoré).¹²⁹

Cerca de seis meses depois do acordo entre Brasil e Estados Unidos a situação já se encontrava tensa. A situação de guerra desestabilizara a sociedade amazônica, alterando a dinâmica das relações e provocando grave crise financeira devido ao pouco controle promovido pelo governo e, em especial, a pouca atenção dada pelos americanos (à exceção do SESP) à realidade local.¹³⁰ O alto capital que circulava entre os seringalistas e o descontrole financeiro promovido pelos “brabos” provocou um aumento considerável de papel-moeda na região, encarecendo o preço de itens básicos como arroz e feijão.¹³¹ Os trabalhos conjuntos começaram mal.

Compreendendo o SESP como um serviço ligado aos demais, basta ampliarmos o foco para perceber que o órgão também teve problemas neste período. Como aponta Campos, o SESP ao no curso dos anos 1942-45 forneceu cerca de 17,7 milhões de cápsulas de atebрина, porém, a distribuição da droga enfrentou muitos problemas:

Podemos imaginar as dificuldades dos profissionais do SESP no transporte do medicamento até a população, devido aos obstáculos interpostos pela natureza e aos abusos dos aproveitadores de ocasião. Muitos integrantes da rede distribuidora, aproveitando-se das lacunas no controle da mercadoria, vendiam a droga, que era pra ser gratuita. Ao passo que o SESP inclui entre os seringalistas na sua rede de

¹²⁹ CPDOC/AGV/GV 1943.04.24 c, p. 9

¹³⁰ Importante ressaltar que o SESP empregou no quadro de funcionários muitos sanitaristas egressos do SEGE, como Leônidas Deane e Wladimir Lobato Paraense, que já tinham bastante experiência na região. Esse fator, de certa forma, ajudou na adaptação do serviço à localidade.

¹³¹ CPDOC/AGV, GV 1943.04.24 c, p. 11

distribuição, torna-se quase impossível saber se o medicamento é fornecido gratuitamente ou vendido nos barracões.¹³²

Enquanto isso, Vargas, em discurso, proclamava julho de 1943 o “mês da borracha”:

(...) uma tarefa urgente nos aguarda: temos de ganhar a batalha de produção (...) as armas aliadas precisam de mais borracha, dessa borracha que existe, não só no extenso vale amazônico, mas em Mato Grosso, nesse rumo ao oeste e em vários outros pontos do território nacional.¹³³

Para estimular a produção e como parte das comemorações do “mês da borracha”, a Associação Comercial do Amazonas lançou um concurso que daria a vinte e oito seringueiros um prêmio de 4.000 Cr\$ para quem trouxesse a maior e melhor quantidade de borracha. O DIP produziu um filme intitulado “A Batalha da Borracha”, que serviria também de incentivo para que outras pessoas fossem à Amazônia.

Em 1944, começaram a surgir críticas da Associação Comercial do Amazonas (ACA), que apoiou o programa desde o início. Cosme Ferreira Filho, sócio benemérito da organização, fez críticas fortes à RDC:

Desde que se iniciou na Amazônia a execução do programa de borracha surgiram dúvidas sobre o seu êxito (...) sua planificação [foi] feita à revelia dos elementos do comércio, da indústria, da produção e da administração pública regionais, íntimos conhecedores das condições que regem a produção de nossa borracha (...) as usinas de beneficiamento de borracha foram submetidas a um regime de intervenção de seus processos de trabalho ; proibiu-se a fabricação de essência de pau-rosa; extinguiu-se a produção de castanha, negando-se-lhe transporte; impunha-se, de modo geral a limitação das restantes indústrias extrativas da Amazônia, para que todos os braços se voltassem para a colheita do látex e, por, fim, estabeleceu-se a consignação obrigatória de borracha ao banco [de crédito da borracha].¹³⁴

A ACA calculou que o custo de vida entre 1939 e 1943 crescera 103% e que, considerando somente o período entre 03/1942 a 10/1943 o custo crescera 42,6 %. As

¹³² Campos, 2006, p. 120.

¹³³ Vargas, Getúlio. “Mês Nacional da Borracha – 01/06/1943”, *A Nova Política do Brasil – X, 1943*, p.80.

¹³⁴ Boletim da ACA, ano II, nº31, fev.1944, p.5.

críticas da ACA se ressentem principalmente da maneira que a RDC se impôs, pois no ano anterior, assim como no início do programa, o órgão recebeu de forma bastante positiva a ação norte-americana na Amazônia. A proximidade com o fim da guerra levou o governo a extinguir o CAETA em dezembro de 1944, mantendo alguns postos funcionando até 1948, quando ocorreu o fim definitivo. Campos avalia que uma das primeiras conseqüências do fim do programa foi o desrespeito às famílias envolvidas.¹³⁵

Os números divergem em relação ao total de mortos, mas ao menos uma estimativa do número total de ‘soldados’ demonstra as trágicas conseqüências do programa de migração para a Amazônia : 39.995 (estimativa) pessoas foram enviadas à região e grande parte permaneceu lá. Samuel Benchimol, que esteve em contato durante dois anos com os imigrantes, afirmou que “a história das imigrações humanas jamais registrou um drama de igual proporção, somente comparável com os judeus no êxodo”.¹³⁶ Complementando sua avaliação, prosseguiu:

As seringueiras vão ser sangradas, e de seu choro e de seu látex surgirão os pneus das fábricas para os aviões de guerra combaterem muitas batalhas. Os aliados ganharam a guerra, mas o seringueiro ficou sozinho, na solidão da mata e nos ermos da floresta, sem poder comemorar a vitória, porque a sua – a Batalha da Borracha – não teve para ele, nem começo nem fim.¹³⁷

Um editorial de Costa Rêgo (editor do “Correio da Manhã”) no Boletim da Associação Comercial do Amazonas traçou um triste histórico para a região:

E lá se foi a missão chefiada pelo Sr. Sousa Costa rumo a Washington (...) Incluía um técnico em algodão, outro em finanças, além do próprio Sr. Sousa Costa (...) Apenas não incluía ninguém que entendesse do assunto gomífero, ninguém portanto capaz de defender os interesses da Amazônia e com eles a própria sobrevivência de dois milhões de brasileiros (...) Organizaram serviços oficiais de alto custo, com pessoal numeroso e incompetente, sem direção adequada e cujo fracasso se traduziu pela inutilidade que lhes caracterizou a ação durante dois anos consecutivos. Aí está a comprová-lo o inglorioso destino da defunta S.E.M.T.A e da moribunda S.A.V.A. (...) destruíram a ordem econômica da Amazônia e seu aparelho de produção, por efeito de intervenção

¹³⁵ Campos, 2006, p.159

¹³⁶ Benchimol, Samuel. *Amazônia – um pouco antes e além depois*. Editora Umberto Calderaro, Manaus, 1977, p.257.

¹³⁷ Benchimol, op.cit., p.309.

direta numa e noutra, desprezando tudo o que existia (...) tudo foi em vão (...) Provam-no de sobra os dois anos decorridos entre o primeiro e segundo convênio de Washington, sem que haja sido alcançado num um só dos objetivos do primeiro. (...) E o pior é tudo isso, ainda assim, se reveste de importância secundária, ante a gravidade infinitamente maior da circunstância de não se ter aproveitado de uma oportunidade que jamais se repetirá, de transformar a mísera Amazônia numa fonte colossal e inesgotável de riqueza e prosperidade para a nação brasileira. Não se esquecerá a História, quando sobre o caso for chamada a pronunciar seu veredito.¹³⁸

Em termos econômicos, a “batalha da borracha” foi um grande fracasso. A expectativa era exportar 50.000 toneladas/ano para o exterior. Entre 1942 e 1944 o máximo de exportação atingiu 21.192 toneladas no último ano. Segundo Dean, os americanos não consideraram as diferenças locais, além de se integrarem ao comércio dos aviadores (donos dos seringais) da região, que submetiam os seringueiros a um regime de quase escravidão.¹³⁹ Tal situação ocorria devido à proibição para o trabalhador de vender sua borracha a outros negociantes, e o patrão muitas vezes empregava capangas para reforçar o acordo e desencorajar quem quisesse desertar.¹⁴⁰ Agnello Bittencourt, presidente do Instituto Histórico e Geográfico Amazonense criticou os ‘soldados’ escolhidos:

Não foi um pessoal selecionado, para o fim que o destinou o empreendimento. Boa parte não passou desta capital (Manaus). Vagabundos e inadaptáveis vieram misturados a homens honestos e dispostos a trabalhar, causando sérias inquietações à polícia e despesas para os cofres públicos.¹⁴¹

É importante a contextualização destas opiniões. A guerra acabara (7/9/1945) e o Estado Novo enfrentava forte oposição interna, levando o governo a marcar eleições gerais em dois de dezembro de 1945. No mesmo ano, durante as comemorações do quinto aniversário do “Discurso do Rio Amazonas”, Ruy Mário de Medeiros, ex-presidente do Banco de Crédito da Borracha, discursou para a Sociedade Paraense de Estudos Econômicos. O tom de seu discurso foi pessimista, afirmando que a exploração da Amazônia até o momento desprezara totalmente a economia regional. Relembrou também as decepções do último período de queda da borracha, no início de século. E,

¹³⁸ Boletim da ACA – ano III – nº33, - 04/1944, ano 3, nº33

¹³⁹ Dean, op.cit., p.147

¹⁴⁰ Idem.

¹⁴¹ Boletim da ACA – ano IV – nº48 – 07/1945, p.34

por fim, propôs a expansão de negócio das culturas amazonenses, plantando cana, milho e feijão. Como assinala Edgard Carone: “O mais trágico é, contudo, a persistência de um sistema de trabalho e de extração de látex, que vem desde o século XIX e não se renova até os dias atuais”.¹⁴²

Em relação às políticas de saúde e saneamento para os soldados da borracha, podemos perceber que, mesmo com o SESP formando uma rede de 34 unidades sanitárias no Vale do Amazonas, o excesso de burocracia e a multiplicidade de órgãos criados tornou o atendimento se não precário, insuficiente às demandas dos seringueiros. Entre as doenças e morbidades que atingiam os imigrantes, estavam, além da malária, infecções respiratórias, sarampo, caxumba, disenterias e catapora.¹⁴³ Devido à alta incidência de enfermidades nas habitações do SEMTA, muitos seringueiros, os chamados “retornados”, voltavam às suas cidades de origem ou ao posto do SESP em Fortaleza.

Eventualmente, epidemias atingiam os campos de migrantes: uma das mais devastadora foi a de meningite. Mas também ocorreram surtos epidêmicos de sarampo e tifoide. As doenças que eram transmitidas pelas vias respiratórias tinham mais facilidade de infeccionar os trabalhadores, pois os alojamentos onde residiam apresentavam, no geral, más condições de saúde. Com o final da guerra, as denúncias que já corriam nos altos escalões dos ministérios tomaram conta dos meios de comunicação, pois muitos trabalhadores haviam sumido. Como aponta Campos, levantar um número exatos de trabalhadores é difícil, pois os índices oficiais do SEMTA e CAETA não dão conta de todos os imigrantes. Lembremos de que muitos vieram fora da alçada de controle dos órgãos criados pelos “Acordos de Washington”.

A conclusão possível é que definitivamente a “Batalha da Borracha” não resultou nos dias mais felizes da história da Amazônia, mas sim, em mais um período de falta de planejamento. A culpa do fracasso não foi a escassez de verbas, mas sim o descontrole gerencial sobre os órgãos e falta de unidade e de comunicação entre eles. Por mais que o SESP tenha resistido ao fim da guerra, vindo a se tornar um dos responsáveis pela implementação de políticas de saúde pública no Brasil no período estudado, ele se integra ao fracasso do programa do Amazonas. A dubiedade das classes

¹⁴² Carone, Edgard. *O Estado Novo*, S.Paulo, Difel, 1976, p.35.

¹⁴³ Campos, op.cit., p.154.

conservadoras em relação ao programa também contribuiu para o ambiente de instabilidade e tensão provocado na região. Com o fim próximo do governo de Getúlio Vargas, os membros da elite amazônica e antigos apoiadores do programa resolveram voltar-se contra o mesmo, devido ao fracasso iminente.

Considerações Finais

O capítulo teve como finalidade a análise das políticas públicas de saúde que, incipientes nos anos 30, passaram a ter fundamental importância na consolidação da estratégia de intervenção e presença do Estado na região amazônica, a partir dos anos 40. Um dos caminhos para levar a efeito tal objetivo foi o estudo do “Plano de Saneamento da Amazônia”, que nunca saiu do papel. Porém, mais que apontar se o plano foi posto em prática ou não, sua análise expôs de que forma João de Barros Barreto, através do Departamento Nacional de Saúde pretendia atingir as populações rurais e mais afastadas. Os personagens envolvidos na elaboração deste plano demonstram e justificam sua importância. Sua “substituição” pelo Serviço Especial de Saúde Pública não se deu de forma simples, como podemos perceber no artigo de Barros Barreto ao “Correio da Manhã”.

Todo o processo de elaboração do Plano de Saneamento da Amazônia, desde o anúncio feito por Vargas em sua visita à região até as reuniões e relatórios da “Comissão de Saneamento da Amazônia”, foi suprimido pela situação de guerra em que o país estava envolvido, culminando com a adoção do SESP através dos “Acordos de Washington”. O “Plano de Saneamento da Amazônia” seria feita a partir dos convênios amazônicos, mas sob supervisão do DNS, enquanto o SESP era um órgão autônomo, sob supervisão apenas do Ministério da Educação e Saúde. As discussões e constrangimentos em relação ao Serviço Especial de Saúde Pública se restringiram à esfera do Departamento Nacional de Saúde, com João de Barros Barreto e Fred Soper, pois o governo federal e o ministério da saúde viam no programa uma oportunidade de fortalecer seu poder na região amazônica, através de uma prometida política de imigração de populações para lá, a fim de colaborar na proclamada “Batalha da Borracha”. Mas a Amazônia não teve significativo crescimento mesmo com toda a verba que recebeu. Muito dinheiro circulou, mas pouco ficou na região. Como herança dos “Acordos de Washington”, tivemos o Serviço Especial de Saúde Pública, que sobreviveu ao fim da guerra e ao fim do governo Vargas, tornando-se um importante órgão para a implementação de um modelo de saúde pública nos anos posteriores até seu fim, em 1990.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 1995, uma expedição realizada pela Fiocruz refez, nos meses de agosto e setembro, o mesmo percurso realizado por Carlos Chagas nos rios Negro e Branco, em 1913, parando nos mesmos locais visitados por ele. Procedeu-se uma comparação histórica entre as condições de vida, saúde trabalho na população ribeirinha de finais do século XX, com a realidade encontrada no princípio do século. Tomando como base o “Relatório sobre as condições médico-sanitárias do Vale do Amazonas” de Carlos Chagas, pôde-se dizer, que, de modo geral, das doenças encontradas no começo do século XX, a malária e as verminoses permaneciam entre os principais problemas de saúde da região, oitenta anos depois. Quando o caminho foi percorrido novamente, além de focos de malária, a investigação clínica detectou problemas respiratórios, hipertensão, doenças cardiovasculares e obesidade, tuberculose DST, além das hepatites, que surgem em virtude da falta de educação sanitária e saneamento básico.

Como visto anteriormente, essa “longínqua” parte do Brasil começou a ser descoberta por intelectuais no início do século passado que, orientados por um nacionalismo que tinha como um de seus alicerces livrar o país dos males representados pelas doenças, sinalizando o olhar para as mazelas das populações que haviam se fixado longe dos grandes centros político-econômicos do país. Além dos médicos, homens como Euclides da Cunha trouxeram para o litoral notícias de um país desconhecido, abandonado e doente.

No recorte temporal analisado (1930-1945), não ocorreram melhoras significativas nas condições de saúde e saneamento da Amazônia em grande escala, pois endemias da época, ou até anteriores ao governo Vargas, ainda atingem a população. Porém, o trabalho de profissionais da área médica, como os trabalhos realizados por Evandro Chagas e sua equipe do IPEN e do SEGE concomitante a posição estratégica dos estados do norte no início dos anos 30 resultou num olhar mais atento do governo federal em relação à região, mesmo que os discursos fossem maior que as práticas. As ações de saúde e saneamento não se deram de forma isoladas, mas fizeram parte e um ideário da época sobre a região. Esta percepção da Amazônia, vista como um imenso

vazio, resultou em ações que desconsideravam as práticas estabelecidas por habitantes locais, malvistas pelos profissionais que agiam na região, como os salesianos e médicos.

A Amazônia constitui um caso especial no período devido às descontinuidades destas ações. O DNS formulou, em conjunto com instituições que atuavam na região (IPEN e SEGE) um plano de considerável abrangência para a região. Mas fatores externos, como a conjuntura de guerra mundial, em conjunto com interrupções, como a morte de Evandro Chagas, resultaram no abandono deste plano. E, a partir de um acordo bi-lateral entre o governo americano e brasileiro, o Serviço Especial de Saúde Pública iniciou o trabalho que deveria ter sido entregue ao DNS.

Esta substituição não se deu de forma simples e automática. O SESP representou para um dos principais dirigentes de saúde pública à época, João de Barros Barreto, a perda de espaço de ação para ações de médicos americanos. Representou também, a interrupção dos planos de Fred L. Soper, diretor da Fundação Rockefeller no Brasil. O caso de Soper é interessante, pois revela que os personagens não seguem um roteiro pré-determinado pela conjuntura que os cerca, mas sim demonstra a liberdade de manobra que ele possuía, mesmo fazendo parte de uma instituição com o porte da Fundação Rockefeller. Dos planos às práticas, procurei abordar o Serviço Especial de Saúde Pública relacionando-o principalmente ao seu objetivo nos anos 1942-45, obrigatoriamente fazendo uma diferenciação da atuação do órgão nesses anos do papel que ele exerceu em tempos posteriores. Como resultado prático, vimos que, para o SESP, não houve falta de dinheiro, mas sim, de organização em conjunto com os outros serviços criados pelo acordo bi-lateral. O estudo da atuação de agências de saúde internacionais demonstra a superação de uma visão unilateral, ou de constante resistência dos lugares que elas atuam. Ocorre, como no caso do SESP, uma adaptação, mesmo que forçada, à realidade local e os habitantes não se resignam a aceitar de maneira complacente as ações. Oferecem resistência, mas também se adaptam e relacionam-se com os estrangeiros.

Por fim, acredito que o estudo da história da saúde e saneamento da Amazônia dentro do recorte temporal proposto fornece recursos para que pesquisadores caminhem para uma nova direção comum às pesquisas históricas: depois de estudos abrangentes, cobrindo o território nacional por completo, acredito que o próximo passo seria

regionalizar a discussão e debates do tema, claro, sempre em constante diálogo com o contexto nacional em questão.

ANEXO I

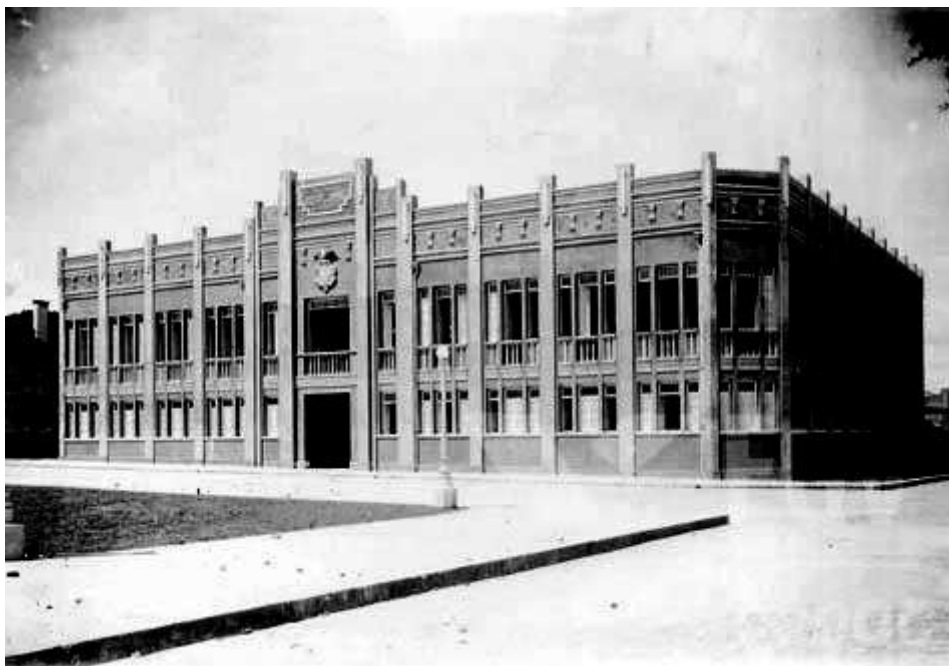
Caderno de Imagens

Memória iconográfica da saúde na Amazônia (1930-1945)

I – Instituições



Santa Casa de Misericórdia (1934-45). Manaus
(CPDOC/AGC/ Foto 745)



Departamento de Saúde Pública do Amazonas (1934-45). Manaus
(CPDOC/AGC/ Foto 821)



Prédio do Serviço Especial de Saúde Pública (1934-45). Manaus
(CPDOC /AGC/ Foto 821)



Posto Médico em Belém (1934-45)
(CPDOC/AGC/ Foto 754)



Grupo de mulheres que trabalhavam na assistência pública (1934-45). Belém.
(CPDOC/ AGC/ Foto 754)

II – Personagens



Evandro Chagas

(Acervo iconográfico da Casa de Oswaldo Cruz, cd001, FOC(P) Chagas, E-1)



Fred L. Soper (roupa clara à direita) com Getúlio Vargas (Outubro/1940)

“Profiles In Science – National Library of Medicine” - <http://profiles.nlm.nih.gov/>

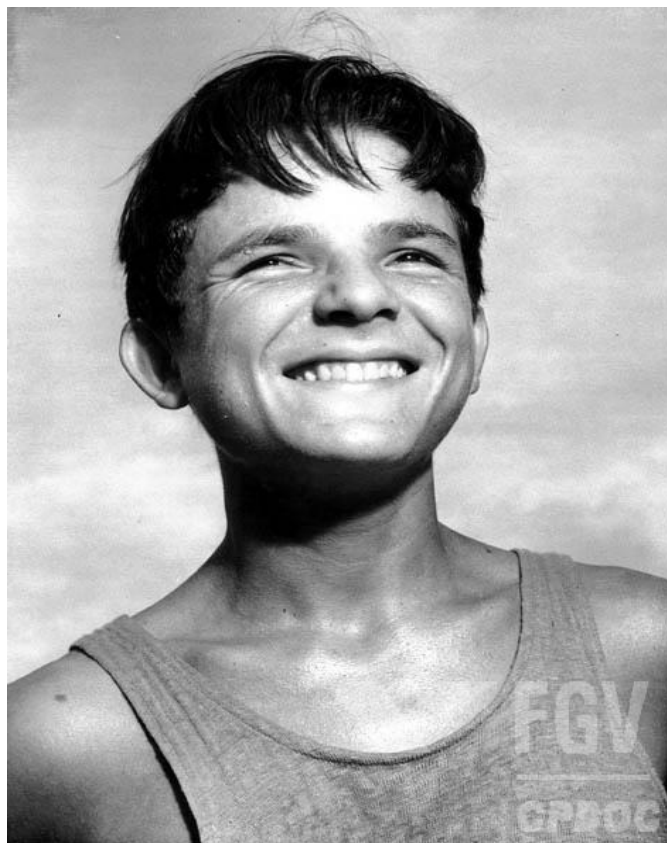


BARROS BARRETO
(1890 - 1956)

João de Barros Barreto

(Acervo iconográfico da Casa de Oswaldo Cruz, cd001, IOC(P), João de Barros Barreto)

III – Fotos de Alan Fisher na Amazônia



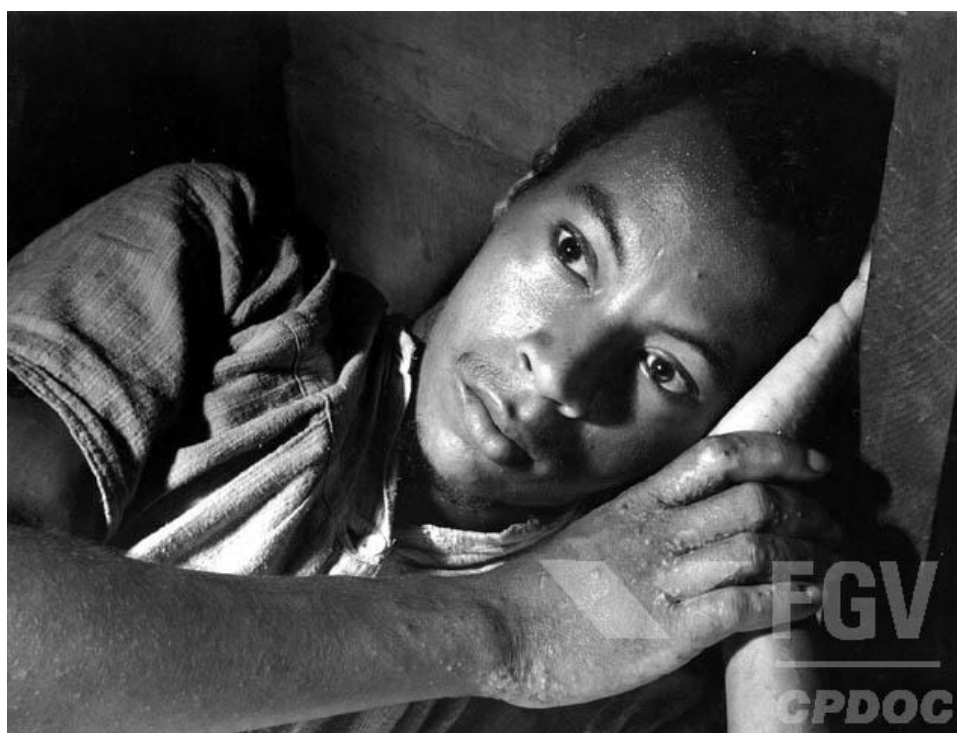
População rural do Vale do Amazonas (1942-45)
(CPDOC/ AGC/ Foto 825)



Médico do SESP em atividade (1942-45)
(CPDOC/ AGC/ Foto 824)



População rural do Vale do Amazonas (1942-45)
(CPDOC/ AGC/ Foto 825)



Leopoldo Silva (paciente com malária e sarna infecciosa) – (1942-45)
(CPDOC/AGC/ Foto 825)



Criança subnutrida (1942-45)
(CPDOC/AGC/ Foto 825)



Médico visita localidade não identificada (1942-45)
(CPDOC/AGC/ Foto 824)



Funcionário confere remessa de medicamentos e instrumentos médicos (1942-45)
(CPDOC/AGC/Foto 824)



Trabalhadores rurais da fazenda-cooperativa de Manaquiri-AM (1942-45)
(CPDOC/AGC/ Foto 825)

ANEXO II

“O Discurso do Rio Amazonas”

Senhores:

Ver a Amazônia é um desejo de coração na mocidade de todos os brasileiros.

Com os primeiros conhecimentos da Pátria maior, este vale maravilhoso aparece ao espírito jovem, simbolizando a grandeza territorial a feracidade inigualável, os fenômenos peculiares à vida primitiva e à luta pela existência em toda a sua pitoresca e perigosa extensão. É natural que uma imagem tão forte e dramática da natureza brasileira seduza e povoe as imaginações moças, prolongando-se em duradouras ressonâncias pela existência afora, através dos estudos dos sábios, das impressões do viajante e dos artistas, igualmente presos aos seus múltiplos e indizíveis encantamentos.

As lendas da Amazônia mergulham raízes profundas na alma da raça e a sua história, feita de heroísmo e viril audácia, reflete a majestade trágica dos prélios travados contra o destino. Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta foram nossas tarefas. E, nessa luta, que já se estende por séculos, vamos obtendo vitória sobre vitória. A cidade de Manaus não é a menor delas. Outras muitas nos reserva a constância do esforço e a persistente coragem de realizar.

Do mesmo modo que a imagem do rio-mar é para os brasileiros a medida da grandeza do Brasil, os vossos problemas são, em síntese de todo o país. Necessitais adensar o povoamento, acrescer o rendimento das culturas, aparelhar os transportes.

Até agora o clima caluniado impediu que de outras regiões com excesso demográfico viessem os contingentes humanos de que carece a Amazônia. Vulgarizou-se a noção, hoje desautorizada, de que as terras equatoriais são impróprias à civilização. Os fatos e as conquistas de técnica provam o contrário e mostram, com o nosso próprio exemplo, como é possível, às margens do grande rio, implantar uma civilização única e peculiar de elementos vitais e apta a crescer e prosperar.

Apenas – é necessário dizê-lo corajosamente- tudo quanto se tem feito – seja agricultura ou indústria extrativa – constitui realização empírica e precisa transformar-se em exploração racional. O que a natureza oferece é uma dádiva magnífica a exigir o trato e o cultivo da mão do homem. Da colonização esparsa, ao sabor de interesses eventuais, consumidora de energias com escasso aproveitamento, devemos passar à concentração e fixação do potencial humano. A coragem

empreendedora e a resistência do homem brasileiro já se revelaram admiravelmente, nas “entradas e bandeiras do ouro e negro e da castanha”, que consumiam tantas vidas preciosas. Com elementos de tamanha valia, não mais perdidos na floresta, mas concentrados e metodicamente localizados, será possível, por certo, retomar a cruzada desbravadora e vencer pouco a pouco o grande inimigo do progresso amazonense, que é o espaço imenso e despovoado.

É tempo de cuidarmos, com sentido permanente, do povoamento amazônico. Nos aspectos atuais o seu quadro ainda é o da dispersão. O nordestino, com o seu instinto de pioneiro, embrenhou-se pela floresta, abrindo trilhas de penetração e talhando a seringueira silvestre para deslocar-se logo, segundo as exigências da própria atividade nômade. E ao seu lado, em contato apenas superficial com esse gênero de vida, permaneceram os naturais à margem dos rios, com a sua atividade limitada à caça, à pesca e à lavoura de vazante para consumo doméstico. Já não podem constituir esses homens de resistência indobrável e de serena coragem, como nos tempos heróicos da nossa integração territorial, sob o comando de Plácido de Castro e a proteção diplomática de Rio Branco, os elementos capitais do progresso da terra, numa hora em que o esforço humano, para ser socialmente útil, precisa concentrar-se técnica e disciplinadamente. O nomadismo do seringueiro e a instabilidade econômica dos povoadores ribeirinhos devem dar lugar a núcleos de cultura agrária, onde o colono nacional, recebendo gratuitamente a terra desbravada, saneada e lotada, se fixe e estabeleça a família com saúde e conforto.

O empolgante movimento de reconstrução nacional consubstanciado no advento do regime de 10 de novembro não podia esquecer-vos, porque sois a terra do futuro, o vale da promessa na vida do Brasil de amanhã. O vosso ingresso definitivo no corpo econômico da nação, como fator de prosperidade e de energia criadora, vai ser feito sem demora.

Vim para ver e observar, de perto, as condições de realização do plano de reerguimento da Amazônia. Todo o Brasil tem os olhos voltados para o Norte, com o desejo patriótico de auxiliar o surto de seu desenvolvimento. E não somente os brasileiros; também estrangeiros, técnicos e homens de negócio, virão colaborar nessa obra, aplicando-lhe a sua experiência e os seus capitais, com o objetivo de aumentar o

comércio e as indústrias e não, como acontecia antes, visando formar latifúndios e absorver a posse da terra, que legitimamente pertence ao caboclo brasileiro.

O vosso governo, tendo á frente o interventor Álvaro Maia, homem de lúcida inteligência e devotado amor à terra natal, há de aproveitar a oportunidade para reerguer o Estado e preparar os alicerces da sua prosperidade.

O período conturbado que o mundo atravessa exige de todos os brasileiros grandes sacrifícios. Sei que estais prontos a concorrer com o vosso quinhão de esforço, com a vossa admirável audácia de desbravadores, para a obra de reconstrução iniciada. Não vos faltará o apoio do Governo Central para qualquer empreendimento que beneficie a coletividade. Nada nos deterá nesta arrancada que é, no século XX, a mais alta tarefa do homem civilizado: - conquistar e dominar os vales das grandes torrentes equatoriais, transformando a sua força cega e a sua fertilidade extraordinária em energia disciplinada. O Amazonas, sob o impulso fecundo da nossa vontade e do nosso trabalho, deixará de ser, afinal, um simples capítulo da história da terra e, equiparado aos outros grandes rios, tornar-se-à um capítulo da história da civilização.

As águas do Amazonas são continentais. Antes de chegarem ao oceano, arrastam no seu leito degelos dos Andes, águas quentes da planície central e correntes encachoeiradas das serranias do Norte. É, portanto, um rio tipicamente americano, pela extensão da sua bacia hidrográfica e pela origem das suas nascentes e caudatários, provindos de várias nações vizinhas. E, assim, obedecendo ao seu próprio signo de confraternização, aqui poderemos reunir essas nações irmãs para deliberar e assentar as bases de um convênio em que se ajustem os interesses comuns e se mostresm, mais uma vez, como dignificante exemplo, o espírito de solidariedade que preside às relações dos povos americanos, sempre prontos à cooperação e ao entendimento pacífico.

Senhores:

O acolhimento afetuoso que tenho encontrado entre vós não só me toca o coração, porque já vos sabia leais e hospitaleiros, como fortalece, ainda mais, o meu sentimento de brasilidade.

Passou a época em que substituíamos pelo fácil deslumbramento, repleto de imagens ricas e metáforas preciosas, o estudo objetivo da realidade. Ao homem moderno, está interdita a contemplação, o esforço sem finalidade, E a nós, povo jovem, impõe-se a enorme responsabilidade de civilizar e povoar milhões de quilômetros quadrados. Aqui, na extremidade setentrional do território pátrio, sentindo essa riqueza potencial imensa, que atrai cobiças e desperta apetites de absorção, cresce a impressão de responsabilidade a que não é possível fugir nem iludir.

Sois brasileiros e aos brasileiros cumpre ter consciência dos seus deveres nesta hora que vai definir os nossos destinos de nação. E, por isso, concito-vos a ter fé e a trabalhar confiantes e resolutos pelo engrandecimento da pátria.¹

¹ Vargas, Getúlio. O “Discurso do Rio Amazonas”. *Cultura Política – revista de estudos brasileiros*, vol.1, nº8, 1941, pp.227-230

Fontes e Referências Bibliográficas

1 - Fontes

I – Arquivo Nacional

- Fundo Gabinete Civil da Presidência da República (GCPR)

GCPR, Lata 14, caixa 27481.

GCPR, Lata 121, Pacote 2.

GCPR, Lata 122 , Pacote 03

GCPR, Lata 276, caixa 4.

- Fundo ministério da Educação e Saúde Pública (MESP)

MESP, Lata 33 , Pacote 4

II - Biblioteca Nacional

- Periódicos

Correio da Manhã de 26/02/1942 a 13/03/1942.

Diário de Notícias de 26/02/1942 a 13/03/1942

Exposição da Interventoria Federal no Amazonas/Relatório 05/1941 a 05/1942

Exposição da Interventoria Federal no Amazonas/Relatório 05/1942 a 05/1943

Boletim do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Amazonas – 1943

Boletim do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Amazonas - 1944

Boletim da ACA, nº7, fevereiro de 1943.

Boletim da ACA, ano II, nº31, fev.1944

Boletim da ACA – ano III – nº33, - 04/1944,

Boletim da ACA – ano IV – nº48 – 07/1945,

III - CEDOC – Centro de Documentação da Funarte

- Acervo Paschoal Carlos Magno

MARIANNI, Lúcio. *Poemas Amazônicos nº1*. Rio de Janeiro, Flamma – Pensamento

Crítica – combate, ano I nº4, 16 de julho e 1931

IV - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC

- Biblioteca

VARGAS, Getúlio. “A Plataforma da Aliança Liberal” In: VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil, Vol.I*, Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, 1938, pp.43-63

_____. *Problemas e realizações do Estado Novo*. In: VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil*. Vol.1, 1938, pp.153-189

_____. *No limiar do ano de 1938*. In: VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil*. Vol.1, 1938, pp.121-130

_____. *A solidariedade dos riograndenses*. In: VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil*. Vol.1, 1938, pp.133-138

_____. *A Borracha e o aproveitamento das riquezas naturais da Amazônia*. In: : *A Nova Política do Brasil, Vol.II*. Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, 1938, p.177 – 180.

_____. *O Discurso do Rio Amazonas*. In: *A Nova Política do Brasil, Vol.VIII*. Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, 1940, p.77-80.

_____. *Mês Nacional da Borracha – 01/06/1943* In: *A Nova Política do Brasil – X, 1943*.

A Amazônia vai ressurgir – a visita do presidente Getúlio Vargas à Amazônia, da qual resultou um vasto plano de saneamento e de empreendimentos gerais no setentrão brasileiro. Serviço de Publicidade e Propaganda da prefeitura municipal de Belém, 1940.

A visita do Presidente Vargas e as esperanças de ressurgimento do Amazonas, Imprensa Pública – Manaus, 1940.

- Arquivo Gustavo Capanema (AGC)

CPDOC/AGC, GC, Barreto, J. b, rolo 2, fotograma 47

CPDOC/AGC, GC, Barret, J. b, rolo 2, fotograma 48

CPDOC/AGC, GC, Abreu, M. b, rolo 1, fotograma 530

CPDOC/AGC, GC 1936.10.21 h, rolo 65, fotograma 599-600

- Arquivo Getúlio Vargas (AGC)

CPDOC/AGV, GV 1943.04.24

CPDOC/AGV, GV – 61f

V - Biblioteca Mário Henrique Simonsen/ Fundação Getúlio Vargas

- Cultura Política – Revista de Estudos Brasileiros

ANDRADE, Almir. *O Discurso do Rio Amazonas* – introdução. In: Cultura Política – revista de estudos brasileiros, v.1, nº8, 1941, p.227

AZEVEDO, Raul. *A Amazônia*. In: Cultura Política – revista de estudos brasileiros, vol.1, nº5, 1941, pp.250-255

_____. *O Discurso do Rio Amazonas*. In: Cultura Política - revista de estudos brasileiros, v.1, nº9, 1941, pp.157-160

FONTES, Lourival. *Aniversário do discurso do Rio Amazonas*. In: Cultura Política, revista de estudos brasileiros, vol.1, nº9, 1941, pp.155-156

_____. *A Margem do Discurso do Rio Amazonas*. In: Cultura Política – revista de estudos brasileiros, v.1, nº9, 1941, pp.161-171

GALVÃO, Francisco. *O sentido social da Amazônia*. In: Cultura Política – revista de estudos brasileiros, vol.1, nº1, 1941, pp.149-158

LIMA, Azevedo. *O Saneamento do Amazonas*. In: Cultura Política – revista de estudos brasileiros, vol.1, nº3, 1941, pp.98-111

NEIVA, Arthur Hehl. *A imigração e a colonização no governo Vargas*. In: Cultura Política – revista de estudos brasileiros, vol.2, nº21, 1942, pp.217-240

O combate ao deserto e os trabalho nos seringais da Amazônia (Reportagem especial á Cultura Política). Cultura Política, v.3, nº25, março de 1943

PINHEIRO, Raymundo. *A obra social do governo e o aproveitamento da Amazônia*. In: Cultura Política – revista de estudos brasileiros, v.1, nº3, 1941, pp.112-117

_____. *O homem e o deserto amazônico*. In: Cultura Política – revista de estudos brasileiros, vol.1, nº4, 1941, pp.44-50

RICARDO, Cassiano. *O Estado Novo e seu sentido bandeirante*. In: Cultura Política – revista de estudos brasileiros, vol.1, nº1, 1941, pp.110-132

VI - Rockefeller Archive Center (RAC)

Correspondência de Fred L. Soper à Wilbur Sawyer, 1940, November 20, 1940. RAC, RF, Series 305 – I, box 16, folder 140

Correspondência de Wilbur Sawyer a Fred L. Soper. December 5, 1940. RAC, RF, Series 305 – I, box 6, folder 140.

Correspondência de Fred Soper a George King Strode, May 5, 1942. RAC, RF, Series 305 – I, box 16, folder 142.

Correspondência de Fred Soper a Wilbur Sayer, May 8, 1942. RAC, RF, Series 305 – I, box 16, folder 142.

Correspondência de Fred Soper a Wilbur Sayer, June 23, 1942. RAC, RF, Series 305 – I, box 16, folder 142.

VII - Arquivo Casa de Oswaldo Cruz (COC)

- Coleção Fundação Rockefeller (CFR)

Correspondência de Fred L. Soper a Wilbur Sawyer, March 7, 1942, COC, Coleção Fundação Rockefeller, doc. 209.

Correspondência de George King Strode a Wilbur Sawyer, march 18, 1942, COC, Coleção Fundação Rockefeller, doc.210

Correspondência de Wilbur Sawyer a Fred Soper, March 20, 1942, COC, Coleção Fundação Rockefeller, doc.211.

- Fundo Leônidas Deane (FLD)

Série Produção intelectual - Deane, Leônidas. *A História da evolução do conhecimento sobre a malária* – Fundo Leônidas Deane/ LD/PI/TP/19861111

- Fundo Serviços de Saúde Pública (AHFSSP)

“Termo de encerramento geral e sumário final do Serviço de Saúde Pública”, COC, AHFSSP. Série Administração Sanitária, pasta 55, caixa 6

- Fundo Serviços de Saúde Pública II (AHFSSP II)

“Brazilian Field Party/Serviço Especial de Saúde Pública. *Colaboração com o Serviço nacional de Lepra.*” COC, AHFSSP II, Caixa 8, doc.74

“Renovação do contrato do SESP”. COC, AHFSSP II – Caixa 6, doc. 53

“Relatório do Serviço Especial de Saúde Pública ao MES – Jul/Set. 1945” COC, AHFSSP II caixa 9

“Postos de Higiene construídos pelo SESP no Estado do Pará” – 1942 – 1945/ Relatório do Serviço Especial de Saúde Pública ao MES, Jul- Set. 1945. COC, AHFSSP II, Caixa 9.

“Relatório do Serviço Especial de Saúde Pública ao MES” – Jul/Set. 1945, p.17. AHFSSP II, caixa 9.

VIII - Biblioteca da ENSP – Escola Nacional de Saúde Pública

Ante-projeto do Regulamento Sanitário – Elaborado pela Seção Técnica de Saúde Pública da Diretoria Nacional de Saúde e Assistência, com a cooperação de comissões de especialistas, dentro do prazo fixado no artigo 15 do decreto 24.814, de 14/7/1934, e entregue ao exmo. Sr. Ministro da Educação e Saúde. In: Arquivos de Higiene, vol.5, nº2, 1935.

_____. *Saúde Pública no Brasil.* In: Arquivos de Higiene, v.8, nº1, dezembro 1938.

_____. *Progressos sanitários no Brasil a partir de 1938.* In: Arquivos de higiene. V.11, n.1, dezembro 1941

_____. *Plano de Saneamento da Amazônia.* In: Arquivos de higiene.V.11, nº1, dezembro 1941.

_____. *O Saneamento da Amazônia.* In: Arquivos de higiene, v.12, nº1, abril 1942.

_____. *Saneamento da Amazônia.* In: Arquivos de Higiene, v.13, nº1, abril 1943.

CARDOSO, Vicente Licínio. *O Estado actual do problema das águas de esgoto nos centros de população do Brasil.* In: Archivos de Hygiene, v.4, nº1, 1930

GALVÃO, A.L. Ayroza. *Relatório das pesquisas entomológicas realizadas na Amazônia, apresentado ao Ilmo. Sr. Prof. Dr. João de Barros Barreto, Diretor do Departamento Nacional de Saúde.* In: Arquivos de higiene, v,12, nº12, 1942

JÚNIOR, Aquiles Scorzelli. *A Saúde Pública do Amazonas* In: Arquivos de Higiene, V.10, n.1, 1940

2 - Bibliografia

- Obras de referência:

ABREU, Alzira Aves de et alii. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930.* Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, 2000, Versão CD-ROM.

IBGE. *Normas de Apresentação Tabular*. IBGE, 1993.

IBGE. *Estatísticas do século XX* / IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Rio de Janeiro, IBGE, 2003.

MICHAELIS. *Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*. Editora Melhoramentos, 1993.

KIPPLE, Frederik (Editor). *The Cambridge World History of Human Disease*. Cambridge, Cambridge University Press, 1999.

-Capítulos, livros, dissertações e teses:

ARMUS, Diego. 'Queremos a Vacina Pueyo!!!': *Incertezas biomédicas, enfermos que protestam e a imprensa – Argentina, 1920-1940*. In: HOCHMAN, Gilberto e Diego Armus (org.). *Cuidar, controlar, Curar. Ensaio históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2004

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *A crise do capitalismo liberal*. FILHO, Daniel Aarão Reis; Jorge Ferreira e Celeste Zenha (orgs.). *O Século XX – O tempo das crises – Revoluções, Fascismos e guerras*. Civilização Brasileira, 2000, pp.11-34.

BATISTA, Djalma. *O Paludismo na Amazônia*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1946.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Origens e evolução do Instituto Oswaldo Cruz no período 1889-1937*. In: BENCHIMOL, Jaime Larry (org.) *Manguinhos do sonho à vida: a ciência na Belle Époque*. Rio de Janeiro: Fiocruz. Casa de Oswaldo Cruz, 1990, pp 5-88.

BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia – um pouco antes e além depois*. Editora Umberto Calderaro, Manaus, 1977.

BRAGA, José Carlos de Souza e Sérgio Góes de Paula . *Saúde e Previdência – Estudos de política Social. Coleção Saúde em Debate*. Editora Hucitec, São Paulo, 1986.

BUENO, Magali Franco. . *O imaginário brasileiro sobre a Amazônia: uma leitura por meio dos discursos dos viajantes, do Estado, dos livros didáticos e da mídia impressa*. Dissertação de Mestrado. USP, São Paulo, 2002.

CABREIRA, Márcia Maria. *Vargas e o rearranjo espacial do Brasil: a Amazônia Brasileira – Um estudo de caso*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, Programa de Pós Graduação em Geografia Humana da USP, 1996.

CAMPOS, André Luiz Vieira. *Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas - O Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2006.

_____. *International Health Policies in Brazil: The Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-60*. Austin, University of Texas, 1997.

CAPELATO, Maria Helena. *O Estado Novo: o que trouxe de novo?*, Delgado, Lucília e Jorge Ferreira. *O Brasil Republicano- o tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003,

CAMPOS, André Luiz de Vieira. *Políticas internacionais de saúde na era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública*. In: GOMES, Ângela Castro (org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*, Rio de Janeiro, Editora FGV 1ª Edição – 2000.

CARONE, Edgard. *O Estado Novo*, S.Paulo, Difel, 1976.

_____. *A Segunda República*, São Paulo, Difel, 1973.

CHAGAS, Carlos, Oswaldo Cruz e Afrânio Peixoto. *Relatório sobre as condições médico-sanitárias do vale do Amazonas*. In: *Sobre o Saneamento da Amazônia*. Manaus: P.Daou, 1972.

CUETO, Marcos. *Los ciclos de Irradicación: la Fundación Rockefeller y la salud pública latinoamericana, 1918-1940*. In: CUETO, Marcos. *Salud, Cultura y Sociedad en America Latina*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos/Organización Panamericana de la Salud, 1996.

CUNHA, Euclides da. *Paraíso Perdido – Reunião de Ensaio Amazônicos*. Coleção Brasil 500 anos. Brasília, Editora do Senado Federal, 2000.

CUNHA, Neiva Vieira da. *Viagem, experiência e memória: narrativas de profissionais da saúde pública dos anos 30*. EDUSC, Bauru, 2005.

DEAN, Warren. *A Luta pela Borracha no Brasil – um estudo de história ecológica*. São Paulo, Nobel, 1989.

ELIAS, Norbert. *Processos de formação de Estados e construção de nações*. In: *Escritos & Ensaio 1 – Estado, Processo, Opinião Pública*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 2006, pp.153-166.

ESCOREL, Sarah. *Saúde Pública – Utopia de Brasil*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2000.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 2007.

FARIA, Lina Rodrigues e Luiz Antônio de Castro Santos. *A Reforma Sanitária no Brasil: Ecos da Primeira República*. Bragança Paulista, EDUSF, 2003.

FERREIRA, Jorge. *Os trabalhadores do Brasil: O imaginário popular*. Rio de Janeiro, FGV, 1997.

_____. *A cultura política popular no primeiro governo Vargas*. Revista de Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 180-195, 1990.

FONSECA, Cristina. *Local e Nacional: Dualidades da Institucionalização da Saúde Pública no Brasil (1930-1945)*. IUPERJ, Rio de Janeiro, 2005.

FREITAS, Celso Arcoverde. *Histórias da Peste e de outras Endemias*. Rio de Janeiro, PEC/ENSP, 1988.

GADELHA, Paulo Ernani, Randall Packard. *Uma terra invadida por mosquitos: Fred L. Soper, a Fundação Rockefeller e a invasão do Anopheles Gambiae no Brasil*. In: GADELHA, Paulo Ernani. *História da doenças: Ponto de encontros e dispersões*. Vol.II. Tese de Doutorado apresentada a Escola Nacional de Saúde Pública. Rio de Janeiro, março de 1995.

GONÇALVES, Williams da Silva. *A Segunda Guerra Mundial*. In: FILHO, Daniel Aarão Reis; Jorge Ferreira e Celeste Zenha (orgs.). *O Século XX – O tempo das crises – Revoluções, Fascismos e guerras*. Civilização Brasileira, 2000, pp.165-194.

GARFIELD, Seth. *As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas*. Revista brasileira de História, 2000, vol.20, no.39, p.13-36.

GOMES, Ângela de Castro, Lúcia Lippi de Oliveira, Mônica Pimenta Velloso. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editora, 1982.

GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores – a política cultural do Estado Novo*, Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. (org.) *O ministro e sua correspondência: projeto político e sociabilidade intelectual In: Capanema: o ministro e seu ministério*, Editora FGV 1ª Edição – 2000

_____. *A Invenção do Trabalhismo – 3ª edição*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 2005.

HEINZ, Flávio M. (org.) *Por outra História das Elites*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: O Breve Século XX (1914-1991)*. São Paulo, Cia das Letras, 1995.

HOCHMAN, Gilberto. *A Era do Saneamento – As bases da política de saúde pública no Brasil*. Editora HUCITEC – ANPOCS, São Paulo, 1998.

HOCHMAN, Gilberto e Cristina Fonseca. *O que há de novo? Políticas de Saúde e previdência.1937-45*. In: Pandolfi, Dulce (org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1998.

_____. *A I conferência Nacional de Saúde: reformas políticas e saúde pública em debate no Estado Novo* In: *Capanema: o ministro e seu ministério*, GOMES, Ângela Castro (org.). Editora FGV 1ª Edição – 2000, pp. 173-194.

HOCHMAN, Gilberto. *Cambio político y reformas de la salud pública en Brasil. El primer gobierno Vargas (1930-1945)* In: *Acta Hisp.Med.Sci.Hist.Illus.* 2005, nº25, p.199-226.

_____. *João de Barros Barreto*, In: BYNUM, Bill; Bynum, Helen (eds.), *Dictionary of medical biography*, Wesport, Greenwood Press, forthcoming, 2006.

IGLESIAS, Francisco. *Aspectos políticos e econômicos do Estado Novo*. In: GRANZIERA, Rui G. *Getúlio Vargas e a Economia Contemporânea*. Ed.Unicamp/Hucitec.

KROPF, Simone Petraglia. *Doença de Chagas, doença do Brasil: ciência, saúde e nação*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em história da Universidade Federal Fluminense, 2006.

LADISLAU, Alfredo. *Terra imatura*. Coleção Literatura Paraense, Série “Inglês de Sousa”. Belém, Conselho Estadual de Cultura, 1971.

LIMA, Nísia Verônica Trindade e Maria Alice Rezende de Carvalho. *O Argumento histórico nas análises de Saúde Coletiva*. In: FLEURY, Sonia (org.) *Saúde: Coletiva? Questionando a onipotência do social*. Rio de Janeiro, 1992.

LIMA, Nísia Trindade. *Um Sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Revan, IUPERJ-UCAM, 1999.

LIMA, Nísia Trindade e HOCHMAN, Gilberto. *Pouca Saúde e Muita Saúde: sanitário, interpretações do país e ciências sociais*. In: HOCHMAN, Gilberto e Diego Armus (Orgs.). *Cuidar, Controlar, Curar: ensaios histórico sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004, pp. 493-532.

LOUREIRO, Antônio José Souto. *Tempos de Esperança (1917-1945)*. Manaus: Ed.Sérgio Cardoso, 1994.

LÖWY, Ilana. *Vírus, mosquitos e modernidade – a febre amarela no Brasil entre a ciência e a política*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2006.

MAIA, Álvaro. *Panorama real do Amazonas*. Manaus, Tipografia Phenix, 1934.

MACIEL, Laurinda Rosa. *‘Em proveito dos sãos, perde o lázaro a liberdade’: uma história das políticas públicas de combate à lepra no Brasil (1941-1962)*, Tese de doutorado, UFF, 2007, p.119.

MASSA, Monsenhor Pedro. *Pelo Rio Mar: As Missões Salesianas no Amazonas*. Rio de Janeiro, Estabelecimento de Artes Gráficas C. Mendes Junior, 1933.

MAUAD, Ana Maria. *Genevieve Naylor, fotógrafa: impressões de viagem (Brasil, 1941-1942)* In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 25, nº 49, p. 43-75, 2005.

MENDONÇA, Carlos. *Gente do Nordeste no Amazonas (Reportagem em torno do repovoamento do Amazonas em 1942)*. 1943, Manaus, Imprensa Pública do Amazonas. Disponível na Biblioteca Virtual do Amazonas : www.bv.am.gov.br, último acesso: 21/01/2007, 14:55.

MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência – A política Externa Brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro, editora Nova Fronteira, 1980.

_____. *O Brasil na Segunda Guerra Mundial (1942-1945)*, In: Albuquerque, J.A. *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990) - Crescimento, modernização e política externa*. São Paulo, NUPRI-USP/Cultura Editores Associados, 1995

NEVES, Frederico de Castro. *Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas*. Revista Brasileira de História, vol.21, nº40, São Paulo, 2001, pp.107-131.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Sinais de modernidade na era Vargas: vida literária, cinema e rádio*. . In: DELGADO, Lucília e Jorge Ferreira. *O Brasil Republicano- o tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

PÁDUA, José Augusto. *Biosfera, história e conjuntura na análise da questão Amazônica*. História, Ciências, Saúde, Manguinhos, vol.VI (suplemento) 793-811, setembro, 2000.

PALMER, Steven. *Saúde Imperial e Educação Popular: a Fundação Rockefeller na Costa Rica em uma perspectiva centro-americana*. In: HOCHMAN, Gilberto e Diego Armus (Orgs.). *Cuidar, Controlar, Curar: ensaios histórico sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004, pp. 217-248.

PANDOLFI, Dulce Chaves. *A trajetória do Norte: uma tentativa e ascenso político*, In: GOMES, Ângela de Castro et alii (coord.) *Regionalismo e centralização política: partidos e constituintes nos anos 30*, , Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.

_____. *Os anos 1930: as incertezas do regime*. In: DELGADO, Lucília e Jorge Ferreira. *O Brasil Republicano- o tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

PIRES MENEZES, M.L. *Trabalho e Território: as missões católicas no interior do estado do Amazonas, Brasil*. Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, vol. VI, nº 119 (11), 2002. [ISSN: 1138-9788] <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-11.htm>, último acesso: 22/02/2007, 3:30.

PORTER, Dorothy (org.). *The History of Public Health and the Modern State*. Clio Medica/ The Welcome Institute Series In the History of Medicine, 1994.

SANGLARD, Gisele Porto. *Entre os salões e o laboratório: mecenato e práticas científicas – Rio de Janeiro, 1920-1940*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, 2005.

SANTANA, J.C.B. *Euclides da Cunha e Amazônia: visão mediada pela Ciência* In: História, Ciências, Saúde, Manguinhos, vol.VI (suplemento) 901-917, setembro, 2000.

SANTOS, Fernando Sérgio Dumas dos. *Tradições populares de uso de plantas medicinais na Amazônia*. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol.VI (suplemento), setembro 2000, pp.919-939.

SANTOS, Fernando Sérgio Dumas. *Os caboclos das águas pretas: Saúde, ambiente e trabalho no Século XX*. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2003.

SANTOS, Luiz Antonio de Castro. *O Pensamento Sanitarista na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade*. In: Dados. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v.28, n.2, p.193-210.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Editora Mauad, Rio de Janeiro, 1999.

TOCANTINS, Leandro. *Amazônia: Natureza, homem e tempo*. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1982.

_____. *Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido*. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *Os intelectuais e a política cultural do Estado novo*. In: DELGADO, Lucília e Jorge Ferreira. *O Brasil Republicano- o tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, pp.145-180.

VELHO, Otávio. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo, Difel, 1976.

WEINSTEIN, Barbara. *A Borracha na Amazônia: Expansão e decadência*. HUCITEC, São Paulo, 1993.

_____. *Experiência de pesquisa em uma região periférica: a Amazônia*. In: História, Ciências, Saúde, Manguinhos, vol.9 (2), 261-272, mai-ago.2002.